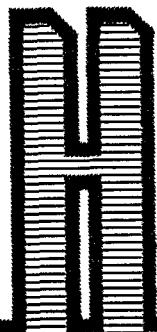




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 17

QUINTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 18ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE MAIO DE 1992

Sessão solene destinada a comemorar o transcurso do centenário de nascimento do escritor Graciliano Ramos.

2 — ATA DA 19ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE MAIO DE 1992

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discurso do Expediente

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Leitura do Requerimento nº 52/92-CN, subscrito por S. Ex^a e outros líderes, de criação de CPI para apurar denúncias do Sr. Pedro Collor contra o Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

2.2.2 — Fala da Presidência

Referente à constituição da CPI consubstanciada no Requerimento nº 52/92-CN, tendo como primeiro signatário o Sr. Humberto Lucena.

2.2.3 — Requerimento

— Nº 53, de 1992-CN, da Deputada Benedita da Silva, solicitando a prorrogação por mais 60 dias, do prazo concedido a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 796/91-CN, destinada a “Investigar a Incidência de Esterilização de Mulheres no Brasil.” Aprovado.

2.2.4 — Leitura de Mensagens Presidenciais

— Nº 38/92-CN (nº 124/92 na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 11/92 (nº

2.592/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

— Nº 39/92-CN (nº 125/92, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 12/92 (nº 2.613/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos Juízes dos Tribunais Regionais Federais, dos Juízes Federais e dos Juízes Federais Substitutos.

— Nº 40/92-CN (nº 126/92, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 13/92 (nº 2.614/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal Militar e dos Juízes da Justiça Militar Federal.

— Nº 41/92-CN (nº 128/92, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 15/92 (nº 2.621/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Desembargadores, Juízes de Direito, Juízes de Direito Substitutos e Juízes de Direito dos Territórios, integrantes da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

— Nº 42/92-CN (nº 129/92, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 16/92 (nº 2.631/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho,

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

dos Juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Juízes Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Juízes do Trabalho Substitutos.

2.2.5 — Designação das Comissões Mistas e fixação de calendários para a tramitação dos vetos

2.2.6 — Requerimento

— Nº 54/92-CN, do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando a prorrogação por mais 15 dias, do prazo concedido a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 592/91-CN, destinada a “Examinar o cumprimento das disposições legais relativas a destinação dos recursos e as irregularidades na administração do FGTS do trabalhador”. **Aprovado.**

2.2.7 — Comunicação da Presidência

Designação dos membros da CPI destinada a acompanhar os preparativos e a realização da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento.

2.2.8 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EDUARDO SUPlicy e DEPUTADO VIVALDO BARBOSA — Constituição de CPI para apurar denúncias do Sr. Pedro Collor contra o Sr. Paulo César Farias.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57/91 (nº 1.390/91, na Casa de origem), que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48/90 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competência geral em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamentos, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33/91 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34/91 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35/91 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3/91-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120/90 (nº 5.284/90, na Casa de origem), que dispõe sobre normas partidárias. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36/91 (nº 514/91, na Casa de origem), que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — COMANDA e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52/91 (nº 912/91, na Casa de origem), que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47/91 (nº 5.804/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 92/90 (nº 4.084/89, na Casa de origem), que disciplina o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre créditos alimentícios. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 97/91 (nº 1.992/91, na Casa de origem), que reajusta

valores da tabela progressiva para cálculo do Imposto de Renda. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 15/91-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 85.163.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 140/91 (nº 2.452/91, na Casa de origem), que estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 139/91 (nº 2.158/91, na Casa de origem), que extingue a contribuição e o adicional incidentes sobre saídas de açúcar a que se referem os Decretos-Leis nºs 308, de 28 de

fevereiro de 1067, e 1.952, de 15 de julho de 1982, os subsídios de equalização de custos de produção e açúcar; e dispõe sobre isenção de IPI nas operações que menciona. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 127/91 (nº 2.088/91, na Casa de origem), que dispõe sobre parcela do frete pago pelas indústrias das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, na aquisição de produtos siderúrgicos, laminados planos, comuns e revestidos, para efeito de satisfação do IPI. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

2.3.1 — Comunicação da Presidência

Anúncio de convocação de sessão conjunta a realizar-se, na próxima quarta-feira, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATAS DE COMISSÕES

Ata da 18^a Sessão Conjunta, em 27 de maio de 1992

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

**ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:**

Alexandre Costa – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Amazonino Mendes – Antonio Mariz – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Sabóia de Carvalho – Coutinho Jorge – Dirceu Carneiro – Elcio Álvares – Esperidião Amin – Epitácio Cafeteira – Fernando Henrique Cardoso – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Gerson Camata – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Hydek Freitas – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – José Eduardo – José Paulo Bisol – José Richa – Julio Campos – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Mansueto de Lavrov – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Marlúce Pinto – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Pedro Simon – Rachid Saldanha Derzi – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Valmir Campelo.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA	PTB
AVENIR ROSA	PDC
FRANCISCO RODRIGUES	PTB

JOAO FAGUNDES	PMDB
MARCELO LUZ	PTR
RUBEN BENTO	BLOCO
TERESA JUCA	PDS,

AMAPA

AROLDO GOES	PDT
ERALDO TRINDADE	BLOCO
FATIMA PELAES	BLOCO
LOURIVAL FREITAS	PT
MURILLO PINHEIRO	BLOCO
VALDENOR GUEDES	PTR

PARA'

ALACID NUNES	BLOCO
CARLOS KAYATH	PTB
DOMINGOS JUVENIL	PMDB
ELIEL RODRIGUES	PMDB
GERSON PERES	PDS
GIOVANNI QUEIROZ	PDT
HERMINIO CALVINHO	PMDB
HILARIO COIMBRA	PTR
JOSE DIOGO	PDS
MARIO CHERMONT	PTR
MARIO MARTINS	PMDB

NICIAS RIBEIRO	PMDB	JOSE CARLOS SABOIA	PSB
OSVALDO MELO	PDS	JOSE REINALDO	BLOCO
PAULO ROCHA	PT	NAN SOUZA	PST
PAULO TITAN	PMDB	PEDRO NOVAIS	PDC
SOCORRO GOMES	PCdoB	RICARDO MURAD	BLOCO
AMAZONAS		ROSEANA SARNEY	BLOCO
		SARNEY FILHO	BLOCO
ATILA LINS	BLOCO	CEARA	
BETH AZIZE	PDT		
EDUARDO BRAGA	PDC	AECIO DE BORBA	PDS
EZIO FERREIRA	BLOCO	ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO
JOSE DUTRA	PMDB	ARIOSTO HOLANDA	PSB
PAUDERNEY AVELINO	PDC	CARLOS VIRGILIO	PDS
RICARDO MORAES	PT	EDSON SILVA	PDT
RONDONIA		ERNANI VIANA	PSDB
		GONZAGA MOTA	PMDB
ANTONIO MORIMOTO	PTB	JACKSON PEREIRA	PSDB
EDISON FIDELIS	PTB	JOSE LINHARES	PSDB
MAURICIO CALIXTO	BLOCO	LUIZ GIRAO	PDT
PASCOAL NOVAES	BLOCO	LUIZ PONTES	PSDB
RAQUEL CANDIDO	PTB	MARCO PENAFORTE	PSDB
REDITARIO CASSOL	PTB	MARIA LUIZA FONTENELE	PSB
		MAURO SAMPAIO	PSDB
ACRE		MORONI TORGAN	PSDB
		PINHEIRO LANDIM	PMDB
ADELAIDE NERI	PMDB	SERGIO MACHADO	PSDB
CELIA MENDES	PDS	UBIRATAN AGUIAR	PMDB
JOAO MAIA	BLOCO	VICENTE FIALHO	BLOCO
RONIVON SANTIAGO	BLOCO	PIAUI	
ZILA BEZERRA	PMDB		
TOCANTINS		B. SA	PTR
		CALDAS RODRIGUES	PTB
DERVAL DE PAIVA	PMDB	CIRO NOGUEIRA	BLOCO
EDMUNDO GALDINO	PSDB	JESUS TAJRA	BLOCO
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	PDC	JOAO HENRIQUE	PMDB
HAGAHUS ARAUJO	PMDB	JOSE LUIZ MAIA	PDS
MELQUIADES NETO	PDC	MURILLO RESENDE	PMDB
PAULO MOURAO	PDS	MUSSA DEMES	BLOCO
		PAES LANDIM	BLOCO
MARANHAO		PAULO SILVA	PSDB
CESAR BANDEIRA	BLOCO	RIO GRANDE DO NORTE	
CID CARVALHO	PMDB		
COSTA FERREIRA	PTB	ALIJIZIO ALVES	PMDB
DANIEL SILVA	PDS	HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB
HAROLDO SABOIA	PDT	IBERE FERREIRA	BLOCO
JAYME SANTANA	PSDB	JOAO FAUSTINO	PSDB
JOAO RODOLFO	PDS	LAIRE ROSADO	PMDB
JOSE BURNETT	BLOCO	NEY LOPES	BLOCO

PARATIBA

ADAUTO PEREIRA
EDIVALDO MOTTA
EFRAIM MORAIS
EVALDO GONCALVES
FRANCISCO EVANGELISTA
IVAN BURITY
JOSE LUIZ CLEROT
JOSE MARANHAO
RIVALDO MEDEIROS
ROBSON PAULINO

PERNAMBUCO

ALVARO RIBEIRO
FERNANDO BEZERRA COELHO
GILSON MACHADO
INOCENCIO OLIVEIRA
JOAO COLACO
JOSE CARLOS VASCONCELLOS
JOSE MENDONCA BEZERRA
JOSE MOURA
JOSE MUCIO MONTEIRO
LUIZ PIAUHYLLINO
MAURILIO FERREIRA LIMA
MAVIAEL CAVALCANTI
MIGUEL ARRAES
NILSON GIBSON
PEDRO CORREA
RENILDO CALHEIROS
RICARDO HERACLIO
ROBERTO FRANCA
ROBERTO FREIRE
ROBERTO MAGALHAES
SALATIEL CARVALHO
TONY GEL
WILSON CAMPOS

ATAGOAS

ANTONIO HOLANDA
AUGUSTO FARIA
JOSE THOMAZ NONO
LUIZ DANTAS
MENDONCA NETO
OLAVO CALHEIROS
ROBERTO TORRES
VITTORIO MALTA

SERGIPE

BLOCO	BENEDITO DE FIGUEIREDO
PMDB	DJENAL GONCALVES
BLOCO	EVERALDO DE OLIVEIRA
BLOCO	JERONIMO REIS
PDT	JOSE TELES
BLOCO	MESSIAS GOIS
PMDB	PEDRO VALADARES
PMDB	
BLOCO	BAHIA
PMDB	ALCIDES MODESTO

BAHTA

PMDB	ALCIDES MODESTO ANGELO MAGALHAES AROLDO CEDRAZ BENITO GAMA BERALDO BOAVENTURA	PT BLOCO BLOCO BLOCO PDT
PSB	CARLOS ALBUQUERQUE	BLOCO
PMDB	CLOVIS ASSIS	PDT
BLOCO	ERALDO TINOCO	BLOCO
BLOCO	FELIX MENDONCA	PTB
PTR	GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
BLOCO	GENEBALDO CORREIA	PMDB
BLOCO	HAROLDO LIMA	PCdoB
BLOCO	JABES RIBEIRO	PSDB
BLOCO	JAIRO AZI	PDC
PSB	JAIRO CARNEIRO	BLOCO
PMDB	JAQUES WAGNER	PT
BLOCO	JOAO ALMEIDA	PMDB
PSB	JOAO ALVES	S/P
PMDB	JONIVAL LUCAS	PDC
BLOCO	JORGE KHOURY	BLOCO
PCdoB	JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO
BLOCO	JOSE FALCAO	BLOCO
PSB	JOSE LOURENCO	PDS
PCB	JUTAHY JUNIOR	PSDB
BLOCO	LEUR LOMANTO	BLOCO
PTR	LUIS EDUARDO	BLOCO
BLOCO	LUIZ MOREIRA	PTB
PMDB	MANOEL CASTRO	BLOCO
	NESTOR DUARTE	PMDB
	PEDRO IRUJO	BLOCO
	PRISCO VIANA	PDS
	SERGIO GAUDENZI	PDT
BLOCO	TOURINHO DANTAS	BLOCO
BLOCO	ULDURICO PINTO	PSB
PMDB	WALDIR PIRES	PDT
BLOCO	MINAS GERAIS	
PDT		
PMDB		
PTB	AECIO NEVES	PSDB
BLOCO	AGOSTINHO VALENTE	PT

ALOISIO VASCONCELOS	PMDB	JOAO BAPTISTA MOTTA	PSDB
ANNIBAL TEIXEIRA	PTB	JORIO DE BARROS	PMDB
ARACELY DE PAULA	BLOCO	NILTON BAIANO	PMDB
VELINO COSTA	PL	PAULO HARTUNG	PSDB
CAMILO MACHADO	BLOCO	RITA CAMATA	PMDB
CELIO DE CASTRO	PSB	ROBERTO VALADAO	PMDB
EDMAR MOREIRA	BLOCO		
ELIAS MURAD	PSDB		RIO DE JANEIRO
FELIPE NERI	PMDB	ALDIR CABRAL	PTB
FERNANDO DINIZ	PMDB	AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO
GENESIO BERNARDINO	PMDB	ARTUR DA TAVOLA	PSDB
GETULIO NEIVA	PL	BENEDITA DA SILVA	PT
HUMBERTO SOUTO	BLOCO	CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT
IBRAHIM ABI-ACKEL	PDS	CARLOS SANTANA	PT
IRANI BARBOSA	PL	CESAR MAIA	PMDB
ISRAEL PINHEIRO	PRS	CIDINHA CAMPOS	PDT
JOAO PAULO	PT	EDESIO FRIAS	PDT
JOAO ROSA	BLOCO	EDUARDO MASCARENHAS	PDT
JOSE ALDO	PRS	FABIO RAUNHEITI	PTB
JOSE BELATO	PMDB	FRANCISCO SILVA	PST
JOSE GERALDO	PMDB	JAIR BOLSONARO	PDC
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	BLOCO	JAMIL HADDAD	PSB
JOSE ULISSES DE OLIVEIRA	PRS	JANDIRA FEGHALI	PCdoB
LAEL VARELLA	BLOCO	JOAO MENDES	PTB
LEOPOLDO BESSONE	PST	JOSE CARLOS COUTINHO	PDT
LUIZ TADEU LEITE	PMDB	JOSE EGYDIO	BLOCO
MARCOS LIMA	PMDB	JOSE VICENTE BRIZOLA	PDT
MARIO DE OLIVEIRA	PTR	JUNOT ABI-RAMIA	PDT
MAURICIO CAMPOS	PL	LAERTE BASTOS	PDT
ODELMO LEAO	BLOCO	LYSANEAS MACIEL	PDT
OSMANIO PEREIRA	PSDB	MARCIA CIBILIS VIANA	PDT
PAULINO CICERO DE VASCONCELLOS	PSDB	MARINO CLINGER	PDT
PAULO DELGADO	PT	MIRO TEIXEIRA	PDT
PAULO ROMANO	PFL	NELSON BORNIER	PL
PEDRO TASSIS	PMDB	PAULO DE ALMEIDA	PTB
RAUL BELEM	BLOCO	PAULO PORTUGAL	PDT
ROMEL ANISIO	BLOCO	PAULO RAMOS	PDT
RONALDO PERIM	PMDB	REGINA GORDILHO	
SAMIR TANNUS	PDC	ROBERTO CAMPOS	PDS
SANDRA STARLING	PT	RUBEM MEDINA	BLOCO
SAULO COELHO	PSDB	SANDRA CAVALCANTI	BLOCO
SERGIO NAYA	PMDB	SERGIO AROUCA	PCB
TILDEN SANTIAGO	PT	SERGIO CURY	PDT
VITTORIO MEDICOLI	PSDB	SIDNEY DE MIGUEL	PV
WAGNER DO NASCIMENTO	BLOCO	SIMAO SESSIM	BLOCO
WILSON CUNHA	PTB	VIVALDO BARBOSA	PDT
ZAIRES REZENDE	PMDB	VLADIMIR PALMEIRA	PT

ESPIRITO SANTO

SAO PAULO

ALOIZIO SANTOS	PMDB	ALBERTO GOLDMAN	PMDB
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	PMDB	ALBERTO HADDAD	PTR

ALDO REBELO	PCdoB	VADAO GOMES	BLOCO
ALOIZIO MERCADANTE	PT	VALDEMAR COSTA	PL
ANDRE BENASSI	PSDB	WALTER NORY	PMDB
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB		
ARNALDO FARIA DE SA	BLOCO	MATO GROSSO	
ARY KARA	PMDB		
BETO MANSUR	PDT	AUGUSTINHO FREITAS	PTB
CARDOSO ALVES	PTB	JOAO TEIXEIRA	PL
CUNHA BUENO	PDS	JOAQUIM SUCENA	PTB
DELFTIM NETTO	PDS	JONAS PINHEIRO	BLOCO
DIOGO NOMURA	PL	JOSE AUGUSTO CURVO	PL
EDEVALDO ALVES DA SILVA	PDS	RODRIGUES PALMA	PTB
EDUARDO JORGE	PT	WELLINGTON FAGUNDES	PL
ERNESTO GRADELLA	PT		
EUCLYDES MELLO	BLOCO	DISTRITO FEDERAL	
FABIO FELDMANN	PSDB	AUGUSTO CARVALHO	PCB
FABIO MEIRELLES	PDS	BENEDITO DOMINGOS	PTR
FAUSTO ROCHA	BLOCO	CHICO VIGILANTE	PT
FLORESTAN FERNANDES	PT	EURIDES BRITO	PTR
GASTONE RIGHI	PTB	MARIA LAURA	PT
HEITOR FRANCO	BLOCO	OSORIO ADRIANO	BLOCO
HELIO BICUDO	PT	PAULO OCTAVIO	BLOCO
HELIO ROSAS	PMDB	SIGMARINGA SEIXAS	PSDB
IRMA PASSONI	PT		
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB	GOIAS	
JOSE DIRCEU	PT		
JOSE GENOLINO	PT	ALANO DE FREITAS	PMDB
JOSE MARIA EYMAEL	PDC	ANTONIO FALEIROS	PSDB
JOSE SERRA	PSDB	JOAO NATAL	PMDB
KOYU IHA	PSDB	LAZARO BARBOSA	PMDB
LIBERATO CABOCLO	PDT	LUCIA VANTIA	PMDB
LUIZ CARLOS SANTOS	PMDB	MARIA VALADAO	PDS
LUIZ GUSHIKEN	PT	MAURO BORGES	PDC
MAGALHAES TEIXEIRA	PSDB	MAURO MIRANDA	PMDB
MALULY NETTO	BLOCO	OSORIO SANTA CRUZ	PDC
MANOEL MOREIRA	PMDB	PAULO MANDARINO	PDC
MARCELINO ROMANO MACHADO	PDS	PEDRO ABRAO	S/P
MARCELO BARBIERI	PMDB	ROBERTO BALESTRA	PDC
MAURICI MARIANO	PMDB	RONALDO CAIADO	BLOCO
MENDES BOTELHO	PTB	VIRMONDES CRUVINEL	PMDB
NELSON MARQUEZELLI	PTB	ZE GOMES DA ROCHA	BLOCO
OSWALDO STECCA	PSDB		
PAULO LIMA	BLOCO	MATO GROSSO DO SUL	
PEDRO PAVAO	PDS		
RICARDO IZAR	PL	ELISIO CURVO	BLOCO
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB	FLAVIO DERZI	BLOCO
SOLON BORGES DOS REIS	PTB	GEORGE TAKIMOTO	BLOCO
TADASHI KURIKI	BLOCO	JOSE ELIAS	PTB
TIDEI DE LIMA	PMDB	MARILU GUIMARAES	BLOCO
TUGA ANGERAMI	PSDB	NELSON TRAD	PTB
ULYSSES GUIMARAES	PMDB		

VALTER PEREIRA	PMDB	ADYLSON MOTTA	PDS
WALDIR GUERRA	BLOCO	ALDO PINTO	PDT
PARANÁ			
ABELARDO LUPION	BLOCO	AMAURY MULLER	PDT
ANTONIO BARBARA	BLOCO	ANTONIO BRITTO	PMDB
BASILIO VILLANI	PDS	ARNO MAGARINOS	BLOCO
CARLOS ROBERTO MASSA	BLOCO	CARLOS AZAMBUJA	PDS
CARLOS SCARPELLINI	PST	CARRION JUNIOR	PDT
DELCINO TAVARES	PST	CELSO BERNARDI	PDS
EDESIO PASSOS	PT	EDEN PEDROSO	PDT
EDI SILIPRANDI	PDT	FERNANDO CARRION	PDS
ELIO DALLA-VECHIA	PDT	FETTER JUNIOR	PDS
FLAVIO ARNS	PSDB	GERMANO RIGOTTO	PMDB
IVANIO GUERRA	BLOCO	IBSEN PINHEIRO	PMDB
JOSE FELINTO	PST	IVO MAINARDI	PMDB
LUCIANO PIZZATTO	BLOCO	JOAO DE DEUS ANTUNES	PDS
LUIZ CARLOS HAULY	PST	JORGE UEQUED	PSDB
MATHEUS IENSEN	PTB	JOSE FORTUNATI	PT
MUNHOZ DA ROCHA	PSDB	LUIS ROBERTO PONTE	PMDB
ONAIROVES MOURA	PTB	MENDES RIBEIRO	PMDB
PAULO BERNARDO	PT	NELSON JOBIM	PMDB
PEDRO TONELLI	PT	NELSON PROENCA	PMDB
PINGA FOGO DE OLIVEIRA	BLOCO	ODACIR KLEIN	PMDB
RENATO JOHNSON	BLOCO	OSVALDO BENDER	PDS
ROMERO FILHO	PST	RAUL PONT	PT
RUBENS BUENO	PSDB	TELMO KIRST	PDS
WERNER WANDERER	BLOCO	VALDOMIRO LIMA	PDT
WILSON MOREIRA	PSDB	VICTOR FACCIONI	PDS
		WILSON MULLER	PDT

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN	PDS
CESAR SOUZA	BLOCO
DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
DERCIO KNOP	PDT
EDUARDO MOREIRA	PMDB
HUGO BIEHL	PDS
JARVIS GAIDZINSKI	PL
LUCI CHOINACKI	PT
LUTZ HENRIQUE	PMDB
NELSON MORRO	BLOCO
NEUTO DE CONTO	PMDB
ORLANDO PACHECO	BLOCO
PAULO DUARTE	BLOCO
RENATO VIANNA	PMDB
VASCO FURLAN	PDS

RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO	PT
ADRALDO STRECK	PSDB

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Declaro aberta esta sessão solene, destinada a comemorar o transcurso do centenário de nascimento do escritor Graciliano Ramos, com a presença dos familiares do saudoso escritor, do Presidente da Câmara dos Deputados, de Embaixadores, de convidados especiais, de representantes de Ministros, de sindicatos, de representantes do Sindilegis e de outros segmentos do sindicalismo brasileiro e da Organização Internacional dos Jornalistas.

Ilm^a Sr^a Heloísa Ramos e demais familiares do escritor Graciliano Ramos, meus senhores e minhas senhoras, o Congresso Nacional não poderia declinar da honra de gravar nos Anais da Casa uma homenagem do escritor Graciliano Ramos pelo transcurso do centenário de seu nascimento.

Homem profundamente vinculado à terra de origem — Alagoas — a sua obra, mesmo alicerçada nos temas sociais do Nordeste, transcende o regional pela universalidade do seu conteúdo: a substância humana. Integra, portanto, de maneira abrangente, a literatura nacional, sem se limitar aos parâmetros das chamadas “ilhas de cultura mais ou menos autônomas e diferenciadas, caracterizada cada uma pelo seu gênio loci particular”, a que se referiu Viana Moog.

As desigualdades regionais, ainda tão visíveis entre nós, marcam e, por vezes, humilham mas não conseguem sufocar a inteligência.

Muito jovem ainda, a aguçada sensibilidade de Graciliano Ramos já lhe permitia ver as contradições do mundo que vivenciava. Tímido, arreliado, desconfiado, era um observador

perspicaz e inquieto dos costumes da sociedade, onde, muitas vezes, a mediocridade e a hipocrisia anulam o mérito, a verdade e a justiça.

Profetizaram-lhe um futuro de escritor. A idéia, contudo, a princípio, não o entusiasmou. Detestava o verbalismo, a linguagem enfatuada, o palavreado rebuscado tão em voga em sua época. Mas a sabedoria e a vocação natas levá-lo-iam, lentamente, aos caminhos iluminados da arte, que, por outro lado, representava para ele uma forma de evasão da angústia, da solidão e da revolta surda que sentia diante da vida. Iria dar voz, então, aos que não sabiam analisar os próprios sentimentos, como "negador pertinaz dos valores da sociedade e das normas decorrentes", no entender de Antônio Cândido. O estilo literário deveria adequar-se, por conseguinte, à vida do personagem — direto e conciso. Otto Maria Carpeaux, comentando a marcha imperativa do grande literato para o sintetismo, exclama: "Graciliano é muito meticoloso. Quer eliminar tudo o que não é essencial: as descrições pitorrescas, o lugar-comum das frases feitas, a eloquência tendenciosa. Seria capaz de eliminar ainda páginas inteiras, eliminar os seus romances inteiros, eliminar o próprio mundo".

Antes de estrear nas letras, trabalhou, em Palmeira dos Índios como comerciante e fez crônicas para jornais do interior. Sua primeira viagem ao Rio de Janeiro frustrou-lhe as possíveis pretensões literárias, como se verifica da carta feita ao pai em 1915.

"Trabalho porque sempre se está melhor com a consciência quando se está ocupado..."

Fala o Senhor em ser minha carreira prejudicada por minha volta para o Norte. Eu, com franqueza, não sei bem se tenho carreira. O que acho natural, acessível a mim, é o que acima disse — trabalhar em dois jornais, ter um ordenado mediocre, viver modestamente e só. Futuro de outras espécie, coisa maior, não tenho, não posso ter."

De volta ao Nordeste, foi eleito Prefeito de Palmeira dos Índios (1929-1930) e, em função do cargo, escreveu dois relatórios, "não como o faria um burocrata, mas de modo diferente, num estilo seco, preciso, desabusado...", com o abandono de todos os formalismos, e com as verdades contadas numa linguagem franca, incisiva, corajosa e, em certos momentos, até humorística, pelo tom inusitado para tais documentos, pois já foram escritos, lembra Rolando Morel Pinto, pelo ator, e correspondiam à personalidade poética de Graciliano".

Esses relatórios o projetaram nos meios intelectuais do País, abrindo-lhe, espontaneamente, as portas de uma editora, sem qualquer outra motivação, senão a da sinceridade, da autenticidade e do talento do escritor alagoano. E foi o inesquecível poeta Augusto Frederico Schmidt quem lançou o seu primeiro livro, acreditando no poder de sua arte.

Daí por diante, sucederam-se obras de maior expressão literária; em cada uma um tipo de romance, em todas o inconformismo com os valores burgueses, cuja morte é "surdamente desejada".

"Tolice reconhecer — exclama um de seus personagens — que a professora rural, doente e mulata, merecia ser trazida para a cidade e dirigir um grupo escolar: fazendo isso, dávamos um salto perigoso, descontentávamos incapacidades abundantes. Essas incapacidades deviam aproveitar-se de qualquer modo,

cantando hinos idiotas, emburrando as crianças. O emburramento era necessário."

No anseio de perfeição, sem realismo crítico não poupa sua própria pessoa, e, em alguns livros de ficção há, sem dúvida, traços autobiográficos. Em "Angústia" especialmente, mas também em "São Bernardo" o escritor revela em toda a sua plenitude o espírito avesso ao convívio social; desconfiando de tudo e de todos:

"A multidão é hostil e terrível."

"Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins. E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda a parte! A desconfiança é também uma consequência da profissão".

Considerese que Graciliano tinha uma "irritação permanente contra o que escrevera": "Habituai-me a escrever, como já disse. Nunca estudei, sou um ignorante e julgo que os meus livros não prestam...". O êxito ele o atribuía às circunstâncias: "As razões que me trouxeram foram muito poderosas — e em vão me rebelaria contra elas".

Essas, talvez, as razões contundentes da afirmação:

"Certos lugares que me davam prazer tornaram-se odiosos.

Passo diante de uma livraria, olho com desgosto as vitrinas, tenho a impressão de que se acham ali pessoas exibindo título e preços no rosto, vendendo-se."

Em "Vidas Secas", mostra o "homem esmagado pelo próprio homem e pela natureza", anota Antônio Cândido. É, num discurso poderoso, onde ressalta "a humanidade dos que estão nos níveis sociais e culturais mais humildes", faz surgir "a condição humana intangível e presente na criatura mais embrutecida".

Por isso mesmo — no conceito de Lúcia Miguel Pereira — o livro não deve ser julgado como ficção nordestina ou proletário, mas como "um romance onde palpita a vida — a vida que é a mesma em todas as classes e todos os climas".

Nesse resumido perfil de Graciliano Ramos, reverenciamos hoje a memória do destacado intelectual, do idealista preso pelo Estado Novo, do nordestino que tão bem procurou retratar a alama sofrida de sua gente, reivindicando-lhe o lugar que lhe cabe, por direito, na estrutura econômico-social do Brasil.

E o seu centenário constitui, sem dúvida, fato dos mais significativos da Literatura brasileira, merecendo comemorações especiais em todas as instituições de cultura do País e do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendonça Neto, que falará em nome da Câmara dos Deputados, designado que foi pelo Presidente Ibsen Pinheiro. (Palmas.)

O SR. MENDONÇA NETO — (PDT — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Ex^o Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides, Exm^o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, Sr^as e Srs. Congressistas, Sr^as e Srs. Convocados, Ilm^o Sr^a Heloísa Ramos, demais parentes e amigos de Graciliano Ramos, representantes do Sindilegis, autor da iniciativa da idéia, e demais presentes nesta Casa. Hoje o Senado Federal e a Câmara dos Deputados reúnem-se para homenagear o centenário de

nascimento do escritor Graciliano Ramos. Entretanto, esta sessão é algo mais do que uma homenagem pura e simples. No seu bojo, traz o reconhecimento àquele que, homem público e escritor de infinitos méritos, soube reger sua vida pelo signo da dignidade, da honestidade e, sobretudo, do respeito ao próximo.

Para Graciliano, mais valia o homem. Na sua essência de pensamento, estava o ser humano como centro e razão do universo. Ateu convicto, ou, como disse em carta ao próprio pai, "graças a Deus", o escritor acreditava que as verdadeiras obras divinas, o mundo e o ser humano, estavam fadadas ao bem-estar. E, mesmo quando, em seus textos, denunciava a existência dos Fabianos, dos soldados amarelinhos, dos coronéis prepotentes, dizia tão-somente que este mesmo homem que depreda detém nas mãos o poder para a confecção da nova aurora. A aurora boa da generosa e interminável colheita humana.

Por tudo isso, como representante do povo alagoano, principalmente, é que trago agora comigo o orgulho de ser um dos oradores desta homenagem ao homem e ao escritor Graciliano Ramos.

À parte isso, um outro dado fático em sua essência estimula ainda mais meu orgulho. Quando, em 1953, morreu Graciliano, coube a meu pai, o Deputado Federal Mendonça Júnior, fazer o necrológio do escritor desta mesma tribuna da Câmara dos Deputados, há quarenta anos, portanto.

As lições do relatório.

Homem público que soube dignificar cada um dos seus atos e escritor que soube trazer força e emoção para cada uma de suas palavras; para Palmeira dos Índios; para Quebrangulo; para Alagoas, Graciliano Ramos é um verdadeiro herói. Um herói que, de um minúsculo jornal literário, *Dilúculo*, com 200 exemplares de tiragem e feito pelo moço girassiano, fez uma carreira literária, ultrapassando todas as barreiras da língua Portuguesa, e ganhou o mundo. Um herói que, mesmo indicado Prefeito pelo Partido Democrata, nem com esse mantinha alianças comprometedoras de sua independência e não media palavras para censurar e escarnecer os atos que considerava imorais. Um herói, ém suma, sem nunca deixar de ser aquele moço que o vilarejo considerava "estranho", sempre metido com os livros e que, durante toda sua vida, manteve a coerência de atos, caráter e ação.

Graciliano trouxe sempre consigo o carisma da honestidade. Era honesto quando, mesmo em tom de brincadeira, descrevia-se à noiva: "Furtar, propriamente não furto. Sou ingrato e injusto, grosseiro e insensível à dor alheia, um acervo de ruindade. Poderia também acrescentar que sou estúpido, mas isto é virtude". Era honesto, e agora com toda seriedade do mundo, quando comprava brigas imensas para defender o bem público.

No peito do escritor batia incansável o coração dos justos, coisa peculiar à sua gente, calejada de injúrias que é permanente vítima de um sistema cruel e injusto. Sertanejo feito de uma só peça, um caráter, uma consciência, não foi só e tão-somente um grande escritor. Foi um grande homem. Foi um exemplo que Alagoas legou ao Brasil. Esta mesma Alagoas em que hoje lançam lama e escárnio, com as garras vis da corrupção e da malversação do dinheiro público. Lembra Jorge de Lima, repito: Nossas Alagoas são outras, jamais a dos aventureiros que agora prosperam impunemente.

Nascido em 27 de outubro de 1892, em Quebrangulo, viveu até os 60 anos, quando, em 20 de março de 1953, morre

no Rio de Janeiro. Durante estes anos, através da palavra escrita, deixou a marca universal do seu exemplo, de suas lições e de seu talento único.

Depois de publicar sonetos e artigos em jornais, foram dois relatórios remetidos ao Governo de Alagoas que o fizeram conhecido como escritor. O fato é público, mas convém trazê-lo à colação.

Em outubro de 1927, por indicação do chefe político de Palmeira dos Índios, o "Coronel" Chico Cavalcanti, foi escolhido prefeito. Era a época das eleições a "bico-de-pena". Já prevendo seu destino como político, escreveu à noiva, D. Heloísa:

"Que história é essa de posição elevada? Enganaram-te, minha filha. Para os cargos de administração municipal escolhem de preferência os imbecis e os gatunos. Eu, que não sou gatuno, que tenho na cabeça uns parafusos de menos, mas não sou imbecil, não dou para o ofício e qualquer dia renuncio."

Este dia não tardou à chegar, mas, bem antes, os relatórios, escritos em estilo inédito, despertaram a curiosidade do editor Augusto Frederico Schmidt, levando-o a farejar ali um escritor pronto e acabado. Estava aberto o caminho do romancista épico da caatinga do agreste e do sertão nortino.

A importância destes documentos, no entanto, deve ainda ser medida pelo que traz de lições de austeridade, respeito ao bem público e fino senso de humor. Por ele se vê um homem que não mediou esforços para corrigir a seu modo as tantas injustiças do tempo, um homem avesso ao processo administrativo habitual daquela quadra do século, que acabou sendo excluído do jogo de poder, onde se vive de cartas marcadas e de trapaceiras.

O intelectual no poder

Naqueles documentos, apesar de sua forte dose de bom humor, pode-se extrair impagáveis lições. Começava pelo abuso de poder incorporado, parece, a todos os cidadãos. "Havia em Palmeira, diz ele, inúmeros prefeitos. Cada pedaço do município tinha sua administração particular, com Prefeitos Coronéis e Prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses resolviam questões de polícia e advogado". Isso tudo como se não bastasse o número excessivo de funcionários municipais. Coisa que não o intimidou. "Dos funcionários que encontrei em janeiro do ano passado restam poucos: saíram os que faziam política e os que não faziam coisa nenhuma".

Neste mesmo ritmo, cortou as despesas inúteis, como as que eram feitas com telegramas a propósito de tudo e de coisa nenhuma. Era o respeito ao dinheiro público que, reconhecia, "poderia ser mais útil se estivesse nas mãos, ou nos bolsos, de outro menos incompetente do que eu; em todo o caso, transformando-o em pedra, cal, cimento, etc., sempre procedo melhor que se o distribuísse com os meus parentes, que necessitam, coitados".

E segue, para não nos alongarmos muito, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a falar da extinção de privilégios, de um contrato espúrio, feito na administração anterior, para a iluminação pública municipal, um *bluff* — "pagamos até a luz que a lua nos dá" — das obras do cemitério, que teve de protelar, justificando que "os mortos esperarão mais algum tempo, são os municípios que não reclamam", ou de como favoreceu a agricultura local, finalizando com o que seria

a síntese de todo o seu pensamento de administrador. "Não favoreci ninguém".

A visão do bom administrador provocou, naturalmente, muito desagravo. Quando afastou, por incompetência, o Tesoureiro da Prefeitura, seu irmão, o Vice-Prefeito José Alcides de Moraes, renunciou. Até mesmo seu pai, Sebastião Ramos, teve que pagar multa ao Município por deixar seus animais à solta. E, diante da queixa paterna, Graciliano foi ríspido: "Prefeito não tem pai. Eu posso pagar sua multa. Mas terei que apreender seus animais toda vez que o senhor os deixar na rua".

O município ganhou novas esperanças com a passagem do intelectual Graciliano Ramos por sua prefeitura. Entretanto, as forças políticas não suportaram a quebra de seus privilégios seculares. Após vinte e sete meses de trabalho, frustrado, o escritor renuncia o mandato. Era o fim de sua carreira política, mas o exemplo de suas ações ficou até hoje, nas consciências e na memória da cidade.

Registro aqui, aliás, **em passant**, a perda de outro grande palmeirense, Luís Torres, grande escritor, que faleceu há três dias.

Os escândalos que marcam hoje a administração do Brasil, os escândalos que tanta humilhação tem trazido para as Alagoas são a continuidade do coronelismo impune, da época dos "industriais da seca", de uma sociedade mantida artificialmente em um nível social e econômico feudal. Um Brasil cabisbaixo, que mereceu o repúdio e a luta do escritor e do homem Graciliano Ramos.

O pensamento social e libertário

Foi a partir do relatório que Graciliano, mesmo a contragosto, tirou da gaveta os originais de *Caetés*, seu primeiro romance publicado. O livro fora escrito em Palmeira dos Índios, entre 1926 e 1927, quando o autor andava pelos 34 anos. Ali, numa das cidades do sertão alagoano, uma das mais afastadas do litoral, o escritor tinha produzido um romance que o situa na tradição de *Eça de Queiroz* e *Machado de Assis*, *Balzac* e *Flaubert*, *Tolstoi* e *Dostoevski*, *Stendhal*, e *Anatole France*.

Deste romance, que já o inscrevia na melhor linhagem dos nossos romancistas psicológicos, romance de um observador do coração humano, segue-se uma obra inquietante em sua realidade. Homens duros, mulheres determinadas, meninos obrigados a um amadurecimento a fórceps saltam de suas páginas como figurantes de um batalhão de deserdados do mundo. São os habitantes mais diletos de uma terra onde parece não haver concessões à condição humana. Todos os passos dados em direção ao futuro parecem ser vãos. São Fabianos, Paulos Honórios, Madalenas, Alexandres, passando pelo mundo como se a isso fossem obrigados. Como um karma.

Esta legião hoje se espalha por uma obra de doze livros, traduzidos para cerca de trinta idiomas, do finlandês ao japonês, passando até pelo sânscrito, uma emoção imensurável para D. Heloísa, circulando no Brasil em quase cinco milhões de exemplares e no exterior em mais de um milhão de unidades.

Esse universo, descrito por Graciliano como denúncia de um submundo que até hoje trema em subsistir, chocou mundos mais civilizados, embora não menos cruéis. Quando transpôs para o cinema "Vidas Secas", o cineasta Nelson Pereira dos Santos — que, para nossa honra, está aqui presente — se viu constrangido a cortar uma de suas cenas mais dramáticas.

ticas: a morte da cadela Baleia. Era a obrigação imposta pela Sociedade Protetora dos Animais para que a película fosse projetada nos cinemas ingleses. Entretanto, esta mesma sociedade até hoje se mantém indiferente à legião de Fabianos que ainda rondam as cidades brasileiras.

Como na vida não fez concessão aos ditames de sua crença e de sua consciência, na prosa não fez concessão à denúncia do cotidiano famélico dos tantos desiludidos do destino que viu, como fantasmas, cruzarem as ruas de Palmeira dos Índios, de Buíque, de Quebrangulo. Comunista, Graciliano era demasiado fiel a si mesmo para calar, diante dos erros que porventura vislumbrasse, mesmo no "Paraíso Socialista". Era de seu feitio, de uma admirável e inquebrantável ética, não aprovar fanatismos, nem crimes, viessem de onde viessem, em nome de que doutrina procurassem justificar-se. E isso estava claro em sua contundente obra literária. Uma obra que, de tão sincera, chegou a ser confundida como pessimista e cética.

O folclore literário narra que, certa feita, estava sentado no seu banco, na Livraria José Olympio, quando foi cumprimentado pelo crítico Otto Maria Carpeaux: "Bom dia, Graciliano". "Você acha?", teria ríspidamente dito, em resposta ao cumprimento.

Verdade ou não, o certo é que ninguém pode ser otimista, diante deste País de heróis famintos e maltrapilhos. Heróis de um cotidiano cruel. E Graciliano trazia consigo o peito transbordando de honestidade para se enganar e desconhecer esta verdade. Neste particular, vale o depoimento do escritor Jorge Amado: "Pessimista em relação aos políticos e à vida literária".

Graciliano, o homem

Graciliano, enfim, não pode ser chamado de seco. Educado na rigidez do seu sertão, poderia, no dizer do poeta João Cabral de Mello Neto, até trazer no seu linguajar "as palavras de pedra". Era o Graciliano rude da escrita que o mesmo João Cabral não se furtou em descrever:

"Falo somente por quem falo:/por quem existe
nesses climas/condicionados pelo sol,/pelo gavião e ou-
tras rapinas:// e onde estão os solos inertes/ de tantas
condições caatinga/em que só cabe cultivar/o que é
sinônimo da míngua."

Foi o "sinônimo da míngua", única cultura possível numa terra onde só falta água, e esta pouca falta é falta de tudo, sobretudo porque este Nordeste se cerca dos imensos rios Parnaíba e São Francisco, que secou a alma do velho Graça. E sua alma outra coisa não podia fazer senão confirmar a assertiva de José Américo de Almeida: "Pior que morrer de fome no deserto é não ter o que comer nas terras de Canaã".

Mesmo assim, Graciliano Ramos foi um homem que soube rir e amar. Trazia em si o humorista fino e sutil. O domínio da língua se mostra por inteiro no cronista excessivamente bem humorado dos seus livros "viventes das Alagoas" e "Linhas Tortas". A amizade era uma prática constante, como depõem os tantos amigos que fez vida à fora. Mas o amor se revela em sua plenitude nas cartas que escreveu a D. Heloísa Ramos. Ali o homem se mostra por inteiro, está desnudo, nada esconde, deixando suas lições de humanidade.

Aliás, cabe aqui um parêntese todo especial à mulher, à companheira permanente, D. Heloísa Ramos. Hoje aqui ela está como símbolo da mulher nordestina. E o escritor

Graciliano escreveu uma obra fantástica sobre ela, sobre todas as mulheres nordestinas e sobre todos os seres nordestinos. Mulher inquebrantável, Graciliano a conheceu durante uma festa de Natal em Palmeira dos Índios. A brincadeira dos jovens da época era a carceragem. Uma jovem ficava "presa", e, para tirá-la "da prisão", o rapaz pagava uma prenda, destinada à Igreja. Graciliano pagou uma fortuna para libertar D. Heloisa. E sem perda de tempo a pediu em casamento, atenuando suas dúvidas quanto ao amor que sentia por ele em uma única frase: "O amor que tenho é tanto que dá para nós dois". Estava selada uma paixão que perdura até os dias de hoje, mesmo já se tendo passado quarenta anos da morte do escritor. Para D. Heloisa, Graciliano continua vivo. E ele, que detestava mulheres submissas, encontrou nesta mulher o arrimo necessário às suas dores e a companheira para dividir suas alegrias escassas.

Injustamente preso sem processo e sem culpa, Graciliano viu testada a força e a determinação de D. Heloisa. Em momento algum ela fraquejou, e era o tônico necessário para os instantes de dor e humilhações infundadas e gratuitas. O cárcere, a não ser fisicamente, não alquebrou Graciliano, antes lhe deu a matéria necessária para mais uma análise dos espíritos, tão rasteiros e mesquinhos, da humanidade que detém o poder.

Era a ação de um Estado que marcava a inteligência com faca aguda, cruel e fria. Um Estado que hoje se repete na elevação do índice de analfabetismo do nosso povo. Era a ação de um estado que se repete no desrespeito ao homem e no "emburrecimento" massivo de nossa juventude, que se vê obrigada a fingir que estuda em faculdades, onde professores fingem que ensinam. É um país que tem o mórbido prazer em maltratar a inteligência e dela se desfazer.

Graciliano, na humildade do homem, sabia disso tudo e contra isso tudo lutou e fez a razão de sua existência. Mesmo consciente de sua força de escritor reconhecido, não se sentia humilhado em trabalhar como revisor de um jornal. Já em 1914, dizia em carta à sua mãe: "O que é preciso é o sujeito estar preparado para receber todos os choques da adversidade." E acrescentava: "O verdadeiro infeliz é aquele que está com fome e não encontra no bolso dois tostões para comprar um copo de leite".

Na sua poesia de pedra e caatinga, Graciliano construiu o seu País, não de denúncia, mas de constatação de que o mundo não seria justo enquanto qualquer homem não tivesse no bolso os tostões necessários ao copo de leite. E essa talvez fosse a maior adversidade do seu coração de homem bom, que escondia por trás da dureza sertaneja uma alma que chorava por cada vivente sofredor das Alagoas.

Alagoas até hoje vive na miséria que Graciliano descreveu. Seus filhos verdadeiros, dignos deste nome, se têm esmerado numa luta desigual contra os industriais do crime e da corrupção. E, para cada colarinho branco que se locupleta do dinheiro público, para cada balde de lama que jogam sobre o Estado, Alagoas revive de esperança na voz e no canto de um Djavan, na honradez e na dignidade de um Pontes de Miranda, na docura e na justiça de um Jorge de Lima, o maior poeta do Brasil, na austeridade de um Deodoro da Fonseca, no respeito à coisa pública de um Góes Monteiro, na inventividade melódica de um Hermeto Pascoal. São essas as Alagoas que sonhamos e que certamente lutaremos para legar aos nossos filhos e netos. Porque elas existem e jamais se confundem com essa mixórdia que domina o Brasil como abutres.

Graciliano nos deixou o exemplo de homem público e de artista. Cabe-nos segui-lo a passos largos, pois o futuro, tenho certeza disso, está nas palavras deste homem que soube como poucos conciliar humildade, dignidade, honradez, inteligência, espírito prático e arte.

Não desanimaremos. E, quando nossos horizontes forem turvados pelas sombras da indignidade e do medo, que avulta nos tempos, é de suma importância repetir com o imortal Graciliano Ramos. "E o milagre gorou. É conveniente que se arranjam outros".

Dante da dignidade de aço deste cidadão do agreste e do mundo, da linguagem sem precedentes ou dos sucessores que inventou, do estoicismo e da bravura com que defendeu suas idéias, pode-se dizer, repetindo o epitáfio do artista florentino: "Tanto nomini nulum par elogium" — "Tão grande nome nenhum elogio alcança".

Em todo caso, encerro, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, arriscando dizer que Graciliano Ramos deixa duas marcas eternas: o talento inigualável e o caráter de aço e mel, a pureza, a docura e a fibra das Alagoas, as nossas Alagoas, que nos trazem a esta tribuna para a reverência a um homem síntese da alma nordestina, a verdadeira, a limpa, a cristalina alma dos que não se rendem, não se vendem nem compram ninguém, do artista de gênio que a história consagra na memória deste dia, o dia de Graciliano Ramos, o dia da renovação de nossa fé na prevalência do que há de melhor em cada ser humano. Com honra, humildade e bravura resistiremos. Com este imortal Graciliano Ramos das Alagoas.

Admirável guerreiro da resistência humana. Arquiteto das palavras capazes de construir uma humanidade nova, justa, sólida e solidária, contra a estupidez e a barbárie que querem prevalecer no mundo.

Esta é a lição da vida e da obra do escritor das Alagoas, que aqui, agora e sempre acatamos como testemunho exemplar inexcavável.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho, que falará em nome do Senado Federal.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides, Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, Exmº Embaixadores, Exmº Sr. Embaixador Sérgio Paulo Rouanet, Sr. Heloisa Ramos e demais familiares do escritor Graciliano Ramos, Exmº Srº e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, nesta sessão solene de justas comemorações do centenário de Graciliano Ramos, o Congresso Nacional saúda o Guerreiro invicto da causa da liberdade, que fez ecoar a voz indomada dos clamores da tragédia humana e cultuou o profeta inflexível da dignidade na função pública. Saúdo Graciliano como um vastíssimo conjunto de incômodas atualidades, até vexatórias pela eloquência de suas denúncias. Mas saúdo também o desaguardouro de alentadoras esperanças, por parte de quem jamais intimidou com a repressão, nem se encantou com o poder, nem se manchou com a corrupção.

Saudo, portanto, mais, muito mais que o representante maior do pós-modernismo do Brasil, celebrado em seus onze títulos e cinco milhões de exemplares; lembro mais, bem mais que o sofrido artesão da palavra, incomparável na precisão de sua prosa, sóbria, de uma sobriedade quase avara.

Escritor e político, cidadão e administrador público, é difícil, quase impossível apreciá-lo em comportamentos estanques, pois foi sempre uno na sua inteireza e inteiro na sua unidade.

Saúdo, por isso, o exemplo vivo do administrador que imprimiu à função pública a dignidade que a sociedade reclama e soube cercar seus gestos e postura de austeridade que caracteriza os íntegros. Graciliano soube entrar na história de Alagoas como o administrador capaz, escrupuloso, mas sobretudo impregnado do sentido da coisa pública — exemplo raro, infelizmente raro e, por isso mesmo, carregado de atualidade e emblematicamente impregnado de denúncias. O Brasil saúda, em seus relatórios famosos, o escrúpulo administrativo que jamais é bastante e o zelo público que jamais é excessivo.

Desculpem-me se me desvio das virtudes do escritor e dos exemplos do político para ressaltar obviedades do cidadão. Mas estendam sua compreensão e suas desculpas também ao Brasil, que se vê irresistivelmente compelido a cantar a dignidade do homem público como penhor da própria cidadania, da normalidade institucional e da estabilidade do processo democrático. Até quando a seriedade com a coisa pública será louvada como se exceção fosse e se regra não devesse ser?

Bendito Graciliano, bendido alagoano... Mais que uma rima, a identidade com destino histórico de um povo, com seu passado de dignidade, que não se enxovalhará com eventuais fraquezas de alguns de sua gente.

Bendito Graciliano... Bendito alagoano, que a intolerância política perseguiu e prendeu, mas que não conseguiu macular.

Bendito Graciliano... Por quatro anos foi jogueteado de prisão em prisão, de masmorra em masmorra, sem uma acusação sequer, sem sequer ter sido ouvido! A prisão que não o acusou também não conseguiu cooptá-lo.

Perseguido político, nem assim enfraqueceu ou reprimiu seu canto de liberdade. Nem a prisão calou sua voz, que saiu das masmorras em forma de memórias — a tragédia pessoal como brado de alerta contra a opressão sob qualquer forma ou pretexto.

Na prisão ou fora dela, Graciliano soube entoar seu canto de liberdade, guerreiro invicto, que pôs a experiência e o drama pessoal a serviço da causa universal da liberdade, da tolerância e da dignidade humana, jamais como penhor de promoção pessoal nem hipoteca literária; ao contrário, Graciliano deu uma dimensão política a suas memórias, enriqueceu de visão social, os seus romances e encheu de humanismo sua prosa sóbria, de uma sobriedade quase avara.

Bendito Graciliano...

Sinônimo e porta-voz da liberdade política, Graciliano é também a voz que clama pelo resgate da dívida social. Sua maior lição, a que está presente em sua obra, é a visão de um homem que entendeu como poucos que não basta a liberdade política formal de expressão, de pensamento, mas é urgentemente necessária a democracia social da igualdade de oportunidades. Graciliano expôs ao País o drama dos Fabianos e das Sinhás Vitórias, massacrados pelas secas, mas, sobretudo, esmagados por estruturas de opressão, espelhando o drama do flagelado, antecipando a tragédia dos migrantes.

Que grande e significativa homenagem para esse profeta da saga nordestina, se os sertões de suas vidas secas não continuassem, hoje, como ontem, apenas gigantescos campos de extermínio a céu aberto, delimitados pelo garrancho dos marmeleiros e pelo clamor do homem espoliado!

Cuida, Graciliano, apressa-te Fabiano. É a fuga ou a morte, porque, para os sertanejos da nossa terra, o horizonte e as perspectivas continuam tão cinzentos quanto os garranchos da caatinga desfolhada... Lá ainda morrem Fabianos de fome, ainda padecem de sede Sinhás Vitórias. Cuida do teu Fabiano, mas dá-lhe um rumo, porque Nordeste e Sul se homogenizam em índices cada vez mais infamantes de miséria. O Nordeste saiu da caatinga, Graciliano, deixou de ser referência Geográfica para virar referencial sócio-econômico de pobreza e miséria. Há nordestes espalhados Brasil afora, onde o horizonte é igualmente cinzento e sombrio.

É alentador, de qualquer forma, que o Congresso Nacional reverencie a memória de um escritor, político e cidadão tão questionador em suas denúncias, tão emblematicamente incômodo em sua postura e em sua história. Incômodo na sua cruzada, incomodamente oposicionista em sua trincheira.

Graciliano, hoje, sofreria certamente a discriminação e a perseguição política pelo questionamento político que representava sua postura pessoal e sua prática administrativa. Seria, com certeza, um arauto da oposição à política de esmagamento de direitos sociais; de aprofundamento da miséria e da extensão e massificação da tragédia dos Fabianos e das Sinhás Vitórias. Graciliano, hoje, traria suas vidas secas para as cidades, para as favelas da periferia, onde vegetam Fabianos, tangidos do campo pela falta de trabalho e de terra, um incômodo para as elites, para o poder, para os Governos. São Fabianos sem terra, sem água, porque água existe, mas falta política da água. Água existe, mas não para os Fabianos, pois, nos torrados sertões, ela é cada vez mais concentrada para servir de penhor de servidão e de opressão, hipoteca de dominação eleitoral e política e moeda de troca para a sustentação de estruturas de opressão. Barganha-se nos sertões com a sede as Sinhás Vitórias.

Político em sua dimensão mais abrangente, administrador, funcionário público, escritor, Graciliano seria hoje, como ontem o foi, um porta-voz de seu tempo, identificado com os sonhos de sua gente, afinado com as tragédias de seu povo. Graciliano sempre atual, mais do que nunca universal, porque soube, como poucos, moldar com o seu tempo e sua época o cenário da imortalidade e fazer da tragédia e dos sentimentos humanos a matéria-prima de sua arte!

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Ao encerrar a presente sessão solene, com a qual o Congresso Nacional reverencia a memória impecável, de Graciliano Ramos, na passagem do centenário de seu nascimento, agradeço às autoridades civis, militares e diplomáticas a sua presença. Agradeço também, de forma particular, à viúva de Graciliano Ramos e a seus familiares, que trazem realmente a esta sessão a marca de profunda emoção para todos nós, representantes do povo brasileiro com assento nas duas Casas do Congresso Nacional.

A Presidência convida os presentes para um concerto de piano, intitulado “O Brasil e a Baleia”, de autoria do maestro Guilherme Vaz, com leitura de textos de Graciliano Ramos pelo ator Joel Barcelos. O concerto ocorrerá no Salão Negro do Congresso Nacional. Declaro, portanto, encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas 50 minutos.)

Ata da 19^a Sessão Conjunta, em 27 de maio de 1992

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

**ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:**

Albano Franco – Alexandre Costa – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Amazonino Mendes – Antonio Mariz – Aureo Mello – Beni Veras – Carlos De’Carli – Carlos Patrício – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Sabóia de Carvalho – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Enéas Faria – Esperidião Amin – Epitácio Cafeteira – Fernando Henrique Cardoso – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Gerson Camata – Guiherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Hydekel Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – José Eduardo – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Richa – Júlio Campos – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Lourenberg Nunes Rocha – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Marluce Pinto – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Pedro Simon – Rachid Saldanha Derzi – Raimundo Lira – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Teotonio Vilela Filho – Valmir Campelo – Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA	PTB
AVENIR ROSA	PDC
FRANCISCO RODRIGUES	PTB
JOAO FAGUNDES	PMDB
MARCELO LUZ	PTR
RUBEN BENTO	BLOCO
TERESA JUCA	PDS

AMAPÁ

AROLDO GOES	PDT
ERALDO TRINDADE	BLOCO
FATIMA PELAES	BLOCO
LOURIVAL FREITAS	PT
MURILLO PINHEIRO	BLOCO
VALDENOR GUEDES	PTR

PARA'

ALACID NUNES	BLOCO
CARLOS KAYATH	PTB
DOMINGOS JUVENIL	PMDB
ELIEL RODRIGUES	PMDB
GERSON PERES	PDS
GIOVANNI QUEIROZ	PDT
HERMINIO CALVINHO	PMDB
HILARIO COIMBRA	PTR
JOSE DIOGO	PDS
MARIO CHERMONT	PTR
MARIO MARTINS	PMDB
NICIAS RIBEIRO	PMDB
OSVALDO MELO	PDS
PAULO ROCHA	PT
PAULO TITAN	PMDB
SOCORRO GOMES	PCdoB

AMAZONAS

ATILA LINS	BLOCO
BETH AZIZE	PDT
EDUARDO BRAGA	PDC
EZIO FERREIRA	BLOCO

JOSE DUTRA	PMDB
PAUDERNEY AVELINO	PDC
RICARDO MORAES	PT

RONDÔNIA

ANTONIO MORIMOTO	PTB
EDISON FIDELIS	PTB
MAURICIO CALIXTO	BLOCO
PASCOAL NOVAES	BLOCO
RAQUEL CANDIDO	PTB
REDITARIO CASSOL	PTR

ACRE

ADELAIDE NERI	PMDB
CELIA MENDES	PDS
JOAO MAIA	BLOCO

RONIVON SANTIAGO	BLOCO	PIAUI	
ZILA BEZERRA	PMDB		
TOCANTINS		B. SA	PTR
		CALDAS RODRIGUES	PTB
DERVAL DE PAIVA	PMDB	CIRO NOGUEIRA	BLOCO
EDMUNDO GALDINO	PSDB	JESUS TAJRA	BLOCO
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	PDC	JOAO HENRIQUE	PMDB
HAGAHUS ARAUJO	PMDB	JOSE LUIZ MAIA	PDS
MELQUIADES NETO	PDC	MURILLO RESENDE	PMDB
PAULO MOURAO	PDS	MUSSA DEMES	BLOCO
		PAES LANDIM	BLOCO
		PAULO SILVA	PSDB
MARANHAO		RIO GRANDE DO NORTE	
CESAR BANDEIRA	BLOCO		
CID CARVALHO	PMDB	ALUIZIO ALVES	PMDB
COSTA FERREIRA	PTR	HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB
DANIEL SILVA	PDS	IBERE FERREIRA	BLOCO
HAROLDO SABOIA	PDT		
JAYME SANTANA	PSDB	JOAO FAUSTINO	PSDB
JOAO RODOLFO	PDS	LAIRE ROSADO	PMDB
JOSE BURNETT	BLOCO	NEY LOPES	BLOCO
JOSE CARLOS SABOIA	PSB		
JOSE REINALDO	BLOCO	PARAIBA	
NAN SOUZA	PST		
PEDRO NOVAIS	PDC	ADAUTO PEREIRA	BLOCO
RICARDO MURAD	BLOCO	EDIVALDO MOTTA	PMDB
ROSEANA SARNEY	BLOCO	EFRAIM MORAIS	BLOCO
SARNEY FILHO	BLOCO	EVALDO GONCALVES	BLOCO
		FRANCISCO EVANGELISTA	PDT
CEARA		IVAN BURITY	BLOCO
AECIO DE BORBA	PDS	JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO	JOSE MARANHAO	PMDB
ARIOSTO HOLANDA	PSB	RIVALDO MEDEIROS	BLOCO
CARLOS VIRGILIO	PDS	ROBSON PAULINO	PMDB
EDSON SILVA	PDT		
ERNANI VIANA	PSDB	PERNAMBUCO	
GONZAGA MOTA	PMDB	ALVARO RIBEIRO	PSB
JACKSON PEREIRA	PSDB	FERNANDO BEZERRA COELHO	PMDB
JOSE LINHARES	PSDB	GILSON MACHADO	BLOCO
LUIZ GIRAO	PDT	INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO
LUIZ PONTES	PSDB	JOAO COLACO	PTR
MARCO PENAFORTE	PSDB	JOSE CARLOS VASCONCELLOS	BLOCO
MARIA LUTZA FONTENELE	PSB	JOSE MENDONCA BEZERRA	BLOCO
MAURO SAMPAIO	PSDB	JOSE MOURA	BLOCO
MORONI TORGAN	PSDB	JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO
PINHEIRO LANDIM	PMDB	LUTZ PIAUHYLINO	PSB
SERGIO MACHADO	PSDB	MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
UBIRATAN AGUIAR	PMDB	MAVIAEL CAVALCANTI	BLOCO
VICENTE FIALHO	BLOCO	MIGUEL ARRAES	PSB
		NILSON GIBSON	PMDB

PEDRO CORREA	BLOCO	JORGE KHOURY	BLOCO
RENILDO CALHEIROS	PCdoB	JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO
RICARDO HERACLIO	BLOCO	JOSE FALCAO	BLOCO
ROBERTO FRANCA	PSB	JOSE LOURENCO	PDS
ROBERTO FREIRE	PCB	JUTAHY JUNIOR	PSDB
ROBERTO MAGALHAES	BLOCO	LEUR LOMANTO	BLOCO
SALATTIEL CARVALHO	PTR	LUIS EDUARDO	BLOCO
TONY GEL	BLOCO	LUIZ MOREIRA	PTB
WILSON CAMPOS	PMDB	MANOEL CASTRO	BLOCO
ALAGOAS			
ANTONIO HOLANDA	BLOCO	NESTOR DUARTE	PMDB
AUGUSTO FARIA	BLOCO	PEDRO IRUJO	BLOCO
JOSE THOMAZ NONO	PMDB	PRISCO VIANA	PDS
LUIZ DANTAS	BLOCO	SERGIO GAUDENZI	PDT
MENDONCA NETO	PDT	TOURINHO DANTAS	BLOCO
OLAVO CALHEIROS	PMDB	ULDURICO PINTO	PSB
ROBERTO TORRES	PTB	WALDIR PIRES	PDT
VITORIO MALTA	BLOCO	MINAS GERAIS	
SERGIPE			
BENEDITO DE FIGUEIREDO	BLOCO	AECIO NEVES	PSDB
DJENAL GONCALVES	PDS	AGOSTINHO VALENTE	PT
EVERALDO DE OLIVEIRA	BLOCO	ALOISIO VASCONCELOS	PMDB
JERONIMO REIS	BLOCO	ANNIBAL TEIXEIRA	PTB
JOSE TELES	PDS	ARACELY DE PAULA	BLOCO
MESSIAS GOIS	BLOCO	AVELINO COSTA	PL
PEDRO VALADARES	PST	CAMILO MACHADO	BLOCO
BAHIA			
ALCIDES MODESTO	PT	CELIO DE CASTRO	PSB
ANGELO MAGALHAES	BLOCO	EDMAR MOREIRA	BLOCO
AROLDO CEDRAZ	BLOCO	ELIAS MURAD	PSDB
BENITO GAMA	BLOCO	FELIPE NERI	PMDB
BERALDO BOAVENTURA	PDT	FERNANDO DINIZ	PMDB
CARLOS ALBUQUERQUE	BLOCO	GENESIO BERNARDINO	PMDB
CLOVIS ASSIS	PDT	GETULIO NEIVA	PL
ERALDO TINOCO	BLOCO	HUMBERTO SOUTO	BLOCO
FELIX MENDONCA	PTB	IBRAHIM ABI-ACKEL	PDS
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	IRANI BARBOSA	PL
GENEBALDO CORREIA	PMDB	ISRAEL PINHEIRO	PRS
HAROLDO LIMA	PCdoB	JOAO PAULO	PT
JABES RIBEIRO	PSDB	JOAO ROSA	BLOCO
JAIRO AZI	PDC	JOSE ALDO	PRS
JAIRO CARNEIRO	BLOCO	JOSE BELATO	PMDB
JAQUES WAGNER	PT	JOSE GERALDO	PMDB
JOAO ALMEIDA	PMDB	JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	BLOCO
JOAO ALVES	S/P	JOSE ULISSES DE OLIVEIRA	PRS
JONIVAL LUCAS	PDC	LAEL VARELLA	BLOCO
		LEOPOLDO BESSONE	PST
		LUIZ TADEU LEITE	PMDB
		MARCOS LIMA	PMDB
		MARIO DE OLIVEIRA	PTR
		MAURICIO CAMPOS	PL
		ODELMO LEAO	BLOCO

OSMANIO PEREIRA	PSDB	LYSANEAS MACIEL	PDT
PAULINO CICERO DE VASCONCELOS	PSDB	MARCIA CIBILIS VIANA	PDT
PAULO DELGADO	PT	MARINO CLINGER	PDT
PAULO ROMANO	PFL	MIRO TEIXEIRA	PDT
PEDRO TASSIS	PMDB	NELSON BORNIER	PL
RAUL BELEM	BLOCO	PAULO DE ALMEIDA	PTB
ROMEL ANISIO	BLOCO	PAULO PORTUGAL	PDT
RONALDO PERIM	PMDB	PAULO RAMOS	PDT
SAMIR TANNUS	PDC	REGINA GORDILHO	PDS
SANDRA STARLING	PT	ROBERTO CAMPOS	BLOCO
SAULO COELHO	PSDB	RUBEM MEDINA	BLOCO
SERGIO NAYA	PMDB	SANDRA CAVALCANTI	PCB
TILDEN SANTIAGO	PT	SERGIO AROUCA	PDT
VITTORIO MEDIOLI	PSDB	SERGIO CURY	PV
WAGNER DO NASCIMENTO	BLOCO	SIDNEY DE MIGUEL	BLOCO
WILSON CUNHA	PTB	SIMAO SESSIM	PDT
ZAIRE REZENDE	PMDB	VIVALDO BARBOSA	PT
		VLADIMIR PALMEIRA	

ESPIRITO SANTO

ALOIZIO SANTOS	PMDB	SAO PAULO	
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	PMDB	ALBERTO GOLDMAN	PMDB
JOAO BAPTISTA MOTTA	PSDB	ALBERTO HADDAD	PTB
JORIO DE BARROS	PMDB	ALDO REBELO	PCdoB
NILTON BAIANO	PMDB	ALOIZIO MERCADANTE	PT
PAULO HARTUNG	PSDB	ANDRE BENASSI	PSDB
RITA CAMATA	PMDB	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB
ROBERTO VALADAO	PMDB	ARNALDO FARIA DE SA	BLOCO

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL	PTB	CARDOSO ALVES	PTB
AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO	CUNHA BUENO	PDS
ARTUR DA TAVOLA	PSDB	DELFIN NETTO	PDS
BENEDITA DA SILVA	PT	DIOGO NOMURA	PL
CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT	EDEVALDO ALVES DA SILVA	PDS
CARLOS SANTANA	PT	EDUARDO JORGE	PT
CESAR MAIA	PMDB	ERNESTO GRADELLA	PT
CIDINHA CAMPOS	PDT	EUCLIDES MELLO	BLOCO
EDESIO FRIAS	PDT	FABIO FELDMANN	PSDB
EDUARDO MASCARENHAS	PDT	FABIO MEIRELLES	PDS
FABIO RAUNHEITI	PTB	FAUSTO ROCHA	BLOCO
FRANCISCO SILVA	PST	FLORESTAN FERNANDES	PT
JAIR BOLSONARO	PDC	GASTONE RIGHI	PTB
JAMIL HADDAD	PSB	HEITOR FRANCO	BLOCO
JANDIRA FEGLALI	PCdoB	HELIO BICUDO	PT
JOAO MENDES	PTB	HELIO ROSAS	PMDB
JOSE CARLOS COUTINHO	PDT	IRMA PASSONI	PT
JOSE EGIDIO	BLOCO	JORGE TADEU MUDALEN	PMDB
JOSE VICENTE BRIZOLA	PDT	JOSE DIRCEU	PT
JUNOT ABI-RAMIA	PDT	JOSE GENOINO	PT
LAERTE BASTOS	PDT	JOSE MARIA EYMAEL	PDC

JOSE SERRA	PSDB	JOAO NATAL	PMDB
KOYU IHA	PSDB	LAZARO BARBOSA	PMDB
LIBERATO CABOCLO	PDT	LUCIA VANIA	PMDB
LUIZ CARLOS SANTOS	PMDB	MARIA VALADAO	PDS
LUIZ GUSHIKEN	PT	MAURO BORGES	PDC
MAGALHAES TEIXEIRA	PSDB	MAURO MIRANDA	PMDB
MALULY NETTO	BLOCO	OSORIO SANTA CRUZ	PDC
MANOEL MOREIRA	PMDB	PAULO MANDARINO	PDC
MARCELINO ROMANO MACHADO	PDS	PEDRO ABRAO	S/P
MARCELO BARBIERI	PMDB	ROBERTO BALESTRA	PDC
MAURICI MARIANO	PMDB	RONALDO CAIADO	BLOCO
MENDES BOTELHO	PTB	VIRMONDES CRUVINEL	PMDB
NELSON MARQUEZELLI	PTB	ZE GOMES DA ROCHA	BLOCO
OSWALDO STECCA	PSDB		
PAULO LIMA	BLOCO		MATO GROSSO DO SUL
PEDRO PAVAO	PDS		
RICARDO IZAR	PL	ELISIO CURVO	BLOCO
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB	FLAVIO DERZI	BLOCO
SOLON BORGES DOS REIS	PTB	GEORGE TAKIMOTO	BLOCO
TADASHI KURIKI	BLOCO	JOSE ELIAS	PTB
TIDEI DE LIMA	PMDB	MARILU GUIMARAES	BLOCO
TUGA ANGERAMI	PSDB	NELSON TRAD	PTB
ULYSSES GUIMARAES	PMDB	VALTER PEREIRA	PMDB
VADAO GOMES	BLOCO	WALDIR GUERRA	BLOCO
VALDEMAR COSTA	PL		
WALTER NORY	PMDB		PARANA
			MATO GROSSO
AUGUSTINHO FREITAS	PTB	ABELARDO LUPION	BLOCO
JOAO TEIXEIRA	PL	ANTONIO BARBARA	BLOCO
JOAQUIM SUCENA	PTB	BASILIO VILLANI	PDS
JONAS PINHEIRO	BLOCO	CARLOS ROBERTO MASSA	BLOCO
JOSE AUGUSTO CURVO	PL	CARLOS SCARPELINI	PST
RODRIGUES PALMA	PTB	DELCINO TAVARES	PST
WELLINGTON FAGUNDES	PL	EDESIO PASSOS	PT
		EDI SILIPRANDI	PDT
		ELIO DALLA-VECHIA	PDT
		FLAVIO ARNS	PSDB
		IVANIO GUERRA	BLOCO
		JOSE FELINTO	PST
AUGUSTO CARVALHO	PCB	LUCIANO PIZZATTO	BLOCO
BENEDITO DOMINGOS	PTR	LUIZ CARLOS HAULY	PST
CHICO VIGILANTE	PT	MATHEUS IENSEN	PTB
EURIDES BRITO	PTR	MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
MARIA LAURA	PT	ONAIREVES MOURA	PTB
OSORIO ADRIANO	BLOCO	PAULO BERNARDO	PT
PAULO OCTAVIO	BLOCO	PEDRO TONELLI	PT
SIGMARINGA SEIXAS	PSDB	PINGA FOGO DE OLIVEIRA	BLOCO
		RENATO JOHNSSON	BLOCO
		ROMERO FILHO	PST
		RUBENS BUENO	PSDB
		WERNER WANDERER	BLOCO
		WILSON MOREIRA	PSDB
			GOIAS
ALANO DE FREITAS	PMDB		
ANTONIO FALEIROS	PSDB		

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN	PDS
CESAR SOUZA	BLOCO
DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
DERCIO KNOP	PDT
EDUARDO MOREIRA	PMDB
HUGO BIEHL	PDS
JARVIS GAIDZINSKI	PL
LUCI CHOINACKI	PT
LUIZ HENRIQUE	PMDB
NELSON MORRO	BLOCO
NEUTO DE CONTO	PMDB
ORLANDO PACHECO	BLOCO
PAULO DUARTE	BLOCO
RENATO VIANNA	PMDB
VASCO FURLAN	PDS

RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO	PT
ADRALDO STRECK	PSDB
ADYLSON MOTTA	PDS
ALDO PINTO	PDT
AMAURY MULLER	PDT
ANTONIO BRITTO	PMDB
ARNO MAGARINOS	BLOCO
CARLOS AZAMBUJA	PDS
CARRION JUNIOR	PDT
CELSO BERNARDI	PDS
EDEN PEDROSO	PDT
FERNANDO CARRION	PDS
FETTER JUNIOR	PDS
GERMANO RIGOTTO	PMDB
IBSEN PINHEIRO	PMDB
IVO MAINARDI	PMDB
JOAO DE DEUS ANTUNES	PDS
JORGE UEQUED	PSDB
JOSE FORTUNATTI	PT
LUIS ROBERTO PONTE	PMDB
MENDES RIBEIRO	PMDB
NELSON JOBIM	PMDB
NELSON PROENCA	PMDB
ODACIR KLEIN	PMDB
OSVALDO BENDER	PDS
RAUL PONT	PT
TELMO KIRST	PDS
VALDOMIRO LIMA	PDT
VICTOR FACCIONI	PDS
WILSON MULLER	PDT

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusam o comparecimento de 74 Srs. Senadores e 446 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência aguarda o envio à Mesa de requerimento subscrito por Srs. Deputados e por Srs. Senadores solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o número constitucional de mais de um terço em cada uma das Casas Legislativas.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra o nobre Líder Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em companhia dos demais Líderes das duas Casas do Congresso Nacional, vou à Mesa entregar pessoalmente a V. Ex^a o requerimento que passo a ler:

“Sr. Presidente, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição da República, combinado com o disposto no art. 21 e seu parágrafo único do Regimento Comum do Congresso Nacional, os Deputados Federais e Senadores que este subscrevem requerem a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, constituída por 22 membros sendo 11 Deputados Federais e 11 Senadores, com igual número de titulares e suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, destinada a, no prazo de até 45 dias, apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello referentes às atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias, capazes de configurar ilicitude penal.”

O requerimento vai assinado inicialmente pelos Srs. Líderes de bancada no Senado e na Câmara e por Senadores e Deputados em número suficiente para atender a exigência constitucional e regimental de, pelo menos, um terço de assinaturas em cada Casa do Congresso Nacional.

É o seguinte o texto integral lido e subscrito pelo Sr. Humberto Lucena:

REQUERIMENTO N° 52, DE 1992-CN

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição da República, combinado com o disposto no art. 21 e seu parágrafo único, do Regimento Comum do Congresso Nacional, os Deputados Federais e Senadores que este subscrevem requerem a criação de COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, constituída por 22 (vinte e dois) membros, sendo 11 (onze) Deputados Federais e 11 (onze) Senadores, com igual número de titulares e suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, destinada a, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. PEDRO COLLOR DE MELLO, referentes às atividades do Sr. PAULO CESAR CAVALCANTE FARIA, capazes de configurar ilicitude penal.

Justificação

Em sucessivas entrevistas a jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão, o Sr. PEDRO COLLOR DE MELLO tem feito várias denúncias contra o empresário PAULO CÉ-

SAR CAVALCANTE FARIAS, ex-tesoureiro da campanha eleitoral do Sr. Fernando Collor de Mello à Presidência da República.

Chama a atenção, dentre as inúmeras denúncias, devido a sua gravidade, a declaração do Sr. PEDRO COLLOR DE MELLO, publicada no **Jornal do Brasil**, de 18 de maio de 1992, da qual reproduzimos os seguintes trechos:

“... O empresário PAULO CÉSAR FARIAS montou, em nome do Presidente da República, um verdadeiro ministério paralelo, para cobrar “pedágio”, ou participação irregular sobre a liberação de verbas públicas.”

“... Como o dinheiro utilizado pelo PC foi roubado, extorquido, levantado fraudulentamente, não há como evitar que recaia sobre o Presidente a suspeita de conivência, responsabilidade, ou, no mínimo, omisão. Afinal, ele está junto com o PC nessa empreitada.”

Após ter recebido, em 15 de maio, cópias de declarações de Imposto de Renda do Sr. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS, fornecida por pessoa não identificada, o Sr. Pedro Collor de Mello diz que a sua análise preliminar deixa explícita a existência de flagrantes discrepâncias entre a renda e os bens declarados por aquele empresário, e os sinais externos de riqueza, manifestos em seu sofisticado padrão de vida, empresas, imóveis em geral, estranhamente omitidos nas informações prestadas ao Fisco.

A título de exemplo, foi relacionado o fato de não ter a sua declaração de Imposto de Renda registrado a casa própria do Sr. PAULO CÉSAR CAVALCANTE DE FARIAS em Maceió, seu apartamento em um condomínio privado localizado no bairro de Cidade Jardim, na cidade de São Paulo, propriedades e contas bancárias no Exterior.

É assinalado, também, que as empresas **Floray e EPC**, de propriedade do Sr. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS, que permaneceram quase inativas no período de 1986 a 1988, surgem em 1989 com centenas de dólares de lucros oficiais.

Com relação às rendas do Sr. PAULO CÉSAR CAVALCANTE DE FARIAS, a revista **Veja** as compara com uma renda de secretário executivo, provavelmente menor do que o salário de um piloto da **Brasil Jet**, sua empresa de táxis-aéreos: na declaração de 1981, o Sr. CAVALCANTE FARIAS apresenta uma renda mensal equivalente a apenas US\$ 2.100,00 (dois mil e cem dólares norte-americanos).

Segundo análises de tributaristas, as declarações do Sr. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS não resistem a uma peritagem séria, demonstram a clandestinidade de seus negócios e contém outros elementos explicitamente irregulares, que valeriam vários outros processos na Receita Federal.

As denúncias foram reiteradas de forma mais completa na edição de 27 de maio de 1992 da revista **Veja**. A proposta de instalação de uma CPI mista justifica-se pela necessidade de o Congresso Nacional não ficar omisso, diante da gravidade dos fatos denunciados.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1992.

Senadores:

- 01 — Humberto Lucena
- 02 — Eduardo Suplicy
- 03 — Fernando Henrique Cardoso

- 04 — José Paulo Bisol
- 05 — Maurício Corrêa
- 06 — Alexandre Costa
- 07 — Chagas Rodrigues
- 08 — Antonio Mariz
- 09 — Ronan Tito
- 10 — Nelson Carneiro
- 11 — Mansueto de Lavor
- 12 — Coutinho Jorge
- 13 — Irapuan Costa Junior
- 14 — Nelson Wedekin
- 15 — Jutahy Magalhães
- 16 — Onofre Quinan
- 17 — José Richa
- 18 — Iram Saraiva
- 19 — Júnia Marise
- 20 — Teotonio Vilela Filho
- 21 — Wilson Martins
- 22 — Marcio Lacerda
- 23 — Cesar Dias
- 24 — Garibaldi Alves Filho
- 25 — Almir Gabriel
- 26 — Ronaldo Aragão
- 27 — Ruy Bacelar
- 28 — Mário Covas
- 29 — Alfredo Campos
- 30 — Pedro Simon
- 31 — Magno Bacelar
- 32 — José Fogça
- 33 — João Calmon
- 34 — Nabor Júnior
- 35 — Cid Saboia de Carvalho
- 36 — Beni Veras

Deputados:

- 01 — Paulo Bernardo
- 02 — Jaques Wagner
- 03 — Chico Vigilante
- 04 — Maria Laura
- 05 — Irma Passoni
- 06 — Alcides Modesto
- 07 — José Gênoíno
- 08 — Ricardo Moraes
- 09 — Agostinho Valente
- 10 — Hélio Bicudo
- 11 — Pedro Tonelli
- 12 — Mendonça Neto
- 13 — Odacir Klein
- 14 — Luiz Tadeu Leite
- 15 — Nilson Gibson
- 16 — José Thomaz Nonô
- 17 — Beth Azize
- 18 — Jair Bolsonaro
- 19 — Henrique Eduardo Alves
- 20 — Aloizio Mercadante
- 21 — Roseana Sarney
- 22 — Clóvis Assis
- 23 — Sigmaringa Seixas
- 24 — Jubes Ribeiro
- 25 — César Maia
- 26 — Marcelo Barbieri
- 27 — Rita Camata
- 28 — Sérgio Arouca
- 29 — Roberto Valadão

- 30 — José Vicente Brizola
 31 — George Takimoto
 32 — Ubiratan Aguiar
 33 — Geraldo Alckmin Filho
 34 — Roberto Freire
 35 — Walter Nory
 36 — Sérgio Cury
 37 — Jorge Uequed
 38 — Tuga Angerami
 39 — Lázaro Barbosa
 40 — Regina Gordilho
 41 — Manoel Moreira
 42 — Eduardo Moreira
 43 — Alberto Goldman
 44 — Vivaldo Barbosa
 45 — José Dirceu
 46 — Lourival Freitas
 47 — Benedita da Silva
 48 — Luci Choinachi
 49 — Haroldo Lima
 50 — Socorro Gomes
 51 — Sarney Filho
 52 — Nestor Duarte
 53 — Wilson Campos
 54 — Delcino Tavares
 55 — Edmundo Galdino
 56 — Aécio Neves
 57 — José Fortunati
 58 — Moroni Torgan
 59 — Paulo Rocha
 60 — Ivo Mainardi
 61 — Tilden Santiago
 62 — Liberato Caboclo
 63 — Raul Pont
 64 — Jandira Feghali
 65 — Luiz Piauhylino
 66 — Paulo Delgado
 67 — Edson Silva
 68 — Miro Teixeira
 69 — Adão Pretto
 70 — Valter Pereira
 71 — Nan Sousa
 72 — Elio Dalla-Vechia
 73 — Carlos Santana
 74 — Ernesto Gradella
 75 — Carrión Júnior
 76 — Sandra Starling
 77 — Adelaide Neri
 78 — Gonzaga Mota
 79 — Edésio Passos
 80 — Edésio Frias
 81 — Jamil Haddad
 82 — Pedro Valadares
 83 — Dejandir Dalpasquale
 84 — Renildo Calheiros
 85 — Vladimir Palmeira
 86 — Aldo Rabelo
 87 — Vasco Furlan
 88 — Luiz Roberto Ponte
 89 — Jerônimo Reis
 90 — João Paulo
 91 — Francisco Rodrigues
 92 — Samir Tannus
- 93 — Maurílio Ferreira Lima
 94 — Marino Clinger
 95 — Cidinha Campos
 96 — Lysâneas Maciel
 97 — Aroldo Goes
 98 — Wilson Muller
 99 — Carlos Alberto Campista
 100 — Paulo Portugal
 101 — Sérgio Gaudenzi
 102 — Beto Mansur
 103 — Germano Rigotto
 104 — Fernando Bezerra Coelho
 105 — Cardoso Alves
 106 — Florestan Fernandes
 107 — Renato Vianna
 108 — Paulo Ramos
 109 — Aluizio Alves
 110 — Amaury Muller
 111 — Tidei de Lima
 112 — Giovanni Queiroz
 113 — Elias Murad
 114 — Rubens Bueno
 115 — Laire Rosado
 116 — Beraldo Boaventura
 117 — Delfim Neto
 118 — Sidney de Miguel
 119 — Reditário Cassol
 120 — Jackson Pereira
 121 — Maria Luiza Fontenele
 122 — Ariosto Holanda
 123 — Neuto de Conto
 124 — José Carlos Sabóia
 125 — Adroaldo Streck
 126 — Jayme Santana
 127 — Munhoz da Rocha
 128 — Paulino Cícero de Vasconcelos
 129 — Genebaldo Correia
 130 — Eduardo Jorge
 131 — José Serra
 132 — Eden Pedroso
 133 — Marco Penaforte
 134 — Sérgio Machado
 135 — Koyu Iha
 136 — Flávio Arns
 137 — Victor Faccioni
 138 — Paulo Marinho
 139 — José Felinto
 140 — Olavo Calheiros
 141 — Wilson Moreira
 142 — João Faustino
 143 — Rose de Freitas
 144 — Paulo Hartung
 145 — Luiz Pontes
 146 — Luiz Carlos Hauly
 147 — Osmanio Pereira
 148 — Jutahy Júnior
 149 — Artur da Távola
 150 — Antonio Carlos M. Thame
 151 — Paulo Silva
 152 — Luiz Gushiken
 153 — Laerte Bastos
 154 — Fernando Diniz
 155 — Cid Carvalho

156 — Antonio Brito
 157 — Nelson Proença
 158 — Ronaldo Perim
 159 — Zaire Rezende
 160 — Nelson Jobim
 161 — João Henrique
 162 — Geddel Vieira Lima
 163 — Jorge Tadeu Mudalen
 164 — Felipe Néri
 165 — Murilo Rezende
 166 — João Almeida
 167 — Benedito de Figueiredo
 168 — Aldo Pinto
 169 — Nilson Baiano
 170 — Alano de Freitas
 171 — André Benassi
 172 — Edivaldo Rezende
 173 — Murilo Rezende
 174 — Hagaus Araújo
 175 — Mauro Miranda
 176 — Hélio Rosas
 177 — Ary Kara José
 178 — Zila Bezerra
 179 — Paulo Titan.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, científica que se acha de que o requerimento foi subscrito, além dos Líderes de todas as Bancadas, por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados e um terço dos membros do Senado Federal; atendidas que forma as exigências constitucionais, declara, neste momento, constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 11 Senadores e 11 Deputados, com igual número de titulares e suplentes, obedecido o princípio de proporcionalidade partidária, destinada a, no prazo de até 45 dias, apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. Pedro Color de Mello, referentes às atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias capazes de configurar ilicitude penal.

A Presidência, a partir de agora, solicitada aos Srs. Líderes partidários que formalizem as indicações para a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito ora criada. Portanto, das articulações que se processaram, com absoluto êxito, nós esperamos que haja o desdobramento na indicação, nas próximas horas, daqueles que deverão compor essa Comissão Mista, que terá o prazo máximo de 45 dias para a apuração dos fatos alegados.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 53, DE 1992 — CN

Brasília 21 de Maio de 1992.

Sr. Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 796, de 1991-CN, destinada a “Investigar a incidência de esterilização de Mulheres no Brasil”, e nos termos de art. 76, parágrafo 1º alínea a do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 35, § 3º do Regimento da Câmara dos Deputados, por solicitação do Senhor Relator, Senador

Carlos Patrocínio, requeiro a Vossa Excelência, prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, do prazo concedido a este órgão técnico, para consolidação de seus trabalhos.

Na oportunidade, reitero expressões de apreço e elevada consideração. — **Benedita da Silva.**

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em votação o requerimento lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a prorrogação pelo prazo solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a Mesa mensagens presidenciais que vão ser lidas pelo Sr. Primeiro Secretário.

São lidas as seguintes.

MENSAGEM N° 38, DE 1992-CN (Nº 124/92, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por considerá-lo contrário ao interesse público, o Projeto de Lei nº 11, de 1992 (nº 2.592/92, na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”.

A proposição ora vetada concede aumento, retroativo a 1º de novembro de 1991, de 87% sobre a remuneração total dos eminentes Magistrados da referida Corte.

Na justificativa do projeto se menciona que tal instrumento decorre do § 1º do art. 39 da Constituição Federal, que estabelece a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Três Poderes. Também nessa justificativa se argumentava que essa isonomia tem sido quebrada por ocasião da revisão dos vencimentos dos membros do Congresso Nacional em novembro último.

Incialmente, cumpre ressaltar que a remuneração dos Ministros dos Tribunais Superiores excede hoje em 30% a dos Ministros de Estado. A sanção da proposta em exame ampliaria para cerca de 150% essa diferença.

Além disso, a promoção da isonomia nos termos propostos abriria precedente para posterior extensão do reajuste requerido a todos os servidores do Poder Judiciário e, de percentual ainda superior, aos do Poder Executivo, que, de acordo com o art. 37, XII, da Lei Maior, não podem ter vencimentos inferiores aos dos servidores dos demais Poderes.

O quadro anexo demonstra que a aplicação do índice de 87% à despesa anual do Poder Judiciário com Pessoal e Encargos Sociais, prevista a preços de março, da ordem de Cr\$1,8 trilhão, representaria acréscimo de Cr\$1,6 trilhão, elevando a referida despesa anual a Cr\$3,4 trilhões. Como o Orçamento da União para 1992 (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992) previu dotações para Pessoal e Encargos Sociais, relativamente ao Poder Judiciário, no valor de Cr\$2,9 trilhões, ficariam faltando Cr\$500 bilhões para viabilizar o pagamento do reajuste de 87% no âmbito do Judiciário.

Assim, além de propiciar a oportunidade para reinvindicação da isonomia por parte de todos os servidores do Poder

Judiciário, a aprovação deste projeto resultaria inevitavelmente no risco da extensão do reajuste de 87% a todo funcionalismo público federal — o que, materializada tal extensão, comprometeria de maneira irremediável a execução financeira do Tesouro Nacional.

A proposição, portanto, contraria o interesse público.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vertar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 24 de abril de 1992 — Fernando Collor de Mello

MEEP/SNP/PNU - - PROJETO DE PESSOAL - PONTE JUDICIÁRIO / 1992 E-3 1664

Órgão	Rep. de Atos	Rep. de Atos Justica	Rep. Propri. de Atos	Sucessão	Acresc. JDI	Total	Ativac.	Total	6 + F + E	Saldo
PROFESSOR ATLEO										
Serviço Federal de Justica	1.077.207	15.471.210	21.359.077	15.906.017	32.415.311	10.271.510	12.813.863	12.813.863	0	12.813.863
Serviço Federal de Justica	6.231.322	51.321.327	41.471.127	39.301.047	127.405.371	71.321.023	66.410.161	66.410.161	0	66.410.161
Justica Federal	31.075.403	102.171.205	21.902.131	16.317.517	69.517.315	20.593.553	18.443.372	18.443.372	0	18.443.372
Justica Militar	5.631.583	21.376.812	21.473.459	21.356.015	91.735.325	43.256.582	40.361.316	40.361.316	0	40.361.316
Justica Eleitoral	11.371.346	101.495.407	105.242.935	106.216.866	215.514.304	103.237.404	102.361.355	102.361.355	0	102.361.355
Justica do Trabalho	110.261.140	401.001.355	372.703.497	401.032.049	1.457.223.312	1.267.341.128	109.816.930	109.816.930	0	109.816.930
Justica de Territorios	11.261.074	51.401.267	72.157.702	41.722.207	122.431.027	91.072.321	92.229.352	92.229.352	0	92.229.352
Ministério Publico da União	21.214.916	65.432.191	91.193.143	65.177.402	206.376.563	101.651.841	102.414.316	102.414.316	0	102.414.316
Total Ativos	120.103.931	1.001.951.272	1.271.510.217	1.242.731.481	2.427.407.621	2.262.407.621	2.066.595.861	2.066.595.861	0	2.066.595.861
PROFESSOR ANTONIO J. S.										
Serviço Federal Federal	1.404.322	1.451.919	11.319.431	7.105.322	21.355.021	11.807.459	12.807.314	12.807.314	0	12.807.314
Serviço Federal de Justica	1.711.416	12.141.176	13.457.616	12.391.307	25.197.227	22.452.201	13.579.321	13.579.321	0	13.579.321
Justica Federal	2.151.397	19.931.126	21.473.459	21.356.015	91.735.325	43.256.582	40.361.316	40.361.316	0	40.361.316
Justica Militar	1.162.056	61.407.516	71.511.719	61.355.179	166.316.316	66.317.982	64.460.370	64.460.370	0	64.460.370
Justica Eleitoral	21.407.616	101.132.202	219.459.731	101.221.555	411.327.140	101.324.340	97.493.267	97.493.267	0	97.493.267
Justica do Trabalho	2.701.921	71.301.057	26.402.917	23.301.024	97.407.095	26.243.657	26.243.657	26.243.657	0	26.243.657
Justica de Territorios										
Ministério Publico da União	51.201.358	254.228.109	483.459.211	351.345.715	763.917.311	572.074.367	599.192.191	599.192.191	0	599.192.191
PROFESSOR ANTUNES										
Serviço Federal Federal	65.416	431.121	317.120	591.459	716.739	1.306.310	415.577	415.577	0	415.577
Serviço Federal de Justica	35.313	152.921	151.316	157.334	319.393	295.108	155.530	155.530	0	155.530
Justica Federal	63.207	61.210	64.359	50.205	1.217.712	1.378.317	44.955	44.955	0	44.955
Justica Militar	41.532	231.229	231.229	201.653	435.432	162.516	27.904	27.904	0	27.904
Justica Eleitoral	263.401	1.410.115	1.171.711	1.051.419	2.325.315	101.131	17.713.021	17.713.021	0	17.713.021
Justica do Trabalho	1.475.121	4.376.269	2.461.420	4.371.317	12.261.401	5.023.167	10.315.100	10.315.100	0	10.315.100
Justica de Territorios	41.012	697.939	355.561	412.443	1.431.026	61.692	225.917	225.917	0	225.917
Ministério Publico da União	1.101.301	1.017.370	1.139.707	1.031.493	21.171.391	1.127.216	1.127.216	1.127.216	0	1.127.216
Total Passivistas										
Total Final	207.127.390	1.330.161.302	1.025.221.732	1.501.315.541	1.501.315.541	1.501.315.541	2.904.377.001	2.904.377.001	0	2.904.377.001

三

- **Art. 1º** - São considerados **projeto de lei** e **projeto de resolução** os instrumentos que, elaborados e aprovados por órgão competente da União, do Distrito Federal ou dos Estados, autarquias, fundações e empresas públicas, ou por órgão competente de autoridade concedida ao Poder Executivo, destinados a regular matéria de competência da União, do Distrito Federal ou dos Estados.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO
 Nº 2.592/92, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
 Nº 11/92, NO SENADO FEDERAL

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O vencimento básico dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 1º de novembro de 1991, é fixado em Cr\$1.615.670,00 (um milhão, seiscentos e quinze mil, seiscentos e setenta cruzeiros).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Ministros a que se refere este artigo continua a corresponder ao percentual estabelecido pelo Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Art. 2º Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior e seu parágrafo único são reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 3º Aplicam-se aos Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal e aos beneficiários dos falecidos as disposições constantes desta lei.

Art. 4º Dos vencimentos previstos no art. 1º e seu parágrafo único e dos proventos de aposentadoria e benefícios a que se refere o artigo anterior, serão deduzidas as parcelas correspondentes, auferidas desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente.

Art. 5º As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.
 Senado Federal, 3 de abril de 1992.

MENSAGEM N° 39, DE 1992-CN

(Nº 125/92, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a V. Exª que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por considerá-lo contrário ao interesse público, o Projeto de Lei nº 12, de 1992 (nº 2.613/92, na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos Juízes dos Tribunais Regionais Federais, dos Juízes Federais e dos Juízes Federais Substitutos”.

A proposição ora vetada concede aumento, retroativo a 1º de novembro de 1991, de 87% sobre a remuneração total dos eminentes Magistrados acima referidos.

Na justificativa do projeto se menciona que tal incremento decorre do § 1º do art. 39 da Constituição Federal, que estabelece a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos três Poderes. Também nessa justificativa se argumenta que essa isonomia teria sido quebrada por ocasião da revisão dos vencimentos dos membros do Congresso Nacional em novembro último.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a remuneração dos Ministros dos Tribunais Superiores excede hoje em 30% a dos Ministros de Estado. A sanção da proposta em exame amplaria para cerca de 150% essa diferença.

Além disso, a promoção da isonomia nos termos propostos abriria precedente para a posterior extensão do reajuste requerido a todos os servidores do Poder Judiciário e, de percentual ainda superior, aos do Poder Executivo, que, de acordo com o art. 37, XII, da Lei Maior, não podem ter vencimentos inferiores aos dos servidores dos demais Poderes.

O quadro anexo demonstra que a aplicação do índice de 87% à despesa anual do Poder Judiciário com Pessoal e Encargos Sociais, prevista a preços de março, da ordem de Cr\$1,8 trilhão, representaria acréscimo de Cr\$1,6 trilhão, elevando a referida despesa anual a Cr\$3,4 trilhões. Como o Orçamento da União para 1992 (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992) previu dotações para Pessoal e Encargos Sociais, relativamente ao Poder Judiciário, no valor Cr\$2,9 trilhões, ficariam faltando Cr\$500 bilhões para viabilizar o pagamento do reajuste de 87% no âmbito do Judiciário.

Assim, além de propiciar a oportunidade para reivindicar a isonomia por parte de todos os servidores do Poder Judiciário, a aprovação deste projeto resultaria inevitavelmente no risco da extensão do reajuste de 87% a todo o funcionalismo público federal — o que, materializada tal extensão, comprometeria de maneira irremediável a execução financeira do Tesouro Nacional.

A proposição, portanto, contraria o interesse público.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 24 de abril de 1992. — Fernando Collor de Mello.

ISINN - MEFP/SNP/DIV - - PROJETO DE PESSOAL - PODER JUDICIÁRIO / 1992

Cr 100

ÓRGÃOS	Rep. Pública justa	Rep. P. P. P.	Total	Acess. DIR	Total	Bônus	Salvo
PROJETO ALTO							
Supremo Tribunal Federal	1.011.201	15.411.210	16.422.411	15.916.110	32.015.316	36.911.550	02.011.030
Superior Tribunal de Justiça	8.219.332	51.239.397	59.458.329	54.810.412	122.415.371	137.012.123	06.110.160
Justiça Federal	35.616.403	163.716.375	199.332.151	176.510.597	307.510.121	311.511.553	01.412.520
Justiça Militar	5.850.593	21.210.107	27.053.499	23.610.103	51.215.525	53.356.392	01.310.300
Justiça Civilista	12.379.346	101.435.409	113.813.758	105.316.056	215.316.161	216.357.074	02.310.365
Justiça do Trabalho	118.216.464	461.401.556	579.617.500	477.819.469	1.432.232.512	1.502.314.127	01.016.010
Justiça de Fronteira	11.261.018	53.468.293	64.729.301	61.122.317	132.658.671	140.017.281	02.232.550
Procuradoria Geral da União	23.714.411	46.422.109	69.135.420	55.817.002	206.916.543	214.016.601	02.110.500
Total Alvo	226.903.431	1.181.658.421	1.408.551.822	1.212.310.517	2.432.231.439	2.512.419.031	036.555.000
PROJETO BAIXO							
Supremo Tribunal Federal	1.016.432	1.153.819	1.159.551	1.155.722	21.555.171	19.817.459	02.011.316
Superior Tribunal de Justiça	1.210.468	12.145.314	13.352.469	12.058.597	25.918.237	22.459.211	03.328.900
Justiça Federal	3.070.327	32.210.016	34.283.607	31.705.718	72.410.315	70.413.702	02.002.250
Justiça Militar	2.751.597	14.452.129	17.203.727	16.524.464	35.597.577	37.451.700	01.512.320
Justiça Civilista	9.093.406	6.610.316	10.521.710	6.391.779	14.918.210	14.521.712	01.401.210
Justiça do Trabalho	22.327.610	101.326.753	129.654.376	101.721.355	411.922.591	361.510.100	01.193.700
Justiça de Fronteira	2.016.472	21.410.035	26.427.917	23.281.928	47.467.005	49.316.459	02.310.500
Procuradoria Geral da União			0	0	0	0	0
Total Baixos	\$1.284.550	356.701.000	401.159.751	356.106.715	203.912.000	172.011.707	00.010.700
PROJETO B							
Supremo Tribunal Federal	63.016	43.124	57.130	63.859	116.234	134.310	415.571
Superior Tribunal de Justiça	35.105	15.521	19.116	15.326	32.831	35.714	152.320
Justiça Federal	43.307	61.770	63.521	50.205	1.223.702	1.376.357	64.655
Justiça Militar	49.548	153.739	171.187	201.615	435.02	402.334	77.991
Justiça Civilista	203.401	1.411.115	1.431.419	1.176.165	313.131	320.012	02.703.020
Justiça do Trabalho	1.025.136	1.376.009	2.401.426	4.03.537	17.610.011	5.025.197	03.115.000
Justiça de Fronteira	61.412	40.597	53.581	40.419	1.037.026	831.082	025.900
Justiça de Territórios			0	0	0	0	0
Procuradoria Geral da União	1.411.341	1.022.218	1.131.003	216.017.349	9.120.261	10.310.550	01.310.500
Total B	226.107.376	1.550.166.392	1.570.166.564	1.510.420.211	2.981.507.411	3.046.611.330	

Observações:
 - Leva em conta o estabelecido no artigo II do art. 31 da Constituição Federal, o inciso dos regulamentos previstos nos Projetos de Lei foi calculado sobre a despesa total de cada leque.

- Os projetos que levam em conta a despesa prevista de reajuste salarial a ser concedida aos servidores públicos civis e militares;

- Os projetos que levam em conta a despesa prevista para os encargos previdenciários da União - Recursos sob Supervisão da MEF.

**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO
Nº 2.613/92, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Nº 12/92, NO SENADO FEDERAL**

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos Juízes dos Tribunais Regionais Federais, dos Juízes Federais e dos Juízes Federais Substitutos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os vencimentos básicos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos Juízes dos Tribunais Regionais Federais, dos Juízes Federais e dos Juízes Federais Substitutos, a partir de 1º de novembro de 1991, são os fixados no Anexo desta Lei.

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Magistrados a que se refere este artigo continua a corresponder aos percentuais estabelecidos no Anexo do Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987 observado, quanto aos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aos Juízes dos Tribunais Regionais Federais e aos Juízes Federais Substitutos, o disposto no art. 18 da Lei nº 7.746, de 30 de março de 1989; no parágrafo único do art. 8º da Lei nº 7.727, de 9 de janeiro de 1989, e no art. 4º da Lei nº 7.595, de 8 de abril de 1987, respectivamente.

Art. 2º Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior serão reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 3º Aplicam-se aos Magistrados aposentados a que se refere o art. 1º e aos beneficiários das pensões as disposições constantes desta Lei.

Art. 4º Serão deduzidas dos vencimentos previstos no art. 1º, dos proventos da aposentadoria e das pensões a que se refere o artigo anterior, as parcelas correspondentes, aferidas desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente.

Art. 5º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO

(Art. 1º da Lei nº de de 1992)

Membros da Magistratura	Vencimento
Ministro do Superior Tribunal de Justiça	1.584.164,44
Juiz de Tribunal Regional Federal	1.560.560,39
Juiz Federal	1.504.068,10
Juiz Federal Substituto	1.353.661,21

**MENSAGEM N° 40, DE 1992-CN
(Nº 126/92, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Exceléncia que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por considerá-lo contrário ao interesse público, o Projeto de Lei nº 13, de 1992 (nº 2.614/92, na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal Militar e dos Juízes da Justiça Militar Federal”.

A proposição ora vetada concede aumento, retroativo a 1º de novembro de 1991, de 87% sobre a remuneração total dos eminentes Magistrados acima referidos.

Na justificativa do projeto se menciona que tal incremento decorre do § 1º do art. 39 da Constituição Federal, que estabelece a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos três Poderes. Também nessa justificativa se argumenta que essa isonomia teria sido quebrada por ocasião da revisão dos vencimentos dos membros do Congresso Nacional em novembro último.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a remuneração dos Ministros dos Tribunais Superiores excede hoje em 30% a dos Ministros de Estado. A sanção da proposta em exame ampliaria para cerca de 150% essa diferença.

Além disso, a promoção da isonomia nos termos propostos abalaria precedente para a posterior extensão do reajuste requerido a todos os servidores do Poder Judiciário e, de percentual ainda superior, aos do Poder Executivo, que, de acordo com o art. 37, XII, da Lei Maior, não podem ter vencimentos inferiores aos dos servidores dos demais Poderes.

O quadro anexo demonstra que a aplicação do índice de 87% à despesa anual do Poder Judiciário com Pessoal e Encargos Sociais, prevista a preços de março, da ordem de Cr\$ 1,8 trilhão, representaria acréscimo de Cr\$ 1,6 trilhão, elevando a referida despesa anual a Cr\$ 3,4 trilhões. Como o Orçamento da União para 1992 (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992) previu dotações para Pessoal e Encargos Sociais, relativamente ao Poder Judiciário, no valor de Cr\$ 2,9 trilhões, ficariam faltando Cr\$ 500 bilhões para viabilizar o pagamento do reajuste de 87% no âmbito do Judiciário.

Assim, além de propiciar a oportunidade para reivindicação da isonomia por parte de todos os servidores do Poder Judiciário, a aprovação deste projeto resultaria inevitavelmente no risco da extensão do reajuste de 87% a todo o funcionalismo público federal — o que, materializada tal extensão, comprometeria de maneira irremediável a execução financeira do Tesouro Nacional.

A proposição, portanto, contraria o interesse público.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 24 de abril de 1992. — Fernando Collor de Mello.

MGFP/SNP/DJU - - PROJEÇÃO DE PESSOAL - PÓLIS JUDICIÁRIO / 1992

卷之三

	Órgão	Rep. Federal	Rep. Federal	Sup. Federal	Sup. Federal	Just. Eleitoral	Just. Eleitoral	Just. Eleitoral	Just. Eleitoral	Total	Percent.	Just. Eleitoral	Órgão
	Just. Eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sup. Tribunal Federal	1.011.319	15.011.210	11.352.107	15.011.117	22.493.316	22.493.316	22.493.316	22.493.316	11.711.316	13.421.039	11.711.316	Just. Eleitoral
	Sup. Tribunal de Justiça	6.216.512	32.217.307	6.677.628	32.217.307	36.642	36.642	36.642	36.642	12.465.711	16.617.103	12.465.711	Just. Eleitoral
	Just. Federal	35.016.013	103.016.205	210.002.159	103.016.205	110.517.517	110.517.517	110.517.517	110.517.517	31.510.533	31.510.533	31.510.533	Just. Eleitoral
	Just. Militar	5.630.504	21.016.102	21.425.129	21.016.102	23.010.115	23.010.115	23.010.115	23.010.115	41.231.562	41.231.562	41.231.562	Just. Eleitoral
	Just. Eleitoral	11.711.316	161.015.407	115.352.025	161.015.407	113.514.001	113.514.001	113.514.001	113.514.001	103.251.704	107.351.265	107.351.265	Just. Eleitoral
	Just. do Trabalho	111.210.161	401.001.310	227.763.102	401.001.310	417.559.100	417.559.100	417.559.100	417.559.100	1.031.327.507	1.207.201.513	1.207.201.513	Just. Eleitoral
	Just. do Trabalho	81.210.161	22.016.202	22.455.202	22.016.202	31.222.202	31.222.202	31.222.202	31.222.202	122.659.023	139.121.311	139.121.311	Just. Eleitoral
	Procuradoria Pública da União	23.716.416	66.012.101	100.101.103	66.012.101	65.011.102	65.011.102	65.011.102	65.011.102	206.510.353	231.636.401	231.636.401	Just. Eleitoral
	Total Just. Eleitoral	226.593.511	1.001.402.421	1.691.951.722	1.001.402.421	1.222.310.217	1.222.310.217	1.222.310.217	1.222.310.217	2.622.254.437	2.207.070.031	2.207.070.031	Just. Eleitoral
	Just. Eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Just. Eleitoral
	Sup. Tribunal Federal	1.508.513	9.551.603	11.352.107	9.551.603	17.015.221	17.015.221	17.015.221	17.015.221	19.917.559	20.401.346	20.401.346	Just. Eleitoral
	Sup. Tribunal de Justiça	1.210.161	12.016.104	13.672.610	12.016.104	17.008.517	17.008.517	17.008.517	17.008.517	25.017.207	27.459.211	27.459.211	Just. Eleitoral
	Just. Federal	3.000.531	31.228.010	31.631.107	31.228.010	31.755.208	31.755.208	31.755.208	31.755.208	72.310.315	73.415.201	73.415.201	Just. Eleitoral
	Just. Militar	2.731.597	16.051.123	16.605.123	16.051.123	16.524.401	16.524.401	16.524.401	16.524.401	25.327.517	29.651.211	29.651.211	Just. Eleitoral
	Just. Eleitoral	1.701.606	10.016.506	10.571.210	10.016.506	10.301.101	10.301.101	10.301.101	10.301.101	14.321.201	14.321.201	14.321.201	Just. Eleitoral
	Just. do Trabalho	22.021.019	101.016.013	218.608.353	101.016.013	101.245.555	101.245.555	101.245.555	101.245.555	101.327.404	101.327.404	101.327.404	Just. Eleitoral
	Just. Faz. e Faz. Estaduais	2.704.611	21.016.415	26.007.810	21.016.415	22.301.001	22.301.001	22.301.001	22.301.001	47.167.651	48.381.308	48.381.308	Just. Eleitoral
	Just. do Trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Just. Eleitoral
	Fun. Pública da União	31.214.559	354.210.103	402.959.240	354.210.103	355.916.205	355.916.205	355.916.205	355.916.205	423.010.406	427.011.707	427.011.707	Just. Eleitoral
	Total Just. Eleitoral	31.214.559	354.210.103	402.959.240	354.210.103	355.916.205	355.916.205	355.916.205	355.916.205	423.010.406	427.011.707	427.011.707	Just. Eleitoral
	Just. Eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Just. Eleitoral
	Sup. Tribunal Federal	65.001	656.126	310.130	65.001	706.230	706.230	706.230	706.230	1.316.310	1.433.319	1.433.319	Just. Eleitoral
	Sup. Tribunal de Justiça	35.105	165.931	159.316	35.105	331.733	331.733	331.733	331.733	755.311	1.522.317	1.522.317	Just. Eleitoral
	Just. Federal	65.001	411.210	456.537	65.001	521.205	521.205	521.205	521.205	1.316.312	1.433.311	1.433.311	Just. Eleitoral
	Just. Militar	40.508	203.239	201.702	40.508	281.635	281.635	281.635	281.635	456.012	466.555	466.555	Just. Eleitoral
	Just. do Trabalho	103.501	1.041.105	1.010.706	103.501	1.034.011	1.034.011	1.034.011	1.034.011	313.101	313.101	313.101	Just. Eleitoral
	Just. Faz. e Faz. Estaduais	1.005.104	6.376.709	7.401.523	1.005.104	6.079.501	6.079.501	6.079.501	6.079.501	5.005.527	6.015.500	6.015.500	Just. Eleitoral
	Just. do Trabalho	44.612	401.307	335.361	44.612	401.403	401.403	401.403	401.403	1.031.061	1.031.061	1.031.061	Just. Eleitoral
	M. P. da União	1.310.301	1.227.202	1.191.207	1.310.301	1.191.103	1.191.103	1.191.103	1.191.103	21.017.507	21.017.507	21.017.507	Just. Eleitoral
	Total Faz. e Faz. Estaduais	1.310.301	1.227.202	1.191.207	1.310.301	1.191.103	1.191.103	1.191.103	1.191.103	21.017.507	21.017.507	21.017.507	Just. Eleitoral
	Total Just. Eleitoral	26.117.318	1.550.163.302	1.507.133.504	26.117.318	1.405.211.707	1.405.211.707	1.405.211.707	1.405.211.707	2.404.310.304	2.404.310.304	2.404.310.304	Just. Eleitoral

四庫全書

— leito em vias o estabelecido no artigo 11 do art. II da Constituição Federal, o que exige a realização de novas eleições para a escolha dos membros das Assembleias Legislativas e dos Conselhos Municipais.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO**Nº 2.614/92, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS****Nº 13/92, NO SENADO FEDERAL****Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal Militar e dos Juízes da Justiça Militar Federal.****O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º O vencimento básico dos Ministros do Superior Tribunal Militar, a partir de 1º de novembro de 1991, é fixado em Cr\$ 1.584.164,44 (um milhão, quinhentos e oitenta e quatro mil, cento e sessenta e quatro cruzeiros e quarenta e quatro centavos).

§ 1º Os vencimentos básicos do Juiz-Auditor Corregedor, dos Juízes-Auditores e dos Juízes-Auditores Substitutos são fixados, respectivamente, nos valores de Cr\$ 1.560.560,39 (um milhão, quinhentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta cruzeiros e trinta e nove centavos), Cr\$ 1.504.068,10 (um milhão, quinhentos e quatro mil, sessenta e oito cruzeiros e dez centavos), Cr\$ 1.353.661,21 (um milhão, trezentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e um cruzeiros e vinte e um centavos).

§ 2º A verba de representação mensal dos Magistrados a que se referem o **caput** e o § 1º deste artigo continua a corresponder aos percentuais estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987.

Art. 2º Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior e seus parágrafos serão reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 3º Aplicam-se aos Magistrados aposentados a que se referem o **caput** e o § 1º do art. 1º e aos beneficiários das pensões as disposições contantes desta Lei.

Art. 4º Serão deduzidas dos vencimentos previstos no art. 1º e seus parágrafos, e dos proventos da aposentadoria e das pensões a que se refere o art. 3º, as parcelas correspondentes, auferidas desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente.

Art. 5º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento da União.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 41, DE 1992-CN**(Nº 128/92, na origem)****Senhor Presidente do Senado Federal,**

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar

integralmente, por considerá-lo contrário ao interesse público, o Projeto de Lei nº 15, de 1992 (nº 2.621/92, na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre os vencimentos dos Desembargadores, Juízes de Direito, Juízes de Direito Substitutos e Juízes de Direito dos Territórios, integrantes da Justiça do Distrito Federal e Territórios”.

A proposição ora vetada concede aumento, retroativo a 1º de novembro de 1991, de 87% sobre a remuneração total dos eminentes Magistrados acima referidos.

Na justificativa do projeto se menciona que tal incremento decorre do § 1º do art. 39 da Constituição Federal, que estabelece a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos três Poderes. Também nessa justificativa se argumenta que essa isonomia teria sido quebrada por ocasião da revisão dos vencimentos dos membros do Congresso Nacional em novembro último.

Ocorre que a promoção da isonomia nos termos propostos abriria precedente para a posterior extensão do reajuste requerido a todos os servidores do Poder Judiciário e, de percentual ainda superior, aos do Poder Executivo, que, de acordo com o art. 37, XII, da Lei Maior, não podem ter vencimentos inferiores aos dos servidores dos demais Poderes.

O quadro anexo demonstra que a aplicação do índice de 87% à despesa anual do Poder Judiciário com Pessoal e Encargos Sociais, prevista a preços de março, da ordem de Cr\$ 1,8 trilhão, representaria acréscimo de Cr\$ 1,6 trilhão, elevando a referida despesa anual a Cr\$ 3,4 trilhões. Como o Orçamento da União para 1992 (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992) previu dotações para Pessoal e Encargos Sociais, relativamente ao Poder Judiciário, no valor de Cr\$ 2,9 trilhões, ficariam faltando Cr\$ 500 bilhões para viabilizar o pagamento do reajuste de 87% no âmbito do Judiciário.

Assim, além de propiciar a oportunidade para reivindicação da isonomia por parte de todos os servidores do Poder Judiciário, a aprovação deste projeto resultaria inevitavelmente no risco da extensão do reajuste de 87% a todo o funcionalismo público federal — o que, materializada tal extensão, comprometeria de maneira irremediável a execução financeira do Tesouro Nacional.

A proposição, portanto, contraria o interesse público.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 24 de abril de 1992. — **Fernando Collor de Mello.**

MEFP/SNP/DU - PROJETO DE PESSOAL - PODER JUDICIÁRIO / 1992

E.P. 1000

ONCIOS	Lev. Pessoal	Lev. Projeto.	Salário	Acresc. 011	Total	Receita	Saldo
	duales	unifex	Geral	E + C + I	E + C + I	E + C + I	E + F + G
PROJETO ATIVO							
Sistema Tribunal Federal	1.021.369	15.011.249	11.329.071	15.016.107	32.045.216	21.211.510	11.072.450
Sistema Tribunal de Justiça	6.221.532	51.231.359	6.401.127	31.954.302	32.465.571	27.107.873	61.011.101
Justica Federal	35.633.013	103.711.315	21.002.151	194.517.517	67.501.075	37.572.531	111.412.327
Justica Militar	5.652.593	21.271.117	21.035.429	22.424.105	31.205.325	41.294.532	10.210.701
Justica Eleitoral	12.777.316	161.355.407	105.231.035	106.314.066	235.514.100	104.727.470	121.361.265
Justica do Trabalho	110.241.463	441.061.358	117.261.402	471.359.109	1.037.322.512	1.267.301.127	110.316.432
Justica de Fronteiras	14.246.472	53.061.793	73.015.328	91.322.307	131.459.321	169.101.331	92.333.322
Ministério Público da União	22.774.614	66.172.167	106.019.102	65.227.687	206.576.363	104.691.441	120.014.320
Total Ativo	226.593.531	1.011.059.223	1.491.951.272	1.222.310.217	2.637.236.189	2.207.671.631	104.325.011
PROJETO INATIVO							
Sistema Tribunal Federal	1.016.432	9.551.619	11.159.661	9.715.221	21.455.171	16.617.197	12.097.366
Sistema Tribunal de Justiça	1.241.161	12.161.314	92.092.149	12.346.597	25.919.227	22.159.210	13.329.048
Justica Federal	3.019.537	37.261.010	36.431.107	32.705.210	32.810.315	69.015.702	67.003.339
Justica Militar	2.751.397	16.951.013	17.405.131	15.334.404	35.519.577	29.151.701	10.397.320
Justica Eleitoral	6.461.316	11.501.710	11.531.710	11.236.977	161.979.210	136.377.782	14.349.220
Justica do Trabalho	27.327.610	87.021.212	29.349.251	101.224.455	411.022.464	361.339.410	61.281.700
Justica de Fronteiras	2.746.527	23.041.015	26.407.917	21.731.401	67.017.865	20.286.457	120.581.500
Ministério Público da União	31.701.551	35.201.103	401.159.701	36.106.715	101.617.016	102.414.707	0
Total Inativo	153.414	153.124	311.110	151.153	916.731	1.316.310	415.517
PROJETOS PASSIVOS							
Sistema Tribunal Federal	35.165	65.921	121.314	137.259	326.723	295.711	152.757.912
Sistema Tribunal de Justiça	63.207	411.270	435.357	511.205	1.221.462	1.374.379	14.815
Justica Federal	49.538	239.339	313.327	211.465	435.102	427.512	77.896
Justica Militar	263.301	1.401.013	1.421.166	1.355.419	3.116.103	313.131	10.161.020
Justica Eleitoral	1.925.126	6.371.749	7.461.321	4.921.537	121.201.011	5.025.917	10.215.010
Justica de Fronteiras	61.512	40.939	535.581	42.441	1.431.026	121.602	129.707
Justica do Trabalho	1.410.301	1.427.378	11.391.371	1.321.101	21.117.392	6.429.210	0
Ministério Público da União	276.172.379	1.559.161.327	1.105.201.327	1.507.125.561	3.011.421.216	2.916.307.911	144.161.335
Total Passivo							

Observações:

- Leva em conta o estabelecido no art. 31 da Constituição Federal, e iniciais das regras previstas nos Projetos de lei que tratam sobre a diversidade salarial de cada órgão;
- os projetos que leva em conta apenas previsões de reajuste salarial a ser concedido aos servidores públicos civis e militares;
- os projetos que leva em conta apenas previsões de reajuste salarial a ser concedido aos servidores civis e militares que integram o quadro de pessoal da Presidência da República;
- os projetos que leva em conta apenas previsões de reajuste salarial a ser concedido aos servidores civis e militares que integram o quadro de pessoal da Presidência da República;

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO**Nº 2.621/92, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS****Nº 15/92, NO SENADO FEDERAL**

Dispõe sobre os vencimentos dos Desembargadores, Juízes de Direito, Juízes de Direito Substitutos e Juízes de Direito dos Territórios, integrantes da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os vencimentos básicos dos Desembargadores, Juízes de Direito, Juízes de Direito Substitutos e Juízes de Direito dos Territórios, a partir de 1º de novembro de 1991, são os fixados no Anexo desta Lei.

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Magistrados a que se refere este artigo continua a corresponder aos percentuais estabelecidos no Anexo do Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987, observado, quanto aos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, o disposto no art. 1º, § 2º, da Lei nº 7.728, de 9 de janeiro de 1989.

Art. 2º Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior serão reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 3º Aplicam-se aos Magistrados aposentados a que se refere o art. 1º e aos beneficiários das pensões as disposições constantes desta Lei.

Art. 4º Serão deduzidas dos vencimentos previstos no art. 1º, dos proventos da aposentadoria e das pensões a que se refere o art. 3º desta Lei, as parcelas correspondentes auferidas, desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente.

Art. 5º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 6º Esta lei em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO

(Art. 1º da Lei nº de de 1992)

Membros da Magistratura	Vencimento
Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.560.560,39
Juiz de Direito e Juiz de Direito dos Territórios	1.504.068,10
Juiz de Direito Substituto	1.353.661,21

MENSAGEM Nº 42, DE 1992-CN

(Nº 129/92, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente,

por considerá-lo contrário ao interesse público, o Projeto de Lei nº 16, de 1992 (nº 2.631/92, na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, dos Juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Juízes Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Juízes do Trabalho Substitutos”.

A proposição ora vetada concede aumento, retroativo a 1º de novembro de 1991, de 87% sobre a remuneração total dos eminentes Magistrados da referida Corte.

Na justificativa do projeto se menciona que tal incremento decorre do § 1º do art. 39 da Constituição Federal, que estabelece a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos três Poderes. Também nessa justificativa se argumenta que essa isonomia teria sido quebrada por ocasião da revisão dos vencimentos dos membros do Congresso Nacional em novembro último.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a remuneração dos Ministros dos Tribunais Superiores excede hoje em 30% a dos Ministros de Estado. A sanção da proposta em exame ampliaria para cerca de 150% essa diferença.

Além disso, a promoção da isonomia nos termos propostos abriria precedente para a posterior extensão do reajuste requerido a todos os servidores do Poder Judiciário e, de percentual ainda superior, aos do Poder Executivo, que, de acordo com o art. 37, XII, da Lei Maior, não podem ter vencimentos inferiores aos dos servidores dos demais Poderes.

O quadro anexo demonstra que a aplicação do índice de 87% à despesa anual do Poder Judiciário com Pessoal e Encargos Sociais, prevista a preços de março, da ordem de Cr\$ 1,8 trilhão, representaria acréscimo de Cr\$ 1,6 trilhão, elevando a referida despesa anual a Cr\$ 3,4 trilhões. Como o Orçamento da União para 1992 (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992) previu dotações para Pessoal e Encargos Sociais, relativamente ao Poder Judiciário, no valor de Cr\$ 2,9 trilhões, ficariam faltando Cr\$ 500 bilhões para viabilizar o pagamento do reajuste de 87% no âmbito do Judiciário.

Assim, além de propiciar a oportunidade para reivindicação da isonomia por parte de todos os servidores do Poder Judiciário, a aprovação deste projeto resultaria inevitavelmente no risco da extensão do reajuste de 87% a todo o funcionalismo público federal — o que, materializada tal extensão, comprometeria de maneira irremediável a execução financeira do Tesouro Nacional.

A proposição, portanto, contraria o interesse público.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 24 de abril de 1992. — **Fernando Collor de Mello.**

MEFP/SNP/DHU - - PROJEÇÃO DE PESSOAL - PODER JUDICIÁRIO / 1992

ÓRGÃOS	Rep. da lei já feita	Rep. projeto. ainda	Saldado	Acresc. 001	Salida	Saldo
				0 + 0,00	0 + 0,00	0 + 0,00
PROJETO ALÉM						
Supremo Tribunal Federal	1.071.709	15.471.210	11.359.401	15.06.107	32.005.301	11.371.403
Supremo Tribunal de Justiça	1.231.332	37.231.371	45.401.037	36.931.342	122.465.511	77.427.021
Juiz Federal	35.016.012	103.971.375	210.407.156	106.312.107	491.501.135	371.571.531
Justiça Militar	5.630.393	21.271.317	21.473.429	21.231.315	51.235.525	41.291.394
Justiça Eleitoral	12.717.316	601.405.467	115.232.125	106.216.068	215.314.361	122.251.355
Justiça do Trabalho	119.206.416	401.601.356	772.203.407	471.359.140	1.631.232.501	1.267.201.155
Justiça de Territórios	10.295.378	33.461.791	73.395.104	31.173.110	131.651.931	93.101.301
Ministério Público do Trabalho	22.278.376	65.422.169	109.193.113	59.871.162	204.376.363	151.041.300
Total Ativos	226.921.591	1.061.659.121	1.041.936.272	1.227.310.217	2.427.311.031	1.910.335.601
PROJETO 1992/2						
Supremo Tribunal Federal	1.086.312	9.453.919	11.339.451	9.005.221	21.455.011	11.917.359
Supremo Tribunal de Justiça	1.210.311	12.101.376	13.822.409	10.939.397	25.011.277	12.579.910
Juiz Federal	3.976.337	33.703.918	20.032.007	20.032.007	72.410.345	42.003.553
Justiça Militar	2.931.397	10.071.314	19.403.133	16.524.004	35.351.591	21.591.279
Justiça Eleitoral	9.902.356	44.407.516	71.571.219	40.251.071	146.911.210	105.321.927
Justiça do Trabalho	21.307.310	191.923.711	209.338.373	101.201.355	311.359.400	181.011.705
Justiça de Territórios	2.206.497	22.801.405	26.467.917	23.001.024	69.102.005	27.248.079
Ministério Público do Trabalho	51.106.350	251.271.101	481.030.701	335.106.743	163.617.001	87.471.307
Total Ativos						
PROJETOS						
Supremo Tribunal Federal	65.814	456.126	319.101	651.455	710.231	1.206.301
Supremo Tribunal de Justiça	35.593	165.921	161.106	157.329	319.101	152.781
Juiz Federal	63.207	411.274	556.351	511.205	1.227.712	1.271.557
Justiça Militar	46.531	231.239	313.101	201.653	435.032	412.516
Justiça Eleitoral	783.401	1.401.105	1.411.201	1.411.011	3.116.105	213.111
Justiça do Trabalho	1.023.221	2.376.209	2.461.401	2.377.317	32.011.011	5.435.927
Justiça de Territórios	41.412	40.301	551.301	402.403	1.431.025	123.002
Ministério Público do Trabalho	1.011.301	1.021.301	11.301.301	1.021.301	0	0
Total Geral	21.327.379	1.559.141.321	1.021.293.727	1.501.135.366	2.011.421.311	1.010.317.359

Observações:

- todo o que é estabelecido na íntima II do art. 37 da Constituição Federal, o inventário dos resultados gerados nos Projetos de lei foi calculado sobre a despesa global de cada leiai;
- os projetos que forem os resultados gerados no resultado final das contas de exercícios anteriores e que não sejam resultado de um novo projeto;
- os projetos que forem os resultados gerados no resultado final das contas de exercícios anteriores e que sejam resultado de um novo projeto;
- os projetos que forem os resultados gerados no resultado final das contas de exercícios anteriores e que sejam resultado de um novo projeto.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO
Nº 2.631/92, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Nº 16/92, NO SENADO FEDERAL

Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, dos Juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Juízes Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Juízes do Trabalho Substitutos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os vencimentos básicos dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, dos Juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Juízes Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Juízes do Trabalho Substitutos, a partir de 1º de novembro de 1991, são os fixados no Anexo único desta Lei.

Parágrafo único. A parcela de representação mensal incidente no vencimento básico dos Magistrados a que se refere este artigo corresponderá aos percentuais estabelecidos no Anexo II do Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987, com a alteração constante do § 2º do art. 1º da Lei nº 7.722, de 6 de janeiro de 1989.

Art. 2º Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior serão reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 3º Aplicam-se aos Magistrados aposentados e aos beneficiários das pensões as disposições constantes desta Lei.

Art. 4º Serão deduzidas dos vencimentos previstos no art. 1º, dos proventos da aposentadoria e das pensões a que se refere o art. 3º desta Lei, as parcelas correspondentes auferidas, desde 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente.

Art. 5º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO

(Art. 1º da Lei nº de de 1992)

Membros da Magistratura	Vencimentos
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho	1.584.164,44
Juiz de Tribunal Regional do Trabalho	1.560.560,39
Juiz-Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento	1.504.068,10
Juiz do Trabalho Substituto	1.353.661,21

O SR. PRESIDENTE(Mauro Benevides) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104, do Regimento Comum, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de relatar os vetos:

MENSAGEM N° 38, DE 1992-CN
(PLC / 11 / 92)

Senadores
 Nabor Júnior

Deputados
 Germano Rigotto

Meira Filho
 Maurício Corrêa

Nilson Gibson
 Vital do Rego

MENSAGEM N° 39, DE 1992-CN
(PLC / 12 / 92)

Senadores
 José Fogaca
 Josaphat Marinho
 Valmir Campelo

Deputados
 Germano Rigotto
 José Thomaz Nonô
 Adylson Motta

MENSAGEM N° 40, DE 1992-CN
(PLC / 13 / 92)

Senadores
 Nabor Júnior
 Meira Filho
 Jonas Pinheiro

Deputados
 Germano Rigotto
 Paes Landim
 Jubes Ribeiro

MENSAGEM N° 41, DE 1992-CN
(PLC / 15 / 92)

Senadores
 César Dias
 Chagas Rodrigues
 Valmir Campelo

Deputados
 Germano Rigotto
 Sigmarinha Seixas
 Augusto Carvalho

MENSAGEM N° 42, DE 1992-CN
(PLC / 16 / 92)

Senadores
 José Fogaca
 Josaphat Marinho
 Maurício Corrêa

Deputados
 Jubes Ribeiro
 Germano Rigotto
 Paes Landim

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o voto até o dia 16 de junho próximo.

A convocação de sessão destinada à apreciação da matéria será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo o texto do Projeto vetado, o parecer da Comissão que apreciou e o relatório da Comissão Mista ora designada.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal se encerrará em 25 de junho de 1992.

O SR. PRESIDENTE(Mauro Benevides) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 54, DE 1992-CN

Ofício nº 100/92-CPMI-FGTS

Brasília, 20 de maio de 1992

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 592, de 1991-CN, destinada a "Examinar o cumprimento das disposições legais relativas à destinação dos recursos e as irregularidades da administração do FGTS do trabalhador", solicito a Vossa Excelência, conforme o disposto na alínea "a", parágrafo 1º do art. 76 do Regimento Interno desta Casa, combinado com o parágrafo 3º do art. 35 do Regimento Interno

da Câmara dos Deputados, a prorrogação por mais 15 (quinze) dias, do prazo concedido a este órgão técnico.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração. — Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em votação na Câmara o requerimento que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a prorrogação pelo prazo solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tendo em vista a criação, através do Requerimento nº 805, de 1991-CN, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso e outros Senhores Parlamentares, de Comissão Mista para acompanhar os preparativos e a realização da Conferênciadas Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, a Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa para integrarem a referida Comissão os Senhores:

SENADORES

DEPUTADOS

Titulares

Coutinho Jorge (PMDB)

Nelson Carneiro (PMDB)

Márcio Lacerda (PMDB)

Garibaldi Alves Filho (PMDB)

Odácir Soares (PFL)

Júlio Campos (PFL)

Fernando H. Cardoso (PSDB)

Valmir Campelo (PTB)

Maurício Corrêa (PDT)

Áureo Mello (PRN)

Amazonino Mendes (PDC)

Luciano Pizzatto (Bloco)

Paulo Octávio (Bloco)

Sandra Cavalcanti (Bloco)

José Dutra (PMDB)

Rita Camata (PMDB)

Junot Abi-Ramia (PDT)

Francisco Diógenes (PDS)

Fábio Feldmann (PSDB)

Haroldo Sabóia (PT)

Gastone Righi (PTB)

Diogo Nomura (PL)

SENADORES

DEPUTADOS

Suplentes

Irapuan Costa Júnior (PMDB)

Mansueto de Lavor (PMDB)

Darioi Pereira (PFL)

Almir Gabriel (PSDB)

Louremberg Nunes Rocha (PTB)

Saldanha Derzi (PRN)

Moisés Abrão (PDC)

Freire Júnior (Bloco)
Roseana Sarney (Bloco)
César Maia (PMDB)
Vivaldo Barbosa (PDT)
Maria Valadão (PDS)
Marco Penaforte (PSDB)
Ricardo Moraes (PT)

Nos termos do § 3º do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, o prazo da Comissão se encerrará em 12 de setembro próximo.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O Sr. Eduardo Suplicy (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores, gostaria de cumprimentar o Congresso Nacional pela decisão, de extraordinária importância para a vida da Nação e consentânea com os anseios dos trabalhadores, de instalar a CPI destinada a examinar as denúncias de Pedro Collor de Mello relativas a procedimentos, que podem configurar ilícitos penais, do Sr. Paulo César Farias, envolvendo o âmbito de autoridades governamentais.

Queremos aqui destacar a compreensão, primeiro, dos partidos de oposição — PT, PMDB, PSB, PC do B, PST, de partidos como o PSDB, que, constituindo a maioria em ambas as Casas, acabaram convencendo, inclusive, os partidos governamentais de que, neste caso, não haveria por que criar ôbice à instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Gostaria de salientar a importância das Lideranças e bancadas do PDT no Senado e na Câmara. Em que pese a recomendação feita publicamente pelo Governador Leonel Brizola, os Líderes Maurício Corrêa e Éden Pedroso avaliaram que era importante o Senado e a Câmara cumprirem com o seu dever constitucional de fiscalizar os atos do Executivo, utilizando-se do Congresso Nacional como instituição importante e eficaz para uma apuração mais independente através da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tenho a convicção de que, com grande determinação, vontade política e imparcialidade, essa CPI vai conseguir apurar a verdade.

É importante que, neste instante, o cidadão brasileiro que conheça detalhes, documentos, tudo que seja informação relevante para essa CPI, venha a nós, membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para contribuir de tal forma que, no prazo de 45 dias, se possível, possamos chegar a uma conclusão no sentido de desvendar a verdade e apurar as responsabilidades. Muito obrigado.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como sabe V. Ex^a, na semana passada, diante dos fartos acontecimentos e preocupações reinantes neste Congresso Nacional, encaminhamos a V. Ex^a um requerimento para a criação de comissão especial de acompanhamento das investigações que, certamente, a Procuradoria-Geral da República, o Banco Central, a Receita Federal

deveriam proceder acerca das denúncias de Pedro Collor contra as atividades — alegadas ilícitas — de Paulo César Farias.

No entanto, Sr. Presidente, a constituição da CPI, que V. Ex^a acaba de proclamar, fez com que se superasse todos os fatos considerados graves, na semana passada. Mas, fatos ainda mais graves foram revelados neste fim de semana, como tem veiculado a imprensa nacional. Por isso, Sr. Presidente, as idéias e as considerações feitas na semana passada eram apropriadas para aquele momento, para aquele instante de reflexão e de preocupação deste Congresso Nacional. Hoje, as preocupações dirigiram-se no sentido de desaguar em no requerimento de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito que V. Ex^a acaba de proclamar já constituída. Por isso, Sr. Presidente, superado os fatos, torna-se sem efeito o requerimento que contemplava a reflexão e a preocupação reinante na semana passada. Assim, requeiro a V. Ex^a o arquivamento daquele requerimento, já inteiramente ultrapassado, de criação da CPI proclamada por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência registra a manifestação do nobre Líder Vivaldo Barbosa e destaca que, no momento próprio, chegou à Mesa requerimento de S. Ex^a propondo a criação de uma Comissão para acompanhar, junto à Receita Federal, Banco Central e o Ministério Público, a apuração das irregularidades praticadas pelo Sr. Paulo César Farias.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação, em plenário.

Nestas condições, toda a matéria da pauta fica adiada.

É a seguinte a matéria cuja votação é adiada.

VETOS PRESIDENCIAIS

1 PROJETO DE LEI DA CONVERSÃO

Nº 21, DE 1990

(Medida Provisória nº 151, de 1990)

Continuação da votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. (Mensagem nº 71/90-CN)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 1º; (mantido)
- § 2º do art. 1º; (mantido)
- § 3º do art. 1º; (mantido)
- art. 3º; (mantido)
- § 1º do art. 4º; (mantido)
- art. 6º e seu parágrafo;
- parágrafo único do art. 7º; (mantido)
- alínea e do parágrafo único do art. 16; (mantido)
- § 5º do art. 18; (mantido)
- § 2º do art. 20; (mantido)
- art. 25; (mantido)
- art. 26; (mantido)

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

2 PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 57, DE 1991

(PL nº 1.390/91, na Casa de origem)

Continuação da votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1991 (nº 1.390/91, na Casa de origem), que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimento e dá outras providências. (Mensagem nº 91/91-CN)

Partes vetadas:

- art. 15;
- art. 31; (mantido)
- art. 32; (mantido)
- art. 33; (mantido)
- art. 34; (mantido)
- art. 35; (mantido)
- art. 36; (mantido)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

3 PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 48, DE 1990

(PL nº 3.099/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competência geral em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. (Mensagem nº 172/90-CN)

Prazo: 10-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição

4 PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 33, DE 1991

(Nº 516/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. (Mensagem nº 61/91-CN)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

5 PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 34, DE 1991

(PL nº 826/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mensagem nº 66/91-CN)

Parte vetada:

- art. 40.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

6 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 35, DE 1991
(PL nº 825/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. (Mensagem nº 67/91-CN)

Parte vetada:

- art. 100

Prazo: 19-9-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

7 PROJETO DE LEI
Nº 3, DE 1991-CN

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3, de 1991-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências. (Mensagem nº 90/91-CN)

Partes vetadas:

- inciso VII do art. 22;
- art. 23 e seus §§ 1º e 2º; e
- §§ 1º e 2º do art. 45

Prazo: 19-9-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

8 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 120, DE 1990
(PL nº 5.284/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do voto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1990 (nº 5.284/90, na Casa de origem), que dispõe sobre normas partidárias. (Mensagem nº 104/91-CN)

Prazo: 28-11-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

9 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 36, DE 1991
(PL nº 514/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1991 (nº 514/91, na Casa de origem), que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Comanda e dá outras providências. (Mensagem nº 105/91-CN)

Partes vetadas:

- Inciso V do art. 2º;
- Inciso VI do art. 2º;
- § 1º do art. 3º;
- caput do art. 4º; e
- art. 7º

Prazo: 28-11-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

10 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 52, DE 1991
(PL nº 912/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao

Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1991 (nº 912/91, na Casa de origem), que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. (Mensagem nº 112/91-CN)

Partes vetadas:

- art. 87; e
- art. 88.

Prazo: 28-11-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

11 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 47, DE 1991
(PL nº 5.804/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1991 (nº 5.804/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras provisões. (Mensagem nº 138/91-CN)

Partes vetadas:

- § 2º do art. 1º;
- parágrafo único do art. 10;
- art. 13; e
- art. 16.

Prazo: 18-2-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

12 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 92, DE 1990
(PL nº 4.084/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do voto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1990 (nº 4.084/89, na Casa de origem), que disciplina o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre créditos alimentícios. (Mensagem nº 139/91-CN)

Prazo: 18-2-92

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

13 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 97, DE 1991
(PL nº 1.992/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1991 (nº 1.992/91, na Casa de origem), que reajusta valores da tabela progressiva para cálculo do Imposto de Renda. (Mensagem nº 148/91-CN)

Parte vetada:

- art. 2º.

Prazo: 24-2-92

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

14 PROJETO DE LEI
Nº 15, DE 1991-CN

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1991-CN que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$85.163.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 16/92-CN)

Parte vetada:

- art. 3º.

Prazo: 16-4-92

– Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

15 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 140, DE 1991
(PL nº 2.452/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1991 (nº 2.452/91, na Casa de origem), que estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências. (Mensagem nº 19/92-CN)

Partes vedadas:

- art. 5º, alíneas a, b e c; e
- art. 15.

Prazo: 16-4-92

– Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

16 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 139, DE 1991
(PL nº 2.158/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do voto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1991 (nº 2.158/91, na Casa de origem), que extingue a contribuição e o adicional incidentes sobre saídas de açúcar a que se referem os Decretos-Leis nºs 308, de 28 de fevereiro de 1967, e 1952, de 15 de julho de 1982, os subsídios de equalização de custos de produção de açúcar; e dispõe sobre isenção de IPI nas operações que menciona. (Mensagem nº 22/92-CN)

Parte vedada:

- art. 3º.

Prazo: 16-4-92

– Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

17 PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 127, DE 1991
(PL nº 2.088/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do voto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1991 (nº 2.088/91, na Casa de origem), que dispõe sobre parcela do frete pago pelas indústrias das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, na aquisição de produtos siderúrgicos, laminados planos, comuns e revestidos, para efeito de satisfação do IPI. (Mensagem nº 29/92-CN)

Prazo: 16-4-92

– Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência comunica aos Srs. Congressistas que convocará, para a próxima quarta-feira, sessão do Congresso Nacional, a fim de se apreciar os vetos presidenciais.

Desde já, esta presidência solicita às Lideranças que examinem a alternativa da cédula única, que alcançou tanto êxito na apreciação de 52 vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 27 minutos.)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir relatório sobre o voto do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 25/91, que “Cria áreas de livre comércio nos Municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências”. Mensagem nº 5/92-CN.

1ª Reunião (instalação),
realizada em 1º de abril de 1992

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e dois, na Sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Fogaça, Élcio Álvares, Senhora Senadora Marluce Pinto e o Senhor Deputado Luiz Clerot. Deixaram de comparecer por motivo justificado, a Senhora Deputada Tereza Jucá, e o Senhor Deputado Jackson Pereira, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a supramencionada proposição. De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador José Fogaça que declara abertos os trabalhos da Comissão, comunicando que em virtude de acordo de lideranças, havia a indicação consensual dos nomes da Senhora Senadora Marluce Pinto e do Senhor Senador Élcio Álvares para exercerem respectivamente, as funções de Presidenta e Vice-Presidente. Sem restrições dos presentes sobre as indicações foram ambos eleitos por aclamação. Assumindo a Presidência, a Senhora Senadora Marluce Pinto agradece, em nome do Senhor Senador Élcio Álvares e no seu próprio nome a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Luiz Clerot para relatar a matéria. Continuando concede a palavra ao Relator, Deputado Luiz Clerot que emite seu relatório. Posto em discussão e votação, é o mesmo aprovado, na forma apresentada. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Will de Moura Wanderley, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidenta e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 302, de 10 de abril de 1992, que “Dispõe sobre a organização de ministério e dá outras providências”.

1ª Reunião (instalação),
realizada em 14 de abril de 1992

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e dois, na sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas: Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Garibaldi Alves, Odacir Soares, Carlos Patrocínio, José Richa, Jonas Pinheiro, Rachid Saldanha Derzi e Deputados Eraldo Tinoco, Paulo Octávio, Amaury Müller, Maurício Caixito, Décio Knop e Edésio Passos. Havendo número regi-

mental e em obediência ao que preceitua o Regimento Comum do Congresso Nacional, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Odacir Soares, que dá como abertos os trabalhos da Comissão e concede a palavra ao Senhor Senador Garibaldi Alves que afirma, pela bancada do PMDB, ter restrições à Medida Provisória nº 302/92, as quais serão apresentadas quando da votação do mérito, através de Declaração de Voto. Em seguida o Senhor Senador Odacir Soares comunica que, em virtude de acordo de lideranças, havia indicação consensual dos nomes dos Senhores Senador Garibaldi Alves e Deputado Magalhães Teixeira para exercerem, respectivamente, as funções de Presidente e Vice-Presidente. Sem restrições dos presentes, sobre as indicações, foram ambos eleitos. Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Garibaldi Alves designa o Senhor Deputado Eraldo Tinoco para relatar a matéria, que, em seguida, emite parecer favorável à admissibilidade da medida Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado, com um voto vencido do Senhor Deputado Edésio Passos, com a seguinte declaração de voto: "Tendo em vista que a Medida Provisória nº 302, de 10-4-92, não preenche os pressupostos constitucionais de urgência e relevância, meu voto é contrário ao parecer do Excelentíssimo Senhor Relator, opinando em consequência pela inadmissibilidade da Medida Provisória nº 302/92, com seu arquivamento". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e, para constar, eu, Ivanilde Dias, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação.

2ª Reunião, realizada em 28 de abril de 1992

Às onze horas do dia vinte e oito de abril de mil novecentos e noventa e dois, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas: Senadores Garibaldi Alves, Cid Sabóia de Carvalho, Odacir Soares, Carlos Patrocínio, Júnia Marise, Jonas Pinheiro e Deputados Eraldo Tinoco e Vitório Medioli. Consolidado o **quorum** regimental, o Senhor Presidente, Senador Garibaldi Alves, declara abertos os trabalhos da Comissão, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que foi considerada aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator da matéria, Deputado Eraldo Tinoco, que emite parecer sobre o mérito da medida provisória. Após o Senhor Relator fazer a leitura do parecer, o Senhor Presidente passa a palavra aos Senhores Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Carlos Patrocínio, Odacir Soares e Jonas Pinheiro, que, além de algumas considerações, elogiaram o estudo demonstrado, pelo Relator, na elaboração do parecer, que, ao ser colocado em votação pelo Senhor Presidente, é aprovado, por unanimidade, quanto à constitucionalidade e ao mérito da medida, aprovando as Emendas nº 7, 12 e 20, aprovando parcialmente a de nº 3, adotando as Emendas de Relator nºs 1 e 2 e rejeitando as demais, na forma do projeto de lei de conversão apresentado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, agradecendo a presença de todos, e, para constar, eu, Ivanilde Dias, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar o Requerimento nº 445, de 1991-CN, do Senhor Senador Mansueto de Lavor, solicitando o cumprimento do art. 26 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que determina a criação de uma

comissão mista do Congresso Nacional destinada a reavaliar os incentivos fiscais, propondo medidas corretivas à luz de suas conclusões.

2ª Reunião, realizada em 10 de março de 1992

Aos dez dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, às dezenas horas, na sala número quatro da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas Senadores Mansueto de Lavor, Raimundo Lira, Henrique Almeida, José Richa, Lavoisier Maia, Jonas Pinheiro e Deputados José Múcio Monteiro, Benito Gama, Pedro Irujo, José Maranhão. Havendo número regimental e em obediência ao que preceitua o Regimento Comum do Congresso Nacional, assumiu a Presidência o Senador Mansueto de Lavor que deu como abertos os trabalhos da Comissão, logo em seguida sugeriu a elaboração de um cronograma de trabalho e o calendário das reuniões, com a aprovação das terças-feiras, às dezoito horas. Fizeram o uso da palavra os Senhores Parlamentares: Senadores Jonas Pinheiro, que frisou ser muito importante o planejamento das ações a serem desenvolvidas pela Comissão, Lavoisier Maia, que alerta da importância dessa Comissão e da escolha oportunamente do Presidente, alertou sobre os discursos bonitos e de ações vazias, Senador Espírito Santo, convidado da Comissão, que falou da superação dos desequilíbrios e desigualdades entre as regiões, Deputado José Múcio Monteiro, relator da Comissão, propondo que se esgotem ao máximo as sugestões de um maior número possível de pessoas a fim de se tirarem conclusões acertadas com relação ao aprimoramento dos incentivos fiscais das regiões Norte e Nordeste, Deputado Oswaldo Coelho, convidado da Comissão que opina sobre o Nordeste semi-árido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrados os trabalhos. Agradeceu a presença de todos e solicitou-me, Edson de Alencar Dantas, Assistente da Comissão, que lavrasse a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação.

3ª Reunião, realizada em 17 de março de 1992

Aos dezessete dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, às dezoito horas, na sala número quatro da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas Senadores Mansueto de Lavor, Onofre Quinan, Raimundo Lira, José Richa, Jonas Pinheiro, Lavoisier Maia e Deputados José Múcio Monteiro e José Maranhão. Havendo número regimental e em obediência ao que preceitua o Regimento Comum do Congresso Nacional, assumiu a Presidência o Senador Mansueto de Lavor, que deu como abertos os trabalhos da Comissão, e pediu ao Plenário que desse como lida e aprovada a Ata da reunião anterior. O Presidente passou a palavra ao Doutor Walfrido Salmito, ex-Superintendente da SUDENE que expôs considerações das avaliações que introduziram aprimoramentos e eficácia nos programas daquele órgão. Frisou do objetivo precípua do FINOR, que é de suprir parcialmente a demanda de capitais para o investimento nos setores produtivos da região, dentro dos critérios e prioridades estabelecidas pelo Governo. O Presidente da Comissão passa a palavra ao Deputado José Reinaldo Tavares, que declarou da sua gestão na Sudene e sua maior preocupação que era motivar o gô, atendendo reivindicações antigas de autonomia, e refor-

mas administrativas interna. Fizeram ainda uso da palavra os Senhores Senadores Coutinho Jorge, Jonas Pinheiro, Lavoisier Maia. Deputados José Múcio Monteiro, José Maranhão. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradece a presença dos depoentes e de todos os presentes e deu por encerrados os trabalhos, e solicitou-me, Edson de Alencar Dantas, Assistente da Comissão, que lavrasse a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação.

4^a Reunião, realizada em 24 de março de 1992

Aos vinte e quatro dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, às dezoito horas, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas, Senadores Mansueto de Lavor, Coutinho Jorge, Onofre Quinan, Lavoisier Maia, Jonas Pinheiro e Deputados José Múcio Monteiro, Pedro Irujo, José Maranhão, José Luiz Maia e Carlos Kayath. Havendo número regimental e em obediência ao que preceitua o Regimento Comum do Congresso Nacional, assumiu a Presidência o Senador Mansueto de Lavor, que deu como abertos os trabalhos da Comissão e pediu ao Plenário que desse como lida e aprovada a Ata da reunião anterior. O Presidente passou a palavra ao Doutor Alcir Boris de Souza Meira, Superintendente da SUDAM, que lembra da finalidade precípua daquele órgão, que é de promover o desenvolvimento da Região Amazônica e da agilização dos recursos repassados à SUDAM, frisou da urgência de uma legislação específica com recursos da União para o FINAM. O Presidente passa a palavra ao Superintendente da SUDENE, Doutor Elionaldo Maurício Magalhães que fez um apanhamento geral sobre os projetos daquele órgão e as adequações que devem ser promovidas pelos parlamentares, a fim de um indispensável desenvolvimento do Nordeste. Fizeram uso da palavra os Senhores Parlamentares Senadores Jonas Pinheiro, Lavoisier Maia, Onofre Quinan, Ney Maranhão e Deputados José Luiz Maia, José Mucio Monteiro, Pedro Correa, José Maranhão, Oswaldo Coelho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu como encerrado os trabalhos da Comissão e solicitou-me, Edson de Alencar Dantas, Assistente da Comissão, que lavrasse a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação.

5^a reunião, realizada em 7 de abril de 1992

Aos sete dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e dois, às dezoito horas, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas, Senadores Mansueto de Lavor, Divaldo Suruagy, Lavoisier Maia e Deputado Jonas Pinheiro. Havendo número regimental e em obediência ao que preceitua o Regimento Comum do Congresso Nacional, assumiu a Presidência o Senador Mansueto de Lavor, que deu como aberto os trabalhos da Comissão, e pediu ao plenário que desse como lida e aprovada a Ata da reunião anterior. O Presidente passou a palavra ao Doutor Jorge Lins Freire, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, que fez uma avaliação do trabalho que o Banco vem realizando em relação aos incentivos fiscais, especialmente no Fundo de Investimento do Nordeste, (FINOR). Considerou que FINOR é considerado um dos principais instrumentos de apoio à dinamização de setores estratégicos na região Nordeste e a redefinição do perfil industrial agropecuário daquela região. Fizeram ain-

da o uso da palavra os Senhores Senadores Divaldo Suruagy, Eduardo Vieira e Deputado Jonas Pinheiro e Lavoisier Maia. O Presidente fez uso da palavra e expôs sobre a necessidade de se convocar um fórum público a fim de se esclarecer as questões desenvolvimentistas e um maior intercâmbio, Sul, Sudeste e Norte e Nordeste do País. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu como encerrados os trabalhos e solicitou-me, Edson de Alencar Dantas, Assistente da Comissão que lavrasse a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação.

COMISSÃO TEMPORÁRIA

Criada através do Requerimento nº 146, de 1991, “com o objetivo de estudar, analisar e acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO/92”

8^a reunião, realizada em 9 de abril de 1992

Às dez horas do dia nove de abril de mil novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Coutinho Jorge Presidente, Mansueto de Lavor, Nelson Carneiro, João França, Júlio Campos, Jarbas Passarinho, Garibaldi Alves Filho, Aluizio Bezerra, Ronan Tito, Cesar Dias, Nabor Júnior, Almir Gabriel, Domingos Juvenil, Nicias Ribeiro, Hermínio Calvino, Eliel Rodrigues, Gerson Peres e Nam Souza, reúne-se a Comissão Temporária ECO/92. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, informa que hoje, esta Comissão recebe o Governador do Pará, Jader Barbalho, que com sua experiência, sua visão, seu conhecimento da Amazônia e da problemática paraense e brasileira, por certo irá brindar-nos com informações importantíssimas. Prosseguindo, o Sr. Presidente, concede a palavra ao Sr. Governador Jader Barbalho, para que ele apresente não só sua visão pessoal sobre a grande Conferência Rio-92, mas também sobre os resultados do Simdamazônia, simpósio ocorrido em Belém e que trará subsídios de alta relevância para a nossa reunião do Rio de Janeiro, a ser realizada no próximo mês de junho. Após a explanação de Sua Exceléncia, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares, Mansueto de Lavor, Nelson Carneiro e Garibaldi Alves Filho. Finalizando, o Sr. Presidente agradece a presença de todos os participantes, conferencista e Parlamentares, dando como encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente “ad hoc”, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com as notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 8^a REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO N° 146, DE 1991-SF “COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, ANALISAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO — ECO/92”. DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. JADER BAR-

BALHO, GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, QUE SE PÚBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Coutinho Jorge
 Vice-Presidente: Senador Valmir Campello
 (íntegra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: aqui estamos reunidos, mais uma vez, na Comissão que acompanha a programação da grande Conferência Rio-92, também chamada ECO-92. Este órgão do Senado Federal vem exatamente, ao longo deste período, ouvindo em audiência pública personalidades da vida brasileira que possam trazer sua contribuição, sua visão a respeito da importância da Rio-92, sobretudo trazer idéias e sugestões de relevância para o sucesso daquela Conferência.

Nós iniciamos, há quinze dias, a fase do comparecimento dos Governadores. Tivemos, na última reunião, a presença do Governador Gilberto Mestrinho e hoje temos a do Governador do Pará, Jader Barbalho, que, com sua experiência, sua visão, seu conhecimento de Amazônia e da problemática paraense e brasileira, por certo irá brindar-nos com informações importantíssimas.

Além disso, o Governador Jader Barbalho foi responsável pelo grande encontro realizado em Belém do Pará, o SIMDA-MAZÔNIA, que faz parte dos vários eventos preparatórios da grande Conferência Rio-92. Por esta razão, nossa Comissão tem o prazer de contar entre nós com o Governador Jader Barbalho, para que ele traga não só sua visão pessoal sobre aquele importante encontro que se realizará no Rio de Janeiro, mas também os resultados do simpósio ocorrido em Belém e que trouxe, por certo, subsídios de alta relevância para a nossa reunião do Rio de Janeiro, a ser realizada no próximo mês de junho.

Sem mais delongas, passo a palavra ao nosso caro Governador Jader Barbalho, que disporá de 30 minutos para sua exposição.

O SR. GOVERNADOR JADER BARBALHO — Exmº Sr. Senador Coutinho Jorge, Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores: quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senado Federal e particularmente a esta Comissão o privilégio dispensado ao Governo do Estado do Pará de ter a oportunidade de dar sua contribuição, sua opinião sobre esta questão tão importante, que é a realização da Rio-92, ou ECO-92, no próximo mês de junho. Quero agradecer, especialmente, a presença não só do Senador Coutinho Jorge, mas a do Senador Jarbas Passarinho e dos Deputados que integram a bancada federal do Pará no Congresso Nacional, os quais muito nos honram com o prestígio de sua presença neste encontro.

Quero, ainda, congratular-me com o Senado pela realização desses debates e que demonstram a preocupação do Parlamento brasileiro com a séria questão da conciliação dos problemas ecológicos, do meio ambiente, com o desenvolvimento. Creio, Senhores, que a reunião do Rio de Janeiro será uma grande oportunidade não só para o Brasil mas para os países pobres do mundo, que têm o dever de manifestar solidariedade, que deve ser universal, com relação à preservação e conservação do meio ambiente.

Não nos filiamos àqueles que acham que o desenvolvimento deve ser alcançado a qualquer preço. Acreditamos que mais do que nunca a questão da preservação e da conservação do meio ambiente deve ser uma preocupação de toda a humanidade. Por isso mesmo o Brasil deve filiar-se à corrente daqueles que se preocupam com a natureza. Mas creio que esta Conferência, que pretende discutir também o desenvolvimento, deve ser a grande oportunidade para que os países como o Brasil demonstrem que ao lado da preocupação com o meio ambiente há necessidade de se entender que a pobreza também é uma questão universal. Se a questão da preservação e conservação do meio ambiente é de interesse de toda a humanidade, também deve ser de interesse de toda a humanidade a questão da pobreza. Mesmo porque entendemos que o homem, nas regiões pobres, inevitavelmente acaba se transformando num predador, para sobreviver. Ademais, não conseguimos entender como defender o ecossistema abstraindo-se a figura do homem.

Creio, portanto, que o Brasil deve preparar-se, juntamente com os países pobres de todo o mundo, para participar dessa conferência apresentando sua solidariedade com relação à questão do meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, exigindo dos países ricos solidariedade também no combate à pobreza. Entendemos que só desta forma a Conferência e a Carta 21 poderão efetivamente apresentar uma proposta séria, conciliadora das questões relacionadas com a preservação e com a conservação do meio ambiente, bem como da elevação da qualidade de vida e do desenvolvimento a que as regiões mais pobres do mundo têm direito.

Assim, quero mais uma vez reafirmar as minhas congratulações ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, pela preocupação, que se materializa nesta Comissão, de ouvir não só administradores públicos, mas empresários, organizações voltadas para a questão ecológica, a fim de que o Congresso Nacional acompanhe de perto e se prepare para o que irá acontecer na Rio-92.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, não viria eu a esta Comissão para assumir uma postura professoral e falar aqui das riquezas da Amazônia. Aqui estão representantes, tanto do Senado quanto da Câmara, que conhecem muito bem a região e há até representantes de outros Estados não inseridos na Amazônia que igualmente conhecem a Região Amazônica. Mas devo registrar a importância mundial de que se reveste a Amazônia na Eco-92. Creio que em qualquer debate, particularmente neste, a Amazônia não será de forma alguma omitida. E a Amazônia representa um terço da floresta tropical úmida do planeta. A Amazônia possui uma quinta parte da água doce que chega aos oceanos do mundo. E a sua biodiversidade é fantástica. Temos um terço das espécies vivas da Terra, em termos de fauna e de flora. Inevitavelmente, portanto, a Amazônia é tema obrigatório em qualquer discussão que diga respeito à conservação e à preservação ecológicas.

Não desejo que esta minha vinda ao Senado seja interpretada como a de alguém que vem falar sobre toda a Amazônia. A Amazônia corresponde a dois terços do território nacional. A diversidade regional é flagrante, inclusive na própria Amazônia, inclusive no meu próprio Estado. A realidade do arquipélago de Marajó é distinta da do sul do Pará, como a realidade da Zona Bragantina, ou do Salgado, é distinta da do Baixo Amazonas. Por isso mesmo, em algum momento o nosso discurso não pode ser idêntico ao do nosso querido e estimado amigo o Governador Gilberto Mestrinho, do Estado do Ama-

zonas. Porque a realidade do Pará é diferente da do Amazonas. Inclusive o processo de ocupação recente é muito distinto. No Estado do Pará é que foram construídas as grandes rodovias federais da Amazônia, a partir da Belém—Brasília. Depois da Belém—Brasília, a Transamazônica, a Santarém—Cuiabá. O processo de ocupação e o processo migratório foram mais acentuados no Estado do Pará e, posteriormente, em Rondônia, do outro lado da Amazônia. A intervenção dos grandes projetos econômicos ocorreu de forma muito acentuada no meu Estado, patrocinada pela política de incentivos fiscais. As ocorrências de desmatamento acentuado tiveram lugar exatamente no Pará, num primeiro momento, como a norte de Mato Grosso e, posteriormente, em Rondônia. Ao lado de uma migração estimulada, como foi o caso da ocupação da Transamazônica, nós tivemos e temos tido uma migração espontânea, através dessas rodovias e da travessia do Araguaia e do Tocantins. Nossa processo de ocupação é, portanto, diferente. São os sem-terra de outras regiões que vão para o meu Estado, tangidos pela concentração da terra no Nordeste, tangidos por uma concentração da terra em outras regiões do País. Antes vieram os empresários, estimulados pela política de incentivos fiscais, na época em que a terra valia quase nada — se é que posso fazer esta afirmação — depois vieram os pequenos agricultores, ainda estimulados pelo Governo, de certa forma. Foi em 1971 — salvo engano de minha parte — que o ex-Governador e ex-Ministro da Agricultura, na oportunidade Presidente do Incra, Moura Calvanti, convocou os sem-terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia. E o Bico do Papagaio não nasceu por acaso. O Bico do Papagaio, aquela região conflagrada, que abrange o sul do Pará, o oeste do Maranhão e o norte do hoje Estado do Tocantins, nasceu, de certa forma, de um erro de política econômica. Porque, primeiro, vieram os empresários, com incentivos fiscais, e concentraram a terra, estimulados por um gesto de política econômica; posteriormente, vieram os agricultores, ainda estimulados pelo Governo. Inevitavelmente, com as dificuldades de uma região sem infra-estrutura, houve o confronto entre proprietários, possuidores e agricultores sem-terra. São os sem-terra do meu Estado, que fazem parte também da nossa paisagem. São os garimpeiros, que também demandam de outras regiões, fundamentalmente do Nordeste, com o sonho do enriquecimento fácil e que sem tecnologia adequada utilizam o mercúrio na obtenção do ouro e causam a poluição química dos nossos rios, com a utilização das dragas que fazem a poluição física dos nossos rios.

Desse modo, a Amazônia, particularmente o meu Estado, tem sido o teatro desta exploração das contradições nacionais. É muito fácil verificar que, no conflito fundiário ou no campo da mineração, seguramente os envolvidos são pessoas que não têm sua origem na Amazônia. E o Pará chega a ser o campeão do conflito fundiário, mas em razão das contradições de outras regiões do País, de pessoas que se encamiharam para aquela área em decorrência da concentração da terra e de outros desvios de natureza econômica e social. As queimadas na região, em grande parte, existem, primeiro, estimuladas pelos grandes projetos de pecuária. Registra-se agora uma queda acentuada dessas queimadas. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais registrou, no ano passado, uma redução considerável das queimadas na região. Creio que se deve levar em consideração que houve uma fiscalização maior por parte do Governo Federal e também uma conscientização maior da sociedade brasileira e, por isto mesmo, uma pressão de

natureza política acentuada. Houve também uma redução no que diz respeito a investimentos para a pecuária na região, o que, sem dúvida, acabou redundando numa redução.

Mas, Srs. Senadores e Srs. Deputados, o trabalho do INPE, entretanto, registrou ter havido um maior número de pontos de fogo na região. Se o espaço de queimadas se reduziu, o número de registros se ampliou. Por quê? Porque a migração continua para a Região Amazônica, particularmente para o meu Estado. Além disto, há a ausência de tecnologia adequada, em favor dos pequenos agricultores. Eles continuam queimando para o plantio das suas culturas de subsistência.

Então, essa questão da transferência de tecnologia e essa questão da pobreza são dados importantes no momento em que se debate o problema da conciliação do meio ambiente com o desenvolvimento. A propósito, a ONU, em um dos seus relatórios, registra: "A preservação ecológica não pode ser realizada à custa do agravamento dos níveis de pobreza das populações".

Eu indago a V. Ex^s: é possível, no meu Estado, se considerarmos que os garimpeiros utilizam o mercúrio de forma inadequada, é possível simplesmente fechar, neste momento, os garimpos no Estado do Pará? (... trecho inaudível)

O Governo do Pará não se permite ficar apenas no discurso. Mesmo porque não teríamos a veleidade de tentar concorrer, no discurso, nesta questão. De forma prática e objetiva, o Governo do Estado do Pará realiza, através do seu Instituto de Desenvolvimento, o IDESP, um programa que quer a parceria do Governo Federal — e que tem a expectativa desta parceria, particularmente — e que se consubstancia no programa de zoneamento econômico e ecológico do Estado do Pará. Trata-se de projeto que irá demandar cerca de quatro anos, já que não é de fácil execução, e que também demandará cerca de 20 bilhões de dólares, que o Estado, apesar de rico economicamente, mas pobre financeiramente, não tem condições de bancar, em face de outros projetos também considerados prioritários.

Nós esperamos que com este projeto, que deveria também ser a preocupação dos outros Estados amazônicos e que deveria ser motivo de preocupação também a nível nacional, porque não é possível estabelecer nenhum programa de ocupação amazônica em bases sólidas sem que se tenha o zoneamento econômico e ecológico, particularmente numa região como a Amazônia... É preciso saber, em cada pedaço da Amazônia, o que se deve fazer. E, mais do que isto, o Governo deve estar consciente de onde deve investir, onde deve financiar, onde deve jogar o dinheiro público, e não como lamentavelmente foi feito ao longo do tempo, quando tínhamos agências de desenvolvimento que se comportavam como meros balcões para a política creditícia, já que, sem um zoneamento econômico e ecológico, o que interessava era saber se o empresário tinha ou não capacidade de conseguir recursos provenientes de incentivos fiscais, mas sem que o Governo, através de sua agência de desenvolvimento, fosse capaz de estabelecer: "Não, nós aceitamos o investimento empresarial, mas o investimento empresarial dirigido por uma política de Governo". O qual, no meu entendimento, só poderá ser implementado se houver um zoneamento econômico e ecológico capaz de dar direção segura a qualquer política de ocupação na região.

Então, no Governo do Pará, desde que assumi, no primeiro momento, a determinação tem sido esta. E nós estamos com a seleção de todas as áreas, procurando transformar em realidade este projeto de zoneamento econômico e ecológico.

Outra contribuição que o Governo do Estado do Pará não deixou de dar foi a de realizar um simpósio de caráter internacional, com base científica e tecnológico, para caracterizar a sua contribuição, a contribuição da Amazônia, com um debate realizado em Belém, para a Eco-92 ou Rio-92. E fizemos realizar, há cerca de um mês e meio, o SINDAMAZÔNIA — Simpósio Internacional da Amazônia, no qual reunimos mais de 3.100 participantes — cientistas, técnicos, empresários, trabalhadores e políticos — para, com dez grandes temas selecionados e 61 subtemas, discutirmos os projetos alternativos para a região amazônica. Para que não ficássemos só no discurso.

E é o que trago hoje a esta Comissão, como contribuição ao Congresso Nacional: os anais do SINDAMAZÔNIA. Neles estão registrados todos os debates, todas as sugestões oferecidas naquele encontro, de alternativas em todos os campos: qual a alternativa para a mineração na Amazônia, qual a alternativa para os projetos agrícolas na Amazônia, enfim, todas as potencialidades econômicas que a região tem, com projetos que sejam conciliadores no que se refere à questão ambiental e ao direito que nós temos ao desenvolvimento. Afinal de contas, somos milhões de brasileiros, somos milhões de seres humanos que ocupamos a região amazônica e que cremos possível estabelecer um programa de ocupação que concilie o meio ambiente com o combate à pobreza. Daí esse simpósio internacional que realizamos com base científica e técnica, cujos anais eu deixo aqui, para que os Senhores Congressistas possam examinar os debates as contribuições ali oferecidas.

Desse simpósio o Estado do Pará considera prioritário, como considera prioritário que os demais Estados o façam, se ainda não o fizeram — se o fizeram, as minhas escusas — a sua lei ambiental. Porque a Constituição Federal permite a competência concorrente com a União no tratamento da questão ambiental. Mas os Estados precisam de instrumentos para esta ação concorrente, estabelecendo uma co-responsabilidade com o Governo Federal, por ser de responsabilidade das autoridades locais também, junto à opinião pública, dar resposta à questão da conciliação do meio ambiente com o desenvolvimento. Assim, logo após o SINDAMAZÔNIA, com as conclusões daquele simpósio, nomeamos uma comissão para elaborar o anteprojeto de lei ambiente do Estado, que espero esteja concluído até meados deste ano, para ser enviado à Assembléia Legislativa do Estado. Isto, para que se evitem distorções. Em primeiro lugar, uma intervenção incabível, por parte de órgãos do Governo Federal, à revelia da autoridade local, da sociedade local, e, depois, para estabelecer, repito, esta co-responsabilidade, que entendemos necessária, entre o Governo da União e os Governos estaduais.

Houve um episódio no meu Estado, para lhes dar apenas um exemplo, que passo a relatar. Havia o interesse de uma empresa de instalar-se em Trombetas, a região do Baixo Amazonas, mais especificamente no Município de Oriximiná, para exploração de uma jazida de bauxita, num investimento da ordem de 250 milhões de dólares e que geraria cerca de 8 mil empregos diretos. Nessa região, ao lado, já se encontra a nossa multinacional, a Vale do Rio Doce, através da Mineração Rio do Norte, também industrializando bauxita numa mina ao lado. Que aconteceu? O Ibama e algumas organizações ditas não-governamentais fizeram uma movimentação de tal ordem que, depois de tudo acertado para a implantação dessa indústria, acabou o Estado do Pará perdendo esse em-

preendimento. Fui surpreendido, depois de todo o nosso interesse, interesse de um Estado pobre que precisa verticalizar o seu desenvolvimento, que precisa gerar empregos, que se recusa a assistir a suas matérias-primas apenas serem exportadas, sem nenhum valor agregado a mais em favor da sociedade paraense, com a perda da indústria, numa região pobre como o Baixo Amazonas. Depois de todos os esforços do Governo do Estado para a implementação da indústria, fomos surpreendidos, já que o Ibama havia causado dificuldades, de certa forma, até achei que havia alguma coisa a mais por trás disso. Cheguei até a manifestar essa opinião a alguns dos meus auxiliares. Eu cheguei a pensar que a nossa Vale do Rio Doce, a Mineração Rio do Norte, não tinha interesse nesta outra empresa a seu lado. E fui surpreendido com uma comunicação da empresa, que agradecia as atenções do Governo do Estado, mas, dadas as dificuldades encontradas, havia se incorporado ao capital da Mineração Rio do Norte, materializando tal incorporação com as reservas de bauxita. E compuseram um outro projeto multinacional no Maranhão, também de seu interesse. Resultado: a nossa multinacional e a multinacional estrangeira se compuseram e quem perdeu foi o Estado do Pará, que perdeu a oportunidade de ter mais 8 mil empregos gerados e seguramente mais ICMS para a sua combalida arrecadação estadual.

São fatos desta natureza que nos obrigam transmitir-lhes a nossa preocupação em dispormos de uma lei ambiental no Estado e assumirmos o papel concorrente que a Constituição Federal estabelece no que tange à questão do meio ambiente. Além disso, o Estado do Pará, preocupado com que se fique só no discurso... E eu, no meu discurso de posse — e dos Senadores e Deputados aqui presentes, a maior parte me deu a honra de comparecer à minha posse, inclusive o Ministro Jarbas Passarinho ali compareceu na conição de Ministro da Justiça e representando o Sr. Presidente da República — em meu discurso de posse eu usei certa expressão quanto a esta questão: "O Estado do Pará não aceita discursos sem recursos". Discutir a questão ecológica sem, ao mesmo tempo, dar contribuição, para nós é totalmente dispensável.

Mas, não querendo ficar só no discurso, resolvi materializar aquilo que eu chamaria de uma espécie de provocação: elaboramos um projeto de conversão de dívida externa para conservação e para preservação. Separamos, no Estado, uma área de um milhão de hectares, no centro do Estado, em área considerada virgem, isto é, de flora e fauna intocadas, sem a presença de índios e de posseiros. Elaboramos este projeto, que levei ao Sr. Presidente da República e, posteriormente, ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, para oferecer a esses organismos e aos países do Primeiro Mundo interessados na questão do meio ambiente uma proposta do Governo do Estado do Pará. Qual era a nossa proposta? Trocar a nossa dívida externa futura pela preservação dessa área de 1 milhão de hectares no centro do Estado.

V. Ex^{as} indagariam: e a soberania nacional? Não, não seria trocar esse território brasileiro com ninguém, mas colocá-lo à disposição de uma instituição que possui 125 anos de existência e que é uma honra para o Estado do Pará e que dever ser uma honra para o Brasil: o Instituto Emílio Goeldi. Trata-se de instituição situada no meu Estado e que desfruta de credibilidade internacional, dedicando-se à antropologia social, à pesquisa da fauna e da flora, ao longo de todo esse tempo. A ele o Estado cederia essa área, em comodato, para pesquisa da fauna e da flora, ao Instituto Emílio Goeldi, que já mantém convênios com diversas instituições

internacionais. Enquanto isso, a nossa dívida externa, que é pequena se comparada à dívida nacional — são 130 milhões de dólares, portanto muito pequena... O Estado do Pará, apesar de pobre, está hoje com suas contas em dia, sem problemas com relação a credores internacionais. Então, o que nós queríamos era simplesmente que os governos dos países ricos, que as organizações não-governamentais das sociedades ricas adquirissem a nossa dívida externa no mercado formal, a qual chega a 25 ou 30% do valor de face, e a colocassem à disposição do Estado do Pará. Para quê? Exatamente para conciliar meio ambiente com desenvolvimento, para um projeto agrícola no Estado, de culturas de ciclo longo, como dendê, seringueira, castanha, cacau, em áreas consideradas degradadas. Estaríamos, assim, reflorestando o Estado com culturas de ciclo longo, viabilizando mão-de-obra para o setor agrícola, gerando produção, gerando tributação, gerando desenvolvimento, conciliando, de um lado, o projeto de preservação ecológica e, de outro, o projeto de combate à pobreza e, ainda, oferecendo uma grande oportunidade para aqueles que ficaram até aqui só no discurso de entrarem com os recursos. Falar de nós, só falar de nós, sem contribuir conosco, sem reconhecer a nossa pobreza, sem reconhecer o quanto é predatória a vida da maioria das pessoas da minha região!... Não! Era a oportunidade que o Estado do Pará oferecia a esses grupos e a esses governos de materializarem a sua preocupação com o meio ambiente e, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento e o combate à pobreza! Mesmo porque deve ser fácil falar em ecologia em cidades onde se abre a torneira e a água que cai no copo é água já tratada. Isto ocorre em Paris, isto ocorre em New York, isto ocorre em Londres, isto ocorre em Tóquio. Mas é difícil falar só em preservação do meio ambiente num Estado como o meu, onde apenas em 50% das sedes dos municípios se bebe água tratada.

E o País todo fica escandalizado... E o mundo todo fica escandalizado por causa da cólera!! A cólera é apenas um aspecto da miséria nacional, do nosso subdesenvolvimento! E a cólera espanta!

A nós a cólera não espanta. A cólera, no Estado do Pará, na sua passagem por lá, já quase sob controle — algo que eu espero que o Nordeste consiga — fez, lamentavelmente, pouco mais de uma dezena de vítimas fatais, dada a dimensão do Estado, dada a dificuldade de locomoção dasquelas populações que vivem na beira dos rios, nas margens dos igarapés. E tivemos pouco mais de 1.500 pessoas acometidas e rapidamente tratadas. Mas os registros de saúde pública dizem que, antes da cólera, no meu Estado, no primeiro semestre do ano passado, 1991, ocorreram cerca de 36 mil casos de doença da diarréia, sendo que destes cerca de 16 mil tiveram atendimento hospitalar; o restante, atendimento ambulatorial, sem que se tenha condições de registrar os casos em que não se procurou a assistência médico-hospitalar. Trinta e seis mil casos! E morreram 91 pessoas! E isto não foi notícia de jornal, porque os pobres morrem, em nosso cotidiano, nesses casos, sem direito a notícia. E as pessoas se escandalizam com a cólera, como se a cólera não fosse apenas um diagnóstico dos baixos níveis em que vive a população brasileira, particularmente na Amazônia, em face de nossas condições geográficas.

Teço estas considerações, que podem ser consideradas laterais pelos senhores, apenas para dizer que é muito fácil falar só na questão ecológica tomando-se água tratada na torneira. Mas no meu Estado não é fácil se dedicar a este tema — charmoso para alguns. É muito difícil, quase irrecu-

sável, discutir a questão do meio ambiente sem discutir a questão da pobreza. Por isto, quero insistir, no privilégio desta vinda ao Senado Federal, nesta questão relativa à inevitável contraposição de países como o Brasil, no sentido de que a pobreza deve ser um tema fundamental na Conferência ECO-92. Finalmente ... (trecho inaudível) ... mas para dizer, com firmeza, aos países ricos, às sociedades ricas, que, se a questão do meio ambiente é universal e deve ser respeitada por todos, inclusive por nós, a da pobreza é também universal e deve ganhar prevalência neste debate.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Após a brilhante exposição do Governador Jader Barbalho, passaremos à segunda parte da reunião, com os questionamentos e dúvidas dos Srs. Senadores e Srs. Deputados.

Aproveito para agradecer ao Sr. Governador este documento, que sintetiza tudo aquilo que foi realizado no grande encontro do SIMDAMAZÔNIA, portanto de fundamental importância para os trabalhos desta Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Mansueto de Lavor.

O SR. SENADOR MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, Sr. Governador do Estado do Pará, Srs. Senadores, Srs. Deputados: embora não sendo da Amazônia — sou do Nordeste — quero dizer que calou profundamente em todos nós a referência feita por V. Ex^a, Sr. Governador, à questão fundamental em que consiste a poluição da pobreza. Sabemos que os problemas da preservação do meio ambiente são prementes, universais; é uma questão brasileira, é uma questão de todos os povos. E V. Ex^a tocou na questão central, ou seja, não se superam, simplesmente, problemas ambientais físicos sem que se superem os problemas ambientais humanos, dentre eles, o da pobreza.

Para não tomar o tempo dos colegas mais ligados aos problemas do Pará e da Amazônia, eu gostaria de fazer algumas perguntas. Acompanhei atentamente a proposta de V. Ex^a a respeito de se preservar uma área do Estado do Pará, digamos, com o resgate dos títulos da dívida externa. Sei que V. Ex^a apresentou pessoalmente ao Governo Federal. Eu gostaria de saber em que estágio se encontra esta proposta, se houve um "sim", se houve um "não", se houve indiferença, se está engavetada...

Alguns países, como a Bolívia e outros, estão com experiências parecidas. Não se trata exatamente da proposta de V. Ex^a. Em alguns casos, houve até mesmo administrações ferindo, de certo modo, parcialmente, a soberania de alguns países. Talvez por isto mesmo a proposta de V. Ex^a não tenha sido entendida pela opinião pública nacional como altamente positiva, como uma proposta inovadora.

Eu gostaria, então, de saber, ainda mais: quando V. Ex^a informa que a coordenação científica estaria a cargo do Instituto Emílio Goeldi, que eu conheci pessoalmente — estive várias vezes em Belém do Pará e quanto tinha tempo eu o visitava... Considero aquele Instituto uma das mais importantes instituições científicas do mundo. Portanto, basta saber que a coordenação desse programa ficaria a cargo do Instituto Emílio Goeldi para ficarmos tranqüilos quanto à proposta de V. Ex^a. Eu gostaria apenas de saber como ficou esse projeto.

Antes da resposta de V. Ex^a, quero parabenizá-lo por esse pronunciamento. Vejo nesta discussão de hoje, principalmente no pronunciamento de V. Ex^a, uma prévia daquilo que deverá ser a ECO-92. Parabenizo igualmente o Senador Coutinho Jorge, nosso representante nacional e internacional,

acreditado para toda essa movimentação... (restante não gravado) ...

O SR. GOVERNADOR JADER BARBALHO — Senador Mansueto de Lavor, em primeiro lugar quero agradecer a V. Ex^a suas considerações a respeito do nosso pronunciamento e o testemunho que V. Ex^a dá acerca do Instituto Emílio Goeldi.

Quanto à proposta, eu a apresentei ao Sr. Presidente da República, que na oportunidade manifestou o maior interesse e me disse que a remeteria à Secretaria de Assuntos Estratégicos. Fui, posteriormente, ao Ministério das Relações Exteriores e pedi, inclusive, que fosse feita pelo próprio Itamarati a remessa às embaixadas brasileiras, a fim de ser dada divulgação no âmbito internacional. Recebi, depois, daquele Ministro a informação de que o Ministério das Relações Exteriores achava a proposta muito interessante, mas que a remeteria ao Ministério da Economia e que o tratamento, ali, era de que o assunto não poderia ser discutido de forma isolada, que a questão da conversão da dívida externa brasileira teria que ser tratada em conjunto e que o Governo do Pará deveria aguardar o tratamento a ser dado à questão da dívida externa, para que nosso projeto pudesse merecer a aprovação por parte do Ministério da Economia. Portanto, nós estancamos exatamente no momento em que nosso projeto passou a ser incluído na questão da condução da dívida externa como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Com a palavra o Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. SENADOR NELSON CARNEIRO — Quero apenas constatar, Sr. Governador Jader Barbalho, com base na minha longa experiência na vida pública — são 63 anos de vida pública — que vejo na esperança de V. Ex^a certa ingenuidade. Mesmo porque, se o Governo quisesse resolver esses problemas, já o teria feito. Isso de jogar a bola de um para outro é a prova de que não vai sair coisa alguma. Acho que V. Ex^a deve manter a esperança, já que é muito moço, mas não deve confiar tanto em que haverá solução.

A segunda observação é que eu sinto na brillante e calorosa e documentada exposição de V. Ex^a o temor de usar a palavra correta. Só uma vez V. Ex^a falou em miséria; falou sempre em pobreza. Pobreza é um nível em que muita gente vive hoje, no País; a grande massa, porém, vive é na miséria. E V. Ex^a, Governador do Pará, a exemplo de todos os demais Governadores, sabem e conhecem bem este problema. A propósito, lembro-me de Otávio Mangabeira, que, após ter exercido o governo da Bahia, me disse, certa feita: "Nelson, eu não tenho pena dos que recebem salário mínimo; tenho pena dos que não recebem salário míni-mo".

E é para essa gente miserável que devemos voltar os nossos olhos. O povo vive; o miserável não tem como viver.

Era apenas a retificação que desejava passar a V. Ex^a, para que a incorpore ao seu discurso. Não fale em populações pobres, mas nas populações miseráveis, aquelas que um dia, se o Governo não tiver olhos e ouvidos para suas reivindicações, irão às ruas e derrubarão este e os governos que se sucederem.

O SR. GOVERNADOR JADER BARBALHO — Sr. Senador Nelson Carneiro, quando uso a palavra "pobreza" eu o faço porque antes do processo de ocupação recente da Amazônia nós éramos pobres. O homem da Amazônia, o da beira dos igarapés, o da beira dos rios, era o homem pobre da Amazônia, mas que sobrevivia graças à conciliação que

sempre tivera com a natureza, com certa dignidade, com pobreza. Miseráveis são os nossos novos irmãos, que adentraram pela Belém-Brasília, que atravessaram o Araguaia, que vieram do Nordeste e do Centro-Oeste e que formam hoje aquilo que não existia na Amazônia: a grande legião dos miseráveis. Por isso mesmo é que, como caboclo da Amazônia, eu prefiro usar o termo "pobreza", para recordar o tempo em que éramos pobres, mas não tínhamos grandes projetos — tínhamos como sobreviver com dignidade.

E quanto à esperança, Senador, eu tenho que ter, porque apesar de constatar 63 anos de vida pública em V. Ex^a, que comparece a esta reunião e continua a defender com todo o entusiasmo novos rumos para o Brasil, quem sou eu, que e tenho a metade da idade de V. Ex^a, para perder a esperança? Eu não tenho este direito. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Passei a palavra ao Sr. Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO — Sr. Governador, quero, inicialmente, cumprimentar V. Ex^a pela lucidez da sua exposição. E minha pergunta decorre de uma afirmação de V. Ex^a, de que, diante da diversidade das situações encontradas na Amazônia, nem sempre os seus governos poderiam falar de maneira mais afinada, de um modo mais coerente. Eu perguntaria a V. Ex^a se de fato existe alguma divergência na visão dos governadores da Amazônia, a respeito da sua problemática, uma divergência de fundo, não apenas em função dessa diversidade existente tanto na Amazônia quanto no Nordeste.

Minha segunda pergunta diz respeito ao papel da Sudam. É a pergunta de um Senador nordestino desencantado com a Sudene, com a perspectiva que se abre para o nosso órgão de desenvolvimento regional. Diante da apatia que existe hoje na Sudene, eu perguntaria: Será que a Sudam convive com os mesmos problemas, padece do mesmo mal? O que é que V. Ex^a poderia informar a respeito disso?

O SR. GOVERNADOR JADER BARBALHO — (Início não gravado) ... éramos Deputados.

Quero registrar a alegria do reencontro e dizer que a divergência que possa existir entre os governadores da Região Amazônica me parece apenas a da forma — o objetivo é um só, o de buscar conciliar o respeito ao meio ambiente com o direito ao desenvolvimento. Ou seja, há divergências apenas quanto à forma, quanto ao tratamento a ser dado à questão, às vezes mais apaixonado ou menos apaixonado.

Por exemplo, quando eu falo que há diversidade entre os Estados do Pará e do Amazonas, quero dizer que o processo de ocupação foi maior no meu Estado. O Amazonas é, de fato, um imenso vazio demográfico, à exceção de Manaus e de alguns registros urbanos no interior do Estado. Creio que 70% da população amazonense vivem na sua Capital. No caso do Pará — de certa forma, ainda bem para o Pará — 25% habitam a Capital e 75% estão distribuídos no interior do Estado. Até certo ponto, muito bem distribuídos, com pólos distintos, como é o caso do Baixo Amazonas, com sede em Santarém, do polo da Transamazônica e do Xingu, com sede em Altamira, do polo Araguaia-Tocantins, com sede em Marabá, do arquipélago de Marajó, da Zona Bragantina, que é a Zona do Salgado também... Então, a nossa visão é distinta nesta questão.

Nós respeitamos a questão ecológica porque tivemos alguns projetos pecuários, particularmente no sul do Estado, que causaram alguns desmatamentos naquela área e que se

mostraram inadequados até em termos de aproveitamento. Talvez, se algumas pessoas tivessem aquilo de que eu falo, ou seja, um projeto de zoneamento econômico e ecológico, em lugar de terem ido para a pecuária, teriam ido para o aproveitamento madeireiro de forma racional. O mognó que se queimou nos sul do Estado, seguramente, valia muito mais do que o boi que se conseguiu criar no sul do Estado e em algumas outras regiões. Por isso mesmo, nossa visão é uma visão cautelosa em relação à questão do meio ambiente deve ser levada em consideração. Nós não queremos o desenvolvimento a qualquer preço no Estado do Pará! Queremos o desenvolvimento, mas não a qualquer preço! Daí defendemo a questão do meio ambiente. Entendemos que a questão do zoneamento econômico e ecológico. Talvez, na amazônia, somente o Estado de Rondônia tenha sofrido um processo de ocupação parecido com o nosso. Mas os grandes projetos foram implantados onde? Exatamente no Pará. Os grandes projetos pecuários, a grande hidrelétrica de Tucuruí, construída no meu Estado, o grande Projeto Carajás, no meu Estado, o Projeto Jari...

Temos portanto, uma visão de ocupação. E é de forma equilibrada que o Estado do Pará se comporta nisto. Achamos, inclusive, que a paixão não nos favorece. Porque aí se estabelece um diálogo de surdos. Se eu dissesse aos "verdes" que eu não quero conversa com eles, que a conversa dos "verdes" não interessa, nós radicalizariam o discurso, o que não nos leva absolutamente a lugar nenhum. Procuramos respeitar aqueles que defendem a preservação e a conservação, chamando-os para um diálogo, a fim de que eles compreendam que o ser humano deve ser inserido na paisagem ecológica, que não pode haver aquilo que o Professor Nelson Ribeiro, meu Secretário de Meio Ambiente e ex-Ministro da Reforma Agrária, refere como uma nova ciência: o "ecocentrismo".

O que desejamos é isto, um chamamento para, de forma serena, equilibrada, fazer este debate. E o homem, onde fica nisto tudo? Vamos respeitar a natureza, mas vamos respeitar, primeiramente, o direito do homem de sobreviver.

Esta talvez seja a divergência existente entre a nossa postura e a de outros companheiros que integram a Região: é a de não passionizar, mas, sim, racionalizar ao máximo essa questão, pois achamos que é possível, num debate racional, chegar a um melhor denominador, que não seja o charme. O que me preocupa nesse debate é o charme. Há muita gente preocupada em fazer charme com a questão ecológica. Acho que o Brasil não pode comparecer a essa Conferência... Se somos subdesenvovidos, não o somos na nossa inteligência, na nossa capacidade de articulação política para absorver o que é possível absorver favoravelmente ao País na ECO-92.

Daí o Estado do Pará não se filiar a nenhuma postura radical. Não queremos a Amazônia ocupada a qualquer preço nem queremos a Amazônia um santuário intocável.

Esta é a postura do Governo do Estado do Pará nesta questão.

(Restante não gravado.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA

Criada através do Requerimento nº 146, de 1991, com o Objetivo de estudar, analisar e acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO/92."

9ª Reunião, realizada em 30 de abril de 1992

As dez horas do dia trinta de abril de mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões nº 4, Ala Senador

Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares, Coutinho Jorge, Presidente, Valmir Campelo, Júlio Campos e João França, reúne-se a Comissão Temporária ECO/92. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, informa que hoje, a Comissão terá o privilégio de ouvir três grandes nome relacionados ao trabalho das Organizações Não Governamentais — ONGs, os Senhores, João Paulo Capobianco, Superintendente da Fundação SOS Mata Atlântica de São Paulo, Ary Pararraios, Presidente do Jornal Viva Alternativa de Brasília e Almir Bresan Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente do Espírito Santo. Eles farão uma exposição mostrando a visão pessoal a respeito do grande encontro a ser realizado no próximo mês de junho na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, é a visão crítica de cada um deles a respeito da ECO-92, e nós tínhamos que trazê-los para enriquecer o nosso Relatório final. Prosseguindo convida os Senhores Expositores para tomarem lugar à mesa e iniciar suas explanações. Concluídas as mesmas usam da palavra pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares, Valmir Campelo e Júlio Campos. Dando prosseguimento o Sr. Presidente Coutinho Jorge, em nome da Comissão, agradece aos Senhores João Paulo Capobianco Ary Pararraios e Almir Bresan Júnior, aos Parlamentares e a todos os presentes que participaram deste encontro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com as notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 146, DE 1991-SF "COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, ANALISAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO — ECO/92". DESTINADA A OUVIR OS DEPOIMENTOS DOS SRS. REPESSENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS — ONGs. SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO, SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, SR. ARY PARARRAIOS, PRESIDENTE DO JORNAL VIVA ALTERNATIVA, E SR. ALMIR BRESAN JÚNIOR, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DO MEIO AMBIENTE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DOS SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Coutinho Jorge

Vice-Presidente: Senador Valmir Campello

(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, ilustres conferencistas, vamos iniciar mais uma reunião da Comissão do Senado que acompanha o Encontro Rio-92.

Hoje, teremos o privilégio de ouvir três grandes nomes relacionados ao trabalho das ONG — e das entidades estaduais que atuam no meio ambiente.

Vamos ouvir, agora, o Superintendente da Fundação SOS Mata Atlântica, de São Paulo, Sr. João Paulo Capobianco; o Presidente do jornal ecológico **Vida Alternativa**, de Brasília, Sr. Ary Pararraios e o Presidente da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente, Sr. Almir Bressan Júnior.

que nos trarão a visão de cada um a respeito desse grande encontro que vai ser realizado no Rio, no próximo mês de junho. Portanto, é a visão crítica de cada um deles a respeito desse encontro ECO-92, e nós tínhamos que trazê-los para enriquecer o nosso relatório final, o Relatório que o Senado, realmente, irá preparar em relação à visão da sociedade brasileira em termos desse grande encontro do Rio-92. Eu, também, já expliquei aos conferencistas que, hoje, é um dia especial com uma série de dificuldades, com votações em várias Comissões e, sobretudo, uma convocação extraordinária do Senado Federal, no mesmo horário da comissão. Mesmo assim, o que é importante é a participação dos conferencistas, aquilo que eles disserem aqui, o seu depoimento que será gravado e registrado e, posteriormente, encaminhado ao conhecimento de todo o Senado Federal.

Estão presentes os ilustres Senadores, e tenho a certeza de que S. Ex^a poderão, também, no momento azado, saírem para a respectiva votação. Mas, sem maiores delongas, eu passo a palavra ao primeiro conferencista, definindo que teremos as três apresentações, de forma resumida, com 10 minutos para cada um deles. Sendo necessário algum debate entre os três, poderemos, posteriormente, ampliar o tempo.

Começarei, logo, com o Dr. João Capobianco, Superintendente da Fundação SOS Mata Atlântica, a quem concedo a palavra para a sua apresentação inicial.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO — Bom dia a todos. Primeiro, quero agradecer o convite da Comissão Especial da ECO-92, no Senado. Acho de grande importância esse tipo de aproximação, apesar de que todos nós reconhecemos que é muito prático. A Comissão vem trabalhando há várias reuniões mas, por diversos fatores, com uma maior aproximação entre as ONGs e o Poder Legislativo, não ocorreu, em tempo, para que isto pudesse criar uma aproximação maior entre as ONG e o Congresso Nacional e, também, com as Assembleias Legislativas nos Estados e, em algumas Câmaras de Vereadores onde, inclusive, nós já havíamos pedido e tentado uma maior aproximação ou até para a Assembleia Legislativa de São Paulo. Há, também, uma Comissão criada especialmente para isto, por proposta, inclusive, do fórum das ONG, brasileiras, mas, por vários motivos, esta integração não ocorreu com a intensidade adequada. Isto fez com que a participação do Brasil na Conferência fosse definida, praticamente, apenas pelo Poder Executivo. A avaliação do fórum das ONG brasileiras com relação a isto é de que essa exclusividade do Poder Executivo prejudicou a participação, brasileira na medida em que o Brasil não conseguiu levar nas suas negociações uma posição que fosse mais consensual. As ONGs interferiram no processo, buscaram variações e interferências, mas a interferência sempre foi muito limitada. Sem dúvida nenhuma, uma parceria entre as ONG e o Poder Legislativo teria dado mais força para que essa interferência fosse mais efetiva e nós tivéssemos uma posição mais avançada e mais de acordo com os interesses da sociedade brasileira nas defesas que o Brasil fez nos Prepicon, nas reuniões preparatórias.

Tratar da Conferência Rio-92 em 10 minutos, mesmo que seja de forma introdutória, é algo impossível e eu, também, diria que tratar da Conferência Rio-92, sem ter um eixo criando essa discussão, também é impossível, porque é uma Conferência que envolve questões de enorme importância, nas mais diversas áreas e, aqui, eu estou listando o que iria tratar nesses meus 10 minutos. E, aqui, eu listei oito tópicos e cada um deles, exigiria, no mínimo, 10 minutos.

Então, neste primeiro momento, vou me ater a tratar uma questão que tem sido muito ventilada pela imprensa e até por pessoas formadoras de opinião, que é a história do sucesso ou fracasso da Conferência. A imprensa brasileira — e, não só a brasileira, no caso, aqui, nós conhecemos melhor — não acompanhou o processo, nada noticiou da Conferência. Até o 4º Prepicon, realizado, agora, em março, em Nova Iorque, de repente passou a encher as páginas dos jornais com notícias com verdades a vincular essa história de sucesso ou fracasso — se o Presidente Bush vier, é sucesso; se ele não vier, é fracasso. Se liberar 1 bilhão de dólares, é sucesso; se não liberar, é fracasso, ou seja, numa visão muito reducionista da importância da Conferência, tentando passar para a sociedade brasileira uma imagem de que uma Conferência, seja ou não seja ela dessa magnitude, poderia resolver os gravíssimos problemas que o Planeta enfrenta como, também, enfrenta o nosso País na área do meio ambiente e na área do desenvolvimento. De repente, os formadores de opinião, pessoas de mais alta capacidade intelectual e a imprensa brasileira, passam a postular que se a Conferência não salvar o Planeta ou não resolver os problemas financeiros brasileiros, ou não resolver a questão da Amazônia, ela será um fracasso. Este é o erro mais grave que eu considero no processo preparatório da Conferência, e isto, de fato, pode levar a uma decepção da sociedade — não só brasileira mas internacional — com relação ao resultado da Conferência. Desde o início do processo preparatório em que o fórum das ONGs brasileiras, que foi criado nesse processo, percebendo a seriedade da questão, a importância de uma interferência, criaram, pela primeira vez na história do Brasil, um fórum nacional que extrapolou os limites daquelas organizações ambientalistas, que tinham algum trabalho junto, ou seja, pela primeira vez, organizou-se um grande grupo de discussão permanente, com metodologia, com cronogramas, com comunicação — muito deficiente — em torno de uma questão de interesse nacional, e que buscou trazer para dentro desse grupo, organizações representativas da sociedade, nas diversas regiões do País e de diversos segmentos, ou seja, defensor de diferentes interesses. Pela primeira vez, tem-se sindicatos, movimentos de negros, movimentos indígenas, movimento ambientalista, movimento de mulheres, movimento de jovens e de professores os professores — articularam-se para discutir, entender, debater e aprofundar temas da Conferência e tentar formular propostas.

Se me perguntarem se isso foi muito bem, se está tudo perfeito, eu, evidentemente, diria que não. Num processo de dois anos, num País com essa complexidade e diversidade social ecológica e econômica, é impossível você avançar e chegar no produto final, mas foi um movimento de enorme importância na medida em que fez com que algumas questões importantíssimas saíssem das mãos de um grupo reduzido de pessoas que vinham debatendo e se começasse a discutir por um segmento muito amplo da sociedade.

O meio ambiente, hoje, ou a ecologia, como tanto se fala, ambientalismo, não é mais privilégio de ambientalista, e não é mais reserva de mercado de entidade ecológica. A questão ambiental, hoje, está sendo discutida nos diversos segmentos. Hoje, por exemplo, o movimento dos sem terra, como é o movimento dos sem teto, em São Paulo, que, ao longo de muitos anos, promoveu invasão em áreas da mananciais, porque consideravam que a única questão importante era o espaço de hoje, na sua discussão — o impacto ambiental da sua invasão. Discute-se com seus membros, com seus pares

e a questão da área, a fragilidade ambiental da área, hoje, é um critério de decisão e, inclusive, se esse movimento deve ou não invadir uma área, mesmo que esteja sendo pressionado pela falta de espaço urbano de ocupação. Isso é um ganho enorme.

Recentemente, também, um acordo entre trabalhadores e patrões de uma indústria do ABC em São Paulo incluiu no acordo, pela primeira vez — uma coisa inédita — uma resolução que a empresa se obrigava a instalar filtros de controle de poluição em suas chaminés, o que não tinha nada a ver com o ambiente de trabalho, era uma poluição externa. E, no entanto, graças a um trabalho de articulação e de compreensão da importância da questão ambiental, esses operários, naquela indústria, falaram: "Olha, tudo bem. Já resolvemos nossa questão de salário, mas tem uma coisa que é uma vergonha para nós. É uma vergonha a gente trabalhar numa indústria que polui o meio ambiente dessa forma. Então, que a empresa assuma esse compromisso". E ela assumiu.

Então esses são pequenos exemplos desse ganho.

E estou vendo que os meus minutos estão acabando, mas queria dizer que o grande esforço que o fórum fez, e que a gente reconhece que não atingimos sequer os 10% considerados adequados. Mas o nosso grande esforço é no sentido de disseminar informação, de democratizar o debate em torno da Conferência, ou seja, tirar das mãos de um grupo restrito de profissionais, de funcionários do Itamaraty, a prerrogativa de formular propostas a serem defendidas nas demonstrações internacionais.

Um dos ganhos desse processo foi a publicação do relatório nacional brasileiro, *Diário Oficial*, na sua versão preliminar. Evidentemente que foi uma grande decepção para todos, porque quando pressionamos o Governo para publicar aquele documento, estávamos pensando que o documento seria produzido dentro das diretrizes da ONU, que na resolução que definiu que os Estados deveriam apresentar relatórios nacionais, dizia que os relatórios eram documentos que continham um diagnóstico pequeno e um prognóstico, ou seja, que os países iriam apresentar os seus problemas, mas, muito mais do que isso, iriam apresentar as formas que os países consideravam importantes para solucionar os seus problemas, o que seria prioritário a ser resolvido e o que a cooperação internacional poderia ajudar para isso. Então, quando pressionamos o Governo Federal a publicar isso, esperávamos que então teríamos finalmente uma proposta de ação do Governo que a sociedade poderia discutir, interferir e dizer se concorda ou não concorda. Mas o Governo publicou apenas o diagnóstico. Foi uma grande frustração, infelizmente não serviu para democratizar a interferência da sociedade nas propostas, mas serviu, pelo menos, para disseminar um gravíssimo diagnóstico que o próprio Governo fez, mostrando a gravíssima situação ambiental e social do País.

No segundo momento, passamos a pressionar o Governo Federal, inclusive chegamos a colocar que nós saíramos — o fórum brasileiro é observar na Comissão Interministerial preparatória para a Conferência — e saíramos da Comissão se não houvesse a possibilidade de discutir as questões conceituais de conteúdo, porque as reuniões eram muito bonitas, eram lindas, políticas, eram abertas com honras e pompas, com o Ministro das Relações Exteriores, mas não se discutia o conteúdo, ou seja, não tínhamos contribuição nenhuma a dar, a não ser assistir a essas reuniões. Então dissemos que não participaríamos mais se as reuniões não fossem para discutir conteúdo. E não só isso, evidentemente, mas uma pressão

muito grande de diversos setores, fez com que o Governo, pela primeira vez, publicasse com antecedência o que ele iria defender no 4º Prepicon. Em 7 de fevereiro deste ano obtivemos, pela primeira vez na história do País, um documento que dizia claramente o que o Itamaraty pensava de florestas e o que ele iria defender, o que ele iria defender: Biodiversidade, agenda 21, mudanças climáticas, ou seja, o que o Brasil estaria defendendo. Isso permitiu, então, que distribuíssemos esse documento, reagissemos a esse documento e elaborássemos uma estratégica de pressão junto à delegação brasileira no Prepicon, em Nova Iorque. Isso se deu. Tivemos no Prepicon de Nova Iorque cerca de 30 brasileiros, sendo que desses 30 brasileiros 16 foram pelo fórum de ONG brasileiras; desses 16 oito foram financiados pelo fórum de ONG brasileiras, no sentido de garantir uma pressão junto à delegação brasileira para avançar em algumas questões que considerávamos importantes.

Para concluir — é impossível, concluir essa questão, mas apenas para encerrar o meu tempo — eu gostaria de frisar que o fórum de ONG brasileiras sempre teve a consciência e sempre informou aos diversos segmentos da sociedade que as Nações Unidas não possuem capacidade de realizar mudanças profundas na situação ambiental e social do Planeta. Não possuem porque as Nações Unidas, na verdade, são uma reunião de governos, de delegações de governos que estão participando do processo defendendo interesse estratégicos próprios. As delegações, quando vão para uma negociação, seja ela brasileira, americana ou tailandesa, defendem interesses do seu país. E, portanto, não aceitam nenhuma resolução que possa interferir nos interesses do seu país. Mesmo que essa resolução, essa decisão, seja da ampla maioria, ou seja, não há votação, não é como no Congresso, que se vota. Se a maioria acha que isso é bom, está aprovado. E todos têm que obedecer. Isso não acontece, infelizmente — ou felizmente, não sei — nas Nações Unidas. Se não há consenso, não se aprova. Isso, portanto, torna tão difícil, por exemplo, aprovar uma obrigatoriedade na redução de gás carbônico, porque os Estados Unidos não aceitam isso.

Então, essa compreensão da fragilidade do processo foi o que motivou o fórum de ONG brasileiras a promover uma articulação internacional com ONG internacionais. Nós temos plena consciência de que se não mudarmos internamente no País, de forma a ter uma delegação com ideias mais avançadas, abertas a ceder, não se avança em nada. Então, o grande papel das ONG tem sido, e foi concentrado nisso, de forçar as suas delegações a avançarem em questões importantes, para que se chegassem a soluções consensuais, de interesse da sociedade como um todo. Isso foi muito difícil, e temos plena consciência de que o trabalho só está no começo. A Conferência é um marco importante, é um ponto alto nesse processo, evidentemente, tem uma grande importância, mas o grande trabalho vai se dar depois da Conferência. Esse trabalho vai se dar em duas direções, principalmente.

Primeiro, para garantir que os governos cumpram aquilo que assinarem, o pouco que vão assinar — naturalmente não teremos nenhuma grande resolução, mas teremos algumas resoluções. E corremos o risco de os governos não cumprirem nem aquelas. Então é importante que a sociedade civil pressione o Governo para cumprir aquilo que foi acordado. E, mais do que isso, pressione o Governo e as Nações Unidas para continuar o processo, para buscar negociações, no sentido de tentar obter ganhos naquilo que não foi possível no Rio.

Esse é o grande papel das ONG. E para resolver isso, a nossa estratégia é de organizar um grande fórum internacional de ONG, que vai ocorrer no Rio de Janeiro, onde as ONG, pela primeira vez na história, assinarão tratados entre si, ou seja, encontros de governos assinam tratados entre governos, as ONG assinarão tratados entre si, comprometendo ONG do Norte, do Sul, do Leste, do Oeste, a lutarem conjuntamente para obter aqueles ganhos ou aqueles avanços que a gente considera que são importantes a partir do Rio de Janeiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra, agora, ao segundo depoente, que é Presidente do jornal ecológico **Vida Alternativa**, Ary Pararraios.

O SR. ARY PARARRAIOS — Obrigado.

Algumas considerações podemos ter a respeito, inclusive, do funcionamento desta Comissão. Tivemos oportunidade de conversar rapidamente com o Senador Coutinho Jorge.

É uma pena, como já disse o Capobianco, que não se tenha tempo para tratar melhor das coisas que dizem respeito à Conferência da ONU.

Parece-me, nesse trabalho que se desenvolveu por dois anos na organização do fórum nacional de ONG, a experiência — que me parece ser inédita no Brasil — da sociedade civil se organizar em quantidade e com razoável qualidade, para discutir assuntos de interesse nacional e internacional com respeito ao meio ambiente, demonstrou-nos a possibilidade do trabalho ser muito mais bem aproveitado se conseguíssemos ter uma comissão mista no Congresso. Quer dizer, esta comissão, inicialmente, pronunciou-se com possibilidade de se tornar uma comissão mista, se não me engano. E nós estivemos atentos e disponíveis, e infelizmente não conseguimos, apesar de alguns aliados que a gente tem dentro do Senado, tradicionalmente, como o Senador Júlio Campos, que na Comissão de Meio Ambiente foi sempre um aliado do movimento. O movimento esteve sempre disposto e sempre precisando dessa inter-relação com o Senado e com a Câmara. Infelizmente isso não aconteceu. Espero que possamos conseguir fazer algo juntos daqui para a frente. Na verdade, a questão ambiental no Brasil está começando, e a Conferência vai apenas possibilitar um enfoque um pouco mais sério. A informação, de um modo geral, e eu gostaria de falar um pouco sobre informação, porque todos nós questionamos que a informação no Brasil é deficiente em todas as questões, porque somos um País de analfabetos, porém, mais acentuadamente ainda na questão ambiental, que, por um lado, tinha uma vertente social, que era o ecologismo, e uma vertente científica, que era a ecologia em si, como ciência. Essa aproximação, me parece que pela primeira vez, o fórum brasileiro de ONG conseguiu fazer, não só no âmbito nacional, como no âmbito internacional. A representação brasileira era sempre referendada pelo Itamaraty, por mais ninguém, ou então entre redes internacionais de interesse próprio, com as quais algumas organizações brasileiras tinham trânsito e influência para discussão. Acredito que esse seja o problema mais grave, não mais para se resolver, a tempo de se fazer qualquer coisa, de interferir na conferência, mas me parece que esse será o grande tema, o grande desafio a enfrentarmos daqui para a frente. Acho que o trabalho de uma comissão mista poderia possibilitar que trabalhássemos melhor com o que se chama de bases sociais, quer dizer, com os eleitores, com as pessoas que têm as suas relações distritais, locais, e passar as informa-

ções que dizem respeito ao meio ambiente e justiça social, que são coisas que, até pouco tempo, eram muito distintas, muito separadas.

O fórum em si nos trouxe uma lição muito importante: a de que podemos, apesar das dificuldades, das desigualdades, das possibilidades diferentes, dos recursos diferentes, mesmo entre as ONG, que são muito diferentes, dá para se conceituar de zero a mil diferenças muito grandes entre uma e outra, trabalhar com os institutos de pesquisa, de assessoria e os movimentos sociais também juntos.

Não conseguimos entender por que tivemos essa interlocução a tempo com o Congresso. Penso que é algo que poderíamos, depois, tentar descobrir onde é que erramos, onde é que se podem corrigir os rumos, para conseguirmos essa interação com o Congresso, que seria muito importante. A sociedade civil organizada nas Organizações Não-Governamentais, o fórum brasileiro, tem um reconhecimento muito grande, nacional e internacional, porque conseguiu reunir cerca de 1.500 entidades, o que, considerando a necessidade e o potencial que temos, é pouco e, considerando o que tínhamos para fazer, é muito, é um bom número.

Os parlamentares se preocuparam demais com o Prepicon, com as grandes tomadas de posição com relação às políticas oficiais e se esqueceram de que a sociedade civil estava sendo organizada nesse sentido também. Ficamos sempre numa posição mais ou menos folclórica, e isso persistiu por algum tempo. O Senado Federal, por exemplo, esteve presente nos Prepicon e não conseguiu estar presente nas nossas reuniões, nas reuniões internas, aqui dentro do Brasil e nem nas reuniões que tivemos fora daqui, como a Conferência da Sociedade Civil, em Paris. Penso que teria sido de grande valor para nós e para o Parlamento, termos podido conversar a respeito desses nossos encontros, principalmente os encontros nacionais. Não que esses encontros tenham tido a importância, talvez, que quiséssemos, mas ele possibilitou uma interlocução muito grande entre as ONG no País e fora dele.

Esse trabalho de dois anos do fórum nos levou a uma possibilidade anteriormente nem sonhada, que é a de chegar nos tratados e, independente dos tratados que os países vão assinar, das convenções etc., as ONG vão assinar esses tratados temáticos em âmbito nacional, quer dizer, trabalhando todos os ecossistemas brasileiros e as possibilidades sociais também nesses ecossistemas, as questões urbanas etc., e também os tratados de cooperação internacional assinados. Isso me parece uma coisa importante, onde se poderia ter uma atuação mais acentuada, porque, no caso da América Latina, por exemplo, está demonstrado que se os parlamentos tivessem trabalhado um pouco mais com a sociedade civil, teríamos um melhor resultado nessa conferência que está acontecendo em São Paulo.

Não sei se essa crítica que fazemos é um **mea culpa**, é uma crítica a nós mesmos. Logicamente que nos queixamos muito da possibilidade não aproveitada de inter-relação, de comunicação, e a culpa recai sobre nós mesmos, porque não seria culpa só dos outros setores, porque uma interação se faz com, pelo menos, dois lados. Então, não seria o caso de tecermos críticas só para terceiros e não assumirmos a culpa nisso. A nossa sugestão seria que se aproveitasse, talvez daqui para a frente, a possibilidade desse trabalho nos tratados temáticos e que essa inter-relação se fizesse em questões substantivas, porque esses tratados são importantes, conceituados nas necessidades brasileiras regionais, principalmente locais, distritais, e o fórum nem sempre pode cobrir. No caso especí-

fico aqui do Centro-Oeste, Senador, temos dificuldades imensas. V. Ex^a sabe, porque também tem as mesmas dificuldades no âmbito do seu mandato, são distâncias muito grandes e ainda há um patamar de desenvolvimento de relações muito ainda incipientes e acho que nos caberia um trabalho maior de divulgação desses temas, e, depois, de toda política ambiental, enfim, da sociedade civil e da oficial também, porque há uma grande confusão. Quando as pessoas falam em ECO-92, elas não sabem do que se trata e talvez muitos entre nós mesmos não saibamos a diferença entre uma e outra coisa. O que dá para assegurar é que a sociedade civil conseguiu se organizar a uma altura acima do razoável e considerando as possibilidades muito acima, muito ainda incipiente para o nosso trabalho, mas, como sociedade civil, muito profícua.

O fórum cortou alguns critérios biônicos de representação no exterior, abriu canais próprios, abriu uma interlocução, e isso é uma coisa que vai desembocar na conferência do Rio de Janeiro. Por incrível que pareça, já temos um mínimo de metodologia própria de trabalho, de cronogramas etc., que podem possibilitar uma interação maior, uma possibilidade maior desta comissão saber o que se passa no seio da sociedade civil organizada, e isso me parece uma coisa importante. Podemos oferecer esse mínimo de informações a respeito do que nós, como sociedade civil, estamos fazendo e a respeito até do que a sociedade em si, ainda não organizada, almeja e tem possibilidade de fazer com o mínimo de contato, pois não é algo que exija muitos recursos e sim muito mais vontade política.

Lançaria esse apelo no sentido de ainda tentarmos fazer algum trabalho juntos, apesar do tempo exíguo, acreditando na possibilidade de reimplantar esse entusiasmo pelo País, que pode ressurgir a partir desse mapeamento ambiental e social do Brasil, com novas características, sem separar essas vertentes.

Essas vertentes foram tratadas sempre como se fossem coisas separadas, assim como o próprio desenvolvimento. Entendo que desenvolvimento, justiça social, direitos humanos e meio ambiente estão entrelaçados e essa Conferência vai servir para que determinemos um novo caminho onde procurar novos paradigmas, uma nova ordem e uma nova ética, sob o que o ser humano certamente será muito melhor atendido no seu direito de ser feliz.

O tempo é restrito para falarmos do que realmente o fórum conseguiu e o que ele pretende conseguir, mas é sempre importante reconhecer onde erramos — porque erramos — e, considerando os erros, conseguir trabalhar juntos e em frente. Seria muito importante que esse canal fosse aberto. Inclusive, este próprio depoimento só terá sentido — dado o curto tempo — se, a partir dele, começarmos a abrir as possibilidades de trabalharmos juntos com o Congresso.

Então, gostaria de deixar aqui o apelo para que se formasse, sobre a questão ambiental, uma comissão mista do Senado e da Câmara. Sabemos das dificuldades da Casa, pois já tentamos isso antes, mas é justamente de coisas difíceis que se trata mapear o Brasil, para ver como podemos, conjugando os interesses sociais, de direitos humanos, desenvolvimento e meio ambiente, chegar a bom termo e começar uma nova fase, uma nova cartilha de alfabetização, na qual se incluam os direitos da vida como um direito democrático de todos.

O relatório alternativo dos tratados brasileiros é uma literatura que considero importante ser distribuída aos assessores dos Srs. Senadores para que tentem conhecer o mapeamento feito com todas as frentes da sociedade civil. Ele tem

suas falhas, mas é legítimo, não foi feito em gabinetes, mas em campo, nas reuniões em que o Fórum Brasileiro de ONG realizou no Brasil inteiro, no decorrer desses dois anos, tentando assim heroicamente, estabelecer algum parâmetro. Esses parâmetros estão estabelecidos tanto nos diagnósticos quanto nas possibilidades; quer dizer, eliminando dessas aspirações o que havia de sonho e deixando o lugar para a utopia, mas tratando o sonho a partir do conhecimento científico.

É um bom trabalho e gostaria muito de poder discuti-lo com esta Comissão.

Agradeço a oportunidade e continuamos aqui em Brasília — o Senador Valmir Campelo sabe — à disposição, a qualquer hora, para uma convocação desta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra, agora, ao Dr. Almir Bresson Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente.

O SR. ALMIR BRESCON JÚNIOR — Sr. Presidente da Comissão, Senador Coutinho Jorge, é com prazer que a entidade que congrega os órgãos estaduais governamentais de meio ambiente traz aqui uma rápida visão da realização da Conferência Rio-92, conforme solicitado.

Creio ser importante começarmos essa análise pela Conferência de Estocolmo e o que ela representou para a consciência mundial.

A Conferência de 1972 foi o início de um processo mundial de reflexão sobre a questão ambiental, começando muito a partir do desenvolvimento e dos problemas de poluição que existiam nos países desenvolvidos. O que percebemos é que, após essa Conferência, que teve um enfoque muito mais para o controle da poluição, principalmente no Primeiro Mundo, houve uma repercussão muito grande na política mundial e um reflexo muito grande, não só nas nações desenvolvidas mas também nas nações em desenvolvimento, nos países do Terceiro Mundo.

O que percebemos é que, naquela ocasião, o Brasil teve uma posição bastante arcaica ao colocar que a poluição seria bem vinda ao Brasil. Essa é uma questão que talvez seja uma das principais justificativas para que o Brasil, hoje, seja a sede da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O que se colocou na época e que prevalece ainda na mentalidade de muitos políticos e da grande maioria dos administradores públicos é que a questão ambiental ainda merece um segundo ou terceiro plano, porque o maior problema no nosso País é a miséria. Realmente temos que reconhecer que a miséria é um dos maiores problemas a que a espécie humana pode ser submetida, mas não se pode concordar que o processo de desenvolvimento possa ocorrer sem o tratamento da questão ambiental, matéria-prima básica para o desenvolvimento sustentável, o seja, para a melhoria da qualidade de vida das populações.

A posição do Brasil resultou num processo de desenvolvimento industrial, questões econômicas e da miséria.

Não poderemos continuar com essa posição de que a questão ambiental é secundária ou terciária. Essa é uma das principais reflexões que devem ser defendidas por toda a sociedade brasileira para que não reste nenhuma dúvida, porque ainda existe muita falácia motivada por um movimento internacional de conscientização sobre a questão ambiental. Essa questão, entretanto, ainda não está na consciência da maioria dos administradores públicos e dos políticos brasileiros.

Os temas desenvolvimento e meio ambiente têm se mostrado intimamente relacionados, o que ficou muito claro com

o Relatório Brundtland, que não pode deixar de ser citado em nenhuma das discussões sobre meio ambiente pois, sem dúvida alguma, foi um marco importantíssimo para a evolução da política ambiental mundial.

Gostaríamos de falar um pouco sobre a participação do Brasil. É importante citar — e já foi citado pela maioria dos políticos brasileiros que estavam tratando da questão, principalmente pela diplomacia brasileira — que o evento é internacional e que os Estados, Municípios e a sociedade não teriam uma participação direta e sim uma negociação diplomática. Isso não ficou bem entendido, bem colocado, porque a participação da diplomacia brasileira tem que refletir o pensamento a mobilização da sociedade brasileira.

Vimos que esse tipo de divulgação, não foi feito de maneira eficiente por parte do Governo brasileiro. Nem mesmo os governos estaduais, através de suas Secretarias de Estado de Meio Ambiente, foram chamados à participação. A partir daí, a Associação Brasileira de Meio Ambiente resolveu abrir um espaço de mobilização social, após ter sido proposto, em outubro de 1990, à Secretaria Nacional de Meio Ambiente, ao Dr. José Lutzenberger a elaboração de um diagnóstico nacional que tivesse a participação dos segmentos mais representativos da sociedade brasileira. Esse trabalho foi, então, iniciado pela Associação e desenvolvido a partir dos Estados, com a coordenação dos órgãos estaduais, e aberto à participação de todos os segmentos da sociedade.

Esse, Sr. Presidente, acredito tenha sido um dos documentos que tenha efetivamente aberto o maior espaço de participação para a sociedade brasileira. Os resultados desse documento estão expressos em relatórios estaduais, e regionais — elaborados a partir dos documentos estaduais —; que, agora, se encerram num documento divulgado pela Associação, chamado “Brasil 1992, Perfil Ambiental e Estratégia.” Esse documento será apresentado no dia 6 de junho, no Fórum das ONGs, no estande reservado para a Associação Brasileira de Meio Ambiente de que todos estão convidados a participar.

Um documento importante que foi retirado, também sobre esse processo, foi “Posições Brasileiras para Agenda 21”, retirado na Conferência de Vitória, realizada em fevereiro deste ano, documento esse que foi encaminhado ao Presidente da República antes da Convenção de Canelas, a pedido da própria Presidência da República, encaminhado ao PREPCOM de Nova Iorque, por solicitação da Associação Brasileira de Meio Ambiente, que conseguiu um espaço na delegação brasileira como observador.

Sr. Presidente, a participação da população brasileira, de agora para frente, será pequena, a não ser através de manifestações de suas posições antes e durante a Conferência, no sentido de impulsionar a ação do Governo e de sua diplomacia a brigar por posições com maior convicção e respaldo popular. É importante que se possa, como colocaram os dois primeiros conferencistas, explorar, de uma maneira responsável, a cobertura da mídia nacional e internacional, para que se coloquem os assuntos ambientais de interesse nacional, relacionados como problemas de desigualdade entre as nações, a dívida externa, a relação comercial perversa entre os países de Primeiro e Terceiro Mundo; sem, com isso, hostilizar os países ricos, de maneira a criar um confronto desnecessário.

Esse tipo de trabalho vai ter uma influência muito grande nas delegações internacionais que aqui estarão, e essa é uma das formas de melhor participação que poderemos ter, princi-

palmente porque os Chefes de Estado estarão reunidos em torno do dia 8 ao 10, se não foi mudada a data, em função do adiamento da conferência dos assuntos de maior relevância que poderiam ser tratados, não poderíamos deixar de citar a questão da biodiversidade, a produção de CO₂, o efeito estufa, uma das grandes reações feitas pelos países de Primeiro Mundo, principalmente os Estados Unidos.

A questão da biodiversidade merece um esforço maior de toda a população e diplomatas brasileiros, principalmente porque se pretende patentejar o que temos de mais rico e importante, que é a questão dos recursos genéticos que existem nas nossas florestas, a biodiversidade existente nas nossas florestas tropicais.

Vale também o comentário, Sr. Presidente, a respeito de uma posição firmada no Conselho Nacional do Meio Ambiente, na reunião de ontem, dia 29, em que pedimos fosse solicitada ao Congresso Nacional a paralisação das discussões em torno do Projeto de Lei das Patentes ou, pelo menos, do capítulo relacionado ao patenteamento dos microorganismos.

Era importante fazermos uma análise de como o projeto estava sendo tratado. Tivemos um processo de divulgação internacional, em que a mídia internacional estava colocando os países do Terceiro Mundo como os grandes vilões da história ambiental mundial. E a Conferência do Rio estava sendo voltada para crucificar os países de Terceiro Mundo, principalmente o Brasil, nesse processo. O que vimos foi uma grande reação, não só do Brasil, mas de outros países do Terceiro Mundo, em relação à posição dos países ricos que não queriam tratar de problemas relacionados com a pobreza. Eles estavam orientando a Conferência no sentido de tratar de problemas estritamente ecológicos, sem analisar a questão de uma maneira mais global, como se pretende seja discutida e acordada na Conferência do Rio.

Em virtude da mudança de comportamento da imprensa mundial, devido a diversas evidências que não puderam ser escondidas e das reuniões preparatórias, houve alguns posicionamentos de países do Primeiro Mundo, principalmente dos Estados Unidos, numa tentativa clara de se tentar esvaziar a Conferência. E acho que merece um comentário a respeito do fracasso ou sucesso da Conferência levantado pelo Capobianco. Não podemos tratar esse assunto assim. Temos que fazer nossa parte e sairmos para uma Conferência com a certeza de que vamos obter sucesso; aproveitar bem os espaços que nos são dados, para podermos, de alguma forma, contribuir para esse processo.

São essas as considerações que gostaríamos de fazer nesse pouco tempo que nos é permitido, dentro deste debate. Agradecemos a oportunidade de nossa participação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Vamos agora passar para a segunda parte da reunião, que seriam as intervenções dos Srs. Senadores Presentes os Senadores Júlio Campos, Valmir Campelo, João França, que tiveram que sair do plenário do Senado para prestigiar esta reunião. Por isso mesmo, vou passar a palavra para o Senador Valmir Campelo, que será o primeiro a fazer intervenção, podendo dirigir-se aos três ou a um deles, fica a critério do Senador.

Com a palavra o Senador Valmir Campelo, que também é o Vice-Presidente da nossa Comissão.

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Conferencistas, Srs. Senadores, não seriam

bem uma indagação, mas uma colocação o que eu gostaria de fazer. Em primeiro lugar, não poderíamos deixar de agradecer a presença dos ilustres conferencistas. Esta nossa Comissão tem como principal atribuição acompanhar e analisar as atividades da Eco-92.

Estamos ouvindo vários segmentos da sociedade como um todo e temos também procurado nos encontrar até mesmo fora de Brasília, na busca de sugestões muito mais objetivas do que substantivas. Recentemente, nosso Presidente esteve fora do País, ouvindo e acompanhando o que poderá acontecer na ECO-92, esteve no Pará, e, ainda na segunda, terça e quarta-feira, os Senadores Júlio Campos e Coutinho Jorge e eu mesmo estivemos em São Paulo num encontro que houve de parlamentares da América Latina; e estamos sempre aqui e ouvindo as sugestões dos nossos conferencistas.

O que procuramos, senhores, é um diagnóstico da situação do nosso País, isso no campo do meio ambiente. O que se procura é uma proposta de ação para a preservação. O que mais precisamos saber é o que defendemos. Perdoem-me, o tempo é muito exíguo, mas deixo uma sugestão no sentido de que os conferencistas encaminhem, através de um documento, para que possa integrar os Anais da nossa Comissão, a complementação das suas conferências, para ver se buscamos alguma coisa mais objetiva nesse sentido. Queremos levar o Rio de Janeiro, e também fazer nossas sugestões através desta Comissão, o que estamos procurando fazer e o que vem realmente atender aos objetivos da nossa Nação.

Ouvem-se muitas palavras como avanço, progresso, movimento, manifestações, mas muita pouca coisa concreta do tipo: "O que necessitamos para a preservação do meio ambiente do nosso País é isto, isto e isto. O que defendemos e o que queremos é exatamente isto aqui; o ponto 1 é isto, o ponto 2, o ponto 3. O que precisamos é exatamente isso".

Vimos aqui o Dr. Almir Bressan Júnior levantar o problema do tão falado efeito estufa, mas precisamos de alguma coisa mais. Os senhores lidam e convivem dia a dia com as entidades do meio ambiente. Conheço bem o Ary Parrarais, que é editor proprietário de um jornal ecológico no distrito Federal. Ninguém melhor do que os senhores pode realmente fazer propostas através desta Comissão, que pode ser portavoz da sociedade e das entidades relacionadas com o meio ambiente. Temos condições de levar à Eco-92 essas proposições. Porque, como disse o Ary, os senhores não foram chamados a participar dos debates com a sociedade e com o Governo, para que pudessem propor essas alternativas.

Então, a minha sugestão é neste sentido, Sr. Presidente: que as entidades envolvidas com o problema do meio ambiente possam apresentar sugestões não substantivas, mas objetivas que poderemos defender e levar à Eco-92.

Parabenizo os Srs. Conferencistas e peço, mais uma vez, sejam encaminhadas a esta Comissão as sugestões complementares, que, tenho absoluta certeza, serão úteis para todos nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Eu queria só lembrar ao nosso ilustre Senador Valmir Campelo que eu já havia conversado com os conferencistas aqui. Concordo com a posição de S. Ex^e: a documentação citada, por exemplo, pelo Ary Parrarais, sobre relatório alternativo é importantsíssima.

Já isso, já estamos cobrando essa e as informações dos outros conferencistas também. O relatório que vai ser apresentado no caso já está sendo entregue aqui pelas entidades do

meio ambiente dos Estados. Esses são subsídios fundamentais para a nossa Comissão.

Eu só queria dizer uma coisa aos Srs. conferencistas: estamos assumindo o compromisso de que a comissão mista vai ser implantada. Fiquem tranqüilos, essa matéria deve ser votada em breve no Senado. Só quero informar — e posso falar, porque vários Líderes estão lá, não podem estar presentes — que, de fato, o nosso grande trabalho só vai começar depois da Eco-92. Disso estamos conscientes.

Passo a palavra ao Senador Júlio Campos, que tem algumas sugestões ou inquirições a fazer.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Não é uma sugestão; gostaria apenas de referendar as palavras do Senador Valmir Campelo. É uma pena: poderia ser um debate bastante amplo. Gosto do assunto, participei dele desde o início da minha atividade como Deputado Federal e depois como Governador de Mato Grosso. Fui o primeiro Governador a criar uma lei do meio ambiente no meu Estado, criei a Secretaria do Meio Ambiente de Mato Grosso, que, hoje, realmente tem funcionado e que, graças A Deus, ajudou muito na parte ambiental do nosso Estado, o ecossistema. Fico triste por esta reunião se realizar um dia muito difícil para nós, Senadores, porque estamos votando o salário mínimo, que é importante para o brasileiro, essa votação do novo salário daqui há pouco no plenário e, gostaria, realmente, de pedir que as palestras fossem não só registradas nos Anais como também que me fossem encaminhadas, pessoalmente, se possível, para que eu possa ler, debater e dizer aos conferencistas que sou o aliado número um da sua luta, participei lá em São Paulo, no Memorial da reunião do Grupo Parlamentar Brasileiro com a América Latina e estaremos lutando e acompanhando de perto o trabalho do valoroso Presidente da nossa Comissão. Contem conosco, aqui no Senado, para a implantação dessa Comissão Mista, de Senadores e Deputados, para defender o meio ambiente no Brasil. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Considerando que já começou a votação no plenário, eu queria, em nome da Comissão e no de nossos Companheiros que têm que votar, assumir alguns compromissos com os conferencistas e exigir deles também, e novamente, alguns o compromisso em relação a nós: primeiro, que os documentos venham até nós; segundo, que esse relacionamento se intensifique a partir de agora, considerando que outras reuniões serão efetivadas aqui; terceiro, que, a partir disto, estejamos juntos no Encontro no Rio de Janeiro em que o Congresso estará presente. Deveremos ter lá encontros paralelos, inclusive em reuniões. Mas concordo com os senhores: o mais importante é o que vai se acordado e implementado. Concordo que houve uma omissão do Parlamento Brasileiro e Latino-Americano, disse isto ontem em São Paulo. Houve omissão por parte dos Governos estaduais e municipais, não tanto por culpa deles, mas pelo exclusivismo na condução do problema pelo Governo Federal. O Almir mostrou que o esforço da Associação minimizou o problema, mas não resolveu. De qualquer maneira, essa Conferência vai ser o início de um grande trabalho que começa no Brasil, mas que se refere ao mundo inteiro. Não tenho dúvida de que ela é o marco.

Não creio no insucesso da Conferência. Apesar do problema dos gases tóxicos, do clima, do financiamento estarem configurados como os dois grandes impasses, no meu entender, já houve um avanço no que diz respeito à Declaração de Tóquio que os senhores devem conhecer. Há, inclusive,

alguns pontos que achamos positivos, em favor dos países subdesenvolvidos, que devem ser defendidos pelos Parlamentos, como eu disse em São Paulo, como problema da dívida externa e outros tipos de prioridades. Mas, como disseram os três conferencistas, estamos começando um processo. Importante não é só a reunião; é o que virá **a posteriori** a essa reunião.

A nossa idéia, aqui no Congresso, é criar essa Comissão Mista, cujo projeto já está tramitando. Essa Comissão terá um papel de acompanhamento permanente, de grande fórum do Parlamento brasileiro. A Comissão no Senado já está apta, preparada e com o número certo para participar da comissão Mista. Na Câmara, há uma Comissão Permanente que trata de meio ambiente, mas também de outros assuntos, como minorias, etc. Mas, nessa Comissão de Meio Ambiente, ou de Desenvolvimento. Sustentado ou como queiram chamar, temos que tentar promover a integração do meio ambiente com o desenvolvimento, esta é a postura que estamos defendendo. Será uma Comissão específica que vai acompanhar o processo de implantação, a nível de Brasil, das decisões das Nações Unidas. Concordo com o que foi dito: temos que, a partir de agora, começar um trabalho de estimular a discussão daquelas decisões que não foram aprovadas na Eco-92 e continuar o processo a nível mundial. O Congresso despertou, talvez um pouco tardivamente, para este assunto. Mas vamos mudar esse quadro. O Congresso vai participar intensamente, fiquem certos. Como Presidente da Comissão, assumo esse compromisso e posso falar em nome das Lideranças, porque é uma Comissão em que praticamente a maioria dos Líderes participa, tem interesse e empenho em mudar esse quadro. Fiquem certos de que a participação dos três Srs. conferencistas foi importantíssima, apesar de restrita no tempo, pela circunstância de, hoje, nós, Parlamentares, termos uma votação importante. A documentação que os senhores encaminharão posteriormente vai enriquecer o relatório da nossa Comissão.

A reunião preliminar de hoje vai gerar frutos sazonados, inquestionavelmente, para o futuro. Isso eu garanto, com tranquilidade, pelo Senado e tenho certeza de que a Câmara pensa da mesma forma. Se os senhores desejarem agregar alguma coisa, será um prazer; senão sou obrigado a dizer que, daqui a pouco, terei que ir para o plenário votar.

Concedo a palavra ao companheiro Almir Bressan Júnior.

O SR. ALMIR BRESSAN JÚNIOR — Só queria fazer uma observação a respeito do comentário feito pelo Senador Valmir Campelo sobre o que colocamos aqui, neste momento em que fomos convidados para expor a nossa visão sobre a realização da Rio-92. Não fomos convidados a trazer propostas para resolver os problemas ambientais do Brasil, e sim dar uma visão do cenário da Rio-92, que trata de problemas internacionais, que têm repercussões, sem dúvida de grande importância e magnitude dentro do País. Então, não podemos somente pensar na política nacional. Neste momento, estamos pensando na política internacional, que tem reflexos no nosso País.

Temos também, uma série de recomendações e posições, dentro desse documento em que fazemos a análise da política nacional do meio-ambiente, e, aí temos muita coisa a trabalhar, e temos certeza de que estaremos estreitando ainda mais o nosso contacto, para que possamos, realmente, implementar no País uma política nacional do meio ambiente, com base no desenvolvimento sustentável.

Agradeço a oportunidade de participação neste debate, e que tenha a possibilidade de registrar essas preocupações, inclusive com um processo de início dessa integração Senado-órgãos de meio ambiente e sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — A palavra está franqueada.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO — Eu acho que seria necessário aprofundar o debate em torno da questão. Gostaria de pedir como algo que deveria ser explorado, mas não foi possível em virtude da exigüidade do tempo, que além do envolvimento do Senado na discussão substantiva da conferência posterior a isso, que também o Senado colabore no esclarecimento, junto ao Governo Federal e à sociedade em geral, sobre a importância das organizações da sociedade civil no processo de discussão do desenvolvimento de meio ambiente no País.

Recentemente, algumas polêmicas em torno de participação das ONG têm surgido, o Governo brasileiro tem tido uma posição historicamente contrária à participação das ONG, o Senador esteve no PROERCOM e pôde constatar que muitas delegações oficiais de muitos países incluem as ONG, ao contrário da delegação brasileira, que tem sido contrária a qualquer abertura das ONG. No último PRECOM houve uma tentativa de limitar a abrangência de propostas não governamentais, nos processos pós-conferência.

Então, tendo em vista que o Senado se constitui numa Casa de enorme importância, no sentido de lutar pela democratização do processo de decisão no País o Senador e esta Comissão fizessem um empenho especial no sentido de esclarecer ao Governo Federal, sobre o processo de discussão e solução ligados aos problemas ambientais do País, não poderá se dar sem a participação efetiva das ONG.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Tenho absoluta consciência disso. Talvez eu seja um dos Parlamentares, aqui no Congresso Nacional, que mais tem defendido a participação das ONG.

Cheguei hoje na reunião de São Paulo e disse: Lamentável que o Parlamento não tenha, pelo menos, chegado aos pés do nível da participação das ONG a nível nacional.

Bem ou mal, elas cumprem um papel de conscientização, de alerta, do problema, realmente, fundamental, que é a problemática do meio ambiente *versus* desenvolvimento.

Isso coloquei e tenho colocado em plenário, porque, praticamente toda semana faço um pronunciamento a respeito desse assunto. Agora, a cada semana em função da proximidade, insistirei. E essas colocações dos Senhores, fiquem certos, que levarei ao plenário, e, realmente, vou fazer uma síntese, independente do que vai ser relatado aqui, das colocações dos Senhores.

Essas colocações são pertinentes, nós vamos nos entender muito bem a partir de agora, sobretudo, após o evento da Eco 92.

Vamos estar juntos nesse evento, e vamos estar juntos em muitas decisões importantes de nível nacional sem o apoio da sociedade civil não acredito na possibilidade. Como político tenho consciência disso, e todos nós políticos o sabemos. Se a sociedade civil organizada não participar, esse processo não se viabiliza, e não se pode tomar a decisão mais acertada. Porque a decisão das elites interessa a alguns grupos, e a decisão da sociedade civil pode nos ajudar, é muito mais im-

portante, mais democrática, mais racional. Não tenho dúvida nenhuma.

Fiquem certos de que apesar de eu não participar oficialmente de nenhuma ONG, sou um membro da Amazônia, um apaixonado por aquele problema regional, conheço um pouco aquela realidade, conheço o sofrimento das nossas ONG pequenas, singelas, da Amazônia, e sei do papel que a ONG representa num processo de nova consciência coletiva mundial quando se trata do meio ambiente.

A nova ética mundial, o novo conceito, a nova cultura ambiental, isso realmente é a grande mudança do mundo. Temos que realmente lutar para buscar a felicidade global, mas isso vai custar muito.

O SR. ARY PARARRAIOS — Eu só queria agradecer e dizer que vamos pedir à Secretaria do Fórum, da qual faz parte o Paulo Capobianco, que implemente esta documentação — temos muita documentação — e encaminhe todo esse prognóstico e diagnóstico e todo o trabalho feito durante esses anos, a respeito de propostas, dos temas, dos tratados temáticos, pois são mais de 30 os ecossistemas brasileiros.

Será melhor do que o nosso depoimento que a Secretaria mande esses documentos e que eles sejam referenciados aqui dentro para poder depois sabermos onde podemos colaborar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Em nome da Comissão, que agora está votando, agradeço ao companheiro João Paulo Capobianco, Superintendente da Fundação SOS-Mata Atlântica; Ary Pararraios, Presidente do Jornal Ecológico de Vida Alternativa, de Brasília, e do Dr. Almir Bresson Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente — Espírito Santo —, que participaram deste encontro, e, em nome da Comissão agradeço a importante participação e contribuição dos Senhores.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO TEMPORÁRIA

Criada através do Requerimento nº 146, de 1991, “com o objetivo de estudar, analisar e acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento — Eco/92”

10ª Reunião, realizada em 14 de maio de 1992

Às dez horas do dia quatorze de maio de mil novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Coutinho Jorge, Presidente, Edésio Frias, Carlos Lupi, Júnia Marise, Waldir Pires, Cidinha Campos, Washington A. Souza, Geziel Gomes, Edson Silva, João Fagundes, Laerte Bastos, Vivaldo Barbosa, Marino Clinger, Miro Teixeira, Carlos Alberto Campista, Paulo Ramos, Amaury Müller, Nelson Wedekin, Fernando Henrique Cardoso, Marco Maciel, Salviano Guimarães, Maurício Corrêa, Áureo Mello, Eduardo Mascarenhas, Garibaldi Alves Filho, Marilu Guimarães, Nam Souza, Sidney Miguel, Lysâneas Maciel, Carrion Júnior, Almir Lando e Teotônio Vilela Filho, reúne-se a Comissão Temporária Eco/92. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo o Sr. Presidente informa que esta Comissão vem ouvindo as autoridades oficiais do País e todos os segmentos do Governo Federal ligados ao encontro da Rio/92, bem como representantes das áreas

empresariais e das ONG, que terão papel importante nesta conferência do Rio de Janeiro. Nesta fase final, estamos ouvindo Governadores e Ministros para a conclusão dos nossos trabalhos. Entretanto, esta Comissão não teria sucesso em seus objetivos, sem a presença do Governador Leonel Brizola, que é, na verdade, o anfitrião deste grande evento, e sua presença é fundamental, não só pela visão que S. Ex^a tem desse grande encontro para o Brasil e para o mundo, mas por todas as providências tomadas juntamente com o Governo Federal, aqui representado pelo Ministro Carlos Garcia, Coordenador do Governo neste evento. Portanto é com grande satisfação, que passamos a palavra ao Governador Leonel Brizola. Após a explanação de Sua Exceléncia, usam da palavra pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares, Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Mascarenhas, Carrion Júnior, Lysâneas Maciel, Miro Teixeira e Almir Lando. Finalizando o Sr. Presidente, em nome da Comissão, agradece a presença do Governador do Rio de Janeiro, Sr. Leonel Brizola, Ministro Carlos Garcia, ao Vice-Governador do Rio de Deputado Salviano Guimarães, Presidente da Câmara Legislativa do DF, dos Senhores Deputados e Senadores e de todos que prestigiam esta reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com as notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 146, DE 1991-SF" COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, ANALISAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO — ECO/92". DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. LEONEL BRIZOLA, GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Coutinho Jorge.

Vice-Presidente: Senador Valmir Campelo.

(Integra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Meus caros Senadores, Deputados Federais, Prefeito Jaime Lerner, que nos honram com suas presenças, minhas senhoras e meus Senhores: esta reunião marca mais uma etapa dos trabalhos da Comissão implantada no Senado Federal que visa acompanhar a programação da Conferência Rio — 92.

Desde o ano passado, esta Comissão vem ouvindo as autoridades oficiais do País e todos os segmentos do Senado Federal ligados ao encontro da Rio — 92. Ouvimos a área empresarial, bem como as chamadas ONGs — Organizações Não-Governamentais, que terão papel importante neste grande encontro do Rio de Janeiro.

Também esta Comissão, através de seu presidente, participou das duas mais importantes reuniões preparatórias das Nações Unidas, as chamadas reuniões do PREPCOM, realizadas em 1991, em Genebra e, em 1992, em Nova Iorque. Esta Comissão acompanha, pari passu, todas as decisões, não só no nosso País, como também todas aquelas perenças existentes entre os países que têm participado dos encontros preparatórios.

Esta fase da reunião é importantíssima, por ser a fase final, em que estamos ouvindo alguns governadores e ministros para a conclusão dos trabalhos. Esta Comissão também estará presente, acompanhando, dia a dia, o grande encontro do Rio — 92 para a sua conclusão final. A partir daí, será implantada uma Comissão mista, composta de membros da Câmara e do Senado, a fim de acompanhar os resultados da Conferência e, sobretudo, sua implementação no País.

Entretanto, esta Comissão não teria sucesso em seus objetivos sem a presença do Governador Leonel Brizola, que é, na verdade, o anfitrião deste grande encontro. O Brasil é o anfitrião das Nações Unidas, muito embora sejam as Nações Unidas quem comanda o encontro. Mas, no Brasil, evidentemente, é o Rio de Janeiro, na pessoa do Governador Leonel Brizola, que tem uma grande responsabilidade, juntamente com o Governo Federal, de viabilizar este encontro que, no nosso entender, é um megaencontro mundial que, apesar das críticas, vai trazer uma mudança radical do conceito mundial de meio ambiente e desenvolvimento.

Nós, que acompanhamos, *pari passu*, podemos afirmar que a história do nosso Planeta deve ser outra a partir desse grande encontro Rio — 92. Antes de conceder a palavra ao ilustre Governador, ficou decidido, em Nova Iorque, que o grande documento, que seria a "Carta da Terra", deixaria de ser "Carta da Terra" para ser a "Carta de Princípios Globais; que irá nortear o mundo a partir desse encontro. Essa declaração de princípios, já definida em vinte e sete grandes princípios, terá o nome de "Declaração do Rio". Portanto, é um marco na História do Brasil e do Mundo. Por isso, a presença do Governador Leonel Brizola é fundamental para enriquecer tudo aquilo que a Comissão tem absorvido durante um ano e meio de sua implantação.

Governador, sua presença é fundamental, não só por aquilo que V. Ex^a vai trazer em sua visão da importância desse Encontro para o Brasil e para o Mundo, mas por todas as providências de V. Ex^a, juntamente com o Governo Federal. Aqui está o nosso Ministro Carlos Garcia, um dos coordenadores do Governo Federal deste evento. Assim sendo, Governador, estamos gratificados com sua presença e queremos passar a palavra a V. Ex^a para sua exposição a respeito desse assunto palpitante e, posteriormente, os Senadores e Deputados poderão inquiri-lo acerca de qualquer dúvida sobre o seu pronunciamento.

Portanto, com grande satisfação, concedo a palavra ao Governador Leonel Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Eminente Senador Coutinho Jorge, Srs. Senadores, Srs. Deputados, jornalistas, Ministro Carlos Garcia, prezados amigos, Senhoras e Senhores:

É com grande prazer que venho a esta Comissão e corro a seu chamamento para contribuir, modestamente, para que este órgão do Senado da República, atuando em nome do povo brasileiro, possa dar curso a sua presença e colaboração nesse acontecimento tão importante, que é a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se realiza agora no mês de junho, no Rio de Janeiro.

O Sr. Presidente encareceu aquilo que é a realidade. Essa conferência, se alcançar o mínimo de sucesso, uma parte que seja dos seus objetivos, talvez venha constituir-se num marco da história humana. Quem sabe, a história da humanidade venha a ser escrita, a partir de agora, considerando-se essas duas etapas: antes e depois desse Encontro Mundial em que a humanidade decidiu reunir-se para uma reflexão.

Creio no sucesso da Conferência, particularmente pelo que senti nos últimos dias. De uma semana para cá, passou-se a notar que a Conferência está adquirindo contornos, está nos dando uma impressão concreta. São as comunicações de instituições, as comunicações dos diversos países, a certeza de que os Chefes de Estado vão acorrer à reunião, a presença dos seus representantes, de toda a comunidade das Nações Unidas; assim como a fase conclusiva dos nossos esforços, no plano estadual, municipal, federal, sem nos livrarmos totalmente daquela característica muito nossas de que é sempre é na última hora que tratamos de solucionar as coisas; aquela vocação para o improviso.

É exatamente nesse período que se nota esse conjunto de providências, tudo se encaminhando para o seu lugar, dando-nos uma idéia de que a Conferência será realmente um grande acontecimento.

Deus queira que as suas resoluções representem aquele clarão de que a humanidade necessita para equacionar a convivência de todos, o nosso futuro, o futuro do próprio planeta. Realmente, só o fato de essa conferência se realizar é um acontecimento de dimensões históricas. Todos nós sabemos que essas questões, não tanto o desenvolvimento, mas a vinculação do desenvolvimento ao meio ambiente e, essencialmente, as questões do meio ambiente são realmente emergentes.

Os da minha geração, por exemplo, viram nascer, viram dotar esses questionamentos. Quando que nós, há pouco tempo, poderíamos imaginar que os rios poderiam desaparecer, se degradar, se extinguir? Até pouco tempo tudo que se jogasse nos rios desaparecia, era levado pelas águas, era o esgotamento natural de tudo que quiséssemos. E o mar, quando é que podíamos imaginar que ele ia ser poluído, que essa imensidão das águas dos oceanos poder-se-ia degradar?

E o ar? Quando víamos, até pouco tempo, um avião desses, com suas enormes turbinas, claro estávamos vendo a maravilha da criação humana, da técnica, da ciência, o mais pesado que o ar transportando aquela imensa quantidade de pessoas ou de carga, com aquela velocidade, transpondo distâncias como as que vemos hoje, nem nos ocorria que naquelas pequenas barricas, as turbinas, se estava queimando o nosso oxigênio, que vamos precisar para dormir, para viver. Passamos a considerar o quanto queima de oxigênio uma turbina, uma única turbina dessas de um grande avião de transporte. E os aviões de guerra? E passamos a imaginar quantos aviões voam por dia, quantos permanentemente estão queimando oxigênio.

Passamos a nos preocupar com o fato de que esse oxigênio pode desaparecer. E logo cogitamos que queimam as florestas e o oxigênio vem das florestas. Surge o Jacques Cousteau e diz que o oxigênio não vem da floresta, o oxigênio vem do mar, quer dizer, toda essa ordem de problemas.

Daí a pouco, os agricultores a se preocuparem com o fato de que é destrutivo arar a terra. Como usar a aiveca, que custamos tanto a inventar? E depois os discos, ao revirar a terra estamos destruindo aquela camada biológica e lá se vai o solo. Como? Quase que voltando ao picapau, ao arado de madeira, passamos a ter logo outros tipos de máquinas para tentar, como os arados de sisal. Enfim, fomos nos deparamo com essa ordem de problemas, e a caça foi desaparecendo. Agora, faço uma consideração, Sr. Presidente, porque parece que é uma mensagem sobrenatural, pois ocorrem tantas coisas que não conseguimos explicar. Por que é que essa questão surgiu praticamente pelas mãos dos adolescentes e dos jovens?

Estamos aqui, de cabelos brancos, cuidando dessa questão no mundo inteiro porque os jovens, os adolescentes romperam aquele convencionalismo, foram eles que fizeram os primeiros protestos, os primeiros movimentos e que deram o alarme. Recordo-me, era estudante ainda, estava na escola de engenharia quando me deparei com um episódio que até hoje não esqueci: a prefeitura, a municipalidade, cuidava de urbanizar uma área, o centro, e havia acácias enormes, antigas, ali numa daquelas ruas e a prefeitura estava naturalmente cortando aquelas árvores porque necessitava alargar aquela rua e num determinado momento, quando os funcionários da prefeitura começaram a cortar aquelas árvores, uma multidão de adolescentes de um ginásio próximo subiram nas árvores e não permitiram que as cortassem. Os jornais na época os chamaram de abusados, dizendo que deviam estar nas aulas e não impedindo que a prefeitura urbanizasse e embelezasse a cidade. Mas havia outros que acharam que aquelas crianças tinha razão. Por que aquelas crianças subiram nas árvores e não deixaram cortar? E eles não puderam cortar. Eu próprio não entendi bem aquilo. E assim todo o mundo. Levantem a história desses movimentos em defesa da natureza, os fundamentos, os primórdios dos movimentos ecológicos, lá estão os adolescentes, lá estão os jovens.

Eu, pessoalmente, gostava de caçar, sempre tinha a minha 12, a minha 16 bem engraxadinha, bem azeitada e de vez em quando ia caçar uma perdiz aqui e ali, os meus garotos eram adolescentes e esses movimentos já estavam caminhando, eles progrediram de uma forma que as minhas armas acabaram, tenho-as de recordação. Palavra que não consegui mais vencer aquilo que eles me incutiram, que ao matar aquelas perdizes eu estava rompendo o equilíbrio ecológico daqueles campos. Foram eles que me despertaram para isso. É um detalhe que valia a pena acentuar porque isso mostra como a humanidade rapidamente assimilou isso. Essa questão veio pela mão dos nossos filhos, dos nossos netos e creio que estamos chegando a um estado de maturação.

Se essa conferência alcançar um mínimo de sucesso, um mínimo de êxito, iremos assistir a um acontecimento espetacular. Claro que a partir daí sentimos a presença de muitos pensadores de muitos lugares do mundo que ligaram, coerentemente, o futuro da humanidade com o desenvolvimento, não apenas com as condições naturais, aquelas básicas da vida, como chegaram facilmente à conclusão de que só há sentido quando a humanidade se desenvolver com a observância desses princípios. E aí vêm as contribuições. Eu, por exemplo, me filio a uma corrente, creio que tudo está no ser humano, se ele não for preparado, não haverá preservação do meio ambiente, não haverá desenvolvimento, muito menos desenvolvimento sustentável, como hoje se pretende tão procedentemente mostrar.

Então, já colocamos a questão educacional, que a humanidade, de certa forma, em muitas áreas, já entendeu que aí estava a grande prioridade, que o desenvolvimento é obra humana e agora um desenvolvimento coerente. Esse desenvolvimento exige mais ainda pessoas preparadas para conduzi-lo, criá-lo, sustentá-lo e desenvolver, depois para aperfeiçoá-lo. Nós, por exemplo, colocamos logo a Educação como uma espécie de prioridade máxima, parte fundamental de todas essas concepções, acordos e entendimentos que de uma conferência dessas pode surgir.

Enfim, gostaria de dizer que foi realmente uma grande vitória da diplomacia brasileira. Eu, que volta e meia tenho

os meus questionamentos com o Itamarati, às vezes acho-o muito "finesse" para o meu gosto, mas tenho que render essa homenagem que ele merece pelo seu trabalho, criando condições para que essa Conferência se realizasse no Rio de Janeiro. Uma grande vitória da nossa diplomacia e do Governo brasileiro, um acontecimento. Quanta gente daria justamente tudo de si para que essa conferência se realizasse em outro lugar. Agora, o processo social é rico, é realmente insaudável. Talvez, se a humanidade quisesse, não iria, procurando por todo o universo, encontrar um país mais adequado para a realização dessa Conferência. Essa imensa natureza, esse potencial que não conseguimos abarcar, com a nossa compreensão, como potencial natural do País, como banco genético da vida universal, que é o Brasil — solo, natureza — e também o que pode ocorrer com um desenvolvimento predatório, com as atividades econômicas predatórias, com a condução por elites que finalmente deixaram seu povo na situação em que está. Enfim, todo esse conjunto de coisas que podemos mostrar.

O meio ambiente, quanto à tese do desenvolvimento, o Brasil é um cenário. E aí refiro-me ao Rio de Janeiro. Talvez também no Brasil não exista um cenário tão completo, tão coerente para que a humanidade possa colocar ali os seus olhos em tudo quanto ao bom, quanto ao que nos deve preocupar e também quanto aos erros humanos. O Rio de Janeiro é um cenário completo. Os visitantes que vêm de todo o mundo vão se deparar com essa espécie de amostragem, seja da humanidade, seja do que pode ocorrer com a natureza quando tratada de uma forma irracional, inadequada e também o que pode acontecer quando as coisas são bem-feitas.

Podem crer que os que virão nos visitar, se tiverem que sobrevoar a Floresta da Tijuca, acharão impossível termos recriado e conservado essa enorme área de uma cidade com tantos problemas como o Rio de Janeiro. Eles realmente vão se admirar.

Tanto que, como Governador, Sr. Presidente, tenho uma preocupação que agora há pouco externava aos amigos que foram me esperar no aeroporto. Pela primeira vez, o nosso País abre o seu ventre para a humanidade. Não é para um movimento de turistas ou para alguém que venha assistir ao Carnaval. Não. Pela primeira vez, o Brasil vai se abrir sem nenhuma restrição, os nossos visitantes vão poder se deslocar livremente, não vai haver nenhum membro da nomenclatura segurando no braço, mostrando o que quer. Se quiser pegar um avião e ir à Amazônia, não há problema. Quer ir ao Rio Grande do Sul, ao Nordeste, à Bahia — isso se o Antônio Magalhães permitir — poderá ir livremente.

E que visitantes são esses? Visitantes que vêm de todo o mundo, com todas as culturas, todos níveis, de toda parte, visitantes questionadores. São pessoas aos milhares, que vêm com a sua consciência, queimando pelo desacordo em que estão em relação a muitos problemas. Isso tanto em relação à conferência informal das Organizações Não-Governamentais quanto à própria Conferência oficial. Na Conferência oficial, estão as delegações mais formais, o Terceiro e o Quarto Mundos, delegações indispensáveis, que, até na hora de se despedir, vão procurar o Ministro Celso Lafer para lhe pedir que liquide a conta do hotel — não é verdade? — o que não poderemos negar. Afinal de contas, são pessoas muito pobres que não têm sequer como fazer essa viagem senão com grande sacrifício.

Preocupo-me com a diversidade de pessoas que estarão presentes nesse evento — culturas e níveis tão diferentes —,

observando todo esse estrago que é o nosso País. O que há de bom todo mundo vai mostrar, como a Floresta da Tijuca. Mas levá-los a uma favela ou a outras áreas, oportunidades também vão faltar, mas já não serão tantos. O nosso próprio orgulho nos contém, mas vai ser inevitável todo um tumulto, um conjunto de visões sobre a vida brasileira; e, às vezes, essa perspectiva se apresenta muito deformada, difícil de ser entendida em seus fundamentos.

Dante das estatísticas divulgadas pelos jornais, inclusive os internacionais, poderão nos questionar como é possível matarmos crianças. E quem está matando crianças? Não temos essas respostas fáceis. Há ou não aqui, no Brasil, discriminação racial? "Não, absolutamente, sempre houve harmonia", todos vão dizer. Historicamente, desenvolvemos aquela idéia do negro bom, do bom sujeito, "do negro de alma branca". Tudo bem. E essa coincidência de que onde há mais pobreza, há mais negros? Nas favelas, são quase todos negros. Pedimos ao Dr. Nilo Batista para visitar umas prisões e a constatação foi de que só há quase negros. Haverá essas perguntas de pessoas muito preparadas, inteligentes e questionadoras.

Preocupo-me com isso, porque gostaria que todos os nossos visitantes levassem daqui uma idéia real, tanto quanto possível verdadeira, sem exageros nem para um lado e nem para outro. Acho que esse é um desafio natural para nós, que lá estamos trabalhando.

No meu depoimento aos Srs. Senadores gostaria de dizer que não me recordo de que tenha ocorrido nesses 45, quase 50 anos, período em que acompanho a vida pública brasileira, um ambiente de tanta cooperação, tanta boa vontade, tanto trabalho comum para um evento internacional da dimensão deste. E bem que essa conferência poderá ser a maior da história humana. Em número de chefes de Estado, já vai ser a maior, mas suas resoluções vão respaldar essa importância física, dirfamos.

Dante desse grande evento, desenvolveu-se um clima de cooperação: Governo Federal, com seus funcionários, juntamente com os Governos estadual e municipal, trabalhando num perfeito entendimento, sem que nenhum dos três setores esteja ali traçando normas uns para os outros; tem havido um ambiente de discussão, cada um assumindo e conferindo as suas responsabilidades.

Quanto à questão da segurança, que é uma questão fundamental e básica, em nenhum momento nos passou pela cabeça a pretensão de dizer que, constitucionalmente, é competência do Estado e que sozinhos vamos dar conta. Não. Começa que, pela nossa compreensão desse problema, sempre entendemos que a união real, devido ao próprio pacto federativo, implicitamente tem uma certa função reitora em matéria de segurança, em todos os aspectos, em alguns com maior presença, em outros mais à distância.

A Federação só conseguirá funcionar, sob meu ponto de vista, nessas bases. Então, na hora em que se realiza um evento internacional dessa grandeza, cumpre o reconhecimento do Estado de que essa cooperação tem que se desenvolver baseada em uma coordenação federal. Então, fizemos logo um convênio, como é da boa doutrina, entre União e Estado, e ali estabelecemos todas as normas.

Na hora dos entendimentos, até foi uma sugestão nossa, criamos o convênio. Acreditávamos que nele estabeleceríamos tudo: o seu começo, o seu fim, e tudo funcionaria de acordo com um entendimento explícito.

A coordenação de todo o sistema, que cada setor já trataba de avançar em seus estudos, em seus planos, caberia ao

general-comandante do Leste, do Exército, através de uma espécie de estado-maior, do qual participariam a Marinha, a Aeronáutica, a Secretaria de Justiça do Rio de Janeiro, a Polícia Militar, a Polícia Civil. Enfim, aquele estado-maior, com seus órgãos técnicos, funcionaria como um conjunto.

Na parte que nos toca, estamos reservando o que temos de melhor em matéria de efetivos; o Estado fez uma inversão apreciável no setor; não tivemos maiores recursos, por exemplo, para contar com mais veículos. Essa é uma questão que ainda hoje pretendo colocar ao Presidente.

Se pudéssemos contar com um bom número de novos veículos, haveria uma situação muito mais favorável. Se se pudesse tomar uma providência especial, de emergência, conjunta, no sentido de dotar o Estado de novos veículos, pequenos veículos, para que os nossos agentes pudessem deslocar-se o mais rapidamente possível, seria importante.

Mesmo assim, fizemos uma inversão de 14 milhões de dólares no sistema de comunicações, de controle eletrônico por microondas, que evidentemente é um sistema que permanecerá, mas que só fomos levados a realizar devido à Conferência. Quem nos dá essa tecnologia e respectiva assistência técnica são os franceses. Enviei uma carta ao Presidente François Mitterrand pedindo os seus bons ofícios para a concessão desse empréstimo e a colocação à nossa disposição dos serviços da França, que adquiriu um certo know-how, pois com a comemoração dos 200 anos da Revolução Francesa eles receberam chefes de Estados, delegações estrangeiras, e puderam encarar o problema de todos se moveram quase que ao mesmo tempo em trajetos adequados, sem que surgissem problemas e bloqueios.

Então, os franceses realmente estão habilitados e concordaram. Os equipamentos já estão chegando e sendo montados. A assistência técnica já está também sendo ministrada ao nosso pessoal.

A coordenação, sob esse aspecto e em todos os demais, desenvolve-se muito bem.

É natural — nunca tenho deixado de frisar esse aspecto — que a missão coordenadora geral, a responsabilidade sobre as posições do nosso País em relação ao contacto com as delegações, enfim, que a condução, no que concerne ao Brasil junto à ONU e às delegações é atribuição federal.

A nós cabe uma presença subsidiária e, em alguns aspectos, até principal. Tratando-se de uma determinada obra de infra-estrutura, assumimos aquela responsabilidade e procuramos dar conta, por ser essa uma atribuição nossa. Mas quero dizer que no seu conjunto, as nossas atribuições não deixam de ser subsidiárias.

O Estado e o Município do Rio de Janeiro, este último até por ser uma capital com expressão, por se tratar de uma cidade de tradição, têm uma presença administrativa importante.

Mas isso não quer dizer que não sejamos nós os carregadores do piano. Somos sim, em relação a muitas questões, principalmente quanto aos aspectos que nos exigem gastos e inversões, que, a rigor, estão além das nossas possibilidades. Mas sentimos que de nenhuma forma essa conferência poderia realizar-se sem que fizéssemos certas obras, certos empreendimentos.

Sobre a Linha Vermelha, por exemplo, o Governo Federal entendeu que precisava criar condições para que o Estado realizasse aquela obra. Deu-se então a ele a possibilidade de contar com um empréstimo, o que aumentou o seu endividamento. Vamos pagar a nossa dívida através de um sistema

de pedágio, cobrado indiretamente, através de um pequeno adicional na taxa de embarque — é claro, na saída. Na hora de comprar a passagem, nem se sabe quanto se paga pela taxa! Então, ali está a contribuição para a Linha Vermelha, partindo de uma concepção de que se tratava do aeródromo e de que todo aquele sistema era o complexo viário do aeródromo, era o acesso ao aeródromo.

Tivemos algumas dificuldades, que, enfim, foram superadas, e está em curso esse sistema de cobrança de um adicional, que vai financiar o conjunto da obra, resgatando o empréstimo no BNDES, tanto para a primeira como para a segunda etapa, até a interseção da Via Dutra. Previsto de 17 milhões de dólares. Eles farão um orçamento aceito por todos, União, Estado, por todos os setores técnicos; o clube de engenharia vai lançar o custo da obra e conseguimos, na hora de executar. Economiza daqui economiza dali, conseguimos essa redução de 17 milhões de dólares.

Então, o caso da Linha Vermelha é um caso especial. Mas existiram outras obras como, por exemplo, todo o sistema viário ao redor do Riocentro. Claro, eram vias já utilizadas até construídas para outra capacidade de carga e, a simples inspeção nos mostrava a necessidade de um tratamento adequado. Lá, o Estado está invertendo 10, 12 milhões de dólares. O mínimo, porque possivelmente irão surgir algumas questões que tenham que dar um tratamento obrigatoriedade.

Estamos realizando, também, uma outra obra — claro é importante para a cidade —, mas se não fora a realização da conferência estariam não só dando esse ritmo como também até cogitando de realizar esses melhoramentos, é o caso do Viaduto do Joá que, ali, havia uma dúvida, chegava a ocorrer um laudo técnico rigoroso, uma dúvida em matéria de estabilidade que nos levou a uma obra de reforço, bastante onerosa, entre o Estado e o Município. Estamos ali invertendo cerca de 25 milhões de dólares.

E, nos bancos, até aqui nos foi possível enfrentar essa ordem de problemas. Achamos que, de nenhuma forma, podíamos deixar o Rio de Janeiro sem essas providências, pelo menos para melhorar um pouco aspectos, serviços e infra-estruturas que tínhamos o dever de oferecer à Conferência.

Por outro lado, a uma certa altura, passamos a nos preocuper com aquilo que costumam chamar de conferência informal. Porque, a rigor são duas conferências: a formal, a oficial, das Nações Unidas com as delegações de chefes de Estado, e a informal, que é das organizações não-governamentais. É um movimento um pouco inorgânico. Não é cada coisa em seu lugar como é a Conferência oficial. Porque o nosso Itamarati, os seus quadros focalizam, estudam, coordenam. Não, essa outra tem problemas específicos, às vezes, bastante convencionais e, muitas vezes, pouco acessíveis a nós. Assumimos uma política de deixá-los sempre que nos procuravam, procurávamos, enfim, ensejar a nossa parte, soluções.

Este conjunto de organizações, que passou a denominar-se Fórum Global, contava com a presença de empresas privadas, de muitos governos pelo mundo e, quem sabe lá a nossa própria, de tal modo para se desenvolver com grande eficácia e nas dimensões que imaginamos. A partir de um certo momento, pude verificar uma situação que passou a partir daí a contar com uma colaboração especial nossa, porque, realmente, foi com preocupação que sentimos uma espécie de ameaça, de deterioração de todo aquele programa devido à falta de recursos e de apoio. Porque a iniciativa privada recuou, os outros países também, e eles ficaram praticamente ali ajudados não é limitadamente pelas Nações Unidas e seus

funcionários, mas, sem uma perspectiva maior. Aí trocamos idéias, muitas vezes, com o Ministro Garcia, com outros funcionários federais de lá, e tomei a iniciativa de trazer o assunto ao Presidente Collor. Uma vez, duas vezes e, creio que se criou, finalmente, um clima favorável à realização, e minha tese foi a seguinte: realizar a outra informal, livre expressão, a favor ou contra as nossas posições, seja o que for, mas uma expressão humana, espontânea, que vem de toda parte. E que bom seria que nós no Brasil, pudéssemos ensejar a essas instituições um ambiente em que pudessem deliberar com liberdade, com segurança, um ambiente favorável à decisões coerentes.

Isso foi aprendido muito bem pelo Presidente Collor que, incumbiu, em caráter muito especial, o Ministro Goldemberg, juntamente conosco, lá, com todos nós, de fazer um exame da situação e ensejarmos os recursos, dentro das nossas limitações, que pudessem garantir a infra-estrutura que estavam lá organizando. O próprio Governo do Estado, partimos com o auxílio direto, não de dinheiro, mas através dos nossos órgãos técnicos, do pagamento das próprias faturas dessas despesas. O ambiente de trabalho nos deu a melhor impressão, eles estão respaldados por um controle da Price Waterhouse, que é uma instituição internacional de grande credibilidade e respeito no mundo inteiro.

Enfim, têm-se a melhor impressão do esforço que estão realizando. Aí tivemos logo contribuições federais, reforçamos também a nossa. O Município, por sua vez, também está respaldando com outra forma de assistência. Há uma iniciativa do governo britânico e do governo holandês de respaldo ao esforço do Governo junto a esses países.

Assim, foi-se desenvolvendo ali o esforço que, é claro, sempre anda com uma velocidade menor do que a expectativa deles, mas, creio que, com um pouquinho de esforço a mais conseguiremos entrar em paralelo com a organização que eles estão montando no Rio de Janeiro.

Em suma, transportes: estamos todos trabalhando, os órgãos federais por sua parte e nós por outra, vamos inaugurar um sistema de ônibus a gás. Pela primeira vez no Brasil haverá um sistema de ônibus abastecido a gás, quer dizer, não poluente.

Quanto aos problemas sociais do Rio de Janeiro, quanto à questão da violência nas ruas, há possibilidade de agressões, gostaria de dar uma palavra ao concluir este meu depoimento à Comissão, dizendo o seguinte: que hoje possuímos uma visão mais ou menos clara sobre a violência que assola o Rio de Janeiro e São Paulo — porque hoje não se sabe qual a cidade que tem índices de violência maiores, se São Paulo ou Rio. As vezes, num setor é uma e noutro setor é outra. Porque as duas são megalópoles que nos traz esses problemas, embora esteja nascendo uma idéia fascinante que é a de procurarmos tirar proveito dessa situação, única no mundo, que é a de termos duas megalópoles praticamente juntas. Ao invés de estarmos aí paulistas, cariocas, e fluminenses, puxando um para um lado e outro para o outro, competindo, dando de cotovelo, há a idéia de que podemos somar esforços no sentido de tirar proveito dessa situação. Já há idéias muito concretas a esse respeito, acenando para um futuro de cooperação, de entrosamento de potencialidades.

Hoje, se tem uma idéia, já bastante clara, sobre esse quadro de violência e criminalidade que, no meu modo de ver, na minha concepção, vai aumentar.

Não há indício algum que esteja nos mostrando que, daqui por diante, haverá menos violência. Não, haverá mais

violência, mais criminalidade, mais meninos de rua, mais menores abandonados, mais pobreza e mais mendigos na rua.

Esse é o futuro próximo dos centros urbanos do nosso País. Para onde a população se dirige e se concentra. A criminalidade no Rio de Janeiro é essencialmente juvenil. Gostaria que os presentes fixassem bem esse conceito. Nada tem a ver com o que ocorria ou ocorre nas grandes cidades americanas, como Chicago; nada tem a ver com a máfia, que tem as suas bases lá no sul da Itália. É um quadro de violência e criminalidade juvenil. Lá estão aos milhares, adolescentes, crianças, passando pelo meio das nossas pernas, fazendo arrastões, vão se desencaminhando, excluídos do sistema escolar e do sistema educacional. Recém-estamos nos dando conta da perversidade do nosso sistema educacional ao eliminar mais de 50% de nossas crianças, sem cumprir o primeiro ano primário. Repetir um ano, dois anos, três anos: "Olha, vão lá, ajudar o pai e a mãe de vocês. Vocês não vão aprender." Não! Crianças famintas, desnutridas, cheias de lonbrigas, parasitas e focos dentários, que não têm como aprender mesmo. Uma escola que não é uma escola, onde ficam durante uma hora e meia, duas horas, comem um angu e vão embora. Não passam e são excluídas. As crianças com 8, 9, 10, 11 anos, nem sabem porque foram excluídas. São jogadas assim e cai o sistema de televisão em cima, destruindo aquele pouquinho, em matéria de valores, de estabilidade que aquelas crianças trouxeram da sua mãe e de seu pai.

Pronto, está ali a alimentação constante de ondas e ondas de crianças que, gozando da sua imunidade natural, é uma criança, que meteu a mão no bolso ali e pegou algo. Mas como é que vamos agarrar com violência aquela criança? As outras pessoas nem vão compreender! Até se deixa fugir. E aí vão indo, aprendendo com os outros, alguns vão deixando aquela vida, mas vai ficando uma corrente forte; aquelas crianças, dentro de muito pouco tempo estão com seus 15, 16 anos, adultos, muito mais do que nossos filhos, nossos netos, aos 22. Porque são filhos da adversidade, são filhos do imperismo. Logo em seguida, aos 16, já sabem manejar armas, já praticaram muitos atos graves, já quase não têm mais retorno. Então formam quadrilhas, assaltam as casas, assaltam bancos, assaltam hotéis, assaltam em grupos, aos 18, 19 anos.

A sociedade foi reagindo contra isso da maneira mais irracional que se pode imaginar, porque como eles agrediam lá em baixo, aquele lúmpen empresariado da área, com a sua polícia particular foram reagindo na base de hostilizar, primeiro, depois matar. E foi se desenvolvendo a matança. Com gente expulsa da polícia, um sistema que se foi estruturando, quase que formando uma cultura, porque aquilo estava se dando aos milhares, ao ponto que, nos últimos anos, mataram, lá no Rio de Janeiro, cerca de 30 mil jovens. Idade média: 20 anos. Quem eram esses jovens? Eram aqueles que há seis anos atrás eram crianças que estavam ali daquela forma, porque rapidamente se tornam adultos. Tanto é que eu costumo dizer: bom, agora, aqueles que estão lá são da safra do Moreira, que os tirou dos CIEP, porque ele fechou os CIEP.

Então, eles, na verdade, são adultos. Têm 18, 20 anos. Quer dizer: violência juvenil. Este é que é o dado da questão. É um dado que nos assombra, mas também nos desafia. Não é uma sociedade de adultos, que se preverteu, em relação à qual nem se pode conceber como corrigir. Não, isso está aí, na nossa frente; nós estamos vendo como solucionar, isso está no problema educacional, antes de tudo. É claro que há um outro fundo, porque se o nosso povo tivesse outro padrão de vida, as nossas crianças também não se teriam

perdido. Claro! Mas dentro do quadro geral da vida brasileira, se nós tivéssemos o sacrifício, a prioridade de, ao menos, ensejar uma escola digna, de tempo integral, que segurasse estas crianças no colégio por algum tempo, dando-lhes uma escolaridade adequada, mesmo que as condições sociais fossem adversas, que tivessem que buscar trabalho modesto e humilde, eu não tenho a menor dúvida de que não cairiam nos desvios da criminalidade e da violência.

Bem, nós não pretendemos esconder isso dos nossos visitantes ao Rio de Janeiro, porque seria inconcebível colocar isso debaixo do tapete. Vamos tratar de cuidar, vamos zelar pela segurança dessas áreas todas; vamos, naturalmente, intensificar um pouco o nosso esforço de rotina em relação aos mendigos, em relação aos desocupados, em relação, por exemplo, as ondas de camelôs que sejam abusados, porque esse vendedor ambulante, que há por toda parte, em todas as cidades do mundo, principalmente nas nossas, mais pobres, nós temos que entender que é o último degrau, o último estágio. Eu, quando vejo os camelôs ali, na sua agitação, ali, palavra, parece que estou ouvindo apelos daquela gente: não nos deixem cair! Se querem nos tirar daqui, nos dêem trabalho, nos dêem uma atividade digna, não nos deixem cair, porque eles estão no último estágio da vida honesta. Dali por diante acabou.

Então, não vamos esconder nada disso. Naturalmente, vamos caprichar um pouco mais, como sempre fazemos quando recebemos uma visita em casa. Às vezes, a casa está, um pouco suja, um pouco desarrumada, mas quando recebemos a visita de amigos, nós tratamos de varrer o pátio, de limpar a casa, até passar um pouco de cal. Vamos fazer tudo isso em consideração e respeito. Naturalmente, vamos zelar para que não tenhamos tantos mendigos naqueles lagos, tomando banho ali, que não haja tantas crianças nas ruas, estamos desenvolvendo um grande esforço no sentido de ensejar trabalho para os meninos.

Estamos, agora, com a campanha do boy. Boy nos serviços públicos, no serviço privado, nos bancos, em toda a parte. O serviço público vai admitir uma percentagem do funcionalismo de menores, para ir absorvendo nos diversos serviços. Bem, vamos tratar de ensejar a eles um lugar para dormir. De tal modo que se alguém estiver dormindo, nós temos a autoridade de dizer: "Menino, você não pode ficar aqui". "Não, mas eu não tenho aonde ir!" "Tem, sim!" Está aqui, que tenham para onde ir dormir, que possa, lá, à noite, ter uma sopa, uma refeição, um café da manhã, e pronto. E, aos poucos, não temos a ilusão de que, de repente, vamos solucionar este problema. Não cultivamos esse idealismo. É preciso trabalhar muito neste campo, mas acontece que nós temos a certezas de que isso é todo um processo que está sendo alimentado de uma forma intensa, cada vez maior, e que vem da situação social.

Em suma, o meu depoimento em relação a esta Conferência, sob todos os aspectos, Sr. Presidente, é impregnado de esperança. Acho que o nosso País vai ter um bom desempenho. Tudo o que nós do Estado pudermos, fazer para que o Governo federal tenha um desempenho como o nosso País, o nosso povo espera, nós faremos. A começar pelo Palácio Laranjeiras, que colocamos à disposição do Presidente. Sua Exceléncia vai ocupar o Palácio Laranjeiras pelo tempo que quiser, para todas as conferências que queira fazer, para todos seus serviços, assim como, também, tudo o que temos lá está à disposição dos serviços federais, para que se desempenhe, como necessita se desempenhar com eficiência.

Tudo o que pudermos fazer para que os nossos visitantes, seja da conferência oficial, seja da informal, conte com garantias, com segurança, com a nossa hospitalidade, a nossa assistência, tudo será feito, também. Tudo o que for necessário para complementar os serviços do Governo Federal, seja no recebimento dos chefes de Estado, sem estarmos aqui separando as suas posições, porque são conservadores, porque são progressistas, porque são socialistas, não importa. O que importa é que temos que recebê-los, a todos, muito bem. O nosso País precisa, tem necessidade de sair bem dessa conferência, especialmente o meu Estado do Rio de Janeiro. O Rio necessita sair de uma fase de pessimismo, de depressão, muito própria, muito específica, uma fase de esvaziamento de sua economia, nós precisamos tomar esse ambiente que aí vem. Estamos realmente preocupados com o que os estrangeiros vão pensar de tudo isso. Possivelmente, vamos tratar de desenvolver algumas iniciativas para que eles, sem exagero, nem para um lado e nem para outro, possam conhecer o porquê das favelas do Rio de Janeiro, de muitas crianças nesta situação, porque há mendigo, porque há uma diferença tão grande entre os ricos e os pobres, enfim, vamos fornecer os elementos acessíveis para que eles possam compreender e levar daqui uma interpretação adequada e justa da realidade. E, certamente, do Congresso, mas, especialmente, do Senado forte na Conferência. A Câmara alta acompanhou desde o início, desde os primórdios deste encontro todas as suas atividades, e sei que fará uma presença muito forte. Queremos dizer ao Senado que conte conosco em tudo que pudermos ser úteis a esta sua participação na Conferência. Podem contar conosco.

Ao lado das nossas misérias, dos nossos problemas, temos muitas coisas bonitas para mostrar. O Governo do Rio de Janeiro editou um livro a cores chamado **Rio-92**, que vamos entregar a todos os nossos visitantes, levando uma idéia das coisas bonitas do Rio de Janeiro. As feiras, deixamos para a nossa consciência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores e Srs. Deputados, após a apresentação do Governador Brizola, vamos passar à segunda parte da nossa reunião, que será o questionamento de Senadores e Deputados.

Concedo a palavra ao Líder do PSDB, Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, Sr. Governador Leonel Brizola, Srs. Ministros, companheiros Senadores, Senhoras e Senhores, por gentileza do Presidente desta Comissão, foi-me concedida a palavra em primeiro lugar, embora não estivesse inscrito nesta ordem, mas é porque S. Ex^a sabe que, somente pelo respeito que tenho, primeiro pela Conferência, pelo Senado e pelo Governador Brizola, é que pude estar aqui sentado — o Governador Brizola sabe que estou com um problema grande de ciática e não é fácil sentar numa cadeira. Agradeço a gentileza do Presidente de me ter concedido a palavra em primeiro lugar, e peço desculpas aos demais.

Acho que assistimos, nesta manhã, uma exposição que dá todo o sentido, não só a nossa Comissão, mas ao significado dessa Conferência, além do significado escrito que ela tem do ponto de vista do meio ambiente. Recordo-me que no início dos nossos trabalhos havia muito ceticismo na Comissão. Ouvimos várias pessoas, o Ministro Carlos Garcia foi um dos que já participou aqui dos nossos encontros. O Governador do Amazonas participou dos nossos encontros; os vários repre-

sentantes do Governo Federal estiveram aqui expondo, e, pouco a pouco, o Senado foi tomando consciência do significado dessa Conferência e foi se tranquilizando. Foi se tranquilizando porque fomos sentindo que realmente o Brasil — com todas as críticas que se possa fazer, e são muitas — é um país que amadureceu.

Vou dizer algo que o Governador sabe que é de coração, mas que é também da razão, o Brasil amadureceu e teve a sorte de ter um Governador que é a expressão desse amadurecimento. As palavras que ouvimos esta manhã aqui sobre o entendimento que o Governador Brizola tem da relação do Governo do Rio de Janeiro com o Governo da República, com o Governo da Prefeitura, do significado dessa Conferência, são absolutamente tranquilizadores. Não tenho nenhuma preocupação com relação aos aspectos organizacionais desse momento. Temos alguns costumes — muitos de nós aqui (falha na gravação) em reuniões, sempre haverá uma falha aqui e outra ali etc., mas a filosofia fundamental está compreendida e está sendo bem exercitada.

Acho que essa Conferência para nós, brasileiros, tem um outro significado, sobre o qual falarei brevemente. Mas, para nós, brasileiros, ela é principalmente um exercício de liberdade, e foi o que acabamos de ouvir, um exercício de liberdade.

Se tivéssemos a preocupação de calar a boca dos outros estariam num caminho redondamente equivocado. As nossas mazelas existem, e quem fala delas pode falar por qualquer que seja a intenção, mas toca no real. E a pior política é a da avestruz, é a de querer esconder o real. O Governador Brizola mostrou que não está preocupado em esconder a realidade, está preocupado com que se entenda o porquê da realidade.

Vamos sofrer críticas imensas. Gostei da expressão dura, direta, rude, base: "Essa Conferência abre o nosso ventre, nos expõe". Serão milhares de jornalistas que não vêm aqui para elogiar — não é o papel da imprensa, nem a nossa, quanto mais a do exterior — vêm aqui para ver o que está errado, eventualmente, no rodapé, dizem alguma coisa boa, mas vêm para ver o que está errado.

É assim no mundo todo, não é uma conspiração contra o Brasil, não. Isso é normal. E é bom que seja assim, e é bom que compreendamos que temos que mudar as coisas que estão erradas. E que eles compreendam também que não dá para mudar da noite para o dia, e que parte dos "erros", a "culpa" não é nossa, é geral, é global, e, às vezes, não é nem global, é específica, é dos mais ricos, que estão lá fora, é dos credores, que estão lá fora. Esse é o processo que temos que viver, e é um exercício de maturidade e de liberdade. Acho que o Governador Brizola colocou, com toda a clareza, em vários níveis, esse mesmo problema, e, isso, vamos enfrentar com galhardia.

Há outros aspectos. A preocupação do Senado era muito grande com relação propriamente ao enfoque da Conferência. Já dei vários depoimentos aqui a respeito do que sei dessa matéria, manifestei que logo depois da Conferência de Estocolmo participei de um grupo de trabalho na Suécia, em Uppsala, que talvez o primeiro relatório sobre o chamado "desenvolvimento auto-sustentado" tenha tido a nossa participação com outros cientistas sociais e homens ligados à questão do meio ambiente — um é quase rwinsleiro, que é o Inácio Sacs — e o mundo mudou em matéria de concepção de desenvolvimento. Essa é que é a verdade. Da Conferência de Esto-

colmo para hoje a diferença é enorme, e a nossa atitude também é diferente.

Em Estocolmo atribui-se a nós uma frase terrível: "Bendita poluição!" Hoje, que brasileiro medianamente ilustrado vai dizer "Bendita poluição?" Vai dizer é outra coisa. Não basta pensar na poluição, porque a poluição é altamente ligada à miséria. Então, queremos um desenvolvimento que não polua nas várias dimensões: na física e na social. Isso, hoje, do ponto de vista dos formadores de opinião mundial é uma idéia aceita. É uma idéia aceita que vejo incorporada também até aqui, internamente, no nosso empresariado, pelo menos no setor mais avançado dele, que já organizou até uma fundação para discutir a questão do meio ambiente, composto por representantes de indústrias que são normalmente poluidoras.

Ouvi o depoimento do Governador do Amazonas aqui, discuti com S. Ex^a, que também mudou — e mudar não é feio, ruim na vida é quando as pessoas não são capazes de mudar diante da evidência. Quem não muda diante da evidência, atrapalha o processo. Mudar sem razão de ser não tem sentido. Mas mudar porque é uma evidência é prova de talento. Todos mudamos, e mudamos no processo de compreender esta realidade que vamos enfrentar. Claro que o Senado terá suas preocupações, e as tem. Tem preocupações até mesmo com talvez, o alcance do acordo que já foi feito lá fora, sobre a questão do aquecimento. Sabemos também que é um primeiro passo. Ninguém pode querer que interesses tão poderosos que estão em jogo de repente se desarticulem, se entreguem à evidência. A evidência existe, mas as pessoas vão mudando devagarinho, até porque há lá, não só interesses mas também noção de autopreservação, até de vaidade. Mas estão mudando. Esse primeiro passo é tímido do ponto de vista das expectativas que nós poderíamos alimentar, sobre qual seria o resultado, o acordo com a Conferência do Rio de Janeiro, no sentido que os países, que realmente são os maiores responsáveis na questão do aquecimento global, tomassem medidas mais duras de controle dos seus próprios gastos de energia. Mas cederam, porque reconheceram que eles próprios são responsáveis. Aquela obsessão de que queima a Amazônia e por isso o mundo vai acabar, hoje é ridícula, como a outra obsessão, não há que tocar na Amazônia, porque, senão, não se preserva nada, também é ridícula. Há que se tocar com jeito e há jeito de se tocar, e há jeito de se levar a bom termo um desenvolvimento que cuide de ser humano e que preserve as condições da humanidade, no que concerne à reprodução das condições de vida.

Sr. Governador, não tenho nenhum questionamento. Quero apenas expressar a minha alegria de ter ouvido e de ter visto na exposição de V. Ex^a aquilo que acabei e comecei por dizer, a expressão de que o Brasil amadureceu, vai ter um exercício de liberdade, vai enfrentar as dificuldades, vai mostrar as mazelas, vamos-nos irritar de vez em quando, mas vamos continuar avançando e, juntos, como brasileiros.

Muito obrigado a V. Ex^a (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Lembro os Srs. Deputados aqui presentes que há vários inscritos.

Considerando que temos que votar no Congresso agora, pediria a objetividade dos questionamentos dos Deputados aqui inscritos para que o Governador possa responder também de forma objetiva.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Mascarenhas.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS — Sr. Presidente, Sr. Governador, Senadores, Deputados, Senhoras e Se-

nhores, Sr. Governador, ao escutá-los, percebi que o senhor descreveu mais a questão dos investimentos que o Estado, o Município e o Poder Público, nas suas três Instâncias, vêm realizando em torno desses episódios.

Agora, queria saber do Senhor o que o Senhor espera receber em termos do Estado do Rio de Janeiro, da Baía de Guanabara, em perdas, quem sabe de uma mudança em termos na política do Primeiro Mundo em relação ao Terceiro Mundo, até por perceber que uma parte importante da poluição é fruto das ordens de miseráveis, e uma situação de injustiça mundial que isso gera a cada ano. Gostaria de ouvir de V. Ex^a alguma coisa sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Sr. Governador Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Deputado Eduardo Mascarenhas, V. Ex^a focalizou esse aspecto da nossa esperança, do nosso otimismo de que, ou melhor, do nosso idealismo, de que sempre esperamos que o Primeiro Mundo mude nas suas concepções, nos seus métodos, de tal modo que nós possamos aliviar, pelo menos, toda essa carga, todo esse aper- to que o sistema econômico, em geral, nos traz.

A verdade, creio que não devemos esperar maiores benemerências, embora devam ocorrer situações bastante importante e significativas, porque quando acontece um evento dessa ordem, sempre as Nações fazem a sua competição. Isso é uma grande passarela, e na sua passagem por ela cada qual procura marcar conforme pode, de tal modo que venha a se constituir o evento em si mesmo numa afirmação desse País. Assim, também, com relação a certas instituições, creio que o Banco Mundial, que já está lá realizando algumas obras no Rio de Janeiro de contenção de enchentes, obras, na verdade, de muito mérito, tanto no âmbito estadual quanto no municipal, é claro, passa a sentir, neste momento, uma satisfação especial por já estar ali. A Conferência vai se realizar no Rio, quer dizer, o Banco Mundial está ali, vai ser conformato para a Instituição mostrar que está trabalhando na área.

A nossa velha aspiração de despoluir a baía, as nossas praias, no fundo quer dizer obras de saneamento, reabastecimento de água, tratamento do lixo em toda uma extensa bacia que deságua, que contribuiu para a baía, cuja situação acabou afetando as nossas praias, como é o caso de Copacabana, Ipanema e todas as praias anteriores da baía. Enfim, toda a vida praticamente de uma comunidade de milhões de pessoas, o próprio potencial de pesca desapareceu, praticamente, e assim por diante.

Foi uma aspiração que temos estudado, debatido.

Finalmente, a expectativa da Conferência ajudou bastante, criou um bom ambiente para que chegássemos junto a esses organismos que têm o respaldo dos seus governos, no caso do BID, por exemplo. Não só uma expectativa e cooperação também dos Governos latino-americanos, mas existe o Governo americano atrás, como grande sócio daquela Instituição, que também está vendo a presença do BID numa obra como essa, como algo confortador na hora de se realizar a Conferência. Criou-se esse ambiente e nós estamos praticamente com os entendimentos, já na sua fase final, para a concretização desses financiamentos.

O BID vai cooperar com financiamentos importantes para a despoluição da baía, quer dizer, com obras para esgotos sanitários, tratamento de lixos, obras importantes na baixada, na área de São Gonçalo e Niterói. Também o Governo do Japão que, finalmente se decidiu a cooperar incisivamente

nesse empreendimento, reforçar as possibilidades do BID. O Brasil já deu uma "talhada" maior, partindo daí, do nosso movimento pela despoluição da baía, com aquele impulso da Conferência, ensejamos e São Paulo o ingresso e aí, como o projeto da despoluição do Tietê, uma obra também da mais alta prioridade, para o nosso País. Também, quanto aos gaúchos, com a questão da despoluição do Guaíba, que tem uma carga assombrosa de dejetos industriais a montante, que esta realmente criando uma situação realmente insuportável, criticam. Esses três projetos ingressaram aí um pouco também dentro do ambiente da Conferência. Isso é muito bom para todas as demais regiões, porque é o começo de todo um programa de despoluição que vai se seguir, porque a humanidade, à medida que vai entrando nessa frente de trabalho em relação aos problemas da poluição, verificará que aí está exatamente o caminho, e não vai parar.

Ao lado disso, naturalmente, que todo o Rio de Janeiro se mobiliza, suas empresas, os órgãos técnicos, há o desenvolvimento de uma mentalidade que atinge, inclusive, a área educacional. Até as crianças estão se mobilizando, fazendo desenhos, criações, escrevendo, organizando programas. Quer dizer, a realização da Conferência vai ter um efeito de dinamização muito importante sobre todos os aspectos da vida do Rio de Janeiro, especialmente para esta.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Deputado Carrion Júnior.

O SR. CARRION JÚNIOR — Senador Coutinho Jorge, quero cumprimentar a Comissão, cumprimentar a V. Ex^a. Acho que essa iniciativa foi excepcional. Sem dúvida alguma, o Senador Fernando Henrique Cardoso colocou bem, o Governador Brizola trouxe para nós a sua experiência administrativa, o seu bom senso, e nos mostrou que nós brasileiros, seguramente, vamos ter um grande evento pelo seus sucessos, até mostrarmos as nossas fraquezas. Acho que isso faz parte do que nós temos que mostrar ao mundo.

Quero cumprimentar o nosso Ministro Carlos Garcia, representando o Governo Federal, que tem apoiado o Governo do Estado do Rio de Janeiro para que ele realmente possa realizar bem esse evento. Quero ainda cumprimentar os demais membros da Mesa, o Vice-Governador Nilo Batista, o nosso Presidente da Assembléia: Deputado Salviano, enfim, a todos aqueles Senadores e Deputados que estão aqui e as demais pessoas.

Quero dizer que num primeiro momento, todos nós, brasileiros, nos preocupamos, porque a idéia do Primeiro Mundo era transformar a Rio-92, em um fórum de julgamento dos países do Terceiro Mundo. Essa era a intensão do mundo desenvolvido, ou seja, eles vinham aqui para nos julgar. A situação mudou e, mais recentemente, passou-se a correr um outro risco: o do Primeiro Mundo ser julgado pelos pobres e pelo Terceiro Mundo.

Não foi por nada que o presidente americano até titubeou em vir, porque os propósitos iniciais do Primeiro Mundo mudaram e nós, do Terceiro Mundo, tornamo-nos quem sabe, juízes do Primeiro Mundo, que é o maior causador da poluição mundial. Temos as nossas contas em cartório, mas as grandes contas pertencem ao mundo desenvolvido.

Felizmente, acredito que hoje, nesse rápido amadurecimento, o mundo está menos predisposto a ser um julgamento de uma parte ou de outro hemisfério. Tentarmos, juntos, traçar essa caminhada desses últimos doze meses favorece a um amadurecimento entre o Primeiro e Terceiro Mundo.

V. Ex^a trouxe, Dr. Brizola, da juventude, uma lembrança que talvez esteja na origem de tudo isso: em João Pessoa, certa vez, subiram nas árvores em frente à Faculdade de Direito, impedindo a derrubada das mesmas naquele momento.

Mas quero, Governador, reforçar uma idéia de V. Ex^a, que deve ser feita, ainda que o tempo seja curto. Esse o propósito da minha intervenção. V. Ex^a nos falou do documento Rio-92 que será distribuído a todos. Creio que ainda há tempo de realizar a idéia de V. Ex^a de que quem chegar ao Brasil, não só a imprensa mas também as pessoas mais simples, as mais estruturadas intelectualmente, a impressão que levarão do nosso País será a primeira que enxergarem. Seguramente, poderá ser até positiva, mas será superficial, porque o tempo em que estarão aqui será para discutir o mundo e não o Brasil.

Acho fundamental que todos aqueles que aqui chegarem recebam do Governo do Estado, do Governo Federal — quem sabe junto — um documento explicando um pouco disso que o Senhor nos falou: por que existem jovens que assaltam? Por que são mortos em um momento subsequente muitas vezes? sei que isso não é fácil, mas é fundamental que o Governo do Rio de Janeiro faça um esforço, com a nossa intelectualidade, com os homens de bom-senso, para elaborar um documento singelo, em várias línguas, para que quem chegue ao Brasil, além de ver todo esse esforço físico, financeiro, tenha alguma explicação o nosso subdesenvolvimento, mesmo que com alguns erros e dele venhamos a discordar em algum aspecto. O importante é que seja esclarecer aos que aqui vierem.

Trata-se de um desafio de curto prazo, mas que justificará, até em parte, todo esse esforço dos Governos Federal, Estadual e Municipal, a fim de que possamos viabilizar o caminho do entendimento sobre o Brasil àqueles que estão chegando, através de um documento curto, singelo mas esclarecedor.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Sr. Leonel Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Quero agradecer os comentários do Deputado Carrion e, muito particularmente, as referências do Senador Fernando Henrique Cardoso.

Creio que a nossa preocupação tenha realmente uma grande procedência, pois seria importante que pudéssemos dar aos nossos visitantes pelo menos alguns caminhos, ensejar a eles algumas sendas de tal modo que eles pudessem tirar certas conclusões, compreenderem a nossa realidade. Acho que falar com tranqueira, sem levar a um desentendimento, ir até àqueles limites onde podemos juntos e depois cada um dará a sua interpretação. O nosso País seria uma maravilha, se todos pensassem da mesma maneira. E as razões das nossas divergências, são porque nos situamos em campos diversos. Acho que dar alguma interpretação para eles é uma necessidade. Ficarmos sem dizer nada é o que não podemos.

Essa é uma matéria que especialmente nos pressiona na medida em que nos aproximamos da Conferência. O que toda essa gente vai pensar de nós? São pessoas diferentes, não homogêneas, vindos de todas as partes, de diversos níveis culturais. Quais as interpretações que eles terão? Acho que podendo ajudá-las a interpretar nossa realidade estariámos prestando um grande papel, mesmo em relação às finalidades da Conferência.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lysâneas Maciel.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL — Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. Ministro, Presidente da Câmara Legislativa, Vice-Governador do Estado e demais Senadores e Deputados:

Tenho a impressão de que diante da simplicidade com que foi apresentado o propósito do Governo do Estado do Rio, com ampla colaboração do Governo Federal, sem subterfúgios, revela um aspecto muito interessante. Lembro-me que, ao se realizar a Olimpíada do México, o governo mexicano resolveu pintar as favelas. Em Manilha houve um acontecimento internacional e resolveram cercar as favelas com arame farpado. E o Governo do Estado do Rio apresenta um quadro muito revelador.

Faço essa observação inicial porque nesta mesma sala, Governador Leonel Brizola, foi criada uma missão mista — de Deputados e Senadores — para verificar as possibilidades de manobras internacionais para invasão da Amazônia. Era uma balela, fomentada por companhias mineradoras que queriam, evidentemente, explorar a terra dos ianomamis. Por acaso faziam parte dessa companhia mineradora dois conhecidos integrantes de grandes jornais brasileiros, sendo que um desses jornais não é um dos favoritos do Governador do Estado do Rio.

Mas chamo a atenção pelo seguinte. Na verdade, a nível internacional, vai haver uma tentativa desse gênero — e a pergunta é dirigida também ao Ministro Carlos Garcia —, no sentido de nos transformar, como disse muito bem o Deputado Carrion, de sermos julgados e possibilitar essas medidas contra as nossas reservas, minerais a nossa ecologia.

Sr. Governador, há um aspecto interessante. Anteontem V. Ex^a disse — e repetiu hoje — que as pessoas marginalizadas do Rio de Janeiro não serão varridas para debaixo do tapete. Aparentemente, o Governo do Estado do Rio foi vaiado na sexta-feira. E, ao invés de ficar irritado — e todos sabem que S. Ex^a é epidérmico em suas reações — com essa vaia, evidentemente orquestrada, chamou o partido a uma reflexão como o fez agora também para a Conferência Internacional. O Governador não pretende varrer as mazelas do Estado do Rio para debaixo do tapete.

Dizem que temos 30.000 jovens em idade média de 20 anos que foram assassinados, não vai varrer os camelos para debaixo do tapete, nem os mendigos e a marginalidade. A minha pergunta, já que essa exposição do Governador do Rio é tão clara que poderia chamar de “transparência da atitude do Governo do Estado do Rio”, pergunto qual seria a reação diante dessas manobras orquestradas a pretexto de defender a ecologia e a qualidade de vida, que vão servir de pastos a manobras internacionais para a exploração das terras brasileiras, para exploração das nossas reservas minerais, a pretexto de defender a ecologia, a pretexto de defender as invasões externas em um falso sentimento de brasiliade. A pergunta é também dirigida ao Ministro Carlos Garcia.

Ambos devem ter o conhecimento de que nesta sala será criada uma comissão inteiramente sem fundamento para defender a Amazônia contra a invasão de jovens austriacos, que nela estariam dispostos a se estabelecerem.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Ministro Carlos Garcia para responder à pergunta.

O SR. CARLOS GARCIA — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Governador Leonel Brizola:

Creio que o objetivo desta Conferência foi resumido, magistralmente pelo Presidente da Comissão, no seu discurso de abertura, quando disse que o que se pretende aqui é rever dois conceitos: o de desenvolvimento e o do meio ambiente.

São dois conceitos que precisam de revisão e de todo esse exercício pelo que estamos passando, nesses dois anos de trabalho e mais a Conferência, todo o trabalho é centrado nisso. Não há em nenhuma parte do trabalho da Conferência e de preparação e de todos os documentos que estão sendo preparados, nenhuma referência a nenhum país individual, ou a nenhum problema individual de nenhum país. Não há, portanto, na preparação dessa Conferência nenhuma menção a um tratamento excepcional que possa ser dado à Amazônia ou às suas reservas minerais. O que se discute é a necessidade de crescimento de países como o nosso não poder abrir mão. Não podemos abrir mão do nosso crescimento econômico; não podemos aceitar que a preservação ambiental prejudique o crescimento, mas isso tem uma contrapartida imediata; não podemos, também, aceitar que o desenvolvimento se faça em prejuízo do meio ambiente e da proteção ambiental.

Queria apenas trazer esse depoimento de quem viu os documentos, de quem assistiu à preparação desta Conferência, de que não houve, em nenhum momento, senão a preocupação com esses dois conceitos fundamentais do desenvolvimento e do meio ambiente, sem referência particulares a qualquer país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Sr. Governador Leonel Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Na verdade, o companheiro Lyzâneas Maciel focaliza essa preocupação que, no fundo, atinge a todos nós, brasileiros, quando conservamos certos movimentos mundiais que, claramente, abrem margem para a exploração de nossas riquezas por parte dos interesses internacionais, pelo domínio de outras Nações, enfim, pelos aspectos que nesses tempos são considerados superados, velhos, dando a impressão de que não há nenhum motivo para que nos preocupemos com isso.

O mundo, de repente, tornou-se uma maravilha. Não há por que estarmos preocupados em defender interesses específicos do nosso País, do povo brasileiro, tanto em relação às riquezas naturais quanto aos temas do nosso desenvolvimento. Vivemos um pouco esse torpor. A meu ver, é o efeito da televisão que acabou isolando a todos nós.

Tal é presença da televisão, que não precisamos mais nos reunir para formarmos um juízo, um processo de formação de consciência. Ela nos leva, tudo todos os dias e vamos dando um sentido de consciência formada devido àquelas informações. No fundo, estamos sendo trabalhados por uma máquina gigantesca que nos coopta todos os dias, seja diretamente ou através de outras pessoas. Assimilamos o comportamento daquelas pessoas com as quais convivemos.

A televisão criou esse ambiente. Será definitivo, vai durar muito ou não? São respostas que virão rapidamente. A meu ver, não vai perdurar. Haverá uma reação nacional contra esse sistema que está asfixiando o povo brasileiro, em prejuízo dos nossos próprios sentimentos de defesa.

O mundo não mudou; ele se aprimorou. Hoje, está muito mais favorável à exploração dos mais fracos pelos mais fortes. Há pouco tempo, os navios eram pequenos. Uma carta demorava ir e voltar; as comunicações eram precárias. Hoje, não, tudo é na base do satélite, do computador; os navios são

enormes. Estamos devendo antes de produzir. Tudo é muito mais fácil, o domínio, a exploração.

O Brasil é hoje um País muito mais explorado do que há cinquenta, quarenta, trinta, vinte, dez anos pelo próprio sistema internacional. E claro que as mesmas posições de quarenta, trinta anos atrás não podem servir exatamente para hoje. Precisamos sofisticar essa nossa luta pela defesa dos interesses nacionais.

Tudo era realmente complexo. A meu ver, a mais legítima defesa do interesse nacional é uma questão de mais liberdade. Isso que é realmente fascinante para nós, mais liberdade e mais democracia. Podemos ser livres para decidir o que nos convém, porque, em princípio, tudo deve ser livre, tanto internamente quanto nas nossas relações externas. Em princípio, sim, mas até ao ponto em que não seja raposa dentro do galinheiro. Isso significa que o nosso relacionamento tem que ser seletivo; temos que ter consciência, inteligência, cabeça para conduzir os nossos assuntos com discernimento, mas nunca abrir mão desses princípios.

Para mim, sempre há algo atrás dessas ondas internacionais.

Lembro-me de certa época em que vinham ondas e ondas em defesa da democracia para o nosso continente. Quantas pessoas idealistas se iludiram. Diziam democracia é isso mesmo. Democracia! Democracia!

Aqui, temos Getúlio Vargas que passou a ser o ditador. Linha dura. Formalmente é. Mas aquela onda democrática nada mais era do que um torpedo para substituir a outra diadura. Queriam mesmo era fazer uma ditadura.

Essa onda de privatização pelo mundo, de liberalismo, a mim, não me engana. Nunca se fez tanta intervenção no domínio econômico como nesses tempos. Que liberalismo é esse? É que agora passaram a usar o Estado, quando é necessário segurar na garganta do Estado, para que se faça o atendimento de certos interesses e se segura. Quando é necessário agarrar o Estado, intervir, colocam-no em defesa dos interesses. É uma questão de mais liberdade em razão legitimamente também desses interesses. A meu ver, isso é que fascina.

No fundo, estamos submetidos a um sistema econômico caracterizado. Não há mercado democrático; não há uma economia democrática de mercado; há uma economia caracterizada de mercado. Estamos dentro desse mundo. Na minha opinião, saber conviver neste mundo é que é o nosso desafio. Não nos deixemos levar pelas ondas. Quando os países do Primeiro Mundo impulsionam certas ondas, a coisa mais lógica, mais primária que essas ondas é que elas nunca podem ser contra eles, e sim a favor. Temos que ver dessas ondas o que nos convém. Geralmente, os nossos interesses não coincidem. Portanto, essa visão inteligente — alguns chamam-na de pragmática, o que seja — mas é impregnada de liberdade e de democracia. Está aí o ambiente em que necessitamos defender o interesse nacional. Concepção, testes estrangeiros, capital estrangeiro, o Estado, livre iniciativa. Princípio é a liberdade, é a livre iniciativa. Até a exceção na vida humana é a presença do Estado ou a restrição em relação ao internacional. Mas é que a vida humana está-se tornando tão complexa, que cada vez mais é necessária a presença reguladora do Estado, como também a nossa decisão de dizer: "Bem, a nossa fronteira é aqui. Dali não pode passar".

Então, essa visão inteligente, impregnada de liberdade, é que temos que cultivar e saber definir onde é que começa e onde é que termina a liberdade de todo mundo, porque

ali começa o poder da raposa dentro do galinheiro. Aí é que está a questão. Essa visão lúcida é que precisamos cultivar.

Eu, por exemplo, francamente, tenho as minhas dúvidas sobre essa decisão em relação ao território dos Ianomamis. Esse mundo é muito complicado, e desde que os sandinistas da Nicarágua me relataram bem aquela história toda que lá tem ocorrido em relação aos índios Miskitos, fiquei profundamente impressionado. As manipulações que aquilo acabaram gerando me causou uma impressão muito profunda e me fez repensar, muito especificamente, esse caso dos Ianomamis.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Antes de passar ao último inscrito, que é o Deputado Miro Teixeira, quero informar que está entre nós o coordenador do Fórum Global, aquele que vai coordenar todo o trabalho das organizações não-governamentais, e que esteve agora na Câmara dos Deputados, nos honrando com sua presença neste final de Encontro.

Antes de passar a palavra ao nosso Deputado Miro Teixeira, só queria lembrar ao Deputado Lysânnneas Maciel que, como membro da comissão aqui do Senado que acompanha a Rio-92 posso informar a V. Ex^a que, em todas as reuniões preparatórias os temas defendidos nas Nações Unidas foram temas globais. Por exemplo, florestas: discutiam-se florestas tropicais, sem a indicação de país, como disse o Ministro, nem de regiões específicas.

O que importa, Sr. Deputado, são os documentos — no caso, a Carta de Princípios, até agora chamada de recuperação do Rio — e os meios — instrumentos para viabilizar isso, que são a Agenda 21. Já temos mais de setecentos e cinquenta páginas escritas; temos vários documentos já preparados e acordados por todos os países, e posso dizer o seguinte: o resultado da Agenda 21 não é o resultado dos nossos sonhos, mas é um princípio de um processo mundial que começa no Rio de Janeiro. Por isso mesmo é que, no inicio, disse que a comissão permanente que vai ser implantada no Congresso, para acompanhar as decisões do Rio de Janeiro, no nosso entender, é muito mais importante, porque, a partir do encontro no Rio de Janeiro, vamos mudar, de certa forma, a consciência, o entendimento mundial a respeito do meio ambiente e desenvolvimento.

Nós, Senadores e Deputados, vamos ter um papel importante. Acho que vamos ter que estudar exaustivamente a Agenda 21, pois é onde estão detalhadas as estratégias, as metas e os programas que deverão ser aprovados na reunião oficial. O importante — e aqui está o Coordenador do Fórum Global — são as decisões paralelas que o Fórum trará ao Rio, trará aos congressos do mundo, trará realmente à humanidade.

Não tenho dúvida de que os resultados vão ser positivos e nós, do Congresso, vamos ter um trabalho redobrado a partir dos efeitos dessa grande reunião do Rio de Janeiro. Mas como Presidente não deve falar muito, vou passar a palavra ao último inquiridor, o nosso caro Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA — Não é propriamente para uma inquirição, mas, basicamente para, uma sugestão. Teremos, a rigor, na Rio-92 dois foros: um, formal, constituído pelas delegações dos chefes de estado; o outro, das organizações não-governamentais.

Recentemente, o Departamento de Economia do MIT, fazendo uma análise sobre o Brasil, indica que não sofremos alterações nos nossos ativos desde 1950. Temos os mesmos ativos, as mesmas riquezas naturais, a mesma unidade territo-

rial, a mesma unidade de idioma, não temos grandes conflitos étnicos. Então, o que mudou daquele Brasil da década de cinqüenta, quando havia uma inflação contida no padrão internacional, para este Brasil de hoje, que tem uma inflação descontrolada e cada vez mais dependente das negociações internacionais? A minha sugestão é para que esta comissão, quer seja pelos seus membros, quer seja se valendo dos convênios que o Congresso Nacional tem com as universidades, quer seja convocando outros membros do Congresso Nacional que não integram esta comissão, faça um exame retrospectivo do que mudou nessa relação. O que mudou, a rigor, foi a relação financeira internacional do País, são as chamadas perdas internacionais. É uma dívida externa que já foi muitas vezes paga. A rigor, a ECO-92 talvez não seja o fórum adequado para essa discussão, mas é ali que estará concentrada a grande atenção internacional, ali que estará concentrada a mídia, quer seja na reunião das organizações não-governamentais, quer seja nas reuniões formais.

Então, a produção de um documento, que pode ser simplesmente obtido com a colaboração do Banco Central fará um retrato disso, que é a causa da nossa infância abandonada, das nossas meninas prostituídas, da impossibilidade desse desenvolvimento, que cada vez mais está sendo esmagado pelos países que detêm mais tecnologia, mais conhecimento e mais poder econômico. É uma sugestão que deixo.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Muito bem. O Governador vai responder às duas questões. Com os Srs. Deputados, encerramos agora. Vamos ter um último Senador, que é o Senador Amir Lando.

Deputado Miro Teixeira, a sugestão de V. Ex^a é correta, porém digo uma coisa: a questão de países ricos e pobres é a questão básica, que está por trás de tudo isso. Quero dizer a V. Ex^a que o maior problema do impasse da quarta reunião em Nova Iorque foi exatamente o problema de financiamento, é a luta dos países ricos e pobres. As eleições presidenciais americanas impediram uma decisão realmente do financiamento da problemática do meio ambiente *versus* desenvolvimento — um impasse que vai ser resolvido aqui, apesar da declaração de Tóquio ter aprimorado — e do problema do efeito estufa, ou seja, a emissão de gases tóxicos. Os Estados Unidos têm responsabilidade de, na Agenda 21, não termos metas claras, porque há interesses econômicos claros dos americanos. Daí, a postura, não só dos Parlamentos, mas de todas as ONG, de estar contra o documento ligado ao problema de gases tóxicos. Podemos concordar em outros segmentos, outras temáticas, mas esses dois temas são temas sérios, que envolvem o problema do poder econômico mundial, o problema da dívida externa, que está muito bem colocado na Declaração de Tóquio, que foi um avanço do Governo Japonês com uma provocação ao Governo americano.

Caberia, em relação isso, uma discussão muito ampla. Mas digo que a nossa grande discussão não vai ser só na RIO-92, vai ser a posteriori, porque decisões fundamentais evidentemente vão mudar o mundo, e a dívida externa para nós tem um papel crucial nessa mudança.

Não tenho dúvida, concordo em gênero, número e grau, daí temos proposto — já foi aprovada na Câmara dos Deputados — a comissão mista — que também vai ser aprovada no Senado — para que, a partir desse evento, possamos trabalhar *pari passu* em favor dos interesses brasileiros. Sem dúvida, a colocação de V. Ex^a é pertinente, correta e a endossamos totalmente.

Passo a palavra ao último inquiridor do Senado e da reunião, Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO — Sr. Presidente, Sr. Governador do Estado da Guanabara, ou melhor, do Rio de Janeiro — é que nós sempre ficamos com aquela imagem da Guanabara, que encantou este País, mas o Rio de Janeiro é maior que a Guanabara —, Exmº. Sr. Ministro Carlos Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Srs. Senadores, Srs. Deputados e demais autoridades que se encontram presentes. Como representante da Amazônia, região a que me acostumei a amar, porque nesses vinte anos que lá resido, além de uma certa curiosidade quanto à literatura, procurei conhecer a Amazônia que talvez muitos desconhecem, a Amazônia por debaixo da cortina verde da floresta; a Amazônia que ainda é desconhecida por este País, ainda é um capítulo exótico do nosso território e da nossa geografia.

Mas vejo com muita preocupação a ECO-92, porque a gente que mora na Amazônia ficou de fora dessa discussão em grande parte. O documento básico foi discutido ora em Nova Iorque, ora em Londres, mas não passou — ao menos em termos de Estado de Rondônia, que é representativo, sobretudo quanto à população — nem ao largo, para que se tivesse conhecimento do seu conteúdo. E não tenho dúvida que a Amazônia vai estar em julgamento na ECO-92. Não tenho dúvidas, porque viajei — não sou um viajeto, nem um viajador — no ano passado pela Europa. Em Bonn tivemos um contato oficial com o Ministro para Assuntos da América Latina, e as indagações e colocações do Primeiro Mundo são posições que realmente contestam a ocupação brasileira da Amazônia, mas o fazem com dados que talvez muitos dos senhores não tenham à mão, e até de forma agressiva quanto à nossa soberania.

O Governador Leonel Brizola citou muito bem aqui que, quando se levanta uma idéia dessa, temos que desconfiar. Pois quero aqui dar um depoimento: Como advogado, tive oportunidade de ser apenas consultado para prestar serviços profissionais para a British Petroleum. Sabemos que a BP é uma das maiores empresas do mundo, na área, não só de petróleo, como de mineração, e que tem interesses sobretudo em Rondônia, como também na Amazônia. Surpreendeu-me, Srs. Senadores, Srs. Deputados — isso há cerca de dez anos — que o discurso ecológico, que até de certo ponto me cooptou, porque quando se falava em ecologia neste País eles tinham um discurso pronto e acabado como esse que hoje se vê pelo mundo inteiro. Achei até fascinante essa tese e essa proposta. Mas o que queriam? Desejavam que nossas reservas (Inaudível). Queriam que se encobrissem os territórios mineralizados, queria-se encobrir, com a floresta, sim, as minas, como é de bom futuro, que nosso colono descobriu lá em Ariquemes, e que está dando todo esse problema, quando Rondônia hoje é condenada no mundo, e sobretudo no Brasil, pela mídia eletrônica, como um grande Estado onde o narcotráfico encontra todas as condições para a sua realização.

Não, o narcotráfico realizar-se pela Amazônia inteira, pelo vazio demográfico que é. O narcotráfico tem caminhos próprios. Rondônia não é nem o Estado que mais serve a esse comércio ilegal, mas levamos essa fama, estamos enodoados, humilhados pelo fato vergonhoso que aconteceu com o Estado. Em verdade, pagamos por causa dessa mina de cassiterita, porque o que se queria era fechar essa mina de Bom Futuro — e acabaram fechando. Estão aí — desrespeitando, inclusive o direito dos garimpeiros, que lá estavam

com o direito de preferência, na forma do art. 174 da Constituição Federal — as Portarias nºs 307 e 308 do Ministério da Infra-Estrutura, concedendo para uma mineração, onde está por trás, também, alguém interessado da mídia eletrônica.

O que desejo dizer é que a Amazônia será julgada, e o será porque há um interesse indiscutível, internacional, no sentido de preservar a floresta, não pela floresta, não pela fauna nem pela flora, mas para esconder nossas riquezas minerais. Digo isso com o conhecimento de quem vive, de quem conhece os meandros, de quem andou milhares e milhares de quilômetros à pé pela floresta. Digo isso como um andarilho da Amazônia, porque já fomos condenados a efetivamente abandonar a região. O homem da Amazônia está relegado ao abandono perpétuo, e sem possibilidade de salvação. O homem de lá não encontra mais condições de sobrevivência. Peço desculpas por essa breve exposição, pois não poderia deixar de fazer essas colocações preliminares, porque esta é a voz dos homens dos confins, que não têm como falar; esta é a voz que ouço e que está contida nas cartas que recebo, onde os colonos de Rondônia pedem para que transmita, com uma linguagem simples, para que ao menos seja a eles aplicada a Lei de Defesa dos Animais, porque até o animal tem o seu privilégio, mas ninguém se preocupa em preservar o homem da Amazônia.

Tenho recebido cartas, apelos patéticos, que traduzo aqui na forma que me chegam, porque esta é a voz do concreto, é a voz do cotidiano, é a voz da vida do homem que se exaure a cada dia, condenado a morrer à míngua na Amazônia, ou a traçar seu caminho de volta. O que se quer realmente é uma desocupação e, de lá, estamos muito preocupados com a ECO-92.

Minha pergunta dirige-se mais — mas pode haver alguns comentários eventuais do Exmº Governador Leonel Brizola — ao Ministro Carlos Garcia: o que há realmente de compromisso, o que o Brasil está disposto a ceder a essa pressão internacional no que se refere à Amazônia e, sobretudo, à ocupação da Amazônia, à sua colonização? Minha pergunta é nesse sentido: nesse documento básico, o que se diz a respeito, por exemplo, da colonização do nosso Estado de Rondônia?

Essa história de desenvolvimento sustentado em última análise, significa a preservação da floresta. V. Exª disse muito bem: "É um ciclo vicioso". Queremos desenvolver, porque pensa que crescer "é um conceito insuficiente; precisamos nos desenvolver, mas não podemos nos desenvolver sem prejuízo ao meio ambiente. Quem está lá tem que derrubar a floresta, tem que usar o fogo como um aliado necessário. Ninguém consegue afastar — não adianta iludirmos o mundo —, o homem que faz o roçado do fogo, ele tem que queimar ao menos essa grande massa biológica, pois não há uma política racional de aproveitamento das nossas florestas. Hoje, temos uma pressão sem precedentes, que faz com que não possamos aproveitar um pedaço de pau abandonado no roçado ou nos pastos, porque entende-se que isso cria uma série de dificuldades, precisa-se de uma autorização prévia. É um absurdo! É ilógico! Mas isso está acontecendo. É o dia-a-dia da Amazônia, o resto é conversa.

O que me interessa é o cotidiano, a realidade, o concreto, porque é nele que os instantes se sucedem e os eventos também, e é nele que se dissipam a vida, e é essa a realidade concreta. Não podemos explorar a nossa parte da floresta, etc. Então, essa é a realidade. Gostaria de saber o que se vai dizer para o mundo sobre essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passarei a palavra ao Ministro Carlos Garcia e, posteriormente, o Governador Leonel Brizola fará as conclusões do seu pronunciamento.

Lembraria ao Senador Amir Lando que esta Comissão, na próxima semana, terá a presença do Ministro Goldemberg, que virá trazer de forma detalhada a proposta brasileira à ECO-92, onde os temas como Amazônia e suas florestas serão considerados. Apenas lembro a V. Exª sobre essa Comissão da próxima semana.

O SR. CARLOS GARCIA — Rapidamente, pois não quero tomar o tempo do Governador, que é, enfim, a pessoa que comparece a esta Comissão. Estou apenas como assistente.

Primeiro, V. Exª tem toda a razão sobre os excessos, os excessos de preservacionismo são ruins para a população e para quem defende a idéia do desenvolvimento sustentado. Os excessos, de certa forma, maculam esse conceito do desenvolvimento sustentado. O exemplo citado de que não se pode queimar um pau caído na mata, isso é uma bobagem! O uso racional da floresta, que a preserve, que seja muito mais o seu desfrute que o seu consumo, esse uso não pode ser proibido. Essa proibição é ruim para quem vive na floresta e para quem quer passar a idéia do desenvolvimento sustentado. É um abuso do conceito do preservacionismo.

V. Exª também tem razão em relação a esse ponto levantado anteriormente pelo Sr. Governador, de que não há uma inocência total quanto a certos conceitos que nos são passados. Eles têm segundas intenções. Mas, o que posso trazer a V. Exª, juntando-me ao Senador Coutinho Jorge é que nessas setecentas e tantas páginas da Agenda 21, que estão divididas em 36 capítulos, tratando de todos os aspectos relacionados com a Conferência, são documentos que enfim estão à disposição, se for necessário posso-lhes enviar, não há em nenhum momento nenhuma referência à Amazônia. Esse ponto é claro e definitivo. Não me estendo, porque estamos a ouvir o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Governador Leonel Brizola para concluir sua importante participação nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Ministro Carlos Garcia.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Na verdade, sempre que invocamos os interesses do nosso País, quando falamos em meio ambiente, nosso pensamento logo se transporta para a Amazônia, que é toda uma problemática muito especial. Muitas vezes, nós nos deparamos com certos comentários, certos conceitos, que para nós soam ridículos, quando alguém aí fora acha que devemos preservar a Amazônia, como fora um parque, quem sabe para o Primeiro Mundo vir passear. Se fôssemos atrás de outros comentários, tocávamos fogo em toda a Amazônia, para transformá-la em pasto, em deserto. A Amazônia, para nós, é um grande desafio. Precisamos ter uma grande consciência, olhar o nosso passado, tirar daí lições e sempre estar atentos. Este mundo é um mundo de interesses. Apenas uma pequena parte da humanidade atua generosamente. Em regra, especialmente no campo econômico, é uma luta selvagem. Se pudessem, alguns grupos econômicos, ou até mesmo algumas comunidades, que se caracterizam historicamente como ambiciosas, expansionistas, se pudessem, de uma forma ou de outra ... se não pudessem pela imposição, nos ofereceriam até dinheiro para ficar com uma parte da Amazônia.

Não tenho a menor dúvida de que muitos homens de negócios deste mundo, diante da dívida brasileira e da crise que se nos impõe, muitas vezes já pensaram em nos oferecer dinheiro por um pedaço da Amazônia. Eu mesmo já ouvi algumas coisas aí fora. O exílio é muito ilustrativo a esse respeito. O exilado é uma espécie de apátrida, de quem os nossos amigos no exterior falam sem maior contenção, até mesmo aqueles que nos acolheram generosamente por algum tempo, no fundo desejam... bom, têm que voltar! Eles ficam satisfeitos quando voltamos. O ser humano é assim. Se ocorresse conosco, seria também a mesma coisa. Acolheríamos exilados da África por algum tempo. Depois... Bom! Se pudesse voltar, melhor. Lá fora, não somos turistas, não somos imigrantes, não somos homens de negócios, não somos universitários nem diplomatas; somos coisa nenhuma. E eles, então, falam com muito maior franqueza. Eu ouvi coisas por esse mundo que eu duvido que o nosso pessoal do Itamarati, os homens de negócio, os militares, os turistas consigam ouvir por aí. São coisas a nosso favor e contra, opiniões abertas, sinceras mesmo. Abrem o peito para nós, exilados.

Fiz o meu conceito do mundo. O mundo é o que sempre foi, caminhando para o melhor; mas isso tem um ritmo. Não creiam que vai ser uma simples onda ou uma ideologia que mude a humanidade de uma hora para outra. Nas minhas reflexões, eu me senti chocado, quando vi um povo como o soviético tomar o marxismo como se fosse a própria salvação; ali do lado, os chineses, que depois de revoluções sangrentas tomaram-se de ideologias como se tivesse havido uma modificação radical. Senti-me tão decepcionado, quando, dali a uns anos, os chineses históricos e os russos históricos prevaleceram, confrontando-se como há mil anos, por terra, pela fronteira! Há algo de permanente que a História nos dá em matéria de lições, a que devemos estar sempre atentos.

No caso da Amazônia, temos que nos nutrir muito sobre o que aconteceu neste País. Em nome das idéias liberais, em nome da vida e do progresso do nosso povo, do desenvolvimento, fez-se a mais gigantesca destruição. E eu culpo o empresariado brasileiro. Não estou acusando os atuais, mas o empresário capitalista histórico do nosso País. Recordo que, quando criança, criei-me no meio dos pinheiros, das araucárias. Na minha região havia florestas imensas, que, a cavalo, passava-se dias para atravessar. Era a única floresta homogênea que o Brasil possuía. A floresta das araucárias começava lá no sul, se estende um pouco pela Argentina, Paraguai, mas essencialmente pelo norte do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e por uma parte de Mato Grosso. Há também alguma incidência aqui no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na floresta homogênea gigantesca, havia árvores que três pessoas não abarcavam. Eu me recordo de tudo isso.

Ser progressista, ser desenvolvimentista, era ser cortador de pinheiros. Havia centros enormes de exportação. Eu mesmo me criei, pequeno, trabalhando. A madeira tinha uma placa de metal, marcada em inglês, que eu nem sabia o que significa. Aquilo ia para a Inglaterra, que era um pouco centro da distribuição mundial daquela madeira. Foi tudo comido, destruído! Havia legislação naquela época. Quem cortasse uma árvore era obrigado a plantar outras tantas, dez, parece. No começo, que nada! Ninguém obedeceu, ninguém cumpriu. O próprio Governo ia dando concessões à exportação, uma atrás da outra. Trens e navios saíam abarrotados de madeira. Acabaram com a araucária brasiliensis. Tudo era em nome do progresso, em nome do desenvolvimento.

Assim também está se fazendo com o húmus. Em regra, as nossas lavouras mecanizadas, e eu sou insuspeito, porque estou um pouco na raiz do desenvolvimento da lavoura mecanizada. O desenvolvimento da soja nasceu nas minhas mãos, tenho a honra de dizer isso. Sou insuspeito para condenar essa caça do húmus, como fizeram a caça dos pinheiros. Quem procede pior? Acho que o empresário brasileiro precisava ter outra mentalidade. Vamos trabalhar por isso. É claro que faltou direção, faltou governo, faltou visão, faltou a criação de uma mentalidade neste País. Tudo isso são lições que temos de aplicar na Amazônia.

Voltei do exílio, saí por aí com a preocupação de reorganizar o Partido. Foi o conselho que eu trouxe de Willy Brandt, do Felipe González: Brizola, ao voltar, procura reconstruir o partido. Vá procurar a memória. Todo esse tempo, lá está a memória, foi o que aconteceu conosco aqui na Espanha. E eu fui à procura da memória por aí. Eu tinha uma comunidade, em que até parentes eu possuía, que haviam colonizado áreas por aí. Recordo uma vez em que fui a Mato Grosso. Fiquei assombrado com as queimadas. Então, fizemos uma reunião do Partido, dos simpáticos à organização do Partido, num determinado lugar. Lá havia um sujeito muito bem conservado e considerado por todos; era uma espécie de grande progressista do lugar. Ele falou: — "Estou trazendo o progresso para este deserto, para este sertão. Sr. Brizola, o senhor sabe quantas motos serras tenho trabalhando na minha propriedade? Eu, que não conhecia a motosserra, disse: "Deve haver umas duas ou três no máximo". E era um número como 110 ou 120. Eu disse: — "Cento e vinte motosserras?" — "Sim, senhor, para o senhor ver como estou investindo!" — "O que é que o senhor faz com essas 120 motosserras?" — "Estamos cortando para fazer pasto". Não sei quantos 1.000 hectares de pastos ele disse. — "O senhor tem motosserra, sua?" — "Não, eu contrato. Vêm grupos com trilha, 10, 12, 15; outro grupo, marca tantos hectares para cortar. São contratos que faço com pequenas empresas que cortam. Estou fazendo tanto progresso que concentrei aqui esse número de empresas para desenvolver a região."

Tudo aquilo me pareceu um escândalo. Depois, de avião, fui ver: havia lugares que já estavam queimando há vinte dias; sem se aproveitar nenhuma madeira daquelas, porque a distância era tão grande que não comportava transporte.

Sai dali me questionando: o que podemos fazer? Isto está certo ou errado? Toda uma região sendo destruída, sendo cortada? Será isto conveniente neste momento? Saí de lá convencido de que a motosserra, que é uma grande invenção, devia ter uma matrícula num livro, assim como quem tem o porte de arma. Ela é tão destrutiva, colocou tanto potencial na mão do homem para destruir a natureza, que precisava ter uma matrícula, ter licença de porte da motosserra. Depois, viria um projeto de lei de um legislador, com base nessa sugestão.

Acho que todas essas lições fizeram com que se parasse um pouco com as queimadas e com a destruição, para pensar um pouco. É certo que o caminho também não é o de deixar tudo como está: temos que estudar as áreas, fazer um estudo para desenvolvê-las, principalmente tratando de assistir as comunidades existentes, pobres, abandonadas, doentes, miseráveis, as populações ribeirinhas da Amazônia. Isto, o Brasil pode fazer, deve fazer, principalmente assistir as crianças.

É certo que devemos concentrar nossa preocupação nessas bases, mas devemos nos preocupar mesmo neste País é em recuperar o que depredamos. Toda essa região nossa que

foi usada no cultivo de cana e do café, desmatada, destruída, depredada, aí devemos tratar de concentrar os nossos esforços no sentido de recuperá-la, seja com planos de reflorestamento, seja com outros tipos de culturas, aí devemos concentrar os nossos esforços.

Quanto ao húmus natural, devemos ter cuidado, vamos devagar em relação ao húmus natural, que está preservado. Na Amazônia, há muitas áreas de campos, áreas abertas, onde não há floresta, ou onde a floresta é secundária, não oferece condições de aproveitamento econômico, e nem é ponto importante no equilíbrio ecológico, que bem podiam ser motivos de exploração e de trabalho. Agora, temos que ter cautela com o uso do húmus natural. O nosso desafio é recuperar o que predado, degradado. São terras topograficamente maravilhosas, com água nas proximidades. Aí, sim, devemos concentrar os nossos esforços. aí devíamos ver o nosso desafio, e não prosseguir dando andamento a uma atividade histórica que nos levou a um quadro realmente desolador.

O Brasil até hoje oferece ao mundo uma situação muito triste. Quem voa pelo mundo teria facilidade de identificar o território brasileiro: ele parece um corpo cheio de feridas. Aqui, cultivamos erros que vêm de vícios da nossa forma de trabalhar e de atuar. Muitas vezes fazemos desmonte de terras sem necessidade, seja na atividade privada, fazendo um simples loteamento.

Visitando outros países, vocês encontram a topografia preservada, a mata natural preservada. Aquilo que sobrou de outros períodos mais irracionais ali está preservado, não se mexe especialmente na topografia, enquanto que aqui quem quer fazer um loteamento moderno faz um arrastamento de toda a topografia natural do solo, que a natureza levou milênios para organizar. Todo esse serviço de terraplanagem é interesse dos empreiteiros. Criou-se essa mentalidade de que quem quer fazer alguma coisa tem que colocar empreiteiro para trabalhar.

Acho que essas lições, possuímos aqui dentro. Se quisermos fazer um exame de consciência, uma espécie de autocrítica, aqui temos muitos elementos, e as questões nos levam para o problema fundiário, que acabou nos conduzindo a essa urbanização desordenada, gigantesca, impedindo praticamente que o Brasil se desenvolvesse no seu interior, com pequenas cidades, pequenos agrupamentos urbanos, como ocorre com outros países.

As mudanças dependem muito mais de autocrítica das nossas classes dirigentes, das nossas elites históricas, que detém o poder da propriedade, o poder de decisão; até mesmo na hora de impulsionar o voto para cá, voto para lá, têm o dinheiro, têm os meios de comunicação.

Então, a responsabilidade no Brasil pelo quadro e pelos impasses que estão aí pertence às elites, às classes dirigentes históricas. Na hora em que se exalta tanto o capitalismo, é preciso dizer: é o capitalismo brasileiro o responsável por tudo isso que está aí. Pode ser que o nosso capitalismo acabe pegando vergonha e se transforme noutro, mais palatável, mais social, mais humano, mais ecológico. Mas, até agora, o capitalismo brasileiro só destruiu. Dizem que o socialismo não tem mais lugar, que acabou. Mas aqui não houve socialismo. Poder-se-ia dizer que houve um pouco de estatismo, alguma tendência. Então, aqui não há destruição socialista, por exemplo; ninguém invoque isso, porque não tem razão de ser. Aqui há, sem nenhuma preocupação ideológica, a constatação: foram os métodos capitalistas, as praxes, as práti-

cas de um capitalismo duro e cruel. selvagem não dá para dizer, porque muitos iriam protestar aqui; o Juruna, por exemplo, não pode ouvir isso: — “Selvagem não: civilizado”. Então, esse capitalismo duro, cruel, sem entraves foi que fez essa destruição. Não se pode negar que fez coisas boas. Fez, mas acho que o balanço é desfavorável: mais destruição dos nossos bens, riquezas naturais, das nossas potencialidades, mais perda do que ganho, tanto que o nosso País é um país que ainda não deu certo.

Sr. Presidente, muito obrigado. V. Ex^a foi paciente, muito eficaz. Saio daqui muito contente. Espero ter sido útil a esta alta missão da Comissão presidida por V. Ex^a no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Sr. Governador, fique certo de que a sua participação foi importantíssima para esta Comissão do Senado. Muito obrigado, em nome do Senado Federal (Palmas.)

Agradeço, também, a participação do Ministro Carlos Garcia, que, neste ato, representou o Governo Federal; ao Deputado Salviano Guimarães; ao Vice-Governador Nilo Batista; ao Coordenador do Fórum Globo, que nos prestigiou neste evento, a todos os Srs. Deputados e Senadores, que aqui estiveram presentes.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 796, de 1991-CN, destinada a “investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil”.

5^a Reunião, realizada em 7 de maio de 1992

Aos sete dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e dois, às dez horas, na Sala nº 4 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Deputada Benedita da Silva (Presidente), Senadores Carlos Patrocínio (Relator), João França, Magno Bacelar, João Calmon, Levi Dias, Deputados Marco Penaforte, Heitor Franco, Sérgio Arouca, Maria Luiza Fontenele, Lúcia Braga, Fátima Palaes e Jandira Feghali, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil”. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, justifica a ausência da Senhora Deputada Denise Carvalho, da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, que seria uma das depoentes de hoje. Logo após, convida a Senhora Deputada Brice Bragatto, da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, para tomar assento à Mesa. Após o juramento de praxe, a depoente informa que atualmente está presidindo uma CPI criada com a mesma finalidade que motivaram outras CPI, nas diversas Casas Legislativas do País, a investigar o alto índice de esterilização de mulheres. Em seu depoimento, tece algumas considerações sobre o trabalho que vem sendo realizado na Comissão Parlamentar de Inquérito de seu Estado. Enfoca a relação entre a renda familiar e mulheres esterilizadas no Espírito Santo ressaltando que o número de cesarianas em está, atualmente, muito acima da média admitida como normal sendo que os maiores índices são observados em municípios que políticos envolvidos com a esterilização, atuam, trabalham ou residem. Discorre, ainda, sobre os Programas de Planejamento Familiar, enfatizando que estes programas atingem,

somente, uma pequena parcela da população. Finalizando, faz menção à alguns depoimentos que foram tomados pela CPI de seu estado. Prosseguindo, passa-se a fase interpellatória, quando usam da palavra pela ordem os Senhores Parlamentares Senador Carlos Patrocínio, Deputados Maria Luiza Fontenele, Marco Penaforte, Heitor Franco e Lúcia Braga. Com a palavra a Senhora Presidente agradece a presença da ilustre Deputada Brice Bragatto. A seguir, convida a Senhora Deputada Lúcia Souto da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para tomar assento à Mesa e solicita que a depoente preste o juramento de praxe. Com a palavra a Deputada Brice Bragatto inicia seu depoimento tecendo considerações sobre a Conferência Mundial do Meio Ambiente, que terá como um dos principais temas a questão populacional. Ressalta que a Assembléia Legislativa de seu Estado instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades, com relação à esterilização de mulheres no Rio de Janeiro. Concluindo, relata alguns pontos importantes que foram apurados pela CPI. Na fase interpellatória, usam da palavra pela ordem as Senhoras Deputadas Maria Luiza Fontenele, Jandira Feghali e Deputado Heitor Franco. Finalizando, convoca reunião a realizar-se na próxima terça-feira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 796, DE 1991-CN, DESTINADA A INVESTIGAR A INCIDÊNCIA DE ESTERILIZAÇÃO EM MASSA DE MULHERES NO BRASIL, DESTINADA A OUVIR OS DEPOIMENTOS DAS SENHORAS DEPUTADAS BRICE BRAGATTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E LÚCIA SOUTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Deputada Benedita da Silva

Relator: Senador Carlos Patrocínio

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Está aberta a reunião.

Eu gostaria de comunicar que se fará ausente a Deputada Denise Carvalho, da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. O avião em que ela viajava estava sem condições de pouso em Brasília, o que impossibilitou sua vinda. futuramente será ela convocada, caso a Comissão julgue necessário.

Eu gostaria, neste momento, de convidar a nossa primeira depoente, Deputada Brice Bragatto, da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, a quem convidamos para sentar-se à mesa.

Convido a Deputada Brice Bragatto a prestar o juramento.

A SRA. BRICE BRAGATTO — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres brasileiras.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — A Deputada disporá de 20 minutos.

A SRA. BRICE BRAGATTO — Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar as Sr^as e Srs. Deputados membros desta CPI, a Assessoria e demais servidores da Casa.

Quero, também, agradecer a oportunidade de poder contribuir e receber contribuições acerca desse tema, que é da maior importância para todos, especialmente para nós, mulheres.

Quero informar que estamos presidindo a CPI da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, criada por um requerimento de minha autoria, juntamente com os demais membros da Bancada do Partido dos Trabalhadores naquela Casa. A CPI foi instaurada no início do mês de abril, tem o prazo de duração de 90 dias, prorrogáveis por igual período. Pretendemos concluir as investigações dentro desse prazo, em função da questão eleitoral. Possivelmente fomos motivados pelas mesmas razões que motivaram as CPI das diversas Casas Legislativas do País, ou seja, pela necessidade de confirmar, alterar, debater esse alto índice de esterilização, a precariedade dos programas de assistência à saúde da mulher e ao planejamento familiar. Sou assistente social na área de Saúde; conheço de perto a ausência da atenção à saúde da mulher. Queremos debater, também, as denúncias constantes, ainda que não tão formais, da participação de médicos e políticos na esterilização gratuita e massiva de mulheres, especialmente das mais carentes, e a necessidade especial de debater com a sociedade um tema tão polêmico, um tema que, do ponto de vista eleitoral, do ponto de vista do voto, seja mais gratificante para os inescrupulosos — que vão defender abertamente a esterilização em massa — do que para nós, que temos princípios diversos em relação a essa questão.

Nossa CPI é composta por 5 Deputados, sendo eu a única mulher. Apesar de transcorrido um mês, estamos iniciando os trabalhos. Já depuseram, na abertura dos trabalhos, a Dra. Sarah Sorrentino, da Coordenadoria da mulher da Prefeitura de São Paulo; a Deputada Estadual do Rio de Janeiro, Roseli de Sousa, membro da CPI daquela Casa; a representante do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo, Dra. Sandra de Sousa Martins. Depuseram, também, a Superintendente do IBGE do Estado, a representante da Secretaria de Saúde, uma representante do Movimento de Mulheres Negras do Espírito Santo, uma vereadora do Município de Vila Velha — que é também militante feminista —, um representante do Conselho Regional de Medicina, que fez um depoimento oficial, um representante da Associação Médica do Espírito Santo. Estão sendo convocados para os próximos dias o Bispos e o Arcebispo local, alguns possivelmente envolvidos com a questão da esterilização e representantes do Movimento Feminino, a União Brasileira da Mulher e o Movimento Capixaba de Mulher. Obtive dados do IBGE, da divisão do Rio de Janeiro, sobre os índices de esterilização no Espírito Santo. Partimos de um dado que estamos colocando com bastante polêmica no nosso requerimento: partimos dos 44% de mulheres esterilizadas no Brasil em idade fértil é dos 43% no Espírito Santo.

O IBGE está esclarecendo que a interpretação das tabelas às vezes é confusa. A nível de Brasil, são 15,8% de mulheres esterilizadas, sendo que, se somarmos a esterilização aos métodos contraceptivos, vamos descobrir que a esterilização contribui com 41,8% do controle da gestação. O Espírito Santo está nessa média: o índice de mulheres de 15 a 54 anos que são esterilizadas lá é de 16,9%. O percentual de esterilização

em relação a 100% das mulheres que evitam filhos contribui com 40,3%, portanto, um pouquinho abaixo da média nacional de 41,8%. Entre as mulheres capixabas de 15 a 19 anos, esse índice é de 0,4%; de 20 a 24 anos, 1,5%; de 25 a 29 anos, 14%. Os próximos dois dados são mais importantes: de 30 a 34 anos, abaixo da idade oficialmente permitida, que seria de 35 anos, temos o percentual de 30,8% de mulheres esterilizadas; de 35 a 39 anos, temos 43,6% das 100% esterilizadas.

Essa distribuição é importante, porque mostra que não se estão esterilizando mulheres mais idosas, que realmente necessitam, mas mulheres em plena idade fértil, na faixa de 30 a 39 anos. Se considerarmos a faixa de 30 a 43 anos, o índice sobe para mais de 74%.

Idade e época da cirurgia. Na época em que fizeram a cirurgia, 5,8% das mulheres tinham de 20 a 24 anos. Essa idade que acabei de citar é a que as mulheres que declararam ter feito a cirurgia tinham em 1986, quando foi feito o censo. Fizeram a cirurgia 5,8% das mulheres entre 20 e 24 anos; 30,1% — e aqui vem o dado mais alarmante — entre 25 e 29 anos; 36,7% entre 30 a 34 anos, isto é, abaixo de 35 anos; 19,3% de 35 a 39; 5,2% de 40 a 44; 2,5% de 45 a 54.

Outro dado importante é que 41,4% das esterilizações feitas no Espírito Santo foram gratuitas e 58,6% foram pagas. Das gratuitas, 27,4% foram realizadas em hospital, clínica ou consultório particular; 49% em unidade do INAMPS ou conveniadas — as estatísticas não registram esses índices. As declarações das mulheres contrariam os registros dos Capitais Oficiais; 1% em unidades de saúde pública e 15,4% em outros locais não explicitados. Chamo atenção para os 49%, que é praticamente a metade. Das cirurgias pagas, 88,3% foram feitas em estabelecimentos particulares, e, ainda assim, 4,4% — o percentual é pequeno, mas é significativo — declararam ter pago por cirurgia em unidade de saúde do INAMPS ou conveniada. E estão há um percentual aí. O maior índice de esterilização aconteceu entre 1983 e 1985: 40,8% das mulheres fizeram a cirurgia nesse período, 25,5% de 80 a 82, 19,3% de 75 a 79, 13,8% de 70 a 74 e 6% antes de 1970.

A relação entre renda e mulheres esterilizadas no Espírito Santo. Na faixa de renda familiar considerada em situação de pobreza, com rendimento inferior per capita a meio salário mínimo, quase 32 mil mulheres capixabas haviam se esterilizado em 1986, ou seja, 18,9%; com renda de mais de meio a dois salários mínimos, 17,5%; daquelas que vivem com rendimentos superiores a dois salários mínimos, 17,4%; do que se conclui que, no Espírito Santo, a esterilização atingiu majoritariamente as mulheres, independentemente do nível de renda das famílias em que vivem, variando entre 17 e 18%. Mas está claro que o percentual é um pouco maior na camada de menor renda: até meio salário mínimo, 18,9% de meio a dois, 17,5%, e mais de dois, 17,4%.

Números de filhos versus esterilização. No Espírito Santo, 78 mil, 322 mulheres tinham, em 86, um filho nascido vivo e, dentro do grupo, nenhuma tinha se esterilizado. Das que têm dois filhos nascidos vivos, 27,8% decidiram se esterilizar; das que têm três filhos nascidos vivos, 45% fizeram esterilização; das que têm quatro filhos, 36,2%; com cinco filhos ou mais, 32,6%. Então, o grosso das mulheres que procuram esterilização está na faixa das que têm de 2 a 5 ou mais filhos.

Os dados estatísticos são esses. Se os analisarmos e o que conseguirmos colher nos depoimentos veremos que o índi-

ce de laqueadura no Espírito Santo é alto: em cada 100 mulheres, 16 fizeram a laqueadura. É importante registrar também que a pílula vem em primeiro lugar no Espírito Santo: das mulheres que evitam filho de uma forma ou de outra, incluindo a esterilização, 54% utilizam pílulas e 40,3%, a esterilização. A pílula ganha, assim da esterilização no Espírito Santo, como ganha em Santa Catarina, em Sergipe, na Bahia, no Pará e em alguns Estados. O índice é alto, e chamamos atenção para o fato de que a maioria das mulheres se esterilizaram com menos de 35 anos de idade, como já citei.

Os dois índices, 54% e 40,3% correspondentes ao uso de pílulas e à esterilização, mostram a falta de opção de métodos e a prevalência dos métodos mais disponíveis, que são oferecidos de forma mais descontrolada, como é o caso da pílula e da esterilização, chamando a esterilização de método, a partir da tabela adotada pelo IBGE, não a partir da minha concepção.

Quarenta e nove por cento das mulheres são esterilizadas em hospitais públicos, o que contraria os dados oficiais que a própria Secretaria de Saúde do Estado ficou de oficializar e não mandou até o momento. Eu, pessoalmente, me comprometi a mandá-los posteriormente a esta CPI, informando a percentagem de esterilizações nas unidades hospitalares oficiais do Estado.

O SR. MARCO PENAFORTE — (Sem microfone)

A SRA. BRICE BRAGATTO — O que queremos do hospital público é que ele oficialize o número de esterilizações registradas, os casos de esterilização por recomendações médicas, idade, casos de AIDS, diabetes, problemas psiquiátricos, cardiopatias etc, para que possamos checar essa informação com as das mulheres esterilizadas, quando poderemos verificar a discrepância entre o que o Estado tem controle e o que realmente acontece.

O Presidente da Associação Médica do Espírito Santo está fazendo um levantamento, relativamente ao ano de 91, entre parto cesáreo e parto normal.

O parto cesáreo é um indicativo indireto da esterilização. A cesárea é muito usada como pretexto para fazer a esterilização ou para esconder a esterilização, ou seja, fazê-la clandestinamente.

Já se conseguiu constatar que 35% dos partos são cesarianas, enquanto a média admitida pela Organização Mundial da Saúde varia de 18% a 20%.

No Espírito Santo, o número de cesariana está muito acima da média admitida como normal. Vamos, depois, oficializar esses índices, que ainda não foram oficializados, mas já podemos concluir que os maiores percentuais são encontrados em municípios e hospitais que os políticos envolvidos com a esterilização em massa frequentam, trabalham, militam ou residem. Depois, vamos confirmar isso.

O Presidente da Associação Médica do Espírito Santo, Dr. Rafael Muziello, que é ginecologista e obstetra, diz que 40% das mulheres esterilizadas o procuram para fazer a recanalização. Ele atribui esse alto percentual, que vem aumentando a cada ano, principalmente ao maior índice de separações conjugais, a possibilidade de um outro relacionamento. Então, na medida em que aumentam os divórios, os desquités, as separações, aumenta, também, a procura pela recanalização.

Os médicos com quem discutimos colocam também que há reflexos psicológicos na vida sexual, diminuição da potência, não por questão orgânica, mas por questão psicológica.

Surge o desejo de ter mais filhos. Então existem casos de arrependimento.

Com relação à questão falsa de que o controle da natalidade ressolveria o problema da miséria — não vou entrar em detalhes, porque a CPI federal tem o Relatório Kinsky com todos os dados — está cada dia mais claro que o controle da natalidade não resolveu o problema do poder aquisitivo do povo brasileiro. Esse é muito mais um problema de distribuição de renda, de política econômica, do que um problema demográfico.

A questão da desinformação para nós é fundamentalmente importante, porque contribui para a esterilização em massa, principalmente nas mulheres de menor renda, uma vez que a vítima desse processo de ligadura em massa se considera privilegiada, não tem consciência de que é vítima do processo. Ela quer a ligadura, ela procura a ligadura.

Por isso os políticos que fazem ligadura são muito mais simpáticos do que nós nesse debate; eles são muito mais aceitos junto à população.

Quanto aos programas de planejamento familiar, também no Espírito Santo os percentuais demonstram que eles atingem uma pequena faixa da população. A Secretaria Estadual está nos devendo dados, mas podemos dizer, com toda a certeza, que eles não atendem à demanda. Portanto, a mulher não tem como fugir da rede da esterilização pela via da informação, do processo educativo, da opção, da atenção pública, porque eles são precários.

Vamos ter que debater mais e o tempo é reduzido eu gostaria de registrar que uma das nossas motivações foi a participação de políticos na esterilização em massa. Na nossa CPI, foram citados alguns políticos que estão envolvidos com essa questão.

No depoimento de Márcia Rangel, que é militante do Movimento de Mulheres Negras do Espírito Santo — feito no dia 22 de abril — ela citou o nome do ex-Deputado Estadual por Cariacica, o médico ginecologista, Dr. Fernando Santório, que também foi identificado pelo Presidente do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo, à época num debate no Conselho Federal de Medicina, realizado no dia 2 de janeiro de 1990, em que ele não cita o nome, mas cita todas as características, e eu posso decodificar a informação dele, dizendo que as trata também desse elemento. Foram citados também por esse militante do Movimento de Mulheres Negras o Vereador Jorge Manta, do Município de Vila Velha, e o ex-Prefeito da Câmara do mesmo Município, Vereador Hércules Silveira.

Foi citado pela Vereadora Maria Clara da Silva, em seu depoimento, nessa mesma data, e também pela Márcia Rangel, na mesma data, em seu depoimento, o Prefeito do Município de Vila Velha, ex-Deputado Estadual, Dr. Jorge Rubens, que inclusive fundou, criou um hospital municipal, agora na sua gestão, chamado Hospital da Mulher que, a nosso ver, é um elemento principal de investigação, por que temos quase certeza que ele sucede as clínicas particulares onde esse prefeito trabalhou antes de se eleger, antes da primeira eleição, depois da primeira eleição, no caminho da eleição para prefeito. Então, esse hospital, para nós, carece de uma diligência minuciosa, e gostaríamos de ter a contribuição da CPI federal nesse sentido.

Também citaria o Prefeito Dilubinda, do Município de Colatina, ex-deputado estadual citado como um dos elementos que assumiu, no Congresso da Mulher Capixaba, realizado há uns 3 meses, município de Viana, a necessidade de que

se pague a laqueadura para a mulher, que o hospital público realize a laqueadura. Parece-me que ele tem um projeto na Câmara Municipal de Vereadores pedindo autorização para que o Inamps pague laqueadura para a mulher pobre que desejar fazer a laqueadura. Foi para a rádio também da cidade de Colatina — segundo o relator da CPI, Deputado Tadeu Gilberto, do PMDB — defender a sua posição favorável à esterilização. Todos esses estão incluídos na relação dos que nós queremos convocar para depor na CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Peço aos Srs. Parlamentares que se identifiquem ao se manifestarem para que a nossa depoente possa acompanhar.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Carlos Patrocínio.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — Sra. Presidente, eu gostaria, primeiramente, se V. Ex^a me permite, de ouvir as indagações dos nobres pares da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Sr. Relator, na reunião passada, pela falta de experiência, não obedecemos ao Regimento Interno que diz que após o depoente, a palavra é dada ao Relator. E nós passamos a palavra aos Srs. Deputados. Hoje, estou buscando cumprir o Regimento. Portanto, concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — Sra. Presidente, Deputada Benedita da Silva, distinta Deputada Brice Bragatto, do Espírito Santo, Srs. membros da Comissão, sem dúvida nenhuma, é de grande valia o depoimento da eminente Deputada Brice Bragatto, que estuda, no âmbito do Estado capixaba, o problema de esterilização em massa de mulheres.

O Espírito Santo está de parabéns, porque, de acordo com os dados que temos, o número de esterilizações no País, hoje, estaria em torno de 44% das mulheres com vida fértil, aleatoriamente considerando dos 15 aos 54 anos de idade. O que difere substancialmente de outras nações, que apresentam um índice 17% de esterilizações. Então, parece-me que os dados do Espírito Santo são até alentadores, se cotejados com o restante da Nação brasileira.

Eu gostaria de solicitar da eminente Deputada alguns esclarecimentos. Primeiro, se foi analisado, pela CPI da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, aliciamento de alguns setores da sociedade ou de organismos internacionais, no sentido de que as mulheres sejam submetidas à laqueadura.

Também gostaria de perguntar se o Hospital da Mulher, de Vila Velha, é mantido pelo município e cuida especificamente desse problema de planejamento familiar, laqueadura etc., ou atende a mulher no contexto amplo, ou seja, a saúde integral da mulher.

Sei que é muito difícil a obtenção desses dados. Gostaria de deixar bem claro que só conseguiremos fazer uma estatística da laqueadura no País, através de depoimento das próprias mulheres laqueadas, porque os hospitais, quer públicos, quer privados, não têm qualquer estatística a esse respeito. Como já disse o eminente Deputado, essa é uma cirurgia clandestina, na grande maioria das vezes. Então, para fazermos uma estatística consentânea com aquilo que existe de real no País, somente através do depoimento das próprias mulheres.

A SRA. BRICE BARGATTO — Quanto à questão do aliciamento, não conseguimos ainda ter claro como estão os organismos internacionais no Espírito Santo. Localizamos o Dr. Raphael Muziello, que hoje é o Presidente da Associação Médica, que foi um dos representantes da Bemfam, e que

nos seus depoimentos disse que a Bemfam, em 86, 87, fazia planejamento familiar com orientação, com laqueadura, como última alternativa. O depoimento dele foi no dia 5 de maio na nossa CPI.

Ele citou também uma outra entidade internacional, Patfime, que nesse mesmo período também prestou esse tipo de atendimento. Ele disse que a Bemfam e essa entidade internacional foram desativadas e ele não sabe que rumos tomaram as duas entidades. Para nós ainda não é uma questão esclarecida, nós ainda vamos procurar saber melhor o destino da Bemfam no Espírito Santo.

Como eu não militava, não era parlamentar, não conhecia, à época em que elas estavam na ativa, não tenho dados precisos de aliciamentos. Mas podemos afirmar que do ponto de vista ideológico, do ponto de vista político, elas foram criadas para diminuir a natalidade no Brasil, sob o pretexto de que isso depuraria a raça, ressolveria o problema da fome, diminuiriam as ameaças à segurança nacional, no sentido do controle dos países centrais sobre os países periféricos, especialmente, nos Estados Unidos, como consta do Relatório Kinsey, de 74 e 75.

Quanto ao aliciamento de políticos, temos o político que faz diretamente a laqueadura e temos o médico que faz a ligadura para o político, como cabo eleitoral. Já fui procurada no centro de saúde, à época em que era vereadora, por pessoas que haviam sido orientadas para me procurar para que eu arrumasse laqueadura de trompa para elas. Não sei se era algum adversário tentando colocar-me na contramão, ou se é porque essa coisa passa, porque os políticos encontram meios de ligar as trompas das mulheres. O número de mulheres que me procuravam para ligaduras de trompas, quando eu trabalhava como assistente social, era muito grande. Eu não trabalhava no Programa de Assistência à Saúde da Mulher, mas no Programa da Puericultura que envolve a mulher diretamente. Quando ela chega com o neném de um mês para começar o acompanhamento de puericultura, ela chega não querendo engravidar. Não sabe como irá fazer. Fez a quarentena, sabe que está na hora de retornar ao relacionamento sexual, não pode e não quer engravidar, pois tem que trabalhar fora, porque não tem dinheiro e o filho está pequeno. A primeira coisa que ela quer é fazer a ligadura de trompas. Isso eu posso constatar como profissional. Nas nossas mãos discutíamos, tentávamos informá-las sobre o assunto. Nós as enviávamos para outros profissionais, para os programas que existiam precariamente nos arredores, para as mãos de outros profissionais, médicos políticos, e não políticos porém com concepção pró-laqueadura, independente de ganhar votos com isso. Logo, a informação de que fulano liga trompas corre fácil. Uma conta para a outra que ligou as trompas. A outra pergunta com quem e vai correndo através do médico.

A meu ver, o político não precisa chegar para a mulher e oferecer a ligadura de trompas. Ela descobre que ele existe, está à disposição com muita facilidade. É um aliciamento latente, não é explícito, mas ele existe.

Quanto à questão do hospital da mulher, no município de Vila Velha, é um hospital municipal, mantido pela Prefeitura Municipal atual, conveniado com o sistema único de saúde do Espírito Santo. Não temos maiores informações a respeito do que ele faz. Temos denúncias, inclusive, denúncia escrita, com recorte do jornal, assinada que vou depois deixar cópia para V. Ex^a. A forma como ele foi inaugurado foi uma violência.

O referido hospital foi inaugurado no dia 10 de julho, de 1991, com as mulheres que estavam internadas. Não foi dito que para a cirurgia de esterilização, mas foram expostas a toda a imprensa (máquinas fotográficas, câmera de televisão); foi um grande estardalhaço, as mulheres nas suas macas, nos seus leitos hospitalares, para serem operadas. Parece-me que houve cirurgia filmada, com o fim de fazer a promoção do prefeito. Isso aparece como uma denúncia. Toda a ligação que se faz é que não deve ser uma coincidência, porque o hospital é municipal, foi construído e inaugurado pelo prefeito municipal que é um dos prefeitos citados, toda vez em que se fala dos políticos de Estado que se elegem às custas de laqueaduras. Esses prefeitos tem um irmão, membro efetivo na CPI estadual, defensor de que estamos fazendo o bem.

A mulher não pode pagar a cirurgia e precisa fazê-la; quando ela nos procura, já decidiu a se operar. Logo, estamos fazendo um bem, porque estamos fazendo de graça.

Na verdade, eles fazem quase que o nosso discurso, mas partem do princípio de que há uma escolha, quando não há, porque não há uma oferta de alternativas pelo Poder Público. Se não há oferta de alternativas, não é opção, e sim uma pressão, porque é o que se tem disponível.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Com a palavra a Deputada Maria Luiza Fontenele.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE — Fora do microfone

(Inaudível)

A primeira indagação que se faz a respeito desse dado é se há necessidade da laqueadura. Trata-se de uma operação. Há um investimento de recursos para que essas operações sejam feitas. Há uma facilidade tão grande para que isso realizado que precisamos ir a fundo, pois, não há o mesmo tipo de facilidade para outra área, como, por exemplo, para a área do câncer, onde a incidência é grande, enfim, uma série de outras questões, ou talvez, o mesmo cuidado, as mesmas oportunidades, até mesmo, o cuidado com o parto, com o nascimento de um novo ser. Esta CPI deve aprofundar esse tipo de questão.

Não colocaria nenhuma pergunta para a nossa depoente. O apelo é mais no sentido de que somemos os esforços em direção à CPI, lá, do Espírito Santo e a daqui, cujo objetivo é o aprofundamento dessa questão.

Há um dado que a companheira colocou que considero da maior importância. É saber se está comprovado, pelo controle da natalidade, que vem sendo exercido por órgãos públicos, ou entidades estrangeiras que tenham atuação no Brasil, se isso não diminuiu a pobreza. Não podemos ter aí a explicação da sua repetição. Vem, então, uma indagação mais profunda: no sistema capitalista, na medida em que se utiliza do processo de automação no patamar em que se encontra, não há um fato explícito de não se precisar mais da quantidade de mão-de-obra que se precisou no passado. No futuro, essas crianças que nascem agora, daqui a quinze anos, elas poderão ser mão-de-obra barata. Talvez, o nível de automação já esteja maior e sem qualquer necessidade. Portanto, essas pessoas fazem parte hoje da chamada "massa sobrante", esses futuros seres humanos passariam a integrar essa "massa Sobrante", que aumenta na compreensão dos dominantes. É também um fato da realidade o número de meninos e meninas de rua, de pessoas desempregadas, de vendedores ambulantes enfeiando as cidades, segundo a linguagem dos dominantes.

Por isso, há que se diminuir o número de problemas. Poderão se os sequestradores, os assaltantes. É preciso amenizar isso.

Nesse sentido, vejo como problema da maior gravidade e de grande responsabilidade para nós.

Quanto à questão dos que fazem a laqueadura, concordo que estejam em uma situação muito melhor do que os que estão contra.

Participei, no interior do Ceará, de um debate sobre essa temática, e um médico do serviço de saúde do Estado, quando me abordou sobre a questão, foi aplaudido no plenário onde a maioria era mulher. A situação é de desvantagem. Acredito que o número de mulheres que nos procuram para que consigamos um médico para fazer a laqueadura, essas mesmas mulheres — talvez um número até maior — devem procurar médico candidatos, ou tão-somente médicos. Vejo que se trata de uma situação da maior gravidade.

Cabe-nos mostrar na denúncias o montante de propaganda, o montante disponível a respeito dessa questão, qual a quantidade de serviço que se oferece comparado com os demais. Temos que caminhar nessa linha. Acredito que, na medida em que temos hospitais, ou clínicas, onde facilmente está identificado o tipo de serviço, teríamos que procurar trazer maiores informações para a Mesa.

O último dado que acredito deveríamos trabalhar — no caso, deputado, creio que, talvez, pudéssemos, através do seu depoimento, obter uma explicação maior — é quanto ao número de mulheres que procuram realizar recanalização. V. Ex^a afirmou aqui um dado semelhante ao que fez referência a antiga depoente de que 40% dessas mulheres procuram a recanalização.

Quando se trata de percentual, fica sempre a dúvida. São 40% das mulheres esterilizadas no local tal e depois voltaram ao mesmo serviço. Era um tipo de informação que, a meu ver, gostaria de ter.

Uma outra informação é a de que está tramitando na Casa um projeto que conta inclusive com as nossas assinaturas, no sentido de coibir a esterilização. Esse projeto tem recebido críticas de alguns setores organizados de mulheres. Um dos pontos nele contido é que a idade mínima para a realização de qualquer processo de laqueadura seja de trinta anos. O projeto não foi sequer discutindo, porque está havendo esse impasse. Mais uma vez, a depoente confirma aqueles dados trazidos pela nossa companheira que aqui depôs na primeira sessão. Há um grande número de mulheres esterilizadas antes de trinta anos de idade. A meu ver, deveríamos perseguir as nossas investigações nesses três eixos. De fato, apenas uma pergunta.

A SRA. BRICE BRAGATTO — Quero fazer um comentário a respeito da primeira parte da sua colocação.

A discussão sobre a esterilização tem um aspecto de feminismo, que é a questão do direito de a mulher decidir sobre o seu corpo, sobre o número de filhos, de controlar agora para ter filhos depois. Por isso é importante que ela não seja submetida a um método irreversível de controle.

É um discurso importante, é a vertente da questão, mas acho fundamental que as CPIS do Brasil inteiro, principalmente a CPI federal, tomem uma posição mais de fundo, porque não se trata apenas do direito de a mulher decidir sobre seu corpo, mas é a questão da autodeterminação do povo brasileiro. A questão da intervenção de outros países, os Estados Unidos chegaram ao ponto de controlar os corpos das mulheres brasileiras é uma profunda violência à nossa

dignidade como povo, à nossa dignidade como cidadãos; é motivo de protestos por parte de todos nós.

Penso, Deputada Benedita, Sr. Relator, que os nossos trabalhos devem concluir por um posicionamento de ataque. O Poder Legislativo deste País do Terceiro Mundo, tão subordinado, tão submesso, deve dar um basta à intervenção estrangeira.

A ECO 92 é uma oportunidade. Temos de nos apressar para mandar essas conclusões. Temos que fazer um movimento que englobe a sociedade civil, o Poder Legislativo, outros segmentos, e dizer não a esse tipo de interventionismo do FMI na sociedade brasileira, especificamente num dos seus segmentos mais discriminados, que é o segmento feminino. Esta é uma questão de cidadania e de autonomia da Nação.

Sobre a questão da recanalização, a informação que eu trouxe foi um dado Presidente da Associação Médica do Espírito Santo, Dr. Rafael Muziello, que depôs na última terça-feira, dia 5, na CPI da Assembléia Legislativa do Espírito Santo.

Parece-me um pouco elevado o índice.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE — Mas coincide com a informação dada.

A SRA. BRICE BRAGATTO — Precisamos investigar melhor, mas é uma informação importante. O Dr. Rafael tem vinte e três anos de experiência. Não sei se esse número é resultado de uma pesquisa dele enquanto ginecologista. Mas é um dado importante.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE — A Senhora poderia nos enviar a informação posteriormente.

A SRA. BRICE BRAGATTO — Posso ficar devendo, mas esta Comissão deve procurar constatar isso oficialmente. É importantíssimo também estarmos de posse dos dados do censo de 1991, porque estamos trabalhando com dados de 1986 e o próprio IBGE, quando divulgou o número da população brasileira, antecipou que o crescimento demográfico não atingiu a expectativa; a população cresceu menos e é possível que a esterilização esteja contribuindo muito.

Uma outra questão. Tenho dados do Professor da USP, Dr. Pinotti, que mostram que 72% das mulheres esterilizadas — e esse dado contradiz com os 40%, por isto precisamos investigar — estão satisfeitas, sem problema; 13% estão satisfeitas, com problema; 1,7% estão insatisfeitas e 11,7% estão arrependidas. Das 13% que estão satisfeitas, com problema, mais da metade delas, 53% desse total, não faria novamente a cirurgia. Esses dados me foram fornecidos pelo Dr. Stephan Mohana, um ginecologista muito respeitado no Estado, que publicou um artigo no jornal, que posso deixar com esta CPI, onde ele aborda a questão das consequências clínicas e orgânicas na mulher esterilizada. Ele fala que a histerectomia, extração total do útero, na mulher esterilizada é 3 a 4 vezes maior do que na mulher não-esterilizada, por causa da possibilidade de hemorragias frequentes que não são contornadas com tratamento hormonal, o que leva à extração do útero, que é uma cirurgia profundamente violenta, que tem influências psicológicas importantes na mulher.

A informação do Dr. Stephan é uma reprodução de um estudo de um professor dinamarquês, feita em 1990, mostrando que é de 3 a 4 vezes maior o número de histerectomia nas mulheres esterilizadas em relação às Mohana não-esterilizadas. Esse é um dado importante e pouco debatido.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE — Srº Presidente, Srs. membros desta CPI, agradeço a oportunidade de ter podido estar aqui, e peço licença para me retirar, porque eu gostaria de ouvir os depoimentos na CPI na Universidade.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Agradecendo a presença da Deputada, passamos a palavra ao Deputado Marco Penaforte.

O SR. MARCO PENAFORTE — Srª Presidente, ilustre conferencista, meus companheiros de Congresso: um dos avanços importantes que poderíamos dar nesta CPI, seria aprofundarmos o debate entre controle de natalidade e planejamento familiar.

Embora intuitivamente ou emocionalmente, ou mesmo através de critérios técnicos, haja uma grande tendência, uma opção pelo planejamento familiar, parece-me que há necessidade de abordarmos de uma forma mais científica, mais política e mais aprofundada a questão do controle da natalidade, para adotarmos uma posição definitiva neste País, capaz de conquistar de uma forma terminal a opinião da sociedade brasileira sobre a nossa opção, a opção desta Casa sobre esse impasse.

Existem dados que podem ser abordados mais friamente quando, por exemplo, esquecemos a questão brasileira e vamos à China, onde existe um rígido controle da natalidade. Não há planejamento familiar na China, mas um rígido controle de natalidade, inclusive com incentivos pecuniários, facilidades nos estudos, facilidades no trabalho, no afã de a política chinesa controlar sua população. Poderemos refletir mais sobre esse dado, saber se é um dado universal, ou se se aplicaria particularmente em países como a China. Em suma, a minha tese é de que devemos fazer esse aprofundamento. Sugeri até, embora sem ter elementos concretos, que a Presidente também providenciasse a vinda a esta CPI de defensores do controle de natalidade, no sentido de debatermos aprofundamento a questão no nosso País. Para isso, nada melhor do que esta CPI.

Eu antecipo a minha opção, dentro desse contexto, pelo planejamento familiar, como um direito das famílias brasileiras e não um planejamento familiar, digamos assim, isolado de um contexto de assistência à saúde da mulher. Seria um ponto importante da nossa Comissão investir, no sentido de que não se trata, mesmo sob a ótica do planejamento familiar, de oferecer os meios de controle da fertilidade da mulher, isolada de um sistema de saúde que também gratifique a mulher de outras ações que são fundamentais. Porque, tirando, talvez, a camisinha, qualquer outro método de prevenção de gravidez exige, obrigatoriamente, a assistência médica para verificar a possibilidade do desenvolvimento de câncer, no caso, por exemplo, da pílula anticoncepcional, ou de outras complicações como no caso do DIU.

Então, é importante esta CPI verificar de que maneira até aprisionar do ponto de vista legal a oferta de mecanismos para impedir a gravidez, juntamente com outras ações de saúde, de tal forma que privilegie esse programa de assistência integrada à saúde da mulher, tão bem concebido há alguns anos pelo Ministério da Saúde, com ajuda de várias instituições civis do nosso País.

E para concluir eu diria o seguinte:

Do ponto de vista filosófico eu adotaria um conceito ético de respeito absoluto pela vida. Se pudéssemos remontar ao fato de estarmos aqui a toda aventura humana de um milhão

de anos atrás, eu acho que se deve, indiscutivelmente, a essa grande fertilidade da raça humana.

No meu Estado, que é um Estado muito pobre, o Estado do Ceará, a maior parte das mulheres engravidava treze, quinze vezes para poder aos trinta e poucos anos ter dois, três filhos vivos. Essa grande fertilidade, essa possibilidade da natureza atuar dessa maneira é que possibilitou a nossa existência hoje, quando não era tão fácil preservar a vida no passado.

Então, a questão da nossa existência depende desse fio dourado, que foi a grande fertilidade do homem e da mulher, que possibilitou a existência do homem ao longo de um milhão de anos e a sua permanência em nosso Planeta.

Mas, sou forçado a reconhecer que as contingências da vida moderna, a complexidade contemporânea hoje nos leva a planejar as nossas famílias. A classe média faz isso, utilizando todos os mecanismos, e nós praticamente, às vezes, numa atitude hipócrita ou cínica, alegando questões morais, evitamos que aquelas camadas mais pobres possam ter acesso também a esses planejamentos. Quando a minha esposa atingiu a idade de 35 anos, médica, eu também médico, não tivemos a menor hesitação no sentido de providenciar com o seu obstetra particular a laqueadura tubária.

Mas, quando se trata de se estender esse procedimento aos setores mais pobres da sociedade, então, enchemo-nos de uma moralidade que, até certo ponto, pode se transformar numa manifestação hipócrita ou cínica, quando princípios religiosos ou morais não valem para nós, mas valem para os pobres.

Embora ofertando os vários mecanismos de planejamento familiar, dentro de ações outras de proteção à saúde da mulher, para as populações mais carentes, não vamos mais poder fugir, quando uma mulher atinge os trinta, trinta e cinco anos, no interior do Estado, nas regiões mais atrasadas do Brasil, não vamos poder fugir da opção da laqueadura tubária. Não vamos poder fugir porque isso já é um procedimento muito generalizado dentro das classes médias do nosso País. E realmente a pressão para quem vive os setores mais atrasados da nossa sociedade é muito grande, daí a grande quantidade de políticos que passam a se eleger em função de exercer essa arte de uma forma indevida e indiscriminada como vêm exercendo.

Acho importante que uma das funções desta CPI seria, talvez, verificar todos os projetos que circulam nesta Casa e que avocasse a ela a redação de um projeto definitivo, que estabelecesse como procedimento de rotina nas instituições de saúde a laqueadura tubária com critérios, onde se visse a questão da idade, entre outros critérios, que esse procedimento fosse colocado como um direito de cada cidadão, que já é utilizado pela classe média esse direito e não pelos setores mais pobres. O fato de ter critérios evitaria que passássemos a ter a clandestinidade, tão bem evidenciada pela nossa conferencista, e a obrigação que este procedimento fosse enquadrado dentro das ações integradas à saúde da mulher.

Eram essas as considerações que levantaria para o debate entre os meus companheiros e, particularmente, à nossa conferencista.

O SRA. BRICE BRAGATTO — É um grande debate. Não discordo de que a vida moderna impõe que busquemos muito mais, não só a vida moderna, as precárias condições econômicas, o salário do homem que obriga a presença da mulher no mercado de trabalho, mas como também a conquista da mulher em ir ao mercado de trabalho, em sair de

casa, em poder viver socialmente e não ficar apenas limitada à procriação.

Planejar o número de filhos e até diminuir o número de filhos na atualidade é uma necessidade. Discordo da questão da moralidade na linha que V. Ex^a colocou.

A moralidade que defendo e me move é a moralidade de que a população pobre seja tratada com igualdade em relação à população de classe média. Vou dizer a V. Ex^a o inverso: sua esposa quando fez trinta e cinco anos, um casal de médicos, não teve dúvidas. Acho que podemos partir de um casal de, no mínimo, classe média, com informação, de um casal da área médica e com um relacionamento estável. Tenho trinta e nove anos, tive um filho com trinta e um e outro com trinta e três. Sou divorciada e não fiz laqueadura até hoje, porque tenho acesso a outros métodos; também sou privilegiada, estudei, sei ler, informo-me e não necessariamente corro o risco de engravidar. Por que não somos movidos pela moralidade de que a D. Maria, que ganha meio salário mínimos, que no Espírito Santo são trinta e duas mil mulheres esterilizadas nessa faixa, possa fazer a escolha que a sua esposa ou que eu fizemos? Então, é incrível, mas o serviço é acessível para quem tem renda, para quem pode pagar. E essa é a discussão principal que queremos fazer. A responsabilidade do político que paga laqueadura de trompa é até consequência da responsabilidade de um Estado que é omissão na prestação da assistência à saúde da mulher e da população como um todo. Mas, nessa questão específica é ausência de mecanismo educativo que está levando a isso.

Então, posso pagar uma consulta ginecológica, discutir, pegar o folhetinho, levar para casa, ler um livro, conversar com o parceiro e tomar uma decisão. E ela não. Ela cai na mão do primeiro político. E o preço dessa laqueadura "gratuita" é muito alto, porque aí está em jogo a cidadania dessa mulher. O voto que deveria ser utilizado para escolher quem melhor lhe representaria no poder de decisão — porque o nosso mecanismo decisório ainda é todo representativo, a população não está decidindo diretamente, praticamente nada, porque até os processos eleitorais são manipulados pelo poder econômico, que é o único que ela pratica diretamente — esse poder de decisão que ela deveria eleger, por livre escolha, pelos critérios de quem representasse melhor, ela acaba pagando com a mutilação do próprio corpo.

E é importante dar um depoimento como mulher. Eu acho que a mulher da periferia não teve, sequer, o direito — a mulher mais pobre — de entender o que representa para nós, mulheres, a questão da fertilidade. O útero, a trompa tem um lugar preponderante no organismo feminino. Ele é um aspecto muito bonito, é o símbolo da vida no organismo feminino. E na defesa da vida, que V. Ex^a coloca, é preciso preservar esses órgãos, mesmo com a modernidade, com a necessidade de ir à luta. Se eu não fizesse planejamento familiar, certamente, não poderia ser deputada, vereadora, militante do movimento popular ao longo desses anos. Está sendo muito difícil para eu fazer o que faço e criar dois filhos, divorciada. Se fossem cinco, seis, sete estaria sendo ainda mais difícil. Mas, gostaria de debater a moralidade na linha da igualdade de direitos, de acesso de prestação de serviço por parte do poder público.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Com a palavra o Deputado Heitor Franco.

O SR. HEITOR FRANCO — Sr^a Presidente, meu caro Senador, ilustre Conferencista, lamento ter chegado atrasado

a esta reunião, porque, evidentemente, percebi, já em princípio, que o único prejudicado fui eu, que me privei de boa parte, evidentemente, da exposição de V. Ex^a que, pelo que pude depreender, foi muito boa, foi maravilhosa.

Sr^a conferencista, acredito que toda essa colocação feita hoje deve ser entendida, em primeiro lugar, numa linha conceitual, pois quando falamos no problema de esterilização da mulher, evidentemente que estamos, claro, fazendo uma castração cirúrgica nessas mulheres, que ficam, como consequência dessas intervenções, definitivamente bloqueadas e impossibilitadas de terem filhos novamente. Isto porque no nosso País confundem-se os conceitos de limitações de filhos e de paternidades responsável, duas coisas totalmente diferentes.

Pude entender de suas palavras, de sua exposição, que a senhora é absolutamente a favor de uma paternidade responsável, de uma família que se forme com critérios, com responsabilidade, com visão crítica da sociedade, e que essa família defina, ela própria, os seus caminhos. Ou seja, o marido e a mulher decidam, minha cara Presidente, única e exclusivamente, quantos filhos deverão ter, porque é fôro íntimo da família saber quantos filhos, no mundo de hoje, poderão ter.

Nessa confusão, entretanto, que se faz a respeito de paternidade responsável e limitação de filhos — que acho absolutamente criminoso — é que deveremos fazer exatamente o envelope para o qual essa Comissão foi formada.

Gostaria de, num parênteses, dizer à senhora minha cara Deputada, que falo das coisas que conheço, que sei. Trago, na minha palavra, aquilo de que o meu coração está cheio, que é exatamente a vivência no meu próprio Estado. E lá, o que tenho observado é exatamente o procedimento inominável da discriminação contra a família, contra os filhos, porque lá vem-se operando, vem-se criando uma verdadeira indústria de limitação de filhos, através da laqueaduras, através das salpingectomias.

E, hoje, para o nosso espanto, temos estatísticas que nos comprovam que a esterilização do homem é superior à da própria mulher, através das vasectomias.

Dizia bem o nosso nobre deputado que devemos palmar, caminhar conscientemente, responsávelmente na direção de uma família que determine, que decida antes quantos filhos quer e pode ter. Acho que esse é o caminho, e, para isso, é preciso que haja um processo de educação do nosso povo.

Mas vejo, com muita preocupação, meu caro Senador, que no meu Estado está-se desenvolvendo a indústria da salpingectomia e das laqueaduras de trompas; elas não vêm obedecendo a um critério médico, a um critério clínico, e sim a um critério econômico. Elas estão definitivamente ligadas à área de ginecologia. E, para meu espanto, observo que as referidas cirurgias são exatamente um complemento de obstetrícia, que é uma especialidade completamente diferente, em que profissionais da área de saúde combinam com os interessados uma cesariana ao final de uma gravidez, realizando-se então a laqueadura de trompas, desde que se possa pagar por esse serviço.

Por isso é que vejo com preocupações essas cirurgias, infelizmente. E estou muito à vontade para falar sobre isso, porque falo dos meus.

Sobre as laqueaduras, minha cara Deputada, a Sr^a havia feito menção, segundo pude depreender, de percentuais de recanalizações, quando são feitas apenas as salpingectomias. A Sr^a poderia repetir, por favor, o percentual de recanalizações?

A SRA. BRICE BRAGATTO — Estava dizendo à Deputada Maria Luiza que não tenho nenhum documento oficial confirmando o que disse. O Presidente da Associação Médica, em depoimento feito em nossa CPI no dia 5 de maio, afirmou que, das mulheres esterilizadas, 40% procuram a recanalização. Assumi, inclusive, o compromisso de confirmar com ele se esse é um dado de senso comum, ou se tem algum estudo feito, porque o índice parece-me alto.

O SR. HEITOR FRANCO — Creio que 40% procuram a recanalização, mas não temos os percentuais das recanalizações efetivas.

A SRA. BRICE BRAGATTO — Até porque, das técnicas utilizadas, conforme ele citou, duas são totalmente irreversíveis, e uma delas é reversível até o quinto ano depois da realização da cirurgia, mas não o é em todos os casos.

O SR. HEITOR FRANCO — Há possibilidade de se tentarem recanalizações quando houver a salpingectomia ou laqueadura. Nas salpingectomias, é evidente, não há nenhuma possibilidade de recanalização, visto que o órgão é extirpado sumariamente.

Então, teríamos esse dado: 40% das mulheres laqueadas procuram a recanalização, mas não temos uma estatística que nos comprove que essas recanalizações são efetivas. Por que digo isto, meu caro Senador? Porque são procedimentos de microcirurgia, e não sabemos definitivamente se elas são ou não eficazes, pois está se iniciando agora no Brasil.

Houve também por parte de V. Ex^a uma afirmativa de que as laqueaduras ou as salpingectomias aumentariam a incidência de esterectomia por hemorragias. Diria, Sr^a Deputada, que muito embora este fato tenha valor relativo, tenho algumas restrições a essa afirmação, não pela sua palavra, mas sim por quem apresenta esse testemunho. Permito-me não incidir na mesma afirmativa.

Mas gostaria de deixar muito claro que, para a constituição da nossa família e para evitarmos o processo de castração em massa das nossas mulheres e homens, temos tantos e tantos outros métodos alternativos que poderiam ser difundidos, divulgados entre a nossa população. Esses métodos, se usados corretamente, poderiam nos dar o mesmo resultado, permitindo-nos ainda uma paternidade responsável, evitando que pessoas submetam-se a processos cirúrgicos que poderão, por vezes, revestir-se de consequências desastrosas e desagradáveis.

Gostaria de dizer-lhe, nobre deputada, que apreciei sobremaneira o seu testemunho final, dizendo-me que aos 39 anos tem dois filhos e que está aí debatendo justamente por esta responsabilidade familiar. Minha cara Deputada, reforçando esse seu testemunho, diria que para mim seria muito fácil se quisesse fazer as aplicações de métodos anticoncepcionais outros e até mesmo dos cirúrgicos que estão em pauta, porque sou médico. Entretanto, também tenho oito filhos, mas ser-me-ia muito fácil utilizar qualquer desses métodos. Deputada, não se escandalize: tenho oito filhos em casa.

Acredito tanto nisto, e creio que quem pode ter filhos deve tê-los, que, aos 62 anos de idade, ainda tenho um filho de seis anos e, para escândalo geral, diria que o meu filho mais novo tem 2 anos, com a graça de Deus. E para que não haja dúvida, eu gostaria também de dizer que este mais novo não se parece nem com o padeiro, nem com o leiteiro e nem com o japonês da esquina, porque segundo me dizem é o carimbo da cara do pai. Para a minha preocupação

e para a minha felicidade eu tive o maior prazer em conhecê-la e ouvi-la.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Eu pediria que detivéssemos aos três minutos concedidos tanto para a depoente quanto para as Sr^as e Srs. Parlamentares.

A SRA. BRICE BRAGATTO — Vou fazer um comentário breve. Acho, nobre Deputado Heitor Franco, que com tanta massificação, manipulação e jogo de interesse em cima da questão do controle da natalidade, se conseguiu criar na população, inclusive nas mulheres, uma mentalidade antimaternidade, que é uma coisa profundamente constrangedora em relação à vida, em relação a essa especificidade sagrada. Acho a maternidade sagrada, digna e nobre.

Digo para todas as mulheres que dizem não quererem filhos apra os terem, pois é alguma coisa intransmissível. A maternidade é um sentimento, uma experiência que só consegue entender quem vive. Ela é incomunicável. E é muito triste que, por questões sociais, econômicas, políticas, e que por uma política intervencionista, se crie uma mentalidade antimaternidade na população e nas mulheres.

Por mais que a vida seja difícil é sempre possível — pois onde comem dois comem três — ter uma criança. Você não oferecer ao mundo um filho, uma criança, uma nova vida é omissão da função original, precípua do homem e da mulher.

Então, é preciso também fazermos esse debate. Que condicionamento social é esse, que se faz uma campanha antimaternidade?

Outro ponto que eu gostaria de colocar é que o pouco que pude conhecer das experiências de programa de planejamento familiar é que a mulher pobre, analfabeta e o homem não fazem planejamento familiar por falta de oportunidade, porque quando o serviço público lhe oferece oportunidade dá certo. Eu nunca consegui implantar num centro de saúde e no hospital onde trabalhei — todos dois públicos, estaduais — o programa de planejamento familiar. Houve omissão da chefia, da enfermagem, dos ginecologistas e obstetras, ninguém quis, e só eu, como assistente social, aceitei, mas não consegui.

Talvez se não tivesse saído, não tivesse sido eleita deputada — e aí não pude mais continuar no emprego — eu teria insistido. Mas bem próximo desse centro de saúde tinha e ainda tem, precariamente, um programa ambulatorial de planejamento familiar da Prefeitura Municipal da Serra, que por sinal é o município onde moro, e para esse ambulatório eu encaminhava os homens e mulheres que me procuravam, e é uma descoberta fabulosa.

Os homens da periferia que não lêem, muitos não têm televisão, poucos foram à escola, não convivem com a sociedade de consumo diretamente e não conhecem a camisinha, e é uma coisa que macho não faz. Mas o debate com esse homem sobre a questão da camisinha é uma descoberta riquíssima. Existe uma aceitação, ele é receptivo, a mulher é receptiva, e fizemos essa experiência.

Eu fiz um trabalho meio pirata com o programa da prefeitura, sendo do Estado. Eu orientava, discutia, elas davam saída no material, eles faziam experiência, conversavam comigo, voltavam para o médico, enfim, nós auxiliávamos e foi uma descoberta quando constatamos mulheres da periferia usando diafragma, pois é um método mais difícil, mais arriscado, exige higiene, cuidado e responsabilidade com o marido

sem instrução; operários que são sem educação, indisciplinados e violentos.

Então, acho que é preciso oferecer a oportunidade, e eles irão recebê-la bem.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Concedo a palavra à Deputada Lúcia Braga.

A SRA. LÚCIA BRAGA — Srª Presidente, Srª Expositora, Deputada Brice Bragatto, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. membros desta Comissão, eu gostaria de iniciar a minha modesta intervenção, citando o art. 226 da nossa Constituição, § 7º:

“Fundado nos princípios da dignidade humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado proporcionar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.”

Queremos registrar que esse artigo abrange emenda apresentada por nós, na Assembléia Nacional Constituinte, e subscreta pela maioria das colegas constituintes que lutavam pela mesma causa, inclusive esta foi a bandeira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Agora, o que lamentamos é que esse preceito continue na letra inerte, que, na prática, vemos — e aí é que essa CPI é tão importante, porque nos dá a oportunidade de denunciar à Nação essa onda de esterilização em massa, por parte de entidades estrangeiras, a serviço de interesses inconfessáveis, interesses imperialistas. É preciso que coloquemos isso como o centro de uma questão que envolve todas as mulheres que desejariam que este País fosse livre, e que o planejamento familiar existisse e não o controle de natalidade.

O Hospital das Clínicas de São Paulo, no ano passado, em 1991, realizou um simpósio de reprodução humana, e foi constatada a crescente onda de esterilização como um fator de preocupação para os componentes desse simpósio, inclusive as laqueaduras em massa, os partos cesarianos, a incidência de 49,9% de mulheres que tinham DIU a quatro salários mínimos.

Então, urge que denunciemos à Nação tais práticas, inclusive no Nordeste — sou nordestina e pelo sotaque os Senhores já observaram — no Nordeste o que vemos? Vemos a prática de doações de aparelhos laparoscópios aos obstetras que apresentarem às fundações, como a Fundação Rockefeller, a Ford Foundation e várias outras que apresentarem a estatística do maior número de laqueaduras realizadas no Nordeste.

Não está havendo respeito à paternidade responsável, que deve ser opção livre do casal.

Daí, Sr. Presidente, e Sr. Relator, a importância dessa CPI, a nossa responsabilidade e o apoio que ela deve merecer desta Casa e de toda a sociedade brasileira pela sua relevância. Era isso que eu gostaria de registrar.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Eu gostaria de agradecer a presença da nobre Deputada Brice Bragatto, mas antes eu queria fazer uma pergunta, porque na sua exposição foi colocado que temos aproximadamente 17% de pessoas que recorrem à recanalização e que ela é feita gratuitamente.

Eu gostaria de confirmar se a recanalização é gratuita, porque sabemos que as pessoas buscam o hospital gratuitamente e têm os serviços. Quando elas resolvem, por uma outra questão recanalizar, se elas recebem também os serviços gratuitos?

A SRA. BRICE BRAGATTO — Em primeiro lugar, o índice não foi de 17%. Coloquei o índice de 40% e não tenho nada de oficial sobre isso a não ser o depoimento do Presidente da AMES, e também não tenho a informação se são gratuitas ou não.

Acho que já que vou ficar devendo uma pesquisa sobre o índice, fico devendo, também, se possível, uma informação sobre a gratuidade ou não.

O SR. HEITOR FRANCO — Srª Presidente, só complementando: tenho interesse, também, em saber dos percentuais de eficácia da recanalização, porque me parecem são muito contestáveis. Não há eficácia nessa recanalização. Se faz a operação, se tenta fazer a recanalização, mas os resultados nem sempre são efetivos.

A SR^a PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Estou aqui numa posição difícil, pois o tempo da primeira depoente já se esgotou pelo fato de ela ter se atrasado, não por vontade própria mas por causa do vôo, estamos tentando alongar no tempo, mas, na verdade, estamos com o tempo realmente esgotado. Assim, eu pediria que as outras intervenções sejam feitas na exposição seguinte, até porque também quero fazer uma intervenção, que já está aqui mais ou menos anotada como uma posição da Presidência da Comissão. Portanto, eu pediria a compreensão de todos, no sentido de que aguardem a conclusão da depoente que exporá mais alguns detalhes, a quem peço utilize apenas três minutos.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — Srª Presidente, se possível gostaria de fazer uma brevíssima consideração a respeito da sua pergunta à nobre depoente.

A SR^a PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Sr. Relator, estou numa situação realmente incômoda, mas eu gostaria que toda e qualquer intervenção fosse feita no segundo depoimento, que acredito...

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — Mas trata-se de assunto relacionado com a sua pergunta que, para mim, não ficou devidamente dirimida.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Então, faça-a.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — Possivelmente não teremos essa oportunidade no próximo depoimento.

Eu gostaria de fazer uma rapidíssima consideração sobre a recanalização de trompa. Primeiro, considero o dado apresentado pela Deputada Brice Bragatto um pouco exagerado. Parece-me que não mais do que 5% de mulheres procurariam os seus ginecologistas para uma canalização de trompas, conforme dados que possuímos. No que diz respeito à eficácia da recanalização tubária, feita em hospitais altamente especializados e com técnica microcirúrgica, hoje, parece que cerca de 35% a 40% no máximo obtêm êxito.

Além do mais, eu gostaria de dizer que certamente — e essa é a pergunta da eminentíssima Presidente da Comissão — a cirurgia de recanalização de trompas, no meu entendimento, seria paga. De graça, acho praticamente impossível.

A SRA. BRICE BRAGATTO — Faltou-me apresentar uma denúncia, que está inclusiva na revista Presença da Mulher de abril/junho de 1989, sobre as empresas que estão exigindo atestado de laqueadura de trompas para admissão no quadro de funcionários. Empresas do Estado do Espírito Santo como o caso da Viação Serrana, empresa de transportes

coletivos, que está exigindo o atestado de laqueadura de trompa para admissão, e que reduziu o quadro funcional de mulheres para 30, onde 8 são casadas e delas seis atestaram ser esterilizadas; a TRANSCOL — Sistema de Transporte da Grande Vitória, que é o sistema de transporte do governo, que também reduziu o número do quadro feminino para 30, a fim de fugir da exigência de oferecer creche e pré-escola para crianças de 0 a 6 anos. Isso não é assunto específico de esterilização, mas também é um estímulo indireto e uma discriminação da mulher no mercado de trabalho, a Viação Grande Vitória ameaça de demissão em massa de mulheres que trabalham como trocadoras, principalmente se forem casadas e não esterilizadas; a Fábrica de Chocolates Garoto, que todos nós conhecemos, quatro dias após a aprovação pela nova Constituição dos 120 dias de licença gestante, demitiu 184 funcionários, sendo 159 mulheres das quais 20 estavam grávidas; Empresa Indústria Docevite, exigência de atestado de laqueadura de trompas para nas iniciativas que levam ao poder público condições para se fazer justiça a essa grande massa.

Eu gostaria de fazer breves considerações a respeito das exposições feitas, principalmente a colocada pelo Deputado Marco Penaforte. Em primeiro lugar, comunicou que temos um cronograma de atuação da CPI, que implica em trazer para depor grupos de demógrafos, admissão de mulheres; e Braspérola, exigência de atestado de laqueadura de trompas para admissão de mulheres.

O preço da laqueadura de trompas, sob o ângulo do político, é o voto. Para encerrar o nosso depoimento, fica aí a nossa denúncia. Meus agradecimentos pela atenção que me dispensaram e pelo precioso debate que nos propiciaram.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Obrigada à Deputada Brice Bragatto, pois acreditamos que tenha dado uma grande contribuição, não apenas ao debate, mas toda uma experiência acumulada em sua trajetória, e que irá se somar a tantas outras aqui colocadas, para que tenhamos um dossier de representantes de CPI, que é o caso da Mesa de hoje, grupo da área governamental, entidades de saúde, grupos religiosos, grupos que defendem a esterilização, grupos feministas, grupos e entidades controlistas, grupos de mulheres esterilizadas, seja consciente, inconscientes ou induzida, então, temos um cronograma que atende às preocupações colocadas pelo ilustre Deputado, no que diz respeito ao controle de natalidade e ao planejamento familiar.

Quero ainda dizer que a CPI tem o papel não simplesmente de investigação, mas também o papel, enquanto representante política, de se colocar diante das denúncias que nos são trazidas e definir atitudes a serem tomadas enquanto poder político legislativo em relação a essas situações. Portanto, não pode e não deve ser de isenção a nossa participação nesse processo.

Essa é uma das mais relevantes CPIs existentes. Penso que nós parlamentares e o próprio movimento ainda não nos demos conta dessa realidade, não só porque estamos passando por dificuldades nesta Casa quanto à continuidade do trabalho, mas pelas dificuldades que teremos para por em prática um debate que tem, sobretudo, uma estratégia de interferência, não apenas para cumprir as exigências do FMI, mas porque nós políticos não podemos ser levados pela questão pura e simplesmente emocional e nem pela radicalização da falta de discussão do processo real que estamos enfrentando.

É preciso ter a compreensão de que os dados apresentados aqui, e que já são do nosso conhecimento, são suficientes

para que possamos, desde já, discutir e confrontar com o poder público, que aí está, e que tem sido conivente com essas práticas. Práticas essas demonstradas a partir desse documento tão falado e, parece, não exercido politicamente por cada um de nós, na medida em que não nos comprometemos no aprofundamento da discussão desse projeto encaminhado a esta Comissão pela Associação Pró-Vida de Brasília, que fez a tradução em português, o famoso documento Kinsey.

A sua abordagem é clara e não podemos ficar simplesmente fazendo o discurso de que as implicações são apenas sociais e econômicas e que queremos resolvê-las, porque as pessoas estão optando pela laqueadura de trompas e por isso devemos regulamentar todo o projeto que se encontra nesta Casa, ou no desejo de algum de nós isoladamente.

É preciso, como representante político, saber que estamos na defesa da autodeterminação do povo brasileiro e, diante disso, é preciso examinar sem paixão, sem até mesmo a idéia de confronto, e a partir daí então podermos implementar uma política racional, para que planejamento familiar não seja controlado pela vontade seja do FMI seja por qualquer outro país. Devemos preservar a nossa cultura, devemos saber dentro do conteúdo que aí está, se é verdade que os Estados Unidos — por exemplo, que tem se colocado como não responsável por esse documento que expõe a preocupação com o crescimento da população mundial, que tem como estratégia o controle de natalidade no Terceiro Mundo, que diz que é necessário acabar com os negros — e isso que está dito, com todas as letras — não assina esse documento porque diz que foi um momento. E que, pelo menos, as políticas que são oferecidas a nível de atuação no chamado Terceiro Mundo, se identificam altamente com esse documento.

Assim, nós, como Poder Legislativo, não temos outro papel senão fazer com que essas realidades sejam aprofundadas para que tenhamos mecanismos de defesa para esta Nação, que não passem pelo corte ideológico, mas pela responsabilidade política de garantir a sobrevivência ou a vida dessa população chamada brasileira.

Agora chamaria a nossa segunda depoente de hoje, Lúcia Souto, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Presidente de uma das CPI que, também, examinou essa questão no nosso Estado.

A Deputada irá fazer o juramento e, em seguida, terá 20 minutos para fazer a sua exposição.

A SRA. LÚCIA SOUTO — “Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sob quaisquer partes relacionadas com as investigações a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres brasileiras.”

Antes de mais nada, eu gostaria de saudar todos os presentes aqui, especialmente a Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Deputada Benedita da Silva, por esta iniciativa que acho que para todas nós, mulheres, especialmente e cidadãos do nosso País, é revestida da maior importância. E, ao mesmo tempo, pedir desculpas pelo meu atraso, que foi exatamente em decorrência do atraso do vôo, por conta da não existência de teto aqui no aeroporto de Brasília. Então, por esse motivo tive que chegar um pouco atrasada a este encontro.

Como disse anteriormente, esse tema da esterilização em massa de mulheres, acho que ele não está sendo discutido em vão no final deste século. Finalmente depois de uma grande

movimentação de mais de duas décadas das mulheres brasileiras, ele resulta numa Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional, num momento de uma simbologia — que acho imensa — quando o Brasil está se preparando para sediar a Conferência Mundial do Meio Ambiente, que tem a questão populacional como um dos seus temas centrais. Esta questão está sendo um dos temas-objeto — digamos assim — de grandes debates a nível dos encontros preliminares de preparação da Conferência Mundial do Meio Ambiente e, certamente, acho que esta CPI do Congresso Nacional poderá colocar o nosso ponto de vista para esse debate, com informações diversas, plurais — como bem ressaltou a Deputada Benedita da Silva — mas, certamente, focalizando algo que para nós também, significa — e acho que no Rio de Janeiro foi essa motivação da CPI — toda uma discussão do que, afinal de contas, chamamos de progresso e desenvolvimento. Por exemplo, nós no Rio de Janeiro, tivemos uma iniciativa pioneira no Brasil, que foi instalar uma CPI para apurar as responsabilidades, com relação à esterilização em massa das mulheres naquele Estado, claro, que com uma parte de uma coisa muito mais abrangente que era toda a Federação brasileira. Essa CPI também não teve um objetivo de ser somente uma investigação mas, muito mais do que isso, trazer à tona, tornar visível algo, que fica cada vez mais claro. Essa talvez tenha sido uma das políticas públicas mais eficientes que este País já executou nos últimos anos, pelo impacto que ela teve sobre a redução da taxa de fecundidade. Em menos de duas décadas, tivemos uma redução de mais de 50% da taxa de fecundidade da mulher brasileira, pelo impacto que isso já provocou na estrutura etária da população brasileira. Isso foi objeto, inclusive, no último encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, um encontro de demógrafos. Esse tema é objeto de preocupação, porque essa estrutura etária está aumentando o período de vida da população brasileira, cada vez mais senil, digamos assim, e, na verdade, um impacto, do ponto de vista das metas que, raramente, se atinge no Brasil com políticas públicas, embora não tenha a chancela oficial do Governo, quer dizer, sem a chancela oficial do Governo é, sem dúvida nenhuma, a política pública mais eficiente que esse País já executou, fazendo uma avaliação do ponto de vista das metas e das repercussões que essa política conseguiu obter.

Os dados do IBGE, do suplemento especial do IBGE, do PNAD, de 86 são extremamente reveladores e eu, infelizmente, não pude acompanhar o depoimento da primeira Parlamentar, mas vou colocar algumas informações, porque na nossa CPI nós seguimos uma dinâmica, que foi constituída de algumas sessões públicas e algumas sessões reservadas. As sessões públicas contavam com a participação do Senador Darcy Ribeiro, da demógrafa Elza Decor (da Lilibeth Cardoso, que foi a responsável, a coordenadora da pesquisa desse suplemento especial do IBGE, do PNAD de 86, exatamente sobre o ciclo de idade da mulher brasileira. Os Conselhos Regionais da área da saúde, vários depoimentos públicos foram realizados no sentido de abordar, de diversos ângulos, essa questão da esterilização, não só do ponto de vista demográfico, do ponto de vista médico/biológico estritamente, do ponto de vista psicoanalítico, que fizemos uma mesa, que foi muito interessante, também, onde se abordou vários ângulos dessa questão. E por fim, tomamos alguns depoimentos reservados, desde denúncias de mulheres que tinham sido esterilizadas involuntariamente, alguns casos muito concretos que nós conseguimos identificar, e as duas entidades de maior

porte, digamos assim, não-governamentais que vêm desenvolvendo um trabalho, já uma delas há três décadas e a outra mais ou menos no mesmo período, que são a BEMFAM e a BEF, as duas entidades, através de seus efetivos representantes oficiais, a Carmem e o Hélio Aguinaga. Então, foi essa dinâmica que a CPI realizou.

O dados do IBGE mostram: primeiro, que das mulheres brasileiras entre 15 e 54 anos de idade que fazem uso de algum método anticonceptivo — é interessante que fique claro que não é do total de mulheres entre 15 e 54 anos, das mulheres entre 15 e 54 anos que fazem uso (porque nem todas fazem) — e o IBGE, nesse suplemento, ele não considerou, incialmente, a esterilização cirúrgica como método anticonceptivo — porque em lugar nenhum do mundo, só no Brasil é que ele é utilizado como método anticonceptivo. Mas, para efeitos dessa avaliação, inclui como método anticonceptivo, e a prevalência, então, mostra que no Brasil quase 45% das mulheres, que fazem uso de algum método anticonceptivo, estão definitivamente esterilizadas. A faixa etária dessas mulheres, no momento da pesquisa, mas no momento em que foi essa cirurgia de esterilização, a grande maioria, 58% dessas mulheres estavam na faixa etária entre 15 e 34 anos de idade, o que é uma faixa etária extremamente jovem. Depois, eu posso deixar uma cópia com a Deputada Benedita da Silva desses gráficos que nós trouxemos aqui e que ilustram essas informações que estou colocando. No Maranhão chega a 78% o número das mulheres que fazem uso de algum método e estão esterilizadas; no Mato Grosso do Sul, 68%. Nós temos todos esses dados aqui mapeados; — Maranhão 75,9%, Mato Grosso — que é o segundo — 63,3%, Goiás também é altíssimo, é o segundo, aliás, Goiás, é 71,9% e o Rio de Janeiro, que foi o objeto do nosso trabalho, 42,5% das mulheres que fazem uso de algum método anticonceptivo.

As cirurgias são, em geral, realizadas — e é uma coisa interessante também que procuremos trabalhar no Rio de Janeiro, pois embora seja extremamente visível o impacto do resultado dessa política, é extremamente invisível pela maneira como é realizada. Na verdade, é uma coisa bastante contrastante, embora extremamente visível, é quase que um verdadeiro exercício de pesquisa se começar levantar dados de como. O máximo que se tem é que 60% são pagas, 40% gratuitas. São realizadas, também, na rede do INAMPS, uma preocupação significativa, e em Casas de Saúde privadas. Agora, com? Como é que é que essa coisa é realizada? Quer dizer, no Nordeste, a parcela de cirurgias não pagas é extremamente significativa, o que significa que está havendo um incentivo. É claro que recursos estão sendo destinados para essa política. Agora, no Rio de Janeiro, nós solicitamos à direção da DATAPREV dados de município por município, estabelecimento por estabelecimento, para saber como é que estava sendo realizada, onde e de que maneira, e não conseguimos, praticamente, nenhum dado. O que conseguimos foram dados indiretos, procurando a Secretaria Municipal de Saúde, uma por uma, e que solicitamos essas informações, e 40% dessas Secretarias nos responderam, sendo que as respostas totalmente discrepantes, porque isso não está em prontuários, não tem nada, uma vez que não é uma coisa permitida do ponto de vista legal. Então, é uma coisa inapreensível, digamos assim, do ponto de vista até de fazer uma avaliação, um estudo de como é que essa esterilização maciça está sendo realizada.

Num dos momentos, também, que nós fizemos um debate, ficou claro, que a laqueadura de trompas, no Brasil está sendo usada, indevidamente, como primeiro método anticon-

ceptivo, quer dizer, já é uma coisa anormal completamente fora de questão. Não há nenhum país no mundo, nem os subdesenvolvidos, digamos assim, em que haja um quadro semelhante ao que nós temos no Brasil, sendo a laqueadura de trompas utilizada como primeiro método anticonceptivo.

Também tivemos uma polêmica em muitos momentos, onde se dizia que a questão do planejamento familiar, no Brasil, e até no debate que tivemos com a demógrafa Elza Decor. Quando temos, por exemplo, quase que a totalidade das mulheres fazendo uso de algum método anticonceptivo, mais de 90% estão usando ou esterilização ou a pílula anticoncepcional. A concentração de mais de 90%, em duas alternativas apenas ela caracteriza não uma política de planejamento familiar, porque uma política de planejamento familiar se caracteriza pelo uso plural de várias alternativas, e não há uma concentração em apenas duas alternativas como é no caso brasileiro, digamos assim.

Então, na verdade, fica claro que a política, que está sendo executada, não é uma política de planejamento familiar, mas uma política ostensiva de controle populacional, que, na verdade, fica caracterizada por essa grande concentração, e nesses dois métodos, de uma maneira maciça, não é, mais de 90% das mulheres usando somente essas duas alternativas.

Comparando com outros países do mundo, inclusive com a França, Itália, Inglaterra e o próprio Estados Unidos, o que se observa é que a esterilização, por exemplo, na França nem 6% das mulheres usam anticoncepcionais, pois estão esterilizadas. Na Inglaterra, em torno de 7%, na Itália, 4%, nos Estados Unidos, 8 a 9%. Quer dizer, esses dados são extremamente graves. Nem mesmo a China, que é o país que tem a política de controle populacional mais acirrada foi pelo caminho que nós atravessamos ou transitamos, que é o caminho da esterilização. Outras alternativas foram adotadas na China, mas não a política da esterilização em massa das mulheres. Então, é uma série de dados que mostram a magnitude desse problema.

O outro elemento bastante grave, também, é o fato de que as mulheres também estão sendo esterilizadas com muito poucos filhos. Já é uma proporção muito grande aquelas que estão sendo esterilizadas com um filho, que são quase 3% das mulheres com apenas um filho. Deixe-me pegar aqui um gráfico para ter uma informação...

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Deputada, desculpe-me interrompê-la mas é que estou recebendo uma informação de que o plenário do Congresso está votando uma medida provisória, e que estamos sendo convidados a comparecer. Caso algum Deputado ou Senador queira se retirar está notificado.

Desculpe, eu gostaria ainda, por um lapso aqui, de registrar a presença do Deputado Sérgio Arouca.

A SRA. MARIA LUZIA FONTENELLE — Qual medida provisória?

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Medida Provisória nº 302 e vetos presidenciais.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — A 302 é reforma ministerial.

A SRA. LÚCIA SOUTO — Continuando. Um filho quase 3%, dois filhos 22%, três filhos 41%, que são números extremamente significativos, uma vez que esses números derubram mais um mito de que as mulheres que estão sendo esterilizadas são aquelas que tem uma prole imensa. Na verda-

de, já está ocorrendo no Brasil um outro fenômeno, que com um número muito pequeno de filhos as mulheres já estão começando a ser esterilizadas.

Uma outra questão é que, hoje, já não existem mulheres com tantos filhos. O número médio de filhos por mulher é de três, quatro filhos em média, logo já não existe essa grande prole de mulheres, também. É uma outra informação importante a ser viabilizada, digamos assim um outro dado interessante baseado nesses números é o fato de que a grande argumentação que houve — e creio que será um dos principais temas dessa conferência mundial do meio ambiente é de que se precisa conter a população para diminuir a pobreza e que os recursos naturais não serão suficientes para alimentar a população do planeta — o que, inclusive, vem sendo dito pelo Príncipe Charles, pelo Chanceler Helmut Kohl, por várias autoridades — no sentido de um alerta para o ano 2000. Aliás, falta bastante tempo para se fazer tantas previsões. De qualquer maneira, devemos ficar vigilantes para essa explosão demográfica.

É interessante porque hoje já podemos fazer, com muita tranquilidade, uma avaliação posterior. Hoje, já podemos fazer uma avaliação de um país com algo inédito: uma queda acentuada da taxa de fecundidade em menos de duas décadas que conseguiu — e foi algo que se comprovou até nesse censo do IBGE — reduzir drasticamente a fertilidade da mulher brasileira e, no entanto, nenhum dos indicadores sociais foi afetado por essa queda, o que comprova também que essa relação causa e efeito é muito maniquesta e não pode ser tratada dessa maneira, como um argumento, ainda mais porque temos outros elementos que também começam a reforçar essa discussão fundamental — à qual creio que a sociedade brasileira terá que se empenhar — da reconceituação dos indicadores que medem o progresso e o desenvolvimento. Hoje, nas grandes cidades do mundo inteiro, há uma taxa de crescimento de automóveis muito maior do que de crescimento de seres humanos. Então, na verdade, é uma questão também de opções, quer dizer, estamos afirmando um modelo de desenvolvimento onde a questão da vida acaba, cada vez mais, como um transtorno, e não um elemento que possa ser incorporado aos indicadores de progresso e desenvolvimento. Há espaço para as máquinas, para os automóveis, mas não para os seres humanos. Há o consumo de combustível, de energia, de produtos que são modelo de desenvolvimento, de armas, de medicamentos inúteis, uma série de prioridades que precisam ser deslocadas, digamos assim.

Além desses dados que mostram essa magnitude desse problema, a visibilidade e a invisibilidade dos dados, começamos também a abordar um outro ângulo: Será que é inócuia essa cirurgia da esterilização, como dizem, do ponto de vista médico? Então, fizemos um debate com vários especialistas na área, enfocando, primeiro, que a cirurgia de laqueadura de trompas, ao contrário do que muitos médicos, instituições, apregoavam, não é inócuia, ela provoca uma série de alterações. De cada dez mulheres que fazem essa cirurgia de trompa, oito apresentam alteração no ciclo menstrual, o que é uma evidência muito grande de que há toda uma modificação no metabolismo feminino: há congestão, penso até que isso tem um simbolismo, quando se interrompe um fluxo, porque mulher tem trompa, ovário e útero.

Alguns entendem — como um médico baiano, ex-Presidente da ABEF, disse outro dia na televisão — que a menstruação é um transtorno, que o útero é uma anomalia dentre outras afirmações. Temos de levar em conta que mulher tem

útero e ovário: mulher é assim, homem é de outro jeito. Para aqueles que entendem que menstruação é um transtorno, que útero é algo que deve desaparecer à medida em que a evolução ocorra — pode até ser que esses argumentos tenham sido baseados cientificamente —, hoje, ao desvendar uma série desses argumentos, começamos a analisar claramente que há uma obstrução: com a interrupção do fluxo, há a obstrução das artérias, veias, o que provoca congestão no útero, no ovário. Quer dizer, isso provoca uma série de alterações que podem não ser visíveis, mas que são muito significativas para o metabolismo da mulher.

Já que sempre apresentam os paradigmas do Primeiro Mundo como referência para o nosso desenvolvimento, há outra questão importante: em um país que optou pela esterilização — como, por exemplo, a Alemanha — houve necessidade de, em alguns momentos, estimular a natalidade, tamanha é a queda do número de filhos por casal. Na Alemanha e na França, chegou-se a um, dois filhos por casal. Os governos, em alguns momentos, tiveram até que fazer campanhas de estímulo. E nunca houve, em nenhum momento, a necessidade de se recorrer a uma cirurgia irreversível para que isso ocorresse. Ela não é usada de maneira nenhuma.

Há portanto, uma série de variáveis que podem incidir sobre a auto-regulação da espécie. É preciso que haja informação democrática. Uma outra desmistificação também importante é mostrar — e esse discurso também tem um enfoque masculino muito grande — o fato de que a mulher é fértil — e aí falo até como médica — 24 a 48 horas por mês. Em nome de 24 a 48 horas por mês, você torna uma mulher improdutiva, infértil para o resto de sua vida.

Essa é até uma questão de democracia. Precisamos trabalhar no sentido da democratização de uma sociedade onde nem sequer as pessoas têm condições de se conhecer, de se reconhecer, de saber, homem e mulher, como é que seus corpos funcionam, como é o seu ser, como é que o seu metabolismo funciona, que é para poder deles usufruir, ter mais prazer. Quer dizer, então, na verdade, essa maneira de tornar a mulher improdutiva para poder ser alguém produtivo aceito na economia, como, por exemplo, a exigência do atestado de esterilidade, na verdade, mostra um outro fator simbólico que, a meu ver, é fortíssimo, ou seja, a eliminação do feminino na sociedade significa dizer que as mulheres precisam não ser mulheres para poderem ser aceitas como seres produtivos nessa estrutura econômica que está aí.

Há uma série de fatos muito graves, do imaginário ao real, que precisam ser abordados, porque, na verdade, é uma questão, talvez, muito mais profunda essa parte invisível que tem ficado dessa discussão com relação à questão do corpo da mulher ser o objeto dessas inúmeras políticas de manipulação.

Ao final da CPI no Rio de Janeiro, chegamos à conclusão de que seria necessário prosseguir esse trabalho — a CPI tem um prazo determinado para realizar o seu trabalho — e nós, agora, abrimos uma outra comissão especial chamada "Mulher — Procriação e Meio Ambiente". Essa comissão, que também estamos presidindo na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, já está trabalhando com todas essas informações de substâncias químicas, como foi o caso do Norplant, inclusive, numa pesquisa junto com a BEMFAM. Tivemos o caso de uma mulher que veio a nossa CPI fazer uma denúncia, pois teve inúmeras alterações orgânicas comprovadas, inclusive através de uma série de exames relativos à introdução desse hormônio que tem uma liberação lenta, é introduzido

de forma subcutânea no braço ou em qualquer outra parte do corpo da mulher, mas tem grande concentração hormonal, por isso é uma verdadeira bomba no corpo da mulher. Na verdade, esse medicamento quase abole todo o sistema endócrino normal da mulher. Então, essas informações também devem ser enfocadas do ponto de vista de todo esse território feminino que está sendo dessa forma manipulado através da questão da esterilização como primeiro método, o que é gravíssima, e do uso de todos esses produtos químicos.

Para concluir, uma vez que meu tempo já está esgotado, lembro também que trouxemos aqui o relatório, que até 1989, considerado reservado, do Conselho de Segurança Americano, que aborda a necessidade de conter a explosão demográfica — e um dos treze países listados é o Brasil — e gostaria de enfocar um pouco a questão da BEMFAM.

No nosso relatório, encaminhamos algumas conclusões ao Ministério Público. Houve o caso da Sonia Beltrão e da Marinete. Uma delas foi esterilizada involuntariamente na Maternidade Praça Quinze. O médico que fez essa cirurgia foi chamado a depor na nossa CPI e, por três vezes consecutivas, alegou motivo de saúde para o seu não-comparecimento. O próprio Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, numa situação até inédita, suspendeu, na época em que a Sonia Beltrão entrou na justiça, por um mês o exercício da profissão desse profissional, Dionísio, que, na verdade, é um exemplo de que houve uma unanimidade de que algo não foi feito da maneira como deveria no caso de Sonia Beltrão. O caso da Marinete é também exemplar. Consideramos que foi submetida a esse teste feito pela BEMFAM, do Norplant, e outros encaminhamentos que fizemos. Por exemplo, nem a BEMFAM, nem a ABEF, nos forneceram cópias dos contratos. Ambos tem receitas oriundas de financiamentos externos significativos. Setenta por cento dos seus financiamentos são oriundos dessas receitas externas, sem nenhuma discussão com a cidadania brasileira. Nem o Congresso Nacional, nem o Ministério da Saúde discutiam isso, embora haja convênios da BEMFAM com prefeituras inúmeras do Brasil com órgãos do Ministério da Saúde, mas, de qualquer maneira, interessante que se tornasse visível o objeto desses convênios. Esses instrumentos, digamos assim, não foram fornecidos a nossa CPI. Tenho a impressão de que a CPI do Congresso Nacional poderia dar um passo à frente no sentido de tornar possível para todos o acesso a informações substanciais para que essa rede possa se tornar mais visível, mais transparente.

E, por último, no Rio de Janeiro, fizemos um projeto de lei, que foi aprovado, instituindo indicadores de qualidade nos serviços de saúde. Porque hoje todos os sistemas, não só o de saúde, só são avaliados quantitativamente, monetariamente. E tivemos dados muito graves, indiretamente talvez, ligados com a esterilização, que é o fato de haver 80% de partos cesarianas, em municípios do Estado do Rio de Janeiro. O que é extremamente grave, do ponto de vista de revelar toda uma inversão de padrão: o normal se tornou patológico e o patológico se tornou normal. Fomos a um hospital, em Niterói, em que 87% dos partos, ali realizados, eram cesarianas.

Quer dizer, numa série de dados que precisam outros critérios para a avaliação desses sistemas não quantitativos e não monetários.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Eu gostaria de lembrá-los que estamos trabalhando com o fator "tempo". Lamentavelmente, o Sr. Relator vai precisar sair, e nós

não podemos funcionar sem Relator, e houve um grande atraso aqui.

Então, para que pudéssemos concluir o nosso trabalho a contento, eu gostaria de sugerir principalmente que se cumprisse rigidamente os três minutos de intervenção de cada um. E nós poderíamos fazer, sem prejudicar o debate, as perguntas, porque são poucas as pessoas que fizeram inscrições para falar, necessárias à depoente, e ela teria o tempo suficiente para dar a resposta no final de todas essas perguntas. É apenas uma sugestão da Mesa, para o bom andamento do trabalho. Senão ficaremos realmente prejudicados. E temos até uma outra preocupação: é com relação ao próprio Congresso que está funcionando. Aceitam a sugestão? (Pausa.)

Então, dito isso, está com a palavra a Deputada Maria Luiza Fontenele.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — A nobre Deputada vai ter que segurar o avião.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Apenas um adendo. O nobre Relator precisa sair, e sem Relator a CPI não pode funcionar. Então, precisamos acelerar o trabalho para que o Relator faça a intervenção no final antes de encerrarmos a reunião.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELE — Inicialmente, eu gostaria de dizer que quando a Dra. Sara prestou depoimento, ela deu informação de que uma entidade que funciona no Rio de Janeiro teria conexão com os demais estados inclusive no fornecimento de aparelhos para a realização da laqueadura e, também, com a manutenção de várias clínicas privadas.

Eu gostaria de saber se no decorrer da CPI, no Rio de Janeiro, se foi identificada a existência dessa entidade, inclusive se houve a possibilidade de mapear a existência de clínicas privadas que venham prestando esse tipo de serviço.

A outra questão — inclusive essas perguntas são uma solicitação do Movimento de Mulheres, que vem desenvolvendo atuação de assessoramento aqui na Casa — é: Foi desenvolvido, a partir da CPI, algum mecanismo junto aos órgãos da área, de profissionais da área médica no sentido de coibir a ação dos profissionais que estão atuando desreguladamente nessa área? Já houve um depoimento, mas eu queria saber se outras ações ou alguns mecanismos estão sendo instituídos por essas entidades médicas.

Uma terceira questão, ainda para cumprir o nosso tempo: a Deputada que me antecedeu falou que em torno de 40% das mulheres têm solicitado o processo inverso da religação de trompas, da recanalização, e que muitas estão se submetendo à operação de histerectomia. São vários os casos, a partir da laqueadura, com problemas causados, inclusive esse.

Então, gostaria também de pedir esta informação: quais os dados que vocês têm, e parabenizar a Deputada, não só pelo desempenho nesta CPI, como também pelas outras iniciativas que tem tomado, como terminou de informar.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Com a palavra a Deputada Lúcia Braga.

A SRA. LÚCIA BRAGA — Deputada Lúcia Souto, Sr. Presidente, Sr. Relator, minha intervenção será breve. Em primeiro lugar, gostaria de me congratular com a sua exposição. Porque é importante pessoas como V. Exª estarem presentes na coragem, na denúncia do informe e na apreciação de fatos tão graves que vem ocorrendo neste País, qual seja, a esterilização em massa de mulheres.

Agora, me preocupa, Sr. Deputado, sobremodo, informações ditas da boca miúda, de que no país existe um trabalho dirigido, essencialmente, a jovens adolescentes. É uma pseudo conscientização, mas que nós sabemos e não conseguimos, pois é difícil detectá-las por comentários, inclusive no meu Estado, de que existe esse trabalho de conscientização. Agora, não sabemos até onde, quais os interesses que estão por trás disso. Sabemos que há uma ligação em algumas entidades já citadas por V. Exª Mas se V. Exª nessa vivência, nesse trabalho, teve a oportunidade de detectar esse trabalho, dirigido à jovens adolescentes, na faixa de 14 anos isso é muito grave! É muito sério! Isso nos preocupa realmente: saber até que ponto essa conscientização envolve a laqueadura; não existe o controle da natalidade dirigido, essencialmente a jovens, que é uma mutilação do aparelho reprodutor que ainda nem se completou.

Então, era esta a colocação que eu queria fazer: se existe, realmente, se há um fundamento, se foi detectado no país esse processo espúrio do controle de natalidade em relação a jovens adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Com a palavra a Deputada Jandira Fegalli.

A SRA. JANDIRA FEGHALI — Srª Presidente, Sr. Relator, Deputada Lúcia Souto e demais presentes.

Em primeiro lugar, vou-me justificar em relação ao atraso. Acho que nem fui eu que atrasei o início dos trabalhos, porque, como vice-Líder da Bancada, está em votação a Medida Provisória do Governo no plenário, e como o Líder estava envolvida na questão da propriedade industrial, eu tive que ir para lá para ver a condução das opiniões, das exposições e da votação que ainda vai correr, e esta reunião vai ter que acabar também por isto: nós temos que ir lá votar. Então justifico o meu atraso.

Em segundo lugar, desejo saudar a presença da Deputada Lúcia Souto pela existência da CPI, na Assembléia do Rio, que foi uma atuação pioneira a partir dessas ações das assembleias legislativas. E nós pudemos não só realizar esta CPI no Congresso, com dados gerais porém com um trabalho já bastante adiantado de alguns Estados de importância, como é o Rio de Janeiro, como é Goiás, Espírito Santo, que nos trazem dados indicativos para que aceleremos os nossos trabalhos; indicativos sérios, com depoimentos sérios e com uma grande facilitação do trabalho, inclusive do próprio Relator.

Por isso, acho que nós vamos ter a possibilidade ainda de poder ouvir a CPI de Goiás — eu sei que houve um problema no vôlei da Deputada Denise, e que nós estamos aqui trabalhando por grupos de depoimentos. Mas a importância desses depoimentos é tão grande, que seria importante termos a possibilidade de encaixar o depoimento da CPI de Goiás nessa questão.

Como não ouvi o conjunto da exposição — eu conheço e sei do trabalho importante que foi a CPI do Rio — eu não vou dirigir uma pergunta, mas reforçar uma proposta que a Deputada Lúcia Souto fez, que foi a necessidade de nós obtermos informações sobre essa questão do financiamento, porque isso denunciamos muito; isso temos caracterizado, quer dizer, a relação da política do Primeiro Mundo com o Terceiro Mundo, colocamos a posição internacional bem que se revelando nas matérias da imprensa, na posição do Príncipe Charles, aquela outra matéria da ECO-92, os relatórios do Kissinger, em 1974.

Na verdade, o que pôde caracterizar bem essa relação internacional com a política controlista, nós conseguimos provar a questão desse financiamento. E acho isso fundamental e decisivo para a CPI do Congresso Nacional.

Então, uma sugestão talvez, uma das vias para que nós pudéssemos fazer isso fosse o próprio Conselho Nacional de Saúde, que vem, de alguma forma, debatendo o assunto, e aí nós poderíamos exigir via Ministério e Conselho Nacional de Saúde.

Podemos também, criar um certo fato político com o próprio Ministério da Economia e a receita. Quer dizer: Qual é a fiscalização que há sobre as entidades, sobre os ganhos, sobre o financiamento de entidades que atuam no Brasil? Ou seja temos que buscar imediatamente esses dados, porque sabemos que eles existem, utilizando várias vias. o Conselho Nacional de Saúde, a própria Receita, o Ministério da Economia, o próprio Ministério da Saúde para que obtenhamos isso. Eu queria reforçar como uma prioridade nossa, para que caracterizemos o financiamento e essa relação internacional com a política do Terceiro Mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Com a palavra o Deputado Heitor Franco.

O SR. HEITOR FRANCO — Sr^a Presidente, eu quero me comprometer de que me manterei, rigorosamente, dentro dos três minutos.

Nobre Deputada, eu gostaria de cumprimentá-la pela forma como a senhora enfoca o assunto. Essa forma tão humana, tão maravilhosa, em que a senhora coloca a mulher, como ela tem que ser colocada, como ser, com as suas atribuições fisiológicas, com todas as suas caracterizações. Eu achei isso maravilhoso. Eu não sou machista, eu adoro as mulheres, me permito repetir a expressão de um amigo meu, que me disse, um dia: "Deputado, se Deus fez alguma coisa melhor do que a mulher, ele fez para ele. Para nós, o que ainda existe de melhor é a mulher".

Nós não podemos deixar corromper essa imagem, que é levada pelo consumismo do mundo atual. Esse consumismo desenfreado, exacerbado, em que a mulher se torna matéria de consumo. Qualquer propaganda que nós vemos, no dia de hoje, se liga imediatamente à imagem da mulher, no sentido do consumo. Quando se quer fazer propaganda de uma porcaria qualquer, de um refrigerante, de um cigarro, alia-se aquilo à imagem de uma mulher muito bonita.

A mulher vira matéria de consumo, e acho que não é por aí, de forma alguma.

Portanto, meus parabéns por este enfoque maravilhoso que a senhora faz da mulher como ser humano. Nós não podemos ter as mulheres, meu caro Senador, como matéria de consumo, sem consequências, mulher-objeto, como disse a Deputada.

Quer dizer, esterilizada, ela poderia exercitar toda uma prática fisiológica de relacionamento íntimo sexual, sem consequências. O sexo é amor e, sendo amor, traz consequências. E as consequências são exatamente os filhos, e estes filhos têm que ser planejados. Eu acho isso maravilhoso.

Eu gostaria apenas de lhe fazer, nestes trinta segundos finais, uma pequena pergunta. A senhora se referiu a uma estatística feita em Niterói, no Estado do Rio, onde o número de cesarianas sobe a 87%. Eu tenho algumas informações de que no meu Estado essa cifra é superior a 87%. Mas eu lhe perguntaria: Deputada, a senhora tem alguma informação

sobre qual o percentual de mulheres esterilizadas. Destes 87% em quantas são feitas a spingectomia?

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Eu gostaria de passar a palavra ao Relator, que logo após a sua fala será substituído pela Deputada Maria Luiza Fontenelle, nomeada relatora *ad hoc*. E peço licença aos senhores para me ausentar por alguns segundos.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) — Eu gostaria, tão-somente, de me congratular com a eminente Deputada Lúcia Souto, que complementou, de maneira brilhante, o depoimento de sua antecessora, a Deputada capixaba. Eu não teria nenhum questionamento e fazer, apenas estranhava os índices muito elevados de cesarianas nos hospitais do Estado do Rio de Janeiro. Isso dá a entender que 90% ou 100% dos partos são cesarianas. Nós temos estatísticas que dizem que 49% a 50% dos partos seriam cesarianas. Mas nós sabemos que, principalmente nos Estados menos desenvolvidos do nosso País, muitos partos são feitos através de parteiras, e esses seriam os partos normais. Os hospitais, hoje, estão exacerbando de suas atribuições de fato. Eu sei que, algumas vezes até pressionados pela própria parturiente, pela família, pelo marido, isso ocorre. Mas temos que achar uma maneira de corrigir essas distorções.

Eu gostaria de cumprimentar a ilustre Deputada, que muito contribuiu para o andamento dos trabalhos desta Comissão. E peço desculpas a todos por ter que me ausentar. Eu moro em Tocantins, e para lá tem avião duas vezes por semana. Muito obrigado.

O SR. HEITOR FRANCO — Nobre Deputada, eu lhe pediria, se for possível a resposta à minha indagação, que fosse feita com a maior brevidade, para que eu possa participar da sessão do Congresso Nacional que se realiza neste instante.

A SRA. PRESIDENTE (Maria Luiza Fontenelle) — Com a palavra a Deputada Lucia Souto.

A SRA. LÚCIA SOUTO — A pergunta do Deputado Heitor Franco diz respeito à correlação entre cesarianas e laqueadura de trompas.

O SR. HEITOR FRANCO — Está nascendo, em nosso País, a indústria da cesárea e da laqueadura. É uma coisa correlacionada a outra. Esse número exacerbado de cesarianas que se observa no País, hoje, vem exatamente em decorrência das intenções de se fazer, concomitantemente, as laqueaduras ou, em alguns casos, até mesmo a spingectomia radical.

A SRA. LÚCIA SOUTO — Como eu disse anteriormente, no Hospital São Paulo, que nós visitamos, a laqueadura não é registrada em prontuário nenhum. Ela é uma prática invisível. Então, na verdade, há uma grande suposição, não é apenas uma suposição, o suplemento especial do PNAD de 86, sobre a questão da fecundidade das mulheres brasileiras, mostra que 75% das laqueaduras estão sendo realizadas no momento do último parto cesariano. É uma informação recolhida do PNAD de 86.

No hospital São Paulo, que foi visitado por uma comissão da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, com os conselhos regionais da área da saúde, onde fizemos uma vistoria naquela unidade de saúde, o diretor-técnico do hospital disse que não sabia dar informações sobre laqueaduras de trompas, porque isso é um problema de foro íntimo do médico.

O médico decidia se fazia ou não, e o diretor do hospital não tinha nada a ver com isso. Essa foi a resposta que ele nós deu. "Isso é um problema de foro íntimo do profissional, e eu, como diretor-técnico não tenho nada a ver com isso."

Isso é grave, porque é uma prática invisível à sociedade.

Quanto à questão dos elevados índices de cesarianas, há um dado do IBGE, a fonte é a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição, de 89, que mostra que os partos cesarianos, em áreas urbanas, sobem a 42,7%, e os partos de outros tipos que são, na verdade normais, vão a 56%, o que já é um grande desvio dos parâmetros propostos pela Organização Mundial de Saúde, que sugere que seja em torno de 10% a 12% o número de partos cesarianos e, como disse aqui a Deputada Lúcia Souto, há mais de duas décadas, nós estamos vivendo um momento epidêmico de cesarianas, no Brasil; é um surto, uma epidemia de cesarianas. Na Holanda, há apenas 1% de partos cesarianos. Na França, 4% dos partos são cesarianos. É uma correlação direta com o subdesenvolvimento. Quanto mais atrasado o país, mais partos cesarianos há. Todos os países desenvolvidos — a França, inclusive, fez uma grande campanha pelo parto natural — têm uma taxa baixa de partos cesarianos, muito abaixo das preconizadas pela Organização Mundial de Saúde. E nós fizemos um levantamento, cruzando os dados da Dataprev, com relação à questão de custos, os recursos destinados a esses partos poderiam estar sendo aplicados de outra maneira; além de ser um desvio da normalidade, é um desvio perdulário, porque consumiu recursos equivalentes, no mesmo período de 89, a todos os gastos com as internações relativas a patologias como diarréia e outras. Fazendo uma série de comparações, quantitativas e monetárias, percebemos que é uma questão que precisa ser trabalhada de maneira a instituir outros indicadores de avaliação de qualidade no sistema da saúde, e não esses que estão premiando e beneficiando os estabelecimentos que adotam essa prática. Mesmo com a portaria do Inamps, de 87, se não me engano, quando foi estabelecido o teto de 30% para as cesarianas, mesmo com essa portaria, o que está acontecendo, para efeito de faturamento, é que os hospitais encaminham de uma maneira, quando a realidade é outra. A casa de saúde que visitamos prontificou-se a mostrar as guias de faturamento da Previdência Social, mas na verdade essas guias de faturamento mostram uma realidade, distorcida, porque, para efeito de faturamento é uma coisa mas no dia em que fomos ao hospital, todos os partos que haviam sido realizados já foram através de parto cesariana.

A SRA. LÚCIA SOUTO — Houve um recuo desta portaria mas, de qualquer maneira, ela voltou a vigorar. Acredito que essa discussão é muito abrangente.

Faço aqui uma proposta de uma Deputada pelo Espírito Santo. Como S. Ex^a precisou sair, pediu-me que fosse a sua porta-voz. Seria importante que fizéssemos um encontro nucleado, digamos assim, através desta CPI, instalada agora no Congresso Nacional, no qual pudéssemos reunir todas estas comissões que vão trabalhando em nível de Brasil, para estabelecermos uma agenda de propostas em comum. Por exemplo, no Rio de Janeiro chegamos a encaminhar ao Ministério da Saúde algumas propostas relacionadas à pergunta da Jandira, da Maria Luíza depois vou falar na pergunta de cada uma — mas que, a meu ver, são interessantes de serem talvez mais pensadas em conjunto, como sugeriu a Deputada pelo Espírito Santo. Faço portanto, desta proposta a minha à Presidente desta CPI, Deputada Benedita da Silva.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Deputada Lúcia Souto, estamos sendo, insistentemente, chamados a ir votar. Acredito que seríamos prejudicados na condução desta

discussão. Mas eu solicitaria que trouxessem todos os documentos, toda contribuição e propostas que pudessem ser feitas por escrito, a fim de que pudéssemos encaminhá-las à CPI, oficializá-las e ser bem aproveitada porque acreditamos que é importante toda discussão feita aqui. Os documentos vão subsidiar o Relator e fazer parte do nosso arquivo como uma iniciativa também da CPI da Assembléa Legislativa do Rio de Janeiro.

Peço que sejam feitas as considerações finais.

A SRA. LÚCIA SOUTO — Só para complementar, aproveito para responder a pergunta das Deputadas Maria Luíza, Jandira Feghale e Lúcia Braga.

Com relação à questão das clínicas no Rio de Janeiro, conseguimos talvez começar a detectar algum fio da meada, digamos assim. Um deles é com relação à Bemfam. É muito difícil identificar a correspondência com relação à prática de laqueadura de trompas, mas, de qualquer maneira, houve uma informação contraditória no depoimento reservado dessa entidade na nossa CPI, que foi o fato de ter afirmado que havia um convênio com o Hospital Moncorro Filho, onde teriam sido realizadas 4471 cirurgias de laqueaduras de trompas. Esse convênio não é confirmado pela direção do hospital. Há, portanto, uma contradição no convênio, pois ele é sempre bilateral.

Há uma outra questão: a Clínica Dr^a Narcisa, no Município do Rio de Janeiro, foi vistoriada pela Secretaria de Saúde em junho do ano passado, onde conseguimos pegar recibos pagos pela Cepaim de cirurgia de laqueaduras de trompas. Um espaço da clínica era sublocado pelo Cepaim, que é uma das filiadas da Abef. Então, há alguns pontos se desenhando, pelo menos no Estado do Rio de Janeiro, e com relação a coibir a ação dos profissionais, estamos fazendo um trabalho muito ligado às entidades dos profissionais da área da saúde. Uma das propostas que estamos começando a organizar agora, através da Comissão Mulher, Procriação e Meio Ambiente, é justamente uma reunião com as secretarias municipais de saúde do Rio de Janeiro, com os profissionais da área de saúde para, exatamente, começar a avaliar todos os danos que conseguimos recolher no processo da CPI do Rio de Janeiro, para ver como, baseados nesses dados, começamos a trabalhar a mudança e a transformação deste quadro.

Com relação à pergunta dos jovens, penso que é um problema seriíssimo, inclusive porque há esta questão da gravidez do adolescente, que virou também um mito. Quer dizer, tudo é um problema. Tudo o que signifique passar perto de algo que tenha vida é um problema, parir, ser mulher é um problema. Por conseguinte, ser adolescente e principalmente mulher adolescente é uma questão muito complexa.

Então, agora há uma série de preocupações. Por isso, penso ser necessário ficar atento mesmo porque até os dados do IBGE mostraram, em uma das curvas como as mulheres estão sendo esterilizadas muito jovens. No hospital que visitamos em São Paulo estavam meninas de 17, 18 anos querendo ser esterilizadas. Portanto, a questão é grave, seria sob todos os pontos de vista que pudermos avaliar: demográfico, econômico, ético. Enquanto se fazem esterilizações, abrem-se laboratórios de reprodução humana. Logo, os bebês agora não serão mais o fruto do amor de um homem e de uma mulher, mas do cruzamento de um óvulo com um espermatozóide, em algum laboratório. A questão é muito séria. Não que sejamos contra o progresso e desenvolvimento, mas creio que deve haver um elemento ético para permear toda essa discussão.

são. Caso contrário, daqui a pouco, teremos uma “coisa” estarrecedora sendo desenvolvida.

Aproveitando a pergunta da Jandira, esclareço que tanto a Bemfam quanto a Cepaim foram absolutamente claras quanto à informação das receitas que recebem, oriundas do capital financeiro. Eles não se preocupam em omitir essa informação, ela é pública. Esses órgãos deram a informação à CPI. Essa questão não foi discutida com ninguém, o Ministério da Saúde não tem opinião. Essa é uma política de grande impacto e de grande eficiência que foi desenvolvida. Como essa política pública foi desenvolvida sem a interveniência do Ministério da Saúde, do Congresso e dos cidadãos brasileiros? Essa seria a questão. A sugestão seria iniciar uma ampla campanha através dos meios de comunicação de massa, porque hoje não adianta nem trabalhar com a diminuição desses dados, já temos um fato consumado para trabalhar: a grande maioria das mulheres já está esterilizada, muitas delas muito jovens.

Como devemos trabalhar para a reversão desse quadro? Isso não significa que queiramos multiplicar a população, mas é a questão do direito à cidadania. Como se trabalhar no sentido da reversão desse problema junto ao Ministério da Saúde, Ministério das Relações Exteriores para apurar como esses contratos são feitos sem que haja nenhuma participação governamental.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Pedimos mil desculpas por atropelar a reunião para concluí-la.

Convidado os membros da Comissão para uma reunião extraordinária na terça-feira à tarde. Seria possível convocar a Denise para esta reunião? Se ela puder vir, estará auxiliando os trabalhos da Comissão. Enquanto isso, negociaremos com a Mesa do Senado a questão da continuidade do apoio financeiro para os depoimentos aqui prestados.

Está encerrada a reunião.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

Número avulso Cr\$ 500,00 até 31-3-92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 — NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luis Viana Filho — *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos — *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro — *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira — *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 — *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas — *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais — *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 — *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial — *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição — *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal — *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos — *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay so-

bre o Direito do Mar — *Georgenor de Souza Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa — *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito — *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci — *Ronaldo Poletti*
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 — *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança — *Arnaldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens — *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento — *Daniel E. Moerman y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente — *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? — *José Pitas*

A arte e o obsceno — *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 — *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! — *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn — *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 _ NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho – *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos – *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro – *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira – *Clevis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 – *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas – *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais – *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 – *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial – *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição – *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal – *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos – *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay sobre

o Direito do Mar – *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa – *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura de hermenêutica na Teoria Pura do Direito – *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci – *Ronaldo Polatti*

A filiação ilegítima e a Constituição de 1988 – *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança – *Arnaldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens – *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento – *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente – *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? – *José Pitas*

A arte e o obsceno – *Everaldo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 – *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! – *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn – *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal, Anexo I, 22º andar – Praça dos Três Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF – Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS